



RIO

PUC

Dissertação de Mestrado

Entre aspirantes e alunos-operários:

o ensino profissional no Liceu de Artes e
Ofícios do Rio de Janeiro e as experiências
dos estudantes artífices negros na década
de 1880

Eduardo Supeleto Nascimento

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Departamento de História

Rio de Janeiro, 02 de março de 2026



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado

Entre aspirantes e alunos-operários:

o ensino profissional no Liceu de Artes
e Ofícios do Rio de Janeiro e as
experiências dos estudantes artífices
negros na década de 1880

Eduardo Supeleto Nascimento

Orientação: Professor Leonardo Affonso de Miranda
Pereira

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção
do grau de Mestre em História pelo programa de Pós-Graduação
em História Social da Cultura, no Departamento de História

Rio de Janeiro, 02 de março de 2026



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Entre aspirantes e alunos-operários:

o ensino profissional no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e as experiências dos estudantes artífices negros na década de 1880

Eduardo Supeleto Nascimento

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão examinadora abaixo:

Professor Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Orientador

Departamento de História - PUC-Rio

Professor Felipe de Azevedo e Souza

Departamento de História - PUC-Rio

Professor Marcelo Mac Cord

Faculdade de Educação - UFF

Rio de Janeiro, 02 de março de 2026



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Eduardo Supeleto Nascimento

Graduou-se em História (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coursou o Mestrado com amparo inicialmente da bolsa CAPES e, posteriormente, da Bolsa de Mestrado FAPERJ Nota 10. Estudos inseridos na História Social da Escravidão e Pós-abolição, História da Educação e História Social do Trabalho.

Ficha Catalográfica

Nascimento, Eduardo Supeleto

Entre aspirantes e alunos-operários : o ensino profissional no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e as experiências dos estudantes artífices negros na década de 1880 / Eduardo Supeleto Nascimento ; orientação: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. – 2026.

228 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2026.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Liceu de Artes e Ofícios. 4. Ensino profissionalizante. 5. Mundos do trabalho. 6. Operários. 7. Racismo. I. Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para meus irmãos Paulo, Estella e Patrícia.

Agradecimentos

Essa dissertação não seria possível sem o auxílio de muitas pessoas, com diferentes contribuições ao longo de todo esse caminho trilhado. Começo por agradecer a minha família, por todo o suporte e compreensão. Minha mãe Priscila, meu pai Ednaldo e meu padrasto Marcos Paulo, sem vocês eu não teria trilhado o caminho educativo do qual sou tão grato. Agradeço também a Dona Marly e Seu Renildo, que muitas vezes me acolheram em sua casa ao longo desse tempo. Dedico essa obra aos meus irmãos Paulo, Estella e Patrícia, os quais são meu refúgio e uma fonte de inspiração para continuar.

Sou grato também aos meus amigos pessoais, com os quais compartilhei momentos mais tranquilos e boas conversas, assim como me ajudaram com reflexões acadêmicas e sobre a vida. Gabriel e Híkaró, com os quais pude conversar sobre tudo um pouco, dividindo a casa e a amizade; Roberto e Suelen, com quem eu sempre pude contar para me distrair da escrita da dissertação, as vezes algo necessário; e João Pedro e Renan, amizades que carrego desde a graduação, compartilhando sempre boas risadas e lembranças. Obrigado a todos por tornar essa trajetória mais fácil e divertida.

Não poderia deixar de lembrar das amizades que ganhei ao longo do período de mestrado. A PUC-Rio me proporcionou amigos com quem eu tive diversas trocas nas aulas, reuniões e nas mesas de bar. Eu aqueço meu coração ao lembrar de cada um, mas não poderia deixar de citar aqui Romerito e Ariel, com quem tive muitos diálogos sobre pesquisa e para muito além dela, obrigado por tornar esse caminho menos solitário. Obrigado também a todo o Laboratório de Conexões Atlânticas, espaço onde aprendi muito, e espero ter feito jus a esses conhecimentos nas folhas desta pesquisa.

Meus agradecimentos também aos professores que estiveram na Banca de Qualificação e aos que estarão na Banca de Defesa – professora Juçara, professor Felipe e professor Marcelo Mac Cord –, tanto pelos apontamentos que me ajudaram a chegar até aqui, como pelo tempo que agora vão dedicar a leitura deste trabalho. Obrigado também ao meu orientador, professor Leonardo Pereira, pois suas correções e direcionamentos com toda certeza contribuíram não só nesta dissertação, mas na minha formação acadêmica como um todo.

Em um primeiro momento, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. A partir do segundo ano do mestrado, a pesquisa foi realizada com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Dessa forma, é central para mim agradecer e relembrar a importância das agências de fomento, as quais garantiram que eu pudesse me dedicar a desenvolver essa pesquisa.

Não poderia deixar de registrar minha gratidão aos espaços arquivísticos e seus servidores, os quais contribuíram e muito para que essa pesquisa fosse possível: o Arquivo Nacional, a Fundação Biblioteca Nacional e o Acervo da Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes (EBAOR), assim como o do Centro de Tecnologia – ambos da UFRJ. Um agradecimento também a toda a estrutura, direção e trabalhadores do Liceu de Artes e Ofícios e seu Centro de Memória Sylvio Vianna Freire, em especial a Márcia, que organiza o espaço memorialístico. Além de ter sido recebido nesse espaço calorosamente e com muito auxílio, pude ver de perto o trabalho e carinho que dedicam a essa escola de 168 anos, o que, sem dúvidas, impactou a minha dedicação para entender e investigar a história dessa instituição educacional nas suas primeiras décadas.

Por fim, gostaria de agradecer profundamente a Jhuly, que esteve ao meu lado ao longo de todo esse tempo. Obrigado por toda a ajuda e carinho nessa longa caminhada. Nos muitos momentos que eu não acreditei que iria conseguir, você me ajudou a manter os pés no chão e seguir. Sou grato pelo tempo que você dedicou às leituras das minhas páginas, assim como ao tempo dedicado a me fazer esquecer destas páginas. Esses intervalos em meio ao caos me lembravam que não importa quantas folhas gastemos para entender o mundo, ele continua mais lindo sendo vivenciado.

Resumo

NASCIMENTO, Eduardo Supeleto; PEREIRA, L. A. M. *Entre aspirantes e alunos-operários: o ensino profissional no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e as experiências dos estudantes artífices negros na década de 1880*. Rio de Janeiro, 2026, 228 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação aborda o corpo estudantil do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (LAO-RJ) durante a década de 1880, a fim de entender as experiências de estudantes artífices negros nos espaços educativos profissionalizantes. Fundado em 1858, o LAO-RJ buscava ensinar as artes manuais, ciências e letramentos para alunos trabalhadores, livres e libertos, dos ramos fabris e manufatureiros cariocas. Ao longo da década de 1880 a escola é marcada por altos índices de matrículas de alunos, sendo um dos mais influentes colégios brasileiros de ensino para o trabalho no período. Focada na perspectiva dos trabalhadores sobre a instituição, este estudo investiga o projeto político-pedagógico do LAO-RJ em sua documentação institucional; as dinâmicas educativas e importância do ensino expressas na imprensa discente do colégio; e as trajetórias de alunos em suas vidas profissionais, pessoais e políticas, retratadas na imprensa comercial carioca. Com isso, por meio da interseção entre História da Educação e História Social do Trabalho, da Escravidão ao Pós-Abolição, pretende-se compreender os impactos do ensino profissionalizante na construção de uma identidade de classe e racial dos alunos-operários nos anos finais de vigência da escravidão.

Palavras-chave: Liceu de Artes e Ofícios; Ensino profissionalizante; Mundos do Trabalho; Operários; Racismo.

Abstract

NASCIMENTO, Eduardo Supeleto; PEREIRA, L. A. M. *In the middle of aspiring and working-class students: vocational education at the Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro and the experiences of black artisan students in the 1880s*. Rio de Janeiro, 2026, 228 p. Master's dissertation - Department of History, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research examines the students of the Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (LAO-RJ) during the 1880s, in order to understand the experiences of black artisan students in vocational education. Founded in 1858, LAO-RJ sought to teach arts and crafts, sciences, and literacy to free and formerly enslaved working-class students from the manufacturing and industrial sectors of Rio de Janeiro. In the 1880s, the school had high enrollment rates, being one of the most influential Brazilian vocational schools of the period. Focusing on the workers' perspective on education, this study investigates the political-pedagogical project of LAO-RJ in its institutional documentation; the educational dynamics and importance of teaching as expressed in the school's student press; and the trajectories of students in their professional, personal, and political lives, which appear in the commercial press of Rio de Janeiro. Thus, through the intersection between the History of Education and the Social History of Labor, Slavery, and the Post-Abolition Period, the aim is to understand the impacts of vocational education on the construction of a class and racial identity among working-class students in the later years of slavery.

Keywords: Liceu de Artes e Ofícios, Vocational education; Worlds of Labour; Workers; Racism.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1. A direção do LAO-RJ e seu projeto político-pedagógico.....	23
1.1. Uma Sociedade, uma Revista e um Liceu.....	26
1.2. Artes, ofícios, letramento e moralização no currículo Liceano.....	41
1.3. A trajetória da escola pelas tramas clientelistas.....	51
1.4. O corpo discente em números, listas e narrativas.....	66
2. Periódicos, perspectivas e agência estudantil.....	82
2.1. Uma pequena imprensa estudantil e pedagógica.....	85
2.2. Por dentro da teia de relações.....	104
2.3. As harmoniosas salas de aula do Liceu.....	116
2.4. Aspirações e martírios da classe de alunos-operários.....	138
3. A educação na trajetória de alunos operários e de cor.....	157
3.1. Os sentidos da instrução para os artistas manuais.....	161
3.2. Alunos livres e libertos no associativismo oitocentista.....	175
3.3. As lutas trabalhistas, abolicionistas e eleitorais dos alunos formados no Liceu.....	189
4. Considerações finais.....	204
5. Fontes de investigação.....	210
6. Bibliografia.....	214
ANEXOS.....	222

Lista de imagens

Figura 1: [Autor desconhecido]. Aula feminina de desenho de figuras. [Sem data].....	102
Figura 2: [Autor desconhecido]. Aula masculina de desenho. [Sem data].....	118
Figura 3: [Autor desconhecido]. Aula masculina de desenho de figuras. [Sem data].....	120
Figura 4: [Autor desconhecido]. Aula de Modestino Kanto de escultura de ornatos. [Sem data].....	121
Figura 5: [Autor desconhecido]. Aula de letramento no LAO-RJ. [Sem data].....	132

Lista de abreviaturas e siglas

AIBA.....Academia Imperial de Belas Artes

IPB.....Instituto Politécnico Brasileiro

LAO-RJ.....Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro

SAIN.....Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

SBBS.....Sociedade Beneficente Bethencourt da Silva

SPBA.....Sociedade Propagadora das Belas Artes

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar como ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo.

Paulo Freire

Introdução

Em “Conto de escola”, de Machado de Assis, o protagonista Pilar tinha como pai um ríspido operário do Arsenal da Marinha, que sonhava para o filho uma posição de caixeiro – ofício de trabalhador do comércio. O pai contava ao jovem histórias sobre ricos comerciantes que começaram dessa posição, e que era preciso aprender a ler, escrever e contar para desempenhar tal função. Apesar de não ter muitas virtudes – como o próprio jovem alega –, em 1840, Pilar resolveu ingressar em um colégio de primeiras letras na esquina entre a rua do Costa e a rua Larga de São Joaquim, atendendo aos desejos do velho pai. É em uma das aulas que Pilar se vê diante de uma proposta irrecusável: lhe é oferecida uma moeda de prata por um colega para que o ajude nas lições de sintaxe. Porém, ao aceitar, o protagonista é denunciado por Curvelo, um outro colega de turma, fazendo com que Pilar enfrente os sermões e palmatórias do professor, que decide por jogar sua moeda pela janela. Com raiva, Pilar persegue o denunciante após a aula no entorno da igreja de São Joaquim, mas não o encontra. No dia seguinte, resolve sair cedo para procurar pela moeda, mas também não a encontra. Sem moeda e sem a revanche, aquele dia pelo menos acaba um pouco melhor para o garoto: encantado pelo tambor da banda marcial, o jovem resolve cabular aula seguindo a banda pelas ruas da Saúde, e apesar de voltar para casa sem a pratinha, ele também deixa de lado os ressentimentos¹.

O conto aborda um pouco do cotidiano de uma escola primária na região no entorno da Igreja de São Joaquim, ainda na primeira metade do século XIX. Porém, poucas décadas depois, essa região ficaria bastante conhecida pela sua relação com a educação, só que agora por escolas para além das primeiras letras. Ao lado da igreja que Pilar procura por Curvelo, era possível encontrar nas manhãs e tardes alunos transitando na entrada do externato de uma das mais importantes escolas da Corte de segundo segmento, o Imperial Colégio de Pedro II. Ainda assim, é bem provável que alunos com um perfil similar ao de Pilar – filhos de operários e das camadas pauperizadas –, ao buscarem ensino depois das primeiras letras, fossem mais encontrados naquela região à noite. Afinal, a partir

¹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Conto de escola. In: _____. *Várias Histórias*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1896.

de 1858, a Igreja de São Joaquim era ocupada por outra também relevante escola, só que noturna e destinada aos trabalhadores operários e seus filhos: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (LAO-RJ).

O educandário atendia, principalmente, os operários especializados da cidade. Até o final do século XIX, o Rio de Janeiro era o principal espaço com trabalho fabril no Brasil, sendo a maior parte desses operários ocupados nas pequenas fábricas e oficinas da cidade², ou em espaços públicos como o Arsenal da Marinha – como o pai de Pilar. Concomitante a isso, esse é um período em que havia uma presença marcante de negros livres na cidade do Rio de Janeiro, integrando, inclusive, os ramos de trabalhos especializados nessas fábricas³. A principal força de trabalho utilizada nesses espaços era dos chamados de artistas manuais, artífices ou artesãos, que professavam alguma arte produtiva ou serviço que necessitava especialização, técnicas e/ou estudos. Em seu meio havia desde libertos e negros livres aos cativos especializados, presentes na indústria até pouco antes do final da escravidão⁴.

Pesquisas do campo da História Social do Trabalho vem se debruçando nas últimas décadas sobre os artífices do final do século XIX, em seus diferentes espaços de produção e reprodução social, para investigar a formação de uma identidade operária e as estratégias reivindicatórias da classe trabalhadora desse período. Essas obras têm por fim compreender as bases e motivações em que estavam assentadas as reivindicações de trabalhadores tanto no período de vigência da escravidão, como no pós-abolição⁵. Tais obras apareceram em consonância ao desmoronamento do chamado “*Muro de Berlim Historiográfico*”⁶, em um movimento que aponta para necessidade de acabar com a fronteira entre as formas e sentidos das lutas de trabalhadores escravizados, libertos e livres de antes

² BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 111-124, set. 1991- out. 1992. p.113.

³ SOARES, Luís Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7Letras, 2007. p. 146-175.

⁴ NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. As greves antes da “grève”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, p. 56-59, 2013. p. 57.

⁵ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, [S. l.], v. 6, n. 10/11, 2010.

⁶ Conceito cunhado para se referir ao pouco contato entre a produção acadêmica sobre a escravidão e sobre os mundos do trabalho do pós-abolição. CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, [S. l.], v. 14, n. 26, 2010.

do 13 de maio de 1888 e de após a Lei Áurea – os quais, como é abordado desde a década de 1990, tiveram relevantes continuidades⁷.

Ainda que esse campo de estudos dê atenção à educação e instrução como partes importantes da construção da identidade dos artífices e como formas de assegurar sua posição social⁸, poucos são as obras que investigam, sob essa ótica, os espaços educativos profissionalizantes do período anterior à abolição. Algumas obras, como de Marcelo Mac Cord – que trata de uma escola noturna fundada por artífices negros de Recife –, são exemplares de trabalhos nessa linha de raciocínio, ao trazer a agência dos artífices e suas motivações na sua própria instrução⁹. Apesar dessa obra ser referência no campo de estudos dos mundos do trabalho, a educação para trabalhadores segue com pouco foco. Isso acaba por ignorar outros possíveis espaços que impactaram no processo formativo da classe no Oitocentos, como as instituições de educação profissionalizante.

Essas escolas e instituições ganham maior atenção nos estudos de História da Educação, sobretudo no segmento atento à educação técnica-profissionalizante. Entretanto, produções desse campo costumeiramente se voltam mais ao âmbito institucional das escolas, investigando sua relação de reprodução ou contribuição para as lógicas estruturais capitalistas – dando, assim, pouco espaço para se pensar a agência dos sujeitos envolvidos nesse processo. Uma obra de referência nessa lógica é o livro *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*¹⁰. Luiz Antônio Cunha e outros autores desse campo entendem essas escolas como uma educação de segunda categoria promovida às camadas pauperizadas, geralmente pela iniciativa privada com financiamento do Estado, que se preocupava com formar mão de obra nacional para uma indústria ainda não consolidada – a qual só viria a se estabelecer no pós-abolição¹¹. Essa educação, assim, teve uma ambígua combinação de dominação com processos socializadores, sendo produto e contribuindo para a formação do capitalismo, segundo essa linha interpretativa¹². De forma às vezes direta, mas geralmente

⁷ LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 16, 2012 [1998].

⁸ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes, 2010. *op. cit.*

⁹ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

¹⁰ CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005a.

¹¹ CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da Industrialização*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005b.

¹² *Ibid.*, p. 59-66 e 81-82.

indireta, esses trabalhos tratam da presença negra nas carteiras desse ensino como uma participação em menor grau, dando mais realce a não participação no ensino daqueles negros em situação de escravização.

Se atentando a espaços educativos que atendiam um público de cor no século XIX e início do XX, a bibliografia de História da Educação de Negros aparece nos estudos educacionais questionando quais as agências de negros e negras na sua própria educação, e quais os sentidos da instrução para eles. Esse campo surge devido a uma lacuna debatida a partir da década de 1990, em que a educação dos negros livres, libertos e escravizados do Oitocentos foi pouco ou nada debatida até aquele momento¹³. Apesar disso, muitos foram os autores que nas últimas décadas relacionaram educação e questão racial, para refletir sobre práticas de instrução durante o regime escravista no Brasil¹⁴. Tal campo de estudos traz reflexões em torno do que significou o ensino de escravizados, livres e libertos no ensino formal ou informal: seja pensando na educação enquanto acesso à liberdade e cidadania¹⁵; como forma de reforço das capacidades técnicas dos trabalhadores e melhoria da sua posição social¹⁶; ou como recursos aprendidos na escola e mobilizados nas reivindicações sociais¹⁷. Esses diferentes significados são explorados e destrinchados pelos acadêmicos dessa área, partindo sempre dos termos, motivos e ações dos próprios educandos negros¹⁸.

É inspirado nessas linhas interpretativas e questões suscitadas pelos diferentes campos de estudo que a presente dissertação acredita poder contribuir com a investigação do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (LAO-RJ). Essa escola – e sobretudo seu corpo discente – foi até o momento objeto de poucas

¹³ PINTO, Regina Pahim. A educação do negro: uma revisão da bibliografia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 62, 1987. p. 04.

¹⁴ FONSECA, Marcus Vinicius. A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação do Brasil”. In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

¹⁵ SILVA, Noemi Santos da. *Direito de aprender: a educação nas lutas negras por emancipação* (Paraná, 1853-1910). 2023. 334 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2023.

¹⁶ DA LUZ, Itacir Marques. Sobre Arranjos coletivos e práticas educativas negras no século XIX: o caso da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco. In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya A. Pombo de (orgs.) *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

¹⁷ PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, [S.I.], v. 2, n. 2, p. 75-102, 16 fev. 2012.

¹⁸ BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

abordagens historiográficas. No entanto, ela teve forte impacto na institucionalização da educação profissionalizante na segunda metade do século XIX, sendo espelho para fundação de diversos Liceus de Artes e Ofícios ao redor do Brasil e modelo para educandários dedicados ao ensino das artes manuais¹⁹.

Instituição nascida em 1858, a escola era destinada a formar artífices como forma de melhoria da indústria brasileira, sendo exclusiva para trabalhadores livres e libertos. O seu público era sobretudo formado por jovens advindos das camadas trabalhadores, em sua maioria com ofícios nas artes manuais. A partir da década de 1880, essa escola chega a ter mais de 2 mil alunos por ano, tornando-se, segundo sua diretoria, a maior escola profissionalizante em número de matrículas do período²⁰. A produção acadêmica sobre o Liceu acabou por o reduzir a uma instituição que apenas reproduzia valores capitalistas das elites, incorporados por seus discentes²¹ – ou, ainda, enquanto uma escola que tentava formar uma mão de obra livre de maneira destoante de seu tempo, dado que atuava em um mundo pré-industrial²². Fato é que tal instituição recebeu um expressivo quantitativo de alunos das camadas trabalhadoras na segunda metade do Oitocentos, sendo uma escola localizada no principal centro fabril brasileiro, ainda em um período anterior à abolição da escravidão. Tudo isso nos instigou a investigar essa escola a partir dos sentidos que esse espaço tinha para trabalhadores negros do período que ingressaram como estudantes.

Dessa forma, o presente trabalho investiga o Liceu de Artes e Ofícios e as implicações de seu ensino na formação dos artífices negros que por ali passaram ao longo da década de 1880. Pretende-se com isso compreender os impactos da escola profissionalizante na construção de uma identidade dos alunos-operários do Liceu nos anos finais de vigência da escravidão – atentando para como

¹⁹ BIELINSKI, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, dos pressupostos aos reflexos de sua criação: de 1856 a 1900*. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. p. 59-60.

²⁰ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1885 a 1888*. Rio de Janeiro: Typ. Papellaria Ribeiro, 1895. p. 05-07 (1885).

²¹ COSTA, Ana Luiza Jesus da. *À Luz das Lamparinas: as escolas noturnas para trabalhadores no município da corte*. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

²² MURASSE, Celina Midori. *A educação para a ordem e o progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)*. 2001. 184p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2001. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1590820>. Acesso em: 8 out. 2023.

perspectivas abolicionistas e dos mundos do trabalho afetaram a prática escolar. Para isso, a investigação buscou compreender o que levou as camadas laboriosas cariocas a buscar o espaço educativo, como eram as dinâmicas dentro da escola e quais foram os efeitos desse ensino em suas trajetórias profissionais e pessoais.

Acreditamos que é na interseção entre a História Social do Trabalho, da Escravidão e do Pós-Abolição, e a História da Educação – tanto no campo de ensino técnico-profissionalizante, como no campo de educação de negros – que podemos contribuir com novas reflexões ao olhar para o corpo discente de alunos-operários do LAO-RJ. Para isso, a pesquisa se valeu, principalmente, da perspectiva teórico-metodológica desenvolvida nesses campos de estudo, e mais especificamente das reflexões de Edward Palmer Thompson, Natalie Zemon Davis e Sílvia Hunold Lara.

Com E. P. Thompson, compreendemos que não há como identificar a identidade de uma classe ou grupo social fora da dialética de embate com outros coletivos de sujeitos, que tenham motivações diferentes do primeiro²³. Nesse sentido, entendemos por grupos sociais e classes um conjunto de sujeitos que, compartilhando experiências e interesses – seja por dividirem o ofício, a identidade étnico-racial, a posição como trabalhador manual, ou outros elementos –, conformam sua identidade coletiva no embate e na negociação com outros agrupamentos de sujeitos, que tenham interesses antagônicos ou conflitantes com o primeiro grupo. Além disso, a concepção de “experiência” por nós acionada é também baseada na percepção de E. P. Thompson, entendendo que não é possível dissociar a experiência externa dos sujeitos da interna no ambiente educacional²⁴.

Em relação às trajetórias e a forma com que esses alunos-operários lidaram com seu contexto cultural, baseamos nossa análise nas reflexões de Natalie Z. Davis. Para a autora, apesar de haver limites histórico-sociais que os sujeitos enfrentam – por questões como identidade racial, posição social, gênero, ou até mesmo pelos recursos que dispõem –, eles não são determinados por tais balizas. Isso significa dizer que os sujeitos históricos encontram possibilidades de agência mesmo dentro desses limitantes, não sendo por eles determinados, ainda que

²³ THOMPSON, Edward Palmer. “¿Lucha de clases sin clases?”. In: _____. *Tradicción, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1989. p. 37.

²⁴ THOMPSON, Edward Palmer. “Educação e experiência”. In _____. *Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13.

condicionem suas possibilidades de atuação e escolha²⁵: “vi-os como atores que, utilizando os recursos físicos, sociais e culturais de que dispunham, agiam no sentido de sobreviver, resistir e, às vezes, mudar as coisas”²⁶. Essa agência dos sujeitos é condicionada, também, pois sua intervenção no mundo será a partir de símbolos e signos compartilhados culturalmente. Em outras palavras, inseridos na cultura de uma sociedade, será nos termos daquela sociedade que os sujeitos agirão. Assim, ao entender o contexto em que os sujeitos pesquisados estão inseridos e a rede de significados culturais que suas ações fazem parte, será possível compreender suas agências, limites e possibilidades dentro daquele universo cultural. Pensando o objeto da pesquisa, será investigando como os artífices negros mobilizam signos como “modernidade”, “moralização” e “trabalho” nos seus próprios termos e para seus interesses, que compreendemos – apesar dos limites impostos – as agências deles na construção de suas trajetórias e seus caminhos, os percebendo como “sujeitos da sua própria história”²⁷.

Nossas fontes foram levantadas a partir de uma documentação relacionada ao LAO-RJ no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Centro de Memória Sylvio Vianna Freire – do próprio LAO-RJ – e nas Bibliotecas de Obras Raras da UFRJ (Digital; da Escola de Belas Artes; e da Escola Politécnica), além de outros acervos digitais. Grande parte dessa documentação não é produzida diretamente pelos discentes a quem queremos investigar, sendo tanto documentos institucionais da escola, como periódicos da grande imprensa carioca do período. Dessa maneira, partimos das reflexões de Silvia Hunold Lara sobre a “invenção das fontes”, em que um documento só pode ser entendido enquanto fonte ao observar os diferentes interesses envolvidos na existência dele, sejam de seus produtores, retratados e interlocutores²⁸. Assim, é compreendendo esses discentes como parte desses envolvidos que poderemos acessar suas motivações e agências. Além disso, também trabalhamos aqui com documentos escritos e organizados

²⁵ Trabalhos de Davis trazem trajetórias que, dentro dos limites e condicionantes dos sujeitos de sua época – fosse gênero, classe social ou identidade racial –, encontram as possibilidades para atingir seus objetivos. DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.; DAVIS, Natalie Zemon. *Listening to the Languages of the People: Lazare Sainéan on Romanian, Yiddish, and French*. New York: Central European University Press, 2022.

²⁶ DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: Sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 08-09.

²⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 64ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. p. 27-28.

²⁸ LARA, Sílvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 17-39, 2008.

pelos próprios discentes: seus periódicos estudantis de 1881-1882. Sem deixar de perceber essa documentação também como negociações em curso, será possível investigar mais a fundo a sua relação com o ensino e com a escola a partir de suas próprias palavras e perspectivas.

Dessa maneira, para trabalharmos com esse problema de pesquisa, o presente trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “A direção do LAO-RJ e seu projeto político-pedagógico”, acompanhamos mais a fundo a institucionalidade do Liceu. Com o objetivo de entender os motivos que levaram esse educandário a ter um apelo nas camadas trabalhadoras, investigamos desde a fundação da escola e as ideias da qual ela era credora, passando por seu currículo e pelas relações que estabeleceu ao longo da sua história, percebendo como isso afetou sua atuação e garantiu sua existência. Nesse primeiro momento, também trabalhamos o perfil dos estudantes que a escola atraiu, mobilizando principalmente a documentação institucional do LAO-RJ para esse fim.

No segundo capítulo, “Periódicos, perspectivas e agência estudantil”, temos como fonte principalmente a imprensa discente a fim de explorar como os estudantes atuaram dentro da escola para seus próprios interesses e como se conectaram à educação de artes e ofícios. Neste capítulo abordamos a importância que os discentes viam na educação, suas dinâmicas dentro das teias clientelistas da escola e como era o dia a dia dentro das salas a partir da visão dos estudantes. Além disso, também discutimos sobre as aspirações e percalços que esses estudantes viveram e sofreram dentro e fora da escola durante seu período letivo, refletindo sobre as dificuldades para jovens trabalhadores terem acesso ao ensino, mas também sobre os sonhos que expressavam em seus pequenos jornais.

Por último, é no capítulo “A educação na trajetória de alunos operários e de cor” que acompanhamos a trajetória de oito discentes do Liceu, em sua maioria afrodescendente, para refletir sobre como utilizam o ensino em suas vidas. Em primeiro momento, exploramos os sentidos dessa educação nas suas vidas profissionais e pessoais, e como mobilizaram as artes e os conhecimentos técnicos aprendidos no Liceu. Em segundo momento, trabalhamos como esses alunos participaram em diferentes espaços associativos comuns para sua classe e sua comunidade étnico-racial, e por fim exploramos como discentes negros estiveram envolvidos nas lutas políticas do seu tempo, utilizando da educação como meio de afirmação da sua identidade e cidadania.

Assim, com este trabalho nossa pretensão é contribuir para alargar a reflexão sobre a formação da classe operária do Rio de Janeiro, ao pensar como espaços educativos – como o LAO-RJ – foram laboratórios de experiência para setores jovens das camadas laboriosas onde eles se expressaram, se associaram, enfrentaram desafios e dificuldades, mas não deixaram de construir seus desejos e sonhos de melhoria da própria realidade.

1. A direção do LAO-RJ e seu projeto político-pedagógico

Não vem aqui os privilegiados da fortuna, que para esses existem as Academias, as escolas superiores, onde formam os grandes mestres; mas os pobres de recursos pecuniários, o operário modesto e desconhecido, o artífice inteligente e ignorado, o povo, enfim, os que não podendo ser médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, pintores ou escultores, desejam ser artesãos, maquinistas, mestres de oficinas, industriais, artistas hábeis, diretores de fábricas, desenhistas.

Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, 1895²⁹.

Proposta pela Sociedade Propagadora das Belas Artes (SPBA) em meados do século XIX e atualmente com mais de 150 anos de atividade, a ideia de fundação do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (LAO-RJ) foi matéria do livro escrito em comemoração ao centenário da proposição da instituição, em 1956, do então diretor do Liceu Álvaro Paes de Barros³⁰. Barros, que foi secretário do proponente inicial do Liceu, Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, teve grande parte da sua vida dedicada à escola e, na década de 1950, se preocupou em registrar as motivações do grupo de fundadores, as mudanças de sede que o educandário enfrentou, os percalços que as motivaram, as boas relações do educandário com as principais figuras do Império e do início da República, além de também republicar estatísticas de matrículas e nomes de ex-alunos que prosperaram após formação no Liceu, principalmente figuras que seguiram o caminho da política e das belas artes. É por esse mesmo caminho que seguiu, em 1991, o trabalho de Sylvio Vianna Freire³¹. Presidente da Sociedade Propagadora das Belas Artes (SPBA) na época, a Sociedade mantenedora do Liceu, Sylvio Vianna Freire seguiu o caminho de seu professor Álvaro Paes de Barros ao descrever, mais detidamente, os acontecimentos e adversidades ocorridos com o

²⁹ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1885 a 1888*. Rio de Janeiro: Typ. Papelaria Ribeiro, 1895. p. 07 (1886-1888).

³⁰ BARROS, Alvaro Paes de. *O Liceu de Artes e Ofícios e seu fundador: depoimento histórico no primeiro centenário da grande instituição*. Rio de Janeiro: [IBGE], 1956.

³¹ FREIRE, Sylvio Vianna. *A Sociedade Propagadora das Belas Artes e o Liceu de Artes e Ofícios: 135 anos a serviço da educação e da cultura*. Rio de Janeiro, 1991.

Liceu após o fim do Império. Ambos os trabalhos, com preocupações que tangem a memória da instituição, e escritos por figuras ligadas à diretoria do educandário, visaram registrar e descrever a atuação do Liceu, suas propostas e os acontecimentos que perceberam como relevantes. Ambos abordam o caráter profissionalizante que a escola teve, mas é principalmente em Barros o maior enfoque no projeto que a escola propunha ao longo do Oitocentos, principalmente a partir das ideias e falas dos seus diretores.

Um trabalho acadêmico que é bastante credor dessas abordagens memorialísticas e que é referência dos estudos sobre o LAO-RJ no Oitocentos é a dissertação de Alba Carneiro Bielinski³². Desenvolvida no campo da História da Arte, ela, assim como os os artigos publicados pela autora na revista da extinta Faculdade Bethencourt da Silva (FABES)³³ – criada pela direção do LAO-RJ no final do século XX –, buscou debater as relações entre arte e ofícios que circulavam no século XIX e deram base para fundar o Liceu, dando a ver como esse educandário funcionou ao longo do Oitocentos. Ainda que traga contribuições instigantes sobre o campo das artes manuais no período, por exemplo, apresentando as discussões sobre as artes e ofícios na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) e como isso influencia a fundação do Liceu, Bielinski reproduz alguns dos pressupostos presentes no trabalho memorialístico sobre o Liceu, crendo na importância institucional a partir, principalmente, do que é falado pelos próprios fundadores sobre a escola e por figuras influentes do mundo político e letrado que apoiavam o educandário. Assim, seu trabalho aborda de forma bastante positiva o educandário e o projeto político-pedagógico deste, ainda que conte com uma ampla busca de fontes para descrever e entender o que estava sendo proposto por aquele grupo liderado pelo arquiteto Bethencourt.

Já no campo da História da Educação, alguns trabalhos abordaram o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro no Oitocentos de forma mais crítica. Enquanto alguns se voltam para uma abordagem que relaciona a escola ao campo da educação profissionalizante, outras abordagens deram foco no seu caráter de ensino destinado aos desvalidos e camadas empobrecidas da sociedade no

³² BIELINSKI, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, dos pressupostos aos reflexos de sua criação: de 1856 a 1900*. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado). Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003a.

³³ *Idem*. Liceu de Artes e Ofícios - Um pouco da sua história: 1856/1906. *Revista da Fabes*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 28-35, jul. 2003b; *Idem*. Bethencourt da Silva e a defesa do saber. *Revista da Fabes*, Rio de Janeiro, Edição especial, nov. 2006.

Oitocentos. Entre alguns dos trabalhos relevantes nesse campo e que se detiveram em maior grau ao educandário, podemos citar o de Luiz Antônio Cunha³⁴, Celina Midori Murasse³⁵ e Ana Luiza Jesus da Costa³⁶. Ao abordarem o Liceu, esses trabalhos, produzidos a partir dos anos 2000, identificaram mais camadas quanto ao seu projeto político-pedagógico. Para Cunha e Murasse o caráter “técnico” desse ensino foi desvirtuado, seja por não haver um currículo de ensino que atenda de fato a um ensino para o trabalho³⁷, ou por ser fundado em um período em que o desenvolvimento industrial não demandava a existência de escolas técnicas, sendo assim “utópico por ainda lhes faltar a materialidade necessária para a sua plena concretização”³⁸. Já para Costa, ao focar em instituições de ensino noturno e seu público alvo, constata que esse tipo de ensino, também disponibilizado no Liceu, fazia parte de um “projeto político-pedagógico elitista”, que previa para as camadas pobres apenas o acesso ao trabalho ao invés de um ensino para a cidadania³⁹.

Ainda que essas abordagens contribuam para refletir, em parte, sobre o Liceu e seu projeto, acreditamos ser necessário o aprofundamento no que era o ensino de artes e ofícios, como ele se relacionava com os trabalhadores artífices, as oficinas e fábricas já existentes no Rio de Janeiro oitocentista, assim como quais eram suas relações com os diferentes segmentos da sociedade letrada, política e proprietária nesse período. Dessa forma, vamos neste capítulo, em um primeiro momento, nos ater ao projeto político-pedagógico dos criadores da instituição, a partir dos discursos de fundação e estatutos aprovados, atentando para sua relação ao cenário educacional, político e do trabalho no pós-fim do tráfico negreiro. Em um segundo momento, debatemos a proposta pedagógica da escola, que envolvia artes e ofícios, assim como o letramento e a moralização dos alunos. Por fim, buscamos entender melhor o perfil do corpo diretivo do Liceu na

³⁴ CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005a.

³⁵ MURASSE, Celina Midori. *A educação para a ordem e o progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)*. 2001. 184p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2001.

³⁶ COSTA, Ana Luiza Jesus da. *À Luz das Lamparinas: as escolas noturnas para trabalhadores no município da corte*. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

³⁷ CUNHA, Luiz Antônio, 2005a. *op. cit.* p. 125.

³⁸ MURASSE, Celina Midori. *op. cit.* p. 12.

³⁹ COSTA, Ana Luiza Jesus da, 2007. *op. cit.* p. 12-13.

década de 1880, assim como as relações econômicas, políticas e ideológicas que a escola estabeleceu para manter sua existência; e analisaremos o perfil de público que o ensino liceano atingia, em especial na década de 1880, de modo a refletir sobre o perfil dos sujeitos que compunham esse corpo discente da instituição.

1.1. Uma Sociedade, uma Revista e um Liceu

No domingo de 23 de novembro de 1856, uma reunião realizada em uma das salas do Museu Nacional daria início à Sociedade Propagadora das Belas Artes do Rio de Janeiro, associação cujo fim era divulgar as artes na sociedade e criar apreço pelo *belo* e pela qualidade nos produtos artesanais e manufatureiros produzidos na Corte. Foi proposta pelo recém-formado arquiteto na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, o qual convocou a reunião e discursou para as 99 pessoas presentes, que apoiaram a iniciativa e se prontificaram a se associar. Para atingir os objetivos dessa Sociedade a ser inaugurada, Bethencourt propunha duas iniciativas que iriam promover a vulgarização das artes para a população oitocentista: uma revista e um liceu⁴⁰.

O proposto Liceu de Artes e Ofícios perdurou e se consolidou após sua inauguração, em 1858. Já a sua iniciativa irmã não teve a mesma sorte: empreitada efêmera, a *Revista Brazil Artístico* contou com apenas 6 edições publicadas em 1857-1858 e republicadas na retomada da revista, em 1911⁴¹. Ainda que com uma breve vida, a *Revista* se dedicou a registrar a memória da fundação da SPBA, transcrevendo os discursos e debates de seus proponentes e fundadores, além de opinar em questões sobre as artes e indústria de seu tempo. É a partir da revista que temos os registros dos temas discutidos nessas reuniões fundacionais e que motivaram tais iniciativas, os quais se cristalizaram por escrito no Estatuto da SPBA (discutido junto a fundação desta) e nos Regimentos e Regulamentos do LAO-RJ (que a versão mais antiga encontrada por nós data 1882).

Se a *Revista* visa representar essa fundação como fruto da iniciativa pioneira de jovens mentes, para nós é importante analisar as temáticas tocadas

⁴⁰ BIELINSKI, Alba Carneiro, 2003a. *op. cit.* p. 71-76.

⁴¹ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS ARTES. *O Brazil Artístico*: Revista da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (Nova Phase). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1911 [1857]. 7 fasc. 1 v. 314 p.

pelos discursos na sua relação com a trama cultural e experiências no campo da arte, indústria, educação, mão de obra e trabalho. As perspectivas desses letrados refletem suas percepções de seu mundo e de seu tempo compartilhadas com muitos outros sujeitos de posição social similar ou próxima, além de trilharem caminhos parecidos com seus antecessores que procuraram oferecer uma educação para artífices. As edições da *Revista Brazil Artístico* descrevem duas reuniões de preparação da SPBA ocorridas em 23 e 28 de novembro de 1856, transcrevendo os discursos de Francisco J. Bethencourt nessas reuniões, assim como registram a reunião de inauguração da SPBA em 20 de janeiro de 1857, com a transcrição das falas de membros da Sociedade e convidados.

Nas primeiras reuniões de preparação, o arquiteto Bethencourt, que era filho de carpinteiro português e encontrava-se com 25 anos, realizou discursos eloquentes para convencer os presentes da importância de fundar tal sociedade. Dizia ele que o ensino de arte em países como Inglaterra e França foi central para desenvolvimento das suas indústrias, afinal essas últimas estão assentadas nas artes úteis, desempenhadas pelos artífices⁴². A divulgação da arte, assim, melhoraria o trabalho dos artífices e o apreço pela qualidade dos produtos do trabalho manufatureiro, afinal, o atraso fabril brasileiro estava atrelado diretamente à falta de conhecimento dos trabalhadores manuais desses ramos. Assim, para Bethencourt, criar um liceu de artes e ofícios era um meio de lidar com esses problemas a partir da instrução:

Estou certo que não deixareis de conhecer comigo que o atraso de nossa indústria é filho desta única falta na educação dos nossos artífices, e que portanto devemos cuidar seriamente da criação de uma Sociedade Propagadora das Belas Artes, que, entre outros meios necessários ao seu desenvolvimento e útil fim, estabeleça um liceu de artes e ofícios, em que os nossos artesãos, operários e mais concidadãos estudem em lições noturnas o desenho geométrico, industrial, artístico e arquitetônico, os princípios das ciências aplicadas às artes livres, podendo então em breve tempo apresentarmos, como a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Itália e mesmo Portugal, as nossas produções a par das obras primas do seu povo.⁴³

Sua perspectiva não se afastava do que já vinha sendo debatido nos últimos anos nos círculos sociais que Bethencourt e outros fundadores participavam, como da Academia Imperial de Belas Artes. Fruto do empenho dos

⁴² *Ibid.* p. 19-20.

⁴³ *Ibid.* p. 20.

remanescentes da Comitativa Artística Francesa de 1816, a Academia tem seu histórico vinculado às artes e ofícios, uma vez que a Comitativa Francesa pretendia a criação de uma dupla escola, tanto de artes e ofícios, como de belas artes, chamada Escola de Ciências, Artes e Ofícios. Essa proposição estava em consonância com o pensamento real, chegando a ser solicitada na carta régia de D. João VI, ao se referir às vantagens da aprendizagem de belas artes e dos ofícios mecânicos aplicados à indústria⁴⁴. A ideia era que o ensino de ofícios abarcasse as camadas pobres, evitando que essas adentrassem no espaço das belas artes. Assim, com forte perspectiva de distinção social entre os artistas das belas artes e artesãos, Joaquim Lebreton, liderança da Comitativa Francesa, apresentavam em seus manuscritos a proposta para a Dupla Escola:

Como o ensino é inteiramente gratuito [na escola de Paris], **a pobreza para ali envia os seus filhos, em lugar de colocá-los em oficinas de artesãos**, onde teriam de pagar pela aprendizagem. Cedo a vaidade da criança ou da família o impede de retroceder [...] e naturalmente dedicar-se a um ofício. **É de desejar que esta má semente não se introduza no berço de nossa escola**; que, pelo contrário, a profissão de artista fique, em geral, numa região média da sociedade [...]. Talvez criando simultaneamente **uma Escola de Belas Artes, *los nobles artes*, e uma escola de desenho para as artes e ofícios**, se possa preservar a primeira pela segunda, classificando e mantendo nesta, que não poderia chegar a ser demasiado frequentada, todos que não conviessem à outra.⁴⁵

Para Lebreton, a ensino de belas artes no Brasil deveria não incorrer nos mesmos erros que o Francês, que ao instituir uma escola gratuita, permitia que as camadas pobres enviassem seus filhos para aquela educação. Essa percepção carregava uma forte distinção social entre os que eram dignos de aprender as belas artes e os que, não sendo dignos, deveriam ser destinados ao ensino das artes e ofícios. Ainda que essa fosse a proposta inicial dos artistas e artífices franceses que chegaram nas américas no período joanino, só parte desse projeto viria a se efetivar com a criação da AIBA, em 1826, dedicada apenas às belas artes no já independente império brasileiro.

Esse período é também marcado pelo declínio das corporações de ofício, que vinham sofrendo represálias desde a chegada da Família Real aos trópicos. No

⁴⁴ BIELINSKI, Alba Carneiro, 2003a. *op. cit.* p. 31.

⁴⁵ BARATA, Mário. Manuscrito inédito de Lebreton – sobre o estabelecimento da Dupla Escola de Artes no Rio de Janeiro, em 1816. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959. p. 293; BIELINSKI, Alba Carneiro, 2003a. *op. cit.* p.38 (grifos nossos).

período Joanino, o governo empenhava-se em diminuir o monopólio dos artífices brasileiros dos seus ramos laborais. Alegava-se que as corporações controlavam quem podia atuar ou não como artífice, além de ensinar as técnicas do seu trabalho somente aos seus aprendizes, concentrando os conhecimentos para o trabalho entre eles e evitando, assim, uma disputa de mercado de trabalho⁴⁶. Após a independência, a primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824, estabelecia o fim definitivo nas corporações de ofícios, transferindo para o Estado funções que cabiam antes às corporações, como a titulação de aprendizes para exercer os trabalhos artífices⁴⁷. Ainda assim, não houve, por parte do Estado, a preocupação em se criar escolas para o ensino de ofícios. O ensino e repasse das técnicas de trabalho nos ramos artífices continuou, ao longo da primeira metade do século XIX, estritamente vinculado a cultura pedagógica entre mestres de ofício e aprendizes artífices, deixando em segundo plano a proposição do ensino das técnicas fora do espaço de trabalho⁴⁸.

Foi assim somente na virada para a segunda metade do século XIX que a questão educacional de ofícios voltou à pauta. No Congresso, figuras como Manuel de Araújo Porto-Alegre apresentavam em 1852 a demanda pela criação de uma escola profissional isenta de qualquer restrição à classe social que a frequentasse, em projeto que acabou por fracassar⁴⁹. Dois anos após, em 1854, houve uma reforma educacional importante que regulamentou a instrução primária e secundária na Corte, proposta por Luiz Pedreira de Couto Ferraz, que ficou conhecida pelo nome de reforma Couto Ferraz⁵⁰. Nesse mesmo ano, foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos e Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que contariam com oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração, no primeiro, e encadernação e tipografia, no segundo, como meio de subsistência para aqueles tidos como desvalidos socialmente⁵¹. Ainda em 1854, a

⁴⁶ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007. p. 144-146.

⁴⁷ BRASIL. *Constituição (1824)*. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.

⁴⁸ BIELINSKI, Alba Carneiro, 2003a. *op. cit.* p. 32; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *op. cit.* p. 150-156.

⁴⁹ FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. Vol 1. p. 147.

⁵⁰ BRASIL. *Decreto n° 1.331-A*, de 17 de fevereiro de 1854.

⁵¹ GONZALEZ, Flávio; SOFIATO, Cassia Geciauskas. Educação laboral para pessoas cegas e surdas no Brasil oitocentista. *History of Education in Latin America - HistELA*, [S. l.], v. 7, n. 1, 2024. p. 07.

questão do ensino de ofícios será pauta também na AIBA, ao se tentar resgatar as ligações da Academia com as artes e ofícios. Será iniciado o ensino noturno para artesãos e artífices, elaborada pelo então diretor da Academia Araújo Porto-Alegre e apoiada por Pedreira Couto Ferraz (ambos que, no legislativo, atuaram pela questão educacional de ofícios). Tal reforma na AIBA ficou conhecido como Reforma Pedreira⁵². Dessa forma, uma parte da política de Estado ao pensar educação, no período, estava direcionada para a instrução como ensino para o trabalho e para a trazer à civilidade aqueles que formariam o mercado de trabalho livre. A essa política educacional, formulada pelo Estado e pelas iniciativas particulares condizentes com este, Ana Luiza Jesus da Costa chamou de projeto político-pedagógico elitista⁵³. Tal projeto educacional parecia ganhar apelo em meio a um setor da elite política: o que acreditava que a proibição do tráfico negreiro fazia parte de um processo gradual de abolição da escravidão. Para estes, era necessário a integração dos egressos da escravidão na sociedade enquanto trabalhadores livres, mas com restrições a sua cidadania⁵⁴.

Nem todas essas iniciativas tiveram sucesso. A Reforma Pedreira na Academia Imperial de Belas Artes, por exemplo, não conseguiu ser implementada, e as aulas noturnas foram interrompidas. Ainda assim, os debates sobre essa reforma chegaram a influenciar diretamente alunos e professores da AIBA como Francisco Bethencourt, que se formou como arquiteto na Academia naquele mesmo ano. Assim, há ligações entre a proposta de ensino noturno na AIBA e a fundação, dois anos depois, da SPBA e do LAO-RJ⁵⁵. Isso acarretou na relação *arte manual, educação civilizatória e trabalho livre*, princípios que estavam no cerne dessa criação, e a crença da SPBA era de que a intervenção nas técnicas de trabalho iria mobilizar e fomentar esses três pólos. É, então, na segunda reunião de preparação da SPBA, que Bethencourt irá discutir sobre a mão de obra empregada atualmente no trabalho manual: com a tendência de ser

⁵² BIELINSKI, Alba Carneiro. 2003a. *op. cit.* p. 47-48.

⁵³ COSTA, Ana Luiza Jesus da. As escolas noturnas do município da Corte: Estado Imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). *Educação & Sociedade*, v. 32, p. 53-68, 2011. p. 55.

⁵⁴ RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000. p.82-84

⁵⁵ AMARAL, Claudio Silveira. Um projeto de industrialização para o Brasil a partir do ensino do desenho (o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro), Rui Barbosa e John Ruskin. Pós. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fauusp*, [S.l.], n. 19, p. 128, 1 jun. 2006. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). p. 132-135.

destinado aos escravizados, as artes manuais se desvalorizaram e afastaram, conseqüentemente, a mocidade livre. Dizia Bethencourt:

[a desvalorização das artes manuais] levou a sociedade brasileira a tomar como desonrosas as profissões de artista e de operário [...]. Assim pensando, a mocidade [...] preferia a inação, que lhe preparava uma pobreza pouco digna, a exercer um ofício ou uma arte que, **praticados unicamente pelos escravos** para quem isso fora deixado, não lhe traziam senão o desprezo de seus concidadãos.⁵⁶

Apesar do exagero de Bethencourt ao afirmar que esses ramos eram exercidos “unicamente por escravos”, ele não deixava de ter boa parte de razão. Com uma presença considerável de trabalhadores cativos nesse meio, esses foram a maioria dos empregados nas manufaturas e oficinas da cidade do Rio de Janeiro, até 1840, chegando a coexistir com trabalhadores livres até a década de 1880⁵⁷. Embora o Rio de Janeiro fosse a principal cidade industrial brasileira até final do século XIX, a maior parte de seus operários atuava em pequenas fábricas e oficinas manufatureiras⁵⁸. Esse era o cenário predominante do setor artesanal, manufatureiro e fabril carioca no final do Império, no qual prevaleciam estabelecimentos com cerca de 10 empregados, que produziam itens como chapéus, sabão e vela, têxteis, calçados, fundição e máquinas⁵⁹.

Ainda que haja, na segunda metade do século XIX, uma associação entre escravizados e trabalho puramente braçal e não-especializado pelas elites letradas e proprietárias urbanas, essa ideologia não condizia com a realidade, pois, além da presença de negros escravizados em diversos ramos manufatureiros e artesanais, eles realizavam atividades técnicas e especializadas nesses espaços⁶⁰. Esse tipo de trabalhador especializado, fosse cativo, liberto ou livre, nacional ou estrangeiro, era chamado por nomenclatura como operários, artífices, artesão, artistas manuais – e será como as direções do LAO-RJ irão se referir a eles. Os artífices, então, são aqueles que professam alguma arte produtiva ou serviço que necessita especialização, técnicas e/ou estudos. Foram força notável em uma cidade em urbanização como o Rio de Janeiro Oitocentista, e realizavam diferentes trabalhos

⁵⁶ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS ARTES, 1911. *op. cit.* p. 38 (grifos nossos).

⁵⁷ SOARES, Luís Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7Letras, 2007. p. 149.

⁵⁸ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, set. 1991-out. 1992. p. 113.

⁵⁹ SOARES, Luís Carlos. *op. cit.* p. 148.

⁶⁰ *Ibid.* p. 146-147.

especializados em diversas áreas, desde serviços como saúde e beleza (barbeiros-sangradores, por exemplo)⁶¹, aos ramos produtivos, como a produção de insumos e produtos finais (por exemplo, ferreiros e chapeleiros) ou aqueles empregados na construção civil direta ou indiretamente (exemplo dos canteiros e carpinteiros)⁶². Esses dois últimos, os artífices do setor produtivo e da construção civil, que trabalhavam nas oficinas, pequenas fábricas ou canteiros de obras pela cidade, são a prioridade atendida no ensino do Liceano⁶³.

A escravidão na indústria carioca só entraria em declive na segunda metade do século XIX, com a atração da mão de obra cativa pelo ramo do café e o próprio declínio da escravidão⁶⁴. Uma hipótese plausível é que a atração da mão de obra cativa pelo café gerou perdas de conhecimentos e técnicas das artes manuais e ramos industriais, que tinham em sujeitos em situação de escravidão seus conhecedores. Além disso, o capital antes empregado no tráfico negreiro estava agora a dinamizar a economia brasileira, gerando um *boom* na atividade interna, e influenciando no crescimento dos ramos econômicos urbanos, que já vinham em ascensão desde a década de 1840⁶⁵. Concomitantemente, as ideias que associavam escravizados ao trabalho não-especializado e a mão de obra livre como fator indispensável ao avanço da indústria ganhavam força na sociedade letrada na segunda metade do Oitocentos⁶⁶, vindo a disputar espaço e até mesmo coexistir com o imaginário que vinculava o trabalho manual ao cativo⁶⁷.

É possível supor que esses fatores e perspectivas tenham sido motivadores na preocupação de Bethencourt e seus associados em criar uma escola em que se vulgarizasse as técnicas para trabalhadores livres e libertos e valorizasse as artes

⁶¹ PIMENTA, Tânia Salgado; DANTAS, Rodrigo Aragão. Barbeiros-sangradores no Rio de Janeiro Oitocentista: Transformações de um ofício. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 6, n. 14, p. 06–24, 2014.

⁶² LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 53-56.

⁶³ Há nos Regulamentos e Regimentos do LAO-RJ uma lista de “Artes e Ofícios”, com cinquenta profissões e as respectivas aulas indicadas para elas. LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Estatutos da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro / Regulamento e regimento do Lycêo de Artes e Offícios da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro*: Typ. Hildebrandt, 1882. p. 45.

⁶⁴ SOARES, Luís Carlos. *op. cit.* p. 157-159; NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. As greves antes da “grève”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, p. 56-59, 2013. p. 57.

⁶⁵ ALONSO, Angela Maria. *Idéias em Movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 77; SOARES, Luís Carlos. *op. cit.* p. 47.

⁶⁶ NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, v. 18, p. 217-240, 2006. p. 227-228.

⁶⁷ SOARES, Luís Carlos. *op. cit.* p. 149-150.

manuais. Afinal, esse ensino funcionaria com aulas noturnas, para que fosse possível que artífices já empregados tivessem acesso ao ensino, “porque é só de noite que o operário poderá ir aprender a ciência de que precisa, sem lesar os frutos do trabalho que para a vida lhe é mister”⁶⁸. Sua preocupação com a produção e qualidade do trabalho estava no centro dos objetivos da educação Liceana, por isso, Bethencourt defendia que a instrução da mocidade trabalhadora no Liceu iria gerar resultados para toda a população, ao fazer a nação colher os frutos do ensino em objetos produzidos pela manufatura, e nas construções civis realizadas nos canteiros por pedreiros e demais artífices do setor, alinhados ao *belo* e ao melhor das artes⁶⁹.

Seguindo essa linha, a fala de outro membro da SPBA aparece ainda mais evidente a relação que esses faziam entre escravidão e atraso para a indústria. O jovem médico e bacharel em direito Dr. Domingos Jacy Monteiro, também com 25 anos, era, além de membro SPBA, secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)⁷⁰. Ele alegava ter visto, nas viagens a Europa, o avanço e progresso que as nações fizeram a partir da indústria, enquanto a nação brasileira, recostada na escravidão, se via ociosa e sem aspirações de progressão:

É porque perpassa-me pela mente, como tétrica nuvem, a **imagem do Brasileiro recostado no seio da escravatura**, desdenhando esta natureza que vai além da fantasia, olvidado do que deve à pátria, e deixando quanto lhe toca de mais perto ao cuidado do estrangeiro. **E nas minhas recordações me aparecia ele entregando-se à sonolência e à apatia**, sem curar de avantajar-se — **semelhante a um velho caduco, que, não tendo mais aspirações de porvir**, indiferente a quanto em derredor se agita, ou não compreende mais ou **não procura compreender que existe progresso**, ou sorri-se das lidas a que se dão os moços, e imagina que o mundo acaba ali no marco em que ele quedou, que o sentimento é um mito, que o amor da pátria é uma fábula arranjada para adormentar crianças.⁷¹

A mobilização de signos que relacionam progresso, industrialização, mão de obra livre e juventude, de um lado, e ócio, atraso na indústria, escravidão e a velhice “caduca”, do outro, não era por acaso. Jacy Monteiro e Bethencourt da Silva, assim como outros jovens bacharéis que estavam criando a SPBA, entendiam a escravidão relacionada a esse mundo atrasado, que competia contra o

⁶⁸ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS ARTES, 1911. *op. cit.* p. 34.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 22 e 40.

⁷⁰ BIELINSKI, Alba Carneiro. 2003b. *op. cit.* p. 29.

⁷¹ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS ARTES, 1911. *op. cit.* p. 65 (grifos nossos).

avanço impulsionado pela industrialização e a ciência: “A nossa gente, que se acha imbuída em certas doutrinas errôneas, dominada por um certo estrangeirismo pernicioso e pelos interesses do infame tráfico d'África”⁷². Dessa forma, a Sociedade Propagadora das Belas Artes e o Liceu de Artes e Ofícios tem, em seus membros diretores, uma aproximação com os germens das ideias emancipacionistas e abolicionistas brasileiras da época, preocupados em “preparar” a mão de obra que deveria suceder esses escravizados: os próprios libertos e livres já trabalhadores. Era uma preocupação, antes de tudo, com a pátria, e com o atraso que a escravidão significava para essa nação que eles, ainda que *moços*, percebiam como o entorno se agitava em mudanças e transformações que a geração anterior não acompanhava. Para transformar essa pátria, a educação dos livres e libertos não era só como um meio de instrução ao *belo* e à *arte*, mas também um meio de fazê-los avançar à própria civilização. Os escravizados, nesse sentido, eram um empecilho: enquanto empregados no motor do progresso – que era a indústria –, atrasavam as forças produtivas do país. O projeto do Liceu, então, se configurava como uma vertente das tentativas de supressão da mão de obra escravizada para dar espaço ao trabalho livre.

Para Jacy Monteiro, esse quadro que só teria mudanças com a instrução dos nacionais:

Senhor! (dizia eu a 20 de Dezembro de 1853, ao receber o doutorado em medicina, dirigindo-me ao Imperador) bem que vossos olhares se voltem de contínuo para as letras pátrias, permita-me ainda assim que neste dia solene vos dirija uma súplica, que não cairá, nós o esperamos, como única folha inútil, a vossos pés: — O povo carece de instrução, alimento da alma, como do alimento do corpo; quando a ignorância e o charlatanismo penetram os umbrais dos templos da ciência, aí desta! ai da sociedade!⁷³

E continua, ao indicar a relação entre instrução e o bem-estar da nação:

Quando, porém, a emancipação da inteligência se foi operando; **quando os indivíduos empregados nos labores e misteres quiseram deixar de ser escravos**, e, meditando no seu futuro **inventar e conhecer métodos de trabalho menos árduos e mais apurados**, viu-se então quanto a instrução partilhada melhora a nossa espécie, quanto acrisola os costumes e a linguagem, quantas prosperidades resultam dela para o bem-estar de cada um e para o aumento do Estado.⁷⁴

⁷² *Ibid.*, p. 81-82.

⁷³ *Ibid.*, p. 66.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 68 (grifos nossos).

Aqui, “escravo” parece não ser empregado por Jacy Monteiro no sentido da condição social, mas como sinônimo daqueles sem a instrução necessária para conhecer métodos de trabalho menos árduos e penosos a partir do avanço técnico. Ainda assim, o uso de “escravo” demonstra o imbricamento, na linguagem do médico, entre a condição de escravizado, a distância da ciência e a relação com o trabalho mais precário e menos apurado. Menos como um dado da realidade, esses discursos reafirmam as bases da educação noturna que o Liceu iria executar: com um papel de civilizar e trazer para as luzes da arte e da ciência os indivíduos *livres* empregados nos labores e misteres.

Não se pode deixar de notar a forma com que a indústria aparece no imaginário desses sujeitos. Sinônimo de avanço e desenvolvimento nacional, a indústria têxtil inglesa é por vezes lembrada ao falar de progresso. Na coluna “Variedade” da edição número 06 da *Revista Brazil Artístico*, publicada em março de 1858, os redatores discorrem sobre o tamanho de uma fábrica de tapetes em Halifax que, por seu tamanho descomunal, poderia passar por fábula *se não fosse* na Grã-Bretanha⁷⁵. Já o comerciante e também membro da SPBA, Gault Filho, em seu discurso na inauguração da Sociedade, alegou que:

Se um só homem tivesse sido o inventor das máquinas de preparar tecidos, teria mostrado mais inteligência do que [Isaac] Newton, e pode-se afiançar que nos princípios matemáticos deste não há problema algum mais difícil de resolver do que o de executar um tecido por meio de uma máquina.⁷⁶

Não é surpresa que a indústria têxtil, principalmente inglesa, gerasse curiosidade e fosse um dos grandes símbolos da industrialização nesse mundo de meados do século XIX. Porém, ainda não estabelecido esse ramo industrial no Brasil, e com uma maior afinidade na sede da Corte com a construção civil e as oficinas e fábricas de pequenas manufaturas e artesanato, é sobre essas áreas de trabalho, que estavam em seus horizontes, que a SPBA e o LAO-RJ irão dar atenção nas suas investidas críticas e educacionais. Na coluna “Crônica Artística”, a *Revista* se debruçou sobre os problemas da infraestrutura e estética de prédios na Corte, chegando a alegar que a Câmara, que devia guardar pelo embelezamento da cidade com seu poder de permitir ou não as obras, estava dormindo ou fechava os olhos para não ver as novas obras na cidade que mais pareciam “monstros de

⁷⁵ *Ibid.*, p. 176-177.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 47

alvenaria”, como o era o prédio da Sociedade Cassino Fluminense⁷⁷. A essas más construções, era associado o desprezo de bons arquitetos e/ou a contratação de mestres de obras por afeição, ou patronato. Jacy Monteiro também discursou sobre o tema, indagando o que se pensar de um povo que nas “inúmeras igrejinhas, sem propriedade nem beleza [...] nus d’arte por fora e por dentro”, venerava “a ideia de Deus ou dos Anjos personificada nessas figuras informes, e mais ou menos ridículas, posto que ricamente, ataviadas?”⁷⁸. Com seu tom ácido, reclamava para a melhoria que deveria ocorrer na construção civil, ao reafirmar o que deveria ser o papel dos mestres de obras: úteis na construção e execução dos planos, não deveriam ser aqueles que planejam as construções sem as luzes da arte:

Os proprietários, em grande parte baldos de bom gosto, são os mesmos que se julgam habilitados para traçar riscos e levantar planos; ou, no caso contrário, dão essa incumbência a **mestres de obras, hábeis muitas vezes para o que toca a construção, mas de ordinário leigos nas mais tênues luzes da arte.**⁷⁹

Com críticas inclusive aos proprietários que contratavam as obras, vistos por ele como carentes de “bom gosto”, o mais relevante desse trecho é como Jacy Monteiro percebe a deficiência que o Liceu poderia suprimir em sua relação com os trabalhadores: trazer para as luzes aqueles que, treinados nas letras e nas artes, poderiam melhor executar seu trabalho manual nos moldes do progresso científico. Como consequência, ocorreria a valorização do trabalhador manual, que estava no campo da capacidade de exercer um trabalho que demandava a aproximação entre o executar e o pensar. Na perspectiva dos dirigentes da SPBA e do LAO-RJ, ainda que o histórico pesasse contra esses trabalhadores – afinal, era a eles creditado a culpa do demérito da indústria nacional e das artes manuais –, também abria-se como possibilidade o ajustamento deles ao melhor das artes e ciências, que iluminaria suas mentes e mãos, podendo, assim, participar da construção da nação. Assim, com uma forte inclinação emancipacionista, o Liceu funcionaria como uma ferramenta de supressão da escravidão, a partir do fomento e ajustamento da mão de obra livre dos egressos da escravidão e contingentes das camadas pobres, principalmente, nacionais.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 172-173.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 76.

⁷⁹ *Ibid.* (grifos nossos).

Esses discursos e atuação pela *Revista* em momento preparatório da Sociedade e do Liceu viriam a ser fundamentais para o amadurecimento dessas ideias, escritas concretamente no Estatuto da SPBA e nos Regulamentos e Regimentos do LAO-RJ. Com pequenas alterações em relação a sua primeira edição de 1856⁸⁰, o Estatuto da SPBA aprovado pelo Governo Central em 1861 é mantido ao longo dos Oitocentos e republicado em 1882 pela *Tipografia Hildebrandt*⁸¹. Essa edição contém, anexada a ela, a versão mais antiga do Regulamento e Regimento do LAO-RJ a que tivemos acesso, a qual demonstra ter sofrido alterações ao longo do tempo para ajustar-se às demandas da diretoria e do professorado Liceano a cada ano.

Há nos Estatutos os meios e iniciativas que se queria que a Sociedade financiasse e criasse. Enquanto o Liceu e a *Revista* foram os planos principais, havia também a proposta de se criar uma biblioteca pública; disponibilizar sessões públicas de leitura sobre as artes e indústrias; expor os trabalhos dos alunos do Liceu e outros artefatos artísticos e industriais produzido na Corte; premiações para os expositores e compra dos artefatos expostos; viagens dos mais distintos alunos à Europa para se aperfeiçoarem nas artes; e cooperação com outras sociedades de igual proposta em território nacional e estrangeiro. Tais planos se inspiravam em iniciativas coincidentes na Europa, e alguns chegaram a ser efetivados completamente ou de forma reformulada pela SPBA ao longo do século XIX. Essas iniciativas contribuiriam para o fim último da Sociedade, que era em seu artigo 2: “despertar e desenvolver em todas as classes do povo o gosto pelas belas artes, não só como educação, mas também como acessório essencial e indispensável a todos os ofícios e indústrias manufatureiras”⁸².

O 1º secretário da Sociedade, cargo que era perpétuo, ficou com o maior encargo de responsabilidades práticas, e quem o assumiu foi o seu próprio proponente Francisco Bethencourt. Já o Presidente da SPBA teria algumas funções mais cerimoniais e pontuais, com o intuito de que esse cargo fosse exercido a convite feito a figuras de maior relevância da Corte – como um meio de apadrinhamento da Sociedade, que discutiremos mais à frente neste capítulo.

⁸⁰ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Estatutos da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro*. Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857. 20 p.; *Idem. Estatutos da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro*. Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1858. 16 p.

⁸¹ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.*

⁸² *Ibid.*

Desse modo, a SPBA convidou e teve como seu primeiro presidente Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara⁸³, o qual, além de conselheiro de Estado e Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte naquele momento, também havia sido o principal nome na política da promulgação da lei de fim do tráfico atlântico de 1850.

Aos professores em exercício do LAO-RJ seria facultativo a contribuição financeira à SPBA por já se dedicarem à docência voluntária, caso membros desta Sociedade. Ao mesmo tempo, os outros sócios contribuía com uma mensalidade de 1\$000 réis. A título de exemplo, esse valor significa um décimo do aluguel de uma residência de um cômodo na Corte, nas décadas de 1870 e 1880, destinada a operários e comerciantes⁸⁴, o que indica que participação na sociedade não era tão acessível às parcelas mais pobres do operariado, mas ainda assim possíveis para uma parcela dos artífices, por representarem a camada de trabalhadores manuais com melhores condições financeiras⁸⁵.

No capítulo XII do Estatuto da SPBA, que dizia respeito especificamente à criação do Liceu de Artes e Ofícios, o artigo 59 aponta que, havendo uma superabundância de alunos matriculados, terão preferência na matrícula os sócios e seus filhos. Esse artigo teria seu correlato no artigo 39 do Regimento, com a mesma prescrição⁸⁶. Tais artigos indicam que havia, entre os associados, àqueles que possivelmente tenham cursado disciplinas no Liceu. Se parece difícil imaginar que filhos de médicos e majores filiados a SPBA tenham cursado aulas destinadas ao caminho de exercer ofício manual, é mais provável que essas aulas tenham atraído tanto os filiados ligados às artes liberais, como arquitetos e pintores retratistas (os quais estavam em melhor posição social quando comparados aos artistas manuais), mas que principalmente atraiu os sócios ligados às artes manuais, como carpinteiros, mestres de obras, tipógrafos e litógrafos – principal público para quem o Liceu havia sido criado.

Nesse sentido, o artigo de Alba Carneiro Bielinski pode nos iluminar quanto às ocupações desses associados. A autora aponta que, dentre os 99

⁸³ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.* p.24

⁸⁴ LIMA, Jeansley. “*Fatos da Escravidão*”: trabalhadores escravizados, libertos e livres na estrutura ocupacional do Rio de Janeiro (1850-1888). 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. p. 68.

⁸⁵ CASTELLUCCI, Aldrin. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, n. 41, 2010. p. 94.

⁸⁶ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.*

presentes na reunião de fundou a SPBA, havia professores da Faculdade de Medicina, da AIBA e do Colégio Pedro II, médicos, um major, escritores, arquitetos, topógrafos, pintores letristas e retratistas, mestres de obras, carpinteiros, litógrafos, tipógrafos, escultores e desenhistas de ornatos, além de um abridor de metal da Casa da Moeda e um dourador da Casa Imperial⁸⁷. Só por essa definição das profissões dos fundadores não é possível ter noção do quanto a SPBA congregava de artífices, de artistas liberais ou de parcelas das elites. Porém, é possível ter a noção da amplitude social encontrada na SPBA do universo letrado Oitocentista. Ainda assim, os principais a ter espaços na escrita da *Revista Brazil Artístico* e na memória institucional são, principalmente, os bacharéis letrados, como o arquiteto Bethencourt e o médico Jacy Monteiro.

Quanto ao público a que se pretendia destinar as aulas, o artigo 38 do Regimento alegava que “serão admitidos a estudo nos diversos ramos de ensino do Liceu, tanto teóricos como práticos, *todos os indivíduos sem exceção, nem atenção à nacionalidade, cor, estado e ocupação*, contando que sejam maiores de 12 anos, *livres e morigerados*.”⁸⁸. Da mesma forma, no artigo 3 do Regulamento destacava-se que “O ensino será gratuito, não só para os sócios e seus filhos, *mas para todo e qualquer indivíduo – livre ou liberto* – que não tiver contra si alguma circunstância que torne inconveniente a sua admissão, ou o constitua impossível ao estabelecimento”⁸⁹. Dessa forma, era nos Regimentos e Regulamentos do LAO-RJ que se concretizava esse diálogo da escola com o público envolvido nos trabalhos manuais artífices da Corte. Como vimos, esses ramos artífices contavam com grande participação de descendentes de africanos em seus meios – inclusive cativos. Ainda assim, o destaque para *livres e libertos* nesse documento aponta para a tentativa de fomentar o trabalho livre nesses ramos e a participação da escola nas discussões sobre a mão de obra.

Por fim, é no artigo 24 do Regulamento que o Liceu propõe um diploma de comprovação para artistas manuais aptos pelo ensino do Liceu para determinados ofícios:

Certificado, Patente ou ‘Diploma de ofício, arte ou indústria’ a que se dedicarem, os alunos que, matriculados efetivamente nos cursos correspondentes às suas especialidades, satisfizerem, com as suas obrigações escolares das respectivas aulas, os

⁸⁷ BIELINSKI, Alba Carneiro, 2003b. *op. cit.* p. 28.

⁸⁸ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.* (grifos nossos).

⁸⁹ *Ibid.* (grifos nossos).

exames das aulas teóricas, e os concursos ou exercícios das aulas práticas do Liceu e Oficina.⁹⁰

Este artigo explicita como havia uma tentativa de ocupar um papel que já fora responsabilidade das corporações de artífices: o de dizer quem estava apto para desempenhar os ofícios. Ainda que tal proposta não consegue ter um respaldo do Estado e das oficinas e fábricas da Corte – existindo reclamações da direção do Liceu na década de 1880 de que haviam contratação de trabalhadores pelo Estado sem comprovação de aptidão, o que desinteressava os mesmos pelo estudo⁹¹ –, sua proposição parece ir ao encontro da lacuna, identificada pela bibliografia, gerada pela Constituição de 1824 sobre a educação de artífices.

Dessa forma, ainda que iniciativa ímpar na história e com reverberações a nível nacional – ao tornar-se os Liceus de Artes e Ofícios espaços privilegiados pelas elites regionais para o projeto de modernização na educação a partir de 1870⁹² –, o LAO-RJ não era apenas fruto de brilhantes mentes, mas parte das discussões e diálogos sobre arte, educação, indústria e trabalho da sociedade do Oitocentos. O Liceu chegará em seu auge na década de 1880 muito próxima da proposta na fundação: voltada para artífices, atingia as camadas especializadas dos trabalhadores manuais e incentivava o trabalho livre nesse meio. Se pretendia promotora do progresso na indústria a partir da melhora dos artífices, o que envolvia lidar com a grande parcela de cativos, libertos e livres descendentes de africanos já inserida nesses ramos. Se para os escravizados ficou a pecha de atrasarem a indústria, aos livres e libertos nacionais há a abertura das portas do educandário e possibilidade de melhoramento, enquanto trabalhador nacional, nos moldes das ciências e artes inspiradas na Europa industrial.

Quanto às percepções da SPBA sobre as artes manuais e indústrias, há uma aproximação própria de sua época, em que o título de arte não apenas abarca as artes liberais, e que os operários, artífices e artesãos são constantemente sobrepostos nos discursos. Por fim, se inicialmente se pretendia somente um ensino de segmento superior ao primeiro grau, focado nas disciplinas artísticas e científicas para desenvolvimento das técnicas, a escola esbarrou em uma realidade

⁹⁰ *Ibid.*

⁹¹ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1885 a 1888*. Rio de Janeiro: Typ. Papelaria Ribeiro, 1895. p. 24 (1885).

⁹² MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp. 2012. p. 334.

com baixos índices de letramento nas camadas trabalhadoras, o que viria a afetar seu currículo. Dessa forma, resta entender qual a proposta pedagógica que daria conta dessa iniciativa, as relações sociais que moldaram e fizeram a escola prosperar, e o público ao qual suas aulas atingiram.

1.2. Artes, ofícios, letramento e moralização no currículo Liceano

Nas clássicas obras de Luiz Antônio Cunha sobre o início do ensino de ofícios no Brasil, o autor irá abordar a proposta pedagógica do Liceu a partir de uma visão formulada pelo importante estudioso da educação técnica no século XX, Celso Suckow da Fonseca. Para os autores, o Liceu do Rio de Janeiro se apresentava “muito de artes, e pouco de ofícios”. Pouco entrosado a rede de ensino profissionalizante nascente no período, O LAO-RJ não conseguia dar respostas reais para os setores industriais que demandam uma mão de obra qualificada⁹³. Em direção contrária, Celina Midori Murasse, partindo dos estudos de história da educação, irá acreditar que há um adiantamento histórico dos sujeitos que criaram o Liceu, uma vez que o baixo desenvolvimento industrial na sociedade oitocentista brasileira não conseguiu dar respaldo para uma iniciativa de educação para a indústria, a qual acabou sofrendo desvios de sua função premeditada, recaindo sobre o papel de moralizar e criar novos sentidos de controle e ajustamento ao trabalho nos sujeitos livres e libertos⁹⁴. O que esses trabalhos têm em comum é a proposição de que a pedagogia empregada no Liceu não foi compatível com as propostas para o qual a instituição foi criada. Para refletirmos sobre isso, é necessário um diálogo com as teorias sobre currículo, com as interpretações sobre arte e ofícios da época e com a própria noção de moralização, bastante presente na pedagogia educacional Liceana.

Abordando os dicionários do Setecentos e Oitocentos, Nelson Mendes Catarino irá apresentar as transformações na linguagem e termos relacionados a indústria no mundo lusófono. Nas últimas décadas do século XVII até meados do século XVIII, a indústria é percebida como se expressa no *Vocabulário Português e Latino*, do clérigo Rafael Bluteau de 1728, significando arte e especialização, um labor *industrioso*. Assim, termos como *Fábrica* são associadas tanto a

⁹³ CUNHA, Luiz Antônio, 2005a. *op. cit.*; FONSECA, Celso Suckow da. *op. cit.*

⁹⁴ MURASSE, Celina Midori. *op. cit.*

construção civil como a local onde determinada mercadoria era produzida, e *Mecânica* se mostra como oposição às artes liberais, relacionando-se ao trabalho manual especializado, mas com adjetivação baixa, humilde, sórdida⁹⁵. Segundo Catarino, ainda que algumas transformações ocorressem no linguajar, o vínculo entre arte e indústria no Oitocentos era expresso na linguagem e nas ideias sociais. É como aparece no *Dictionnaire universel du commerce, d'histoire naturelle et des artes et metiers*, de Jacques Savary des Brûlons, e traduzido por Alberto Jacqueri de Sales. Esse dicionário de 1813 era mais vinculado ao comércio, e ao tratar de termos como *fábrica*, associava a arte, artifício, labor, mercadorias ou outras produções beneficiadas pela *indústria* dos homens; enquanto que, termos como *manufatura* são apresentados no dicionário como sinônimo de fábrica⁹⁶. Já no período Imperial Brasileiro, a linguagem sobre a indústria seria fortemente influenciada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e sua revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, e Catarino estabelece paralelos na percepção desta com o *Diccionario da Lingua Brasileira*, de 1832, do goiano Luís Maria da Silva Pinto. Nesta obra, os termos referentes à indústria ganham cada vez mais conotação científica, e *Fábrica* aparece como organização, mas também uma construção ou estrutura, enquanto *Fabricar* refere-se a ato de construir, edificar, cultivar a terra, dominar as artes fabris⁹⁷. Dessa forma, existe um longo histórico da relação entre as artes e a indústria. Ainda que sofra transformações demonstradas pela língua no mundo lusófono, as artes manuais, mecânicas, úteis e/ou fabris são parte essencial do que se entendia por fazer a produção manufatureira e industrial ao longo do Oitocentos.

O histórico no mundo lusófono entre arte e indústria não era isolado, uma vez que também foi parte da história das sociedades europeias de economia industrial mais dinâmica. É exatamente abordando a aproximação entre arte e produção fabril, que críticos e políticos irão tecer discussões acerca da 1ª Exposição Universal da Indústria. Ocorrida na Londres de 1851, a Exposição distribuiu prêmios aos produtos exibidos pelas nações, e diferente do esperado, uma grande quantidade de premiações foi destinada à manufatura e artes manuais

⁹⁵ CATARINO, Nelson Mendes. Indústria. In: SLEMIAN, Andréa; AIDAR, Bruno; LOPES, José Reinaldo de Lima (org.). *Dicionário Histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Vol. 1. São Paulo: Alameda, 2020. p. 502-503.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 503.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 524-525.

francesas, quando comparada com a indústria inglesa. Essa premiação foi utilizada para criticar a produção na Inglaterra pelo crítico britânico John Ruskin e para elogiar a produção francesa por um político desta nação, o Barão Charles Dupin. Tais debates chegariam a ser lidos e comentados pelos membros da SPBA na fundação desta, e serviriam como moldes do que se criaria no Brasil. Era assim apresentado por Bethencourt a fala de Dupin sobre a 1ª Exposição Universal da Indústria:

A proporção dos prêmios de primeira ordem conferidos aos povos estrangeiros era de oito por mil expositores, para os franceses, porém, essa proporção se elevava a trinta. Os espíritos mais eminentes da comissão real procuraram nas instituições francesas o segredo de uma tão grande desigualdade e o acharam, (vede bem, meus senhores) e o acharam. **Nas nossas Escolas de desenho artístico e geométrico** em Lyon, em Nimes e em Paris; **nas nossas escolas das artes e ofícios**, que apresentam hoje as mais ricas coleções, **e o ensino mais completo das ciências aplicadas às artes úteis.**⁹⁸

Dessa maneira, Bethencourt destacava em seu discurso a perspectiva do Barão Dupin em relação ao ensino. Seu destaque era destinado a legitimar a criação, tal como na França, de escolas de artes e ofícios no Brasil que trouxessem “o ensino mais completo das ciências aplicadas às artes úteis”. Segundo Marcelo MacCord, em seu estudo sobre as influências educacionais que inspiram a escola noturna de artífices de Pernambuco, Charles Dupin foi uma figura de acentuada influência no ensino das Artes e Ofícios franceses e foi influente sobre a educação desse ramo no período. O político e acadêmico Dupin produziu obras para a educação, e “dialogou profundamente com a emergência do livre mercado e com o fortalecimento das relações capitalistas”. Suas obras, como *Geométrie et mécanique*, apontavam para o processo de proletarização e formação de um livre mercado de mão de obra, com forte influência de Adam Smith e Diderot. Ainda assim, sua crença era de que a dignidade social dos artífices passava pela instrução, defendendo a educação como parte integral da industrialização francesa⁹⁹.

Já do lado inglês, temos o movimento artístico *Arts and Crafts*, representado pelas críticas de John Ruskin na 1ª Exposição da Indústria. Claudio

⁹⁸ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS ARTES, 1911. *op. cit.* p. 19-20. Grifos nossos.

⁹⁹ MAC CORD, Marcelo. *op. cit.* p. 113-114.

Silveira Amaral, ao dedicar grande parte da sua produção acadêmica às influências de Ruskin no Brasil, irá apontar como esse crítico britânico também veio a influenciar o projeto de industrialização de Rui Barbosa e a pedagogia que germinava no LAO-RJ. Amaral aponta que Ruskin ficou mundialmente conhecido após as críticas a exposição londrina de 1851, na qual chamava a atenção para a feiúra dos produtos produzidos na Era Vitoriana¹⁰⁰. Para Ruskin e outros integrantes de seu movimento, isso ocorria pela forma que o desenvolvimento industrial britânico avançava. Fundado enquanto um movimento artístico no início do século XIX, o *Arts and Crafts* inglês acreditava na importância de uma estética moral que reunificava o artista e o artesão. Com o desenvolvimento da indústria inglesa e a proletarização dos antigos artesãos, o movimento tinha um caráter mais social e crítico à indústria, ao atrelar a divisão de trabalho atomizante da produção em larga escala à baixa qualidade, falta de originalidade e falta de beleza nas produções. Ruskin, com suas críticas jornalísticas, e William Morris, liderança desse movimento artístico, iriam ser atuantes na defesa da revalorização dos artesãos e produtores artesanais, da instrução para esses artistas e da vinculação entre o saber e o fazer¹⁰¹. Para Amaral, as perspectivas de Ruskin quanto à supressão da diferença entre as artes liberais das mecânicas compatibilizaram-se com as ideias que juntam teoria e prática, presentes na concepção de Bethencourt e do Liceu¹⁰².

Assim, é pelas reverberações da 1ª Exposição Universal que temos o desenho ocupando um lugar central na proposta pedagógica do ensino de artes e ofícios. Isso parece ter respaldo quando observamos os Regulamentos do Liceu de 1882, em que o ensino de desenho era parte essencial do seu currículo “artístico”. Nesse documento, em que se dividiam as disciplinas científicas e artísticas¹⁰³, havia indicado as cadeiras a serem disponibilizadas no Liceu todos os anos. Essas disciplinas sofreram pequenas alterações ao longo do período, como se deu quando da entrada de desenho elementar. Ainda assim, estrutura proposta inicialmente foi relativamente mantida:

¹⁰⁰ AMARAL, Claudio Silveira. *op. cit.* p. 136

¹⁰¹ TAGLIARI, Ana; GALLO, Haroldo. O movimento inglês Arts and Crafts e a arquitetura norte-americana. In: III Encontro de História da Arte - IFCH - Unicamp, 2007, Campinas. *III Encontro de História da Arte*, 2007. p. 633-634.

¹⁰² AMARAL, Claudio Silveira. *op. cit.* p. 131-133.

¹⁰³ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.* p. 07-08.

“Grupo de Ciências

1. Aritmética;
2. Álgebra (até equações do 2º grau)
3. Geometria plana e no espaço

4. Descritiva e estereotomia
5. Física aplicada
6. Química aplicada
7. Mecânica aplicada

Grupo de artes

8. Desenho de figura (corpo humano).
9. Desenho geométrico (as 3 ordens clássicas)
10. Desenho de ornatos, de flores e de animais
11. Desenho de máquinas
12. Desenho de arquitetura civil e regras de construção
13. Desenho de arquitetura naval e regras de construção.
14. Escultura de ornatos, e arte cerâmica.

15. Estatuária.
16. Gravura a talho-doce, água forte, xilografia.
17. Pintura (estudos a têmpera, estudo particular de diversas tintas, mordentes, vernizes, processos, etc., empregados na pintura, tintura, douradura, etc., de certos artefatos com a demonstração prática).
18. Música”

Cabe aqui analisar essa proposta mais geral do que seria o ensino das artes e ofícios no Liceu. Anexado ao final do Regimento e Regulamento da escola, havia uma tabela chamada “Lista das Artes e Ofícios” (Anexo 1). Nesta, conforme o artigo 14 do Regulamento, eram indicadas “as matérias indispensáveis a tal ou tal ofício, arte ou indústria”¹⁰⁴. Essa tabela recomenda as aulas indispensáveis para 50 profissões dos ramos artífices. Para cada profissão era indicado as disciplinas que o conteúdo completo era necessário (indicada, na tabela, com a letra *a*) e as disciplinas que somente parte do conteúdo era importante aprender (indicada com a letra *b*). Recomendava também qual era a duração do curso em anos para cada profissão. O documento lembrava que “outros ofícios serão mais tarde designados, entretanto poucos mais faltam” e que

¹⁰⁴ A “Lista das Artes e Ofícios” esteve presente desde o primeiro Estatuto, e continuou em vigor durante todo o século XIX. LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.* p. 07-08.

“Algumas indústrias são complexas, ou reclamam o concurso de artífices de diferentes espécies [...]. Outras que nada ou pouco tem a ver com a arte, facilmente encontrarão a instrução conveniente em uma ou outra aula, como são as do fabrico de vinagre, dos fósforos, das velas, do sabão, etc. etc., O fabricante de papel, por exemplo, utilizar-se-á das aulas de mecânicas e de química.”¹⁰⁵

E terminava afirmando: “Estas indústrias lucrarão muito quando algumas das aulas, como a de química, poderem ser servidas por mais de um professor, aplicando-se mais teoricamente o ensino a cada grupo de profissões análogas”¹⁰⁶. A partir disso, podemos analisar algumas das profissões indicadas no documento, para entender como o conteúdo ensinado era proposto para ajudá-los as disciplinas. Vejamos alguns exemplos de profissões relacionadas à construção civil e de outras áreas artífices:

A um *estucador* (que trabalha modelando com gesso em paredes) era recomendado aprender as disciplinas completas de “Desenho de Figuras”, “Desenho de Ornatos” e “Escultura de Ornatos”, além de “Aritmética e Álgebra” em 4 anos de duração. Essas disciplinas completas parecem contribuir para a produção de artefatos ornamentais. Com o aprendizado de desenho de figuras e de ornatos, facilitaria para esses artesãos esculpir com gesso. Além disso, a matemática era indicada para aperfeiçoar a execução e os cálculos para tais tarefas. Há a indicação, ainda, para aprender apenas parte “proveitosa para seu ofício” das disciplinas de “Geometria e Trigonometria”, “Física Aplicada”, “Química Aplicada”, “Desenho Geométrico” e “Arquitetura Civil”, as quais parecem contribuir para a execução artística e científica do ofício.

Outra profissão da construção civil é a de *canteiro* (artífice talhador de pedras brutas para construção civil). Para esse recomendava-se 5 anos cursando as cadeiras artísticas completas de “Desenho Geométrico” e “Desenho de Ornatos”, além das científicas completas de “Aritmética e Álgebra” e “Geometria e Trigonometria”. Nesse caso, é possível pensar que a recomendação se relacionava à produção de colunas e outras produções para obras, que demandam o cálculo geométrico, e por isso a matemática mais aplicada ao seu ofício.

Como exemplo de outras áreas artífices que poderiam aprender com o ensino do Liceu temos os *compositores* (da tipografia), aos quais era indicado

¹⁰⁵ *Ibid.*

¹⁰⁶ *Ibid.*

cursar completamente a disciplina de “Desenho de Ornatos”, e cursar a parte indispensável das disciplinas de “Desenho de Figura”, “Desenho geométrico”, “Aritmética e Álgebra” e “Geometria e Trigonometria”, em 2 anos. Era pensado que as disciplinas contribuíssem para seu exercício de formatação dos textos para impressão e produção de jornais, assim, disciplinas como desenho e matemática poderiam contribuir nessas funções. A um Armeiro, por exemplo, que executava seu trabalho na reparação de armas de fogo, era indicada, entre outras, a disciplina “Desenho de Máquinas”, o que fazia sentido para seu ofício. Todas essas disciplinas eram disponibilizadas no Liceu de forma gratuita para todos, e quase sempre em período noturno ou em dias em que os artífices não estivessem trabalhando, com a finalidade de ser frequentado não só por aprendizes iniciantes nas artes, mas também por aqueles que já trabalhavam e executavam suas profissões. Isso se evidencia no artigo 18 do Regulamento: “à exceção das que forem incompatíveis com a luz artificial”, as disciplinas deverão ser ministradas “em dias desocupados, ou em horas que comumente não são dedicadas ao trabalho dos artistas”¹⁰⁷.

Algumas disciplinas, como “Aritmética e Álgebra”, “Desenho de Ornatos” e “Desenho de Figuras” serão indicadas para todas ou quase todas as profissões, o que refletirá no número elevado de matrículas nestas cadeiras ao longo da década de 1880 (Anexo 3). Ainda assim, a aula de música aparece como disciplina artística mesmo não sendo indicada a nenhum dos ofícios, e é uma das com maior número de matrículas na década de 1880 (com mais de 10% dos alunos matriculados na disciplina, entre 1882 e 1888). Uma hipótese para isso ocorrer é que essas aulas, além da relação com o campo da artes mais amplamente, também atraía os jovens trabalhadores da Corte para a escola, aumentando o ingresso de estudantes e por isso, mantida como parte essencial do currículo. Dentro desse público-alvo do Liceu, de jovens trabalhadores, havia uma relevante presença negra, e uma experiência importante que estes estavam imersos no período é o associativismo dançante. Esse associativismo com clubes e bailes negros crescia no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX. Assim, uma parcela desse público encontrou nas escolas que atendiam as camadas pauperizadas da sociedade um

¹⁰⁷ *Ibid.* p. 11.

meio de aprendizado musical¹⁰⁸, e o Liceu parece estar dentro desse leque de instituições.

Porém, para além das disciplinas científicas e artísticas, outras aulas eram computadas pelo Regulamento. Essas eram as aulas “suplementares” e “complementares”. Enquanto as suplementares, disponibilizadas todo ano, eram de português, francês, inglês e caligrafia, as complementares, disponibilizadas quando possível, eram de geografia, história geral, história das artes e ofícios, anatomia, entre outras¹⁰⁹. É relevante frisar que a inscrição nas disciplinas de português entre 1882 e 1888 esteve sempre como uma das mais procuradas (Anexo 3). A disciplina, que se dividia geralmente em turmas de “Leitura avançada”; “Leitura elementar”; “Gramática avançada”; “Gramática elementar”; e “Analfabetos”, encontrava-se entre as com maior percentual de matrículas ao longo dos anos, abarcando um grande número de alunos do Liceu. Dessa forma, ainda que em uma posição secundarizada por não computar no grupo de “científicas” ou “artísticas”, é por óbvio que em uma escola que atendia às camadas laboriosas, em um período com altas taxas de analfabetismo, o letramento se constituiu como uma parte central do seu ensino noturno, procurada por esses alunos que pertenciam às classes pauperizadas da sociedade.

Além disso, uma proposta desse ensino profissionalizante era a aplicação prática dos conhecimentos teóricos. Era o que previa o artigo 12 do Regulamento: “no intuito de evitar que os alunos se constituam demasiadamente teóricos, os professores procederão o mais prática e elementarmente que for possível”. A ideia era existirem oficinas “compatíveis com a índole do estabelecimento e com os recursos da Sociedade, dirigidas por mestres competentes, nos quais os alunos aplicariam a teoria que tiverem aprendido nas aulas ao fabrico dos artefatos” (artigo 10), que seria ensinada por ex-alunos enquanto “contramestres ou sub-diretores das oficinas do Liceu”, escolhidos por seu desempenho na disciplina (artigo 16). Caso as oficinas do Liceu não estivessem criadas, a ideia era realizar visitas a outras oficinas que existirem na cidade (artigo 13)¹¹⁰.

Esse caráter mais prático do ensino encontrou grandes obstáculos para se concretizar. Nos relatórios anuais da escola, produzidos na década de 1880, há

¹⁰⁸ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no rio de janeiro (1881-1933)*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2020. p. 38

¹⁰⁹ Artigo 9 do Regulamento. LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.* p. 07-08.

¹¹⁰ *Ibid.*

todo ano o pedido ao governo para que aumente as verbas de assistência à escola, para que seja possível a instalação de oficinas. A pedra fundamental do início das obras das primeiras oficinas de xilografia e litografia, só foi lançada em 1889. Além disso, não encontramos informações da efetividade do artigo 13, que indica visitar outras manufaturas e oficinas privadas da cidade. Esse é um ponto central para que autores do campo de História do Ensino Técnico interpretem que o ensino do Liceu, ao longo do Império, não foi efetivamente uma escola profissionalizante¹¹¹. Porém, acreditamos que não é possível, apenas por esse fator, descartar o caráter de ensino profissional que o LAO-RJ exerceu ao longo das suas primeiras décadas de efetivação, sendo o ensino teórico condizente com outras iniciativas de ensino profissionalizante brasileiras e estrangeiras do período.

Tudo que abordamos aqui, até o momento – seja o ensino das artes e ciências para os ofícios, o letramento ou a proposição não concluída de ensino prático – constitui a parte *prescrita* do currículo Liceano, ou seja, a proposta da escola do que se queria ensinar. Porém, segundo autores da área da educação, essa parte prescrita nunca resume o currículo completo ensinado em uma escola, pois isso representa a intenção pronunciada da diretoria, e não o resultado final do ensino-aprendizado¹¹². Nesse sentido, entendemos que a cultura escolar é singular nas instituições, e modelam-se a partir das experiências do seu corpo social, temporalidade e espacialidade¹¹³. Cabe por isso identificar àquilo que complementa os objetivos da escola e não está no conteúdo ensinado, mas nas práticas e dinâmicas do ambiente escolar.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva, em seu livro *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*, o currículo é um documento de identidade uma vez que a conformação do “o quê” ensinar não está descolada do “o que eles ou elas [alunos e alunas] devem ser?”, ou “o que eles ou elas devem se tornar?”, afinal seu papel principal é modificar a pessoa que passa por aquele ensino¹¹⁴. Dessa forma, as teorias de currículo tradicionais, fundadas na

¹¹¹ CUNHA, Luiz Antônio, 2005a. *op. cit.*; FONSECA, Celso Suckow da. *op. cit.*

¹¹² FARIA FILHO, Luciano Mendes de; et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 1, jan. 2004, p. 144.

¹¹³ *Ibid.* p. 150-153.

¹¹⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 15.

consolidação do capitalismo industrial, tinham por objetivo a formatação do trabalhador e proporcionar uma educação geral, que os preparasse para o mercado de trabalho. Nesse sentido, toda a lógica da escola terá papel no ajustamento dos estudantes: a forma que se organiza a sala de aula, a obediência às ordens, pontualidade, assiduidade, confiabilidade, etc. Assim, a escola é uma correspondente das relações sociais do local de trabalho capitalista, e essa parte *oculta* do currículo tenta educar o aluno para o lugar social que deve ocupar¹¹⁵.

Celina Midori Murasse, ao entender que há um desvio na função educacional do Liceu, parece estar próxima a essa perspectiva da visão crítica do currículo. Para a autora, o LAO-RJ estava em uma sociedade pouco industrializada, e conseqüentemente, não conseguiu educar os alunos com um ensino técnico para capacitá-los para o trabalho na indústria. Nesse sentido, ela crê que o caminho adotado pela escola foi o de ajustar os libertos e livres pobres da Corte à lógica do trabalho, contribuindo para a transição para o trabalho livre. Nas palavras dela, “o chicote foi arrancado das mãos do feitor, fez-se necessário substituí-lo por alguma outra forma de controle social”¹¹⁶.

Acreditamos, porém, que não se pode entender essa pretensão da educação do Liceu – de moralizar os alunos –, como um desvio, mas sim como parte fundamental de sua proposta educacional. Esse *currículo oculto*, que visava moralizar os trabalhadores, é um dos pontos centrais que torna as pretensões do Liceu e seu currículo um todo integral. Tal moralização aparece como um princípio da escola nos discursos de fundação¹¹⁷, nos relatos sobre o LAO-RJ de diversas figuras relevantes da Corte, como do próprio Imperador¹¹⁸ e até na medalha de ouro de honra para o melhor *aluno operário*, que era também o mais moralizado¹¹⁹. Dessa forma, nos parece que esse atrativo da educação do Liceu dialogava tanto com os setores da elite como com os trabalhadores: de um lado, era positivo para proprietários e a elites políticas que houvesse iniciativas que moralizassem as camadas laboriosas, para contribuir com a incorporação destes na lógica do trabalho livre e nos signos de modernidade e civilização, ainda que em uma posição subalterna; já para os trabalhadores, o atrativo que a escola oferecia,

¹¹⁵ *Ibid.*, p.

¹¹⁶ MURASSE, Celina Midori. *op. cit.* p. 79

¹¹⁷ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS ARTES, 1911. *op. cit.* p. 85-86.

¹¹⁸ “O Liceu não é só educador, é também moralizador”, frase de D. Pedro II sobre o Liceu. BARROS, Álvaro Paes de Barros. *op. cit.* p. 50-51.

¹¹⁹ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.* p. 33-34.

igualmente a outras escolas noturnas de mesma pretensão, era os signos de moralizados e bons trabalhadores, relevantes na conquista de espaços de trabalho e na ascensão social¹²⁰. Dessa forma, ajustar-se ao trabalho era, tanto para o corpo diretivo da escola, como para os alunos operários que ali estudavam, como para os proprietários que os receberiam como trabalhadores, um acordo de forças assimétricas entre as partes, porém com benefícios negociados para todos. A moralização, assim, parece ter sido elemento central que legitimou o ensino profissionalizante no período.

Assim, o currículo prescrito e oculto, que totalizam o currículo real, formam no Liceu uma cultura escolar que nos faz entender essa instituição como uma educação profissionalizante para seu período histórico. A correlação entre as artes para ofícios, ciências aplicadas (composta pelo o que nós, hoje, entendemos por ciências exatas e da natureza), letramento e moralização são partes que integram o ensino do Liceu. O currículo, enquanto um documento que fomenta identidades, estava inclinado para formar bons trabalhadores livres para a nação, ajustados aos desígnios modernos para o qual o LAO-RJ foi criado. A escola estava ligada a outras correntes de pensamento do campo das artes e ofícios a nível internacional, principalmente com a modernidade industrial representada pela França e Inglaterra. Se as Artes e Ofícios franceses eram sua maior referência, não é menor a importância do *Arts and Crafts* inglês no pensamento sobre o desenho para melhoria da indústria. Assim, essa é a pedagogia que faria parte do projeto Liceano de melhoramento dos artífices nacionais.

1.3: A trajetória da escola pelas tramas clientelistas

Mesmo com todo o projeto da SPBA e proposição pedagógica, manter uma escola e diversas iniciativas para popularização das artes na sociedade da Corte não se mostrou nada fácil. Em 1911, após o falecimento de Bethencourt, seu filho homônimo assumiu a diretoria da escola e relançou a *Revista Brazil Artístico*, em homenagem aos fundadores e à memória da SPBA e LAO-RJ. Bethencourt Filho, na introdução do relançamento da revista, descreve então as dificuldades pecuniárias encontradas pelos fundadores, em 1857, para a manutenção da revista e outras iniciativas. Afinal, como ele descreve, aquele

¹²⁰ MAC CORD, Marcelo. *op. cit.*

grupo dirigido por seu pai tinha muitas ideias e sonhos, mas não dinheiro suficiente para as efetivar, pois eram uma reunião de “artistas pobres, operários modestos e homens de letras ricos apenas de ilusões de mocidade”¹²¹.

A estratégia encontrada por esse grupo para o financiamento e manutenção da escola foi investir em um leque de articulações na sociedade da Corte. Investigamos, assim, essa rede de relações e como ela afetou os rumos da escola, tanto contribuindo para sua existência e longevidade, como influenciando seu funcionamento e princípios. Começaremos por entender as mudanças e continuidades do perfil dos dirigentes e professores do Liceu, do seu início à década de 1880. Após isso, investigaremos quais os vínculos que esses estabelecem com a elite proprietária, política e letrada da Corte. Com isso, entenderemos como a escola estava em contato com as proposições educacionais do Estado Imperial, e, também, com a geração letrada de 1870 e as *ideias novas* surgidas no período, envolvida, dessa maneira, em uma trama de relações econômicas, políticas e ideológicas. Além disso, será apontado como essa trama clientelista ocorre internamente na escola, entre seu corpo social.

Como vimos com Bielinski, os membros formadores da SPBA se encontravam em diferentes esferas do mundo letrado, desde bacharéis e professores de instituições educacionais, passando por militares e artistas das belas artes, aos artífices em diferentes funções de ofício¹²². Cabe reforçar ainda um pouco do perfil dos docentes voluntários no início da escola, na qual encontrava-se sujeitos descritos como pintores, um arquiteto e professor do arsenal da marinha, ex-oficiais da armada, alunos e professores da Escola de Medicina, um professor bacharel do Colégio D. Pedro II, além de diversos apresentados como “mancebos” e “moços” letrados por instituições correlatas¹²³.

Se o perfil da SPBA era mais abrangente, aqueles que ocuparam os cargos de dirigentes se concentravam na nova classe média, que conseguiu acesso ao ensino superior e, mesmo não emergindo de famílias das elites, conseguiam estabelecer uma certa ascensão social a partir de suas profissões liberais. Esse perfil das direções não mudou muito nas primeiras décadas de atividade escolar, com a manutenção de alguns dos fundadores nos cargos da escola, e também com

¹²¹ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS ARTES, 1911. *op. cit.* p. 01

¹²² BIELINSKI, Alba Carneiro, 2003b. *op. cit.* p. 28.

¹²³ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS ARTES, 1911. *op. cit.* p. 23-26.

um número elevado de novos letrados e bacharéis adentrando as direções. Em 1869, Bethencourt, além de 1º secretário da SPBA, veio a ocupar também a função de diretor do educandário, enquanto novos nomes como de Felix Ferreira e Guilherme Bellegarde aparecem ligados à escola. Esses dois novos membros da SPBA foram relevantes divulgadores das iniciativas do Liceu na década de 1870 e 1880, com livros e folhetos publicados sobre o educandário¹²⁴. Enquanto o carioca Felix Ferreira era um crítico artístico e jornalista, proprietário de uma pequena tipografia e litografia na rua Sete de Setembro e produtor de obras no campo artístico e literário¹²⁵, o cabofriense Bellegarde era filho de família militar e formado pela antiga Academia Militar, secretário honorário da SPBA e membro da SAIN, além de escritor, com colunas jornalísticas e com livros publicados¹²⁶.

Em um dos cargos de diretoria do Liceu ao longo de 1880, temos Carlos Eustaquio da Costa. Nascido no Rio de Janeiro em 1844, ele foi 1º secretário do LAO-RJ até 1886, quando assumiu a cadeira de vice-diretor. Foi da contadoria da Marinha e escriturário do Tesouro, além de oficial da Ordem da Rosa, título que recebeu pelos 18 anos de serviços prestados no Liceu. Seus cargos no funcionalismo público foram divididos com a função de examinador de gramática, geografia e história em concursos para ingresso de novos funcionários na Fazenda e na publicação de livros de instrução utilizados em escolas primárias¹²⁷.

Quanto ao professorado, composta em grande medida por artistas das artes liberais e manuais, tinha também a presença de ex-alunos ocupando tal posição, na qual muitos eram empossados professores logo após conclusão do curso por já possuírem oficinas ou já trabalharem na especialidade requerida, trazendo suas experiências para dentro do ensino¹²⁸. Dessa maneira, o perfil docente do Liceu era mais diverso do que sua direção, em relação a ocupação e posição social. Com algumas figuras próximas de perfil social e de cor da diretoria da escola –

¹²⁴ FERREIRA, Félix. *O Lyceo de Artes e Offícios e as aulas de desenho para o sexo feminino*. Rio de Janeiro: Typographia De J. P. Hildebrandt., 1881a. 48 p.; Idem. *Do ensino profissional: O Liceu de Artes e Offícios*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876; BELLEGARDE, Guilherme Candido. *A Sociedade Propagadora das Bellas-Artes e o Lycêo de Artes e Offícios do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia De J. P. Hildebrandt., 1883.

¹²⁵ DE LUCA, Tania Regina. Brasil Ilustrado (1877 - 1878) e Félix Ferreira. *Revista de História*, [S.L.], n. 179, p. 01-62, 11 fev. 2020. Universidade de São Paulo. Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais.

¹²⁶ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 7v., v. 3 (Letras Fr-Jo), 520 p. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p. 194-195.

¹²⁷ *Ibid.*, v. 2 (Letras C-Fr). p. 64-65.

¹²⁸ BIELINSKI, Alba Carneiro. 2003a. *op. cit.* p. 152.

predominantemente branco e pertencente as novas classes médias, que encontraram ascensão pelo ensino superior –, dentre esses professores era encontrado, também, artífices ex-alunos do LAO-RJ, bem possivelmente negros e brancos, como o era o perfil dos discentes da instituição (como demonstraremos a frente).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que havia membros da alta sociedade na criação do LAO-RJ e da SPBA – como médicos, políticos e militares de alta patente –, esses espaços também comportavam artífices e trabalhadores manuais. Porém, quando olhamos para a diretoria desses espaços, os principais membros que a ocuparam foram de uma camada média da sociedade em relação a ocupação e renda: letrados e bacharéis que ascenderam a partir da formação acadêmica. Esses diretores não compunham a elite proprietária e não tinham grandes fundos para investimento no funcionamento da escola. O valor de 1\$000 réis mensais pagos pelos sócios da SPBA (com os professores voluntários no LAO-RJ isentos do pagamento)¹²⁹ não deu conta das despesas das aulas e reformas dos prédios que o colégio ocupava – a título de exemplo, para a reconstrução do prédio ocupado em 1878 foram gastos 55:000\$000 réis¹³⁰.

Essa necessidade financeira colocou um desafio para a direção da escola desde sua fundação: a boa relação com a alta sociedade do império a fim de angariar doações e apoio financeiro, assim como visar a subvenção estatal, conseguida a partir dos deputados e senadores bem relacionados com a escola, que seria fundamental para que a escola tivesse uma renda fixa anual. Para isso, uma das estratégias foi a forma que seria ocupado os cargos de Presidência da SPBA e do LAO-RJ. Com função meramente simbólica, o Presidente apenas dirigia as cerimônias solenes e premiações escolares, com poucos encargos e responsabilidades no dia a dia da instituição. Esse cargo só poderia ser ocupado “por pessoa de *reconhecida* probidade e ilustração, ocupando uma posição independente e respeitável.”¹³¹. Dessa forma, o cargo servia como um meio de articulação com o mundo político e proprietário, ao ter no nome de figuras relevantes da Corte um protetor para aquela iniciativa. O apadrinhamento de

¹²⁹ Artigo 9 do Estatuto. LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.*

¹³⁰ BARROS, Álvaro Paes de. *op. cit.* p. 46-49.

¹³¹ Artigo 74 do Estatuto. LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.* (grifos do autor).

Eusébio de Queiroz, como presidente da SPBA e do LAO-RJ em seu início, demonstra as relações com esse perfil da sociedade.

Importante figura da política na época, Eusébio de Queiroz é sempre um dos primeiros lembrados como *benfeitores* da instituição em sua memória institucional. Outro exemplo é o presidente da década de 1880, o também político João Alfredo Corrêa de Oliveira. Doutor pela Faculdade de Direito de Recife e sócio do IHGB, João Alfredo foi deputado em Pernambuco na década de 1850 e deputado geral por quatro legislaturas seguidas após 1861, senador em 1877 e presidente da província do Pará e de São Paulo, além de ministro do império em 1870 e 1871, e presidente do conselho e ministro da fazenda em 1888, cabendo-lhe a honra de apresentar a princesa regente o decreto que aboliu a escravidão¹³². Fica evidente, assim, como a ocupação deste cargo ocorreu sempre buscando figuras bem relacionadas da elite nacional e da política institucional da época.

Essa boa relação com o mundo político e proprietário possibilitou que a escola se mantivesse e vivesse uma consolidação e crescimento na primeira década de funcionamento. A primeira sede do Liceu, em 1858, seria nas salas do consistório da matriz do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé, na atual Av. Senhor dos Passos e, nessa época, na esquina do prédio da Academia Imperial de Belas Artes. Com pouco espaço para suas aulas, é apresentada uma proposta na Câmara para criação de um prédio próprio ao Liceu, porém, ainda que aprovada na Câmara, essa proposta cai no Senado. Em 1858, quando a Igreja do SS. da Antiga Sé solicita o espaço para suas próprias atividades, isso ocasiona a retirada do Liceu do prédio eclesiástico. As suas aulas, então, são realocadas na Igreja de São Joaquim, a qual havia parado com suas atividades religiosas pelo projeto de demolição desta igreja para dar passagem à estrada de ferro D. Pedro II. Com a mudança dos planos da estrada de ferro, o prédio da Igreja de São Joaquim, na antiga Rua Larga, ficou abandonado, mas não foi demolido (só chegando a ocorrer a demolição efetiva nas futuras reformas de Pereira Passos, em 1904). É nesse prédio que o Liceu irá se estabelecer de 1858 até 1878.

Iniciando, então, os trabalhos na Rua Larga, o colégio chegou a parar suas aulas em 1864 por falta de verba. Porém, as boas relações e vínculos da SPBA

¹³² BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento, 1970, v. 3. *op. cit.* p. 315-316.

foram fundamentais para que a escola se mantivesse e chegasse até sua primeira década ativa. Em 1867 é requerido subvenção ao Governo para a manutenção da escola, a qual é finalmente concedida pelo Conselheiro de Estado Zacarias de Góes e Vasconcellos – eleito em fevereiro daquele ano o 2º presidente da SPBA e do LAO-RJ –, no valor anual de 3:000\$000 (3 conto de réis). Assim, com esse investimento, foram feitas as reformas necessárias para que o templo religioso se ajustasse melhor para sua nova função educacional, garantindo a estrutura para que a escola funcione. É também nesse período que uma irmandade religiosa, com culto na matriz de Sant’ana, dirige petição solicitando retomar a função religiosa na igreja de São Joaquim, a qual estava funcionando, segundo eles, como “oficina de pintura e carpintaria”. Tal petição só não se efetivou pela atuação do Dr. Domingos Jacy Monteiro, membro da SPBA e agora funcionário da secretaria do Império, que solicita audiência com o Conselheiro responsável pela decisão¹³³.

Não menor foram as articulações na década de 1870 para o crescimento do Liceu. Bethencourt, que já era 1º secretário perpétuo da SPBA, assume a diretoria do LAO-RJ em 1869. Seu período à frente da diretoria marcaria as décadas de auge institucional da escola. A começar pela nomeação desta como *Imperial* Liceu de Artes e Ofícios, em 1871, concedendo ao educandário medalhas de ouro para premiar os alunos que “se distinguirem por seus talentos, aplicação, aproveitamento e moralidade”¹³⁴. Na década de 1870 a escola iria ver, ainda, a subvenção governamental aumentar para 6 contos de réis anuais, proposta e defendida na Câmara pelo Conselheiro Paulino José Soares de Souza – o então 3º presidente da SPBA e do LAO-RJ –, e posteriormente para 10 contos de réis, defendida da mesma forma pelo Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira – o já citado 4º presidente da SPBA e do LAO-RJ, que assume o posto em 1879. Entre 1876 e 1878 o Liceu viveu outra mudança de sede, mudando-se para um antigo prédio pertencente ao governo, na rua da Guarda Velha, região do atual Largo da Carioca na esquina com a atual Av. Almirante Barroso. Essa mudança viria acompanhada de aumento da subvenção governamental para 15 contos de réis, e as obras no prédio custaram às economias da SPBA, conseguidas através de donativos e outros meios, cerca de 55 contos de réis¹³⁵.

¹³³ BARROS, Álvaro Paes de. *op. cit.* p. 16-21.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 21-22; LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.* p. 33-34.

¹³⁵ BARROS, Álvaro Paes de. *op. cit.* p. 22-24 e 46-49.

Outras relações com o mundo proprietário e político são lembradas na memória institucional do Liceu, em que podemos perceber essas relações que o educandário mantinha com a elite nacional. Há o apoio pecuniário à escola, como o caso da Baroneza de S. Mateus, que contribuiu para as premiações destinadas às alunas do curso feminino do LAO-RJ inaugurado em 1881. Tal como o auxílio financeiro do Barão de Vista Alegre, sobre o qual é dito que “sempre auxiliou financeiramente a escola”. Outro benfeitor é o Conde de Figueiredo, que, segundo o livro do centenário da escola, doou ao colégio uma quantia de 120 contos de réis no século XIX de uma só vez. Há também os apoios não pecuniários, mas de destacada valia na memória Liceana, como é o caso do Barão de Mauá – que arcou com os custos da instalação da iluminação a gás na Igreja de São Joaquim, para que se pudesse ter aulas noturnas. Outro caso lembrado é do apoio político do Senador Rodolfo Dantas, do Conselheiro Ruy Barbosa e do Dr. Joaquim Nabuco, que atuaram no parlamento em prol da escola. Além disso, também é lembrada nessa memória as relações com importantes figuras da imprensa, como o Conselheiro Leonardo de Araújo e o Dr. Ferreira de Araújo, incansáveis paladinos do Liceu pelo *Jornal do Commercio* e pela *Gazeta de Notícias*, defendendo a instituição, apoiando em suas iniciativas e abrindo a folha para divulgação dos méritos da escola¹³⁶.

Ainda nas relações estabelecidas pela escola, vale citar sua esforçada tentativa de cultivar boas relações com a Coroa e a família Real. O Imperador esteve presente em todas as premiações dos alunos e professores do Liceu, que ocorriam em janeiro referentes ao ano anterior – e algumas vezes, a data era alterada para garantir a presença deste. Nos registros, D. Pedro II e a Princesa Isabel realizaram diversas visitas ao colégio. Esse cultivado vínculo entre a família Real e o Liceu parece ter relação com a forte inclinação monarquista do colégio, principalmente na figura de Bethencourt da Silva. Essa inclinação iria gerar problemas para o futuro do Liceu na República, que nos primeiros anos do novo regime encontraria dificuldades para manter a subvenção pública à escola. Nesse caso, ocorrido em 1891, a perda seria de 10 contos de réis, reduzindo a então subvenção de 60 para 50 contos de réis. A manutenção da verba só ocorreria, novamente, por meio do leque de relações do Liceu estabeleceu na política: Bethencourt, por meio de cartas enviadas a figuras beneméritas da

¹³⁶ *Ibid.*, p.41-71.

instituição que ocupavam cargos na Câmara e no Senado, como o já citado Conde de Figueiredo, solicitava apoio para manter a subvenção¹³⁷. Ainda assim, o apreço do Liceu à família real não esmoreceu nem mesmo a esses contratempus na República. Isso se evidencia pela medalha de ouro concedida pelo Estado aos melhores estudantes Liceanos, que tendo iniciado em 1871 e sido mantida após fim da Monarquia, era citada no Regulamento e Regimento do LAO-RJ reformulado após proclamação da República como “criada pelo sócio e grande Benemérito D. Pedro d’Alcântara, ex-Imperador do Brasil” e haveria de ter estampada o retrato do ex-regente¹³⁸.

Esse leque de relações, como vimos, era premeditadamente ligado às figuras proeminentes da política da Corte, indo desde a ala proprietária e monarquista do partido Saquarema (partido mais conservador, que dirigia o Estado Monárquico) ao amplo dos liberais Luzias (partido de oposição). As relações clientelistas, assim, foram fundamentais para que a escola lidasse com as idas e vindas da política nacional, e conseguisse aproveitar os momentos em que o Estado esteve mais inclinado a ajudar instituições educacionais como o Liceu. Porém, além dessas relações, outro grupo que teria importantes trocas com os dirigentes do LAO-RJ era a *geração de 1870*, o grupo de letrados que adentraram na política nacional nas últimas décadas do século XIX, e traziam para o repertório nacional fortes *ideias novas* relacionadas ao cientificismo.

Segundo Angela Alonso, a partir de 1870, com a Lei Rio Branco (conhecida como Lei do Ventre Livre), há mudanças profundas no regime político e institucional do Império. A reforma promovida pelo Presidente do Conselho de Ministros, Visconde do Rio Branco, iria enfraquecer as bases do segundo reinado e aumentar os conflitos intra-elites, ao dar um importante golpe no sistema de trabalho que sustentava a economia do país – a escravidão¹³⁹. Porém, não há como desconsiderar todo o processo que culmina nesse ponto: o acúmulo de mudanças do imaginário social em relação a propriedade, o elemento servil e a ideologia senhorial. Segundo Sidney Chalhoub, esse último elemento – a ideologia senhorial –, a qual estava embasada na propriedade sobre o trabalho servil, foi

¹³⁷ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. [Correspondência]. Destinatário: Sr. Conde de Figueiredo. [S.l.], 22 out. 1891. Cópia da Carta. 1 p.

¹³⁸ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Estatutos da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro / Regulamento e regimento do Lycêo de Artes e Officios da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro*: Typ. Hildebrandt, 1893. 50 p.

¹³⁹ ALONSO, Angela Maria. *op. cit.* 81-84.

uma estratégia dos proprietários para inculcar aos cativos que o único caminho viável para a liberdade era uma boa relação com o senhor, que poderia conceder a alforria. Mas ao longo do século XIX essa ideologia enfraqueceria, fruto das contestações dos múltiplos setores interessados na liberdade – dentre eles, os próprios cativos – que se valiam de diferentes possibilidades para atingir a liberdade¹⁴⁰. Tudo isso viria a resultar em uma deterioração desse regime de trabalho e criaria um cenário em que reformas como as de Rio Branco pudessem ser levadas a cabo¹⁴¹.

Para além do ventre livre, as reformas de Rio Branco visaram a modernização do país no âmbito econômico, com novas legislações para os novos setores produtivos que cresciam. Nesse sentido, suas reformas também se preocuparam em criar cidadãos aptos para atender às exigências da modernização pela educação, ao se pretender incorporar os homens livres pobres, não na política, mas sim na economia. Um dos seus esforços foi uma nova expansão do sistema educacional para abarcar sujeitos até então excluídos das escolas:

Rio Branco buscava a] expansão do alunado, abarcando crianças e adultos dos extratos sociais até então sem acesso ao sistema de ensino. Sua reforma do ensino de 1874 propunha ensino técnico, profissionalizante, através de "escolas industriais" provinciais, e programas de alfabetização de adultos, bem como abria 10 escolas públicas de instrução primária na corte¹⁴²

Não há como desatrelar a preocupação do Estado nesse período com a educação da própria Lei do Ventre Livre, como demonstra Marcus Vinicius Fonseca. O historiador da educação demonstra que, após a promulgação da lei, diversas instituições educacionais foram criadas para receber os possíveis ingênuos que seriam devolvidos ao Estado com a idade de 8 anos. Segundo a lei, as crianças de ventre livre ficariam sob posse do senhor de escravos de sua mãe, e após o oitavo ano, poderiam ser entregues para ficar sob responsabilidade do Estado com a indenização ao senhor no valor de 600\$000, ou os senhores às poderia reter sob um sistema de trabalho em que a própria criança pagaria sua liberdade com seu trabalho, até os 21 anos. Nesse sentido, há um boom de instituições de educação, associações privadas, asilos e internatos para receber os

¹⁴⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 98-102 e 131-143.

¹⁴¹ *Ibid.* p. 157-158.

¹⁴² ALONSO, Angela Maria. *op. cit.* p. 53.

ingênuos até 1879 (ano que as primeiras crianças de ventre livre completariam 8 anos)¹⁴³. Nas estimativas do Ministério da Agricultura de 1878, cerca de mais de 200 mil crianças nascidas de mães escravas em condição livre poderiam ser devolvidas ao Estado, porém, segundo os números dos relatórios de 1885, alguns anos após a data, haviam na verdade o dobro de ingênuos, cerca de 403.825 crianças.

O Estado encarou como um risco receber milhares de crianças em 1879, e isso mobilizou toda a política da década de 1870. A educação pensada para essas crianças pretendia inseri-las no sistema de trabalho livre. Para isso, teria um caráter moralizante e de instrução para uma profissão. Porém, essa preocupação se esvaiu ao chegar em 1879 e o Estado receber números pífios de ingênuos (somente 113 crianças), o que ocasiona em um refluxo do investimento na educação e nas instituições criadas, e um direcionamento dessas instituições para lidar com a juventude desvalida, associando cada vez mais a educação para ex-escravos, ingênuos e egressos da escravidão com a educação para as camadas pobres da sociedade¹⁴⁴.

Esse direcionamento do Estado e seu pensamento quanto a educação nos faz entender o crescimento de investimento no Liceu na década de 1870. O Liceu parece estar no lugar certo no tempo certo. Sua atuação, ainda que não direcionada aos ingênuos, parece ter encontrado eco nas preocupações políticas do Estado naquela década, o que fortaleceu sua posição e a forma como era visto pela política imperial. É claro que não há como desconsiderar os debates que as direções do Liceu já faziam sobre a escravidão e sua necessidade, pela educação, de moralizar e instruir os trabalhadores livres e libertos. Suas preocupações e as preocupações do Estado Imperial parecem, assim, partir de lugares comuns da sociedade do Oitocentos que, no acirramento do fim do regime servil, perceberam caminhos parecidos de como lidar com a introdução dos ex-escravizados e as camadas pobres no meio educacional, ainda que o Estado abandone esse caminho pela educação¹⁴⁵.

¹⁴³ FONSECA, Marcus Vinicius. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. especial, p. 95-122, set. 2000. p. 98-112.

¹⁴⁴ *Ibid.* 115-117.

¹⁴⁵ *Ibid.* p. 118-119.

Acompanhando a crise do Estado Imperial, Angela Alonso irá apontar para o crescimento de uma classe média, que ascendeu socialmente pela educação superior, mas que não chega a atingir os cargos na política institucional que outrora médicos e advogados conseguiam em maior percentual¹⁴⁶. Essa *geração de 1870* criará um movimento intelectual de grande afeição pelas *ideias novas* que se estabeleciam em solo brasileiro, como forte viés cientificista e com ramos teóricos como o positivismo, o darwinismo e o liberalismo. A exemplo dos vínculos do Liceu e da direção com as ideias novas podemos citar a questão da escravidão. Para diferentes grupos da geração de 1870, como os positivistas abolicionistas, a superação da escravidão era central pois esta simbolizava um entrave para a nação, por sua incompatibilidade com civilização e modernidade¹⁴⁷. Pensamento este muito próximo da perspectiva dos fundadores, que estava expresso na *Revista Brazil Artístico*, como apresentamos anteriormente.

Esse vínculo da escola e seu corpo diretivo com a geração de 1870 não parece ter sido somente no campo das ideias. Em 1881, na fundação do ensino feminino do Liceu, a SPBA convida diversos letrados para expressarem suas ideias e apoiarem a escola, no qual 127 homens discorrem sobre (e apenas 4 mulheres). Entre eles, muitas figuras proeminentes da geração de 1870, como os positivistas Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, assim como letrados Machado de Assis e o já citado Joaquim Nabuco¹⁴⁸. O próprio convite a esses letrados para discorrer sobre os rumos do ensino feminino do Liceu – rumos do qual há grandes discordâncias entre eles¹⁴⁹ –, e a publicação de um livro pela SPBA com as opiniões favoráveis ao ensino feminino liceano na imprensa¹⁵⁰ nos parece demonstrar como a opinião pública e as relações com os pensamentos dos letrados afetaram os rumos do educandário ao longo do Oitocentos. O Liceu não apenas estabeleceu um leque de relações clientelistas com a elite proprietária e

¹⁴⁶ ALONSO, Angela. *op. cit.* p. 122-124.

¹⁴⁷ *Ibid.* p. 148-152.

¹⁴⁸ BELLEGARDE, Guilherme; FERREIRA, Felix; SILVA JÚNIOR, José Maria da. (orgs.) *Polyantheia Comemorativa das aulas para o sexo feminino do Imperial Lycêo de Artes e Offícios*. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. Lombaerts & c. 1881.

¹⁴⁹ LELIS, Francismara de Oliveira. *Discursos e sentidos sobre a educação feminina na corte, século XIX: Uma reflexão histórica da “Polyantheia comemorativa de inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Lycêo de Artes e Offícios”*. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

¹⁵⁰ FERREIRA, Felix. *A imprensa e o Lyceu de Artes e Offícios: aulas para o sexo feminino*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1881b.

política, mas também uma trama de vínculos intelectuais e ideológicos com os amplos setores letrados da sociedade Oitocentista, que se engajaram em maior ou menor grau em auxiliar, legitimar ou, até mesmo, discordar da atuação do Liceu.

O Liceu chega assim, em 1880, em seu auge, com a criação de novos cursos para além do profissional, como o de ensino feminino e ensino comercial, além de promover a primeira exposição de belas artes fora da AIBA¹⁵¹. Seu número de alunos no curso profissional atinge marcas de mais de 1500 ingressantes por ano (Anexo 2) – números expressivos para o período¹⁵². Essa posição que a escola atinge só foi possível pela rede de relações clientelistas e ideológicas que estabeleceu, com um leque de vínculos que não só a apoiam e sustentam, mas que também afetam os rumos do seu ensino.

Essa forma negociada de relações também é incorporada na dinâmica interna do Liceu. Se a presidência da SPBA era sempre ocupada por figuras da alta cúpula da política nacional, a dinâmica de apadrinhamento ocorria também, em outro nível e grau, dentro da escola. O prestígio que o Liceu alcançou seria, cada vez mais, associado ao trabalho incansável de Francisco Bethencourt. Dessa forma, em diversos escritos e publicações da época é difícil desassociar a figura de Bethencourt do colégio, sempre elogiado como o fundador e maior benemérito da instituição – a exemplo na Poliantéia de inauguração das aulas do sexo feminino, em que seu nome é repetidas vezes citado¹⁵³. Isso chega, inclusive, a ser replicado pelos livros memorialísticos e trabalhos acadêmicos do século XX e nos anos 2000, que reforçam essa relação entre o arquiteto como a grande mente do colégio¹⁵⁴.

Longe de diminuir a importância e dedicação do arquiteto ao Liceu, é importante perceber que a construção do seu prestígio teria uma função para o próprio corpo social da escola. Sua imagem como benemérito do Liceu, seu principal projeto em vida, trazia possibilidades de Bethencourt demandar a pessoas em cargos diretivos de órgãos públicos que empregasse protegidos seus, como é o caso da carta dirigida a Francisco Ramos Paz, antigo caixeiro que

¹⁵¹ SILVA, Rosangela de Jesus. O espaço representativo de uma instituição: a exposição de 1882 no Liceu de Artes e Ofícios. *Encontro de História da Arte*, n. 7, p. 463-472, 2011; DA SILVA, Maria Antonia Couto. A repercussão da Exposição do Liceu de Artes e Ofícios, realizada em 1882. *Revista de História da Arte e da Cultura*, n. 21, p. 125-145, 2016.

¹⁵² LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1893. *op. cit.*

¹⁵³ BELLEGARDE, Guilherme; FERREIRA, Felix; SILVA JÚNIOR, José Maria da. (orgs.). *op. cit.*

¹⁵⁴ BARROS, Alvaro Paes de. *op. cit.* MURASSE, Celina Midori. *op. cit.*

chegou a posições de direção no Banco do Brasil¹⁵⁵. A este, é pedido que empregue Alberto Madei, vice-diretor do Liceu no período da República¹⁵⁶. Em outra correspondência encontrada no acervo do Centro de Memória Sylvio Vianna Freire, há um pedido similar, agora se tratando de um professor do Liceu: enviada ao Dr. Damaso, alguém de influência no Externato do Ginásio Nacional, a carta pede que este auxilie o professor do LAO-RJ José Gonçalves Cardoso na nomeação para escrivão do Externato: “com a sua influência e prestígio [auxilie n]a pretensão do Sr. Carlos José Gonçalves Cardoso, professor deste estabelecimento [LAO-RJ] que deseja ser nomeado Escrivão do Externato do Ginásio Nacional, atualmente vago.”¹⁵⁷. Outras correspondências com Ramos Paz mostram ele sendo solicitado para que empregue “protegidos” ou “recomendados” (estas cartas temos a certeza de ter sido recebidas pelo caixeiro, por constar nas suas propriedades, cedidas à Biblioteca Nacional)¹⁵⁸. Nestes casos, ainda que não se anuncie o nome do protegido ou recomendado, havia informações como “seja tão bom quanto foi a nosso amigo Carlos Kunhardt” e “o portador que é um bom rapaz e o conheço desde menino”, demonstrando tanto se tratar de uma dinâmica recorrente, assim como indica se tratar de cartas que deveriam ser entregues diretamente por aqueles beneficiários dos cargos solicitados – alguns desses, possivelmente, alunos do Liceu. Assim, estar sob a proteção do Liceu e de Bethencourt parecia gerar diversos benefícios, até mesmo a possibilidade de evitar a repressão policial e permanência na cadeia – como evidência a carta enviada em 14 de agosto de 1893 ao segundo delegado auxiliar da Polícia da capital federal, Dr. Francisco Correia Dutra, em que é solicitado a soltura de um empregado do Liceu:

Peço-lhe desculpas de vir incomodá-lo e ainda mais de não poder ir falar-lhe, como desejara. Por uma puerilidade, segundo sou informado, acha-se detido o empregado desta casa, Vicente Athanasio, homem sério e cujo procedimento aqui, foi sempre correto, que está fazendo sensível falta principalmente hoje, em que há uma reunião. Peço-lhe, pois, o especial favor de, valendo-se de sua justa influência, mandar relaxa-lo da prisão,

¹⁵⁵ Em correspondência entre Bethencourt e Ramos Paz, o arquiteto parabeniza o caixeiro por ter sido promovido aos espaços de direção do Banco do Brasil. BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. [Correspondência]. Destinatário: Sr. Francisco Ramos Paz. [S.l.], 1892. 2 p.

¹⁵⁶ *Idem*. [Correspondência]. Destinatário: Sr. Francisco Ramos Paz. [S.l.], 22 set. 1890. Cópia da Carta. 1 p.

¹⁵⁷ *Idem*. [Correspondência]. Destinatário: Sr. Dr. Damaso. [S.l.] 2 mar. 1891. Cópia da Carta. 1 p.

¹⁵⁸ *Idem*. [Correspondência]. Destinatário: Sr. Francisco Ramos Paz. [S.l.], 1885. 1 p.; *Idem*. [Correspondência]. Destinatário: Sr. Francisco Ramos Paz. [S.l.], 1894. 2 p.

pelo que ficar-lhe-ei sumariamente agradecido. Sou com estima e muita consideração, servo-amigo. Obrigado. F. J. Bethencourt da Silva.¹⁵⁹

Na carta, o empregado do Liceu era descrito como homem sério e de procedimento correto, a fim de legitimar tal ação que ocasionaria em sua liberdade da cadeia. Dessa maneira, fazer parte do corpo social do Liceu, ainda que como empregado da casa como era o caso de Vicente Athanasio, demonstrou ser um importante meio de garantias dentro da dinâmica clientelista da sociedade oitocentista.

Não menos importante eram os benefícios próprios que Bethencourt adquiriu por sua bem relacionada posição. Não diminuindo seu mérito enquanto arquiteto formado pela AIBA, essas redes clientelistas eram fundamentais para o emprego em obras públicas, como demonstrado por Aldrin Castellucci¹⁶⁰. Se, no caso estudado por Castellucci, essa rede clientelista era ocupada por artífices negros da construção civil, aqui, com a direção do Liceu e o prestígio adquirido – prestígio que também deve ter sido adquirido pelas posições de professor na AIBA e na Politécnica¹⁶¹ –, vemos Bethencourt acessar a empreitadas relevantes em obras públicas. Assim, é o arquiteto que irá projetar prédios relevantes na Corte, como a sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro (que irá se transformar no prédio do Banco do Brasil, e atualmente é ocupado pelo Centro Cultural do Banco do Brasil)¹⁶² e assinará as propostas arquitetônicas de duas relevantes escolas na década de 1870: a criação do novo prédio do Imperial Instituto para Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant, na Praia Vermelha) e a reforma do prédio do Colégio Pedro II (que ficava ao lado da Igreja de S. Joaquim, a mesma ocupada pelo Liceu entre 1858 e 1878), dentre outras escolas da Corte¹⁶³. Bethencourt, assim, foi o arquiteto desses e muitos outros prédios públicos, chegando, ao fim de sua vida, a ocupar o cargo de diretor do Arquivo Público (atual Arquivo Nacional), entre 1902 a 1910¹⁶⁴.

¹⁵⁹ *Idem*. [Correspondência]. Destinatário: Sr. Dr. Corrêa Dutra. [S.l.], 14 ago. 1893. Cópia da Carta. 1 p.

¹⁶⁰ CASTELLUCCI, Aldrin. *op. cit.*

¹⁶¹ BALTAR, Francisca Maria Teresa dos Reis. *Programa de Escolas na segunda metade do século XIX: As escolas construídas pelo arquiteto Bethencourt da Silva*. 1999. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. p. 121.

¹⁶² *Ibid.* p. 133

¹⁶³ *Ibid.* p. 104-154.

¹⁶⁴ HOFFBAUER, Daniela (comp.). Francisco Joaquim Bittencourt da Silva. Site do Arquivo Nacional. 2025. Disponível em:

A posição de Bethencourt como arquiteto do Estado parece ter tido reflexos positivos também para aqueles que estavam em sua rede de apadrinhamento, como vemos na carta ao Almirante Eduardo Wandenkolk, em 1890. O Almirante Wandenkolk era, naquele momento, o Ministro da Marinha, posição adquirida após a abertura do Arsenal da Marinha para os militares revoltosos no golpe que instituiu a República um ano antes. Sua posição o colocava acima hierarquicamente dos responsáveis pela promoção dos operários das oficinas do Arsenal, e em carta Bethencourt solicita que um ex-aluno do Liceu – o carapina Francisco Alves Castilho –, não seja prejudicado na promoção para operário de 1ª categoria, afinal, apesar de ter se retirado do trabalho na construção naval para ajudar Bethencourt nas obras do Instituto dos Meninos Cegos, o arquiteto alega que esse afastamento havia sido permitido por outros superiores do carapina a pedido de Bethencourt¹⁶⁵. Retornaremos nessa carta e nessas hipóteses nos outros capítulos, porém, aqui já estão alguns dos indicativos importantes não só da dinâmica interna de funcionamento do Liceu, como de motivadores que podem ter levado os alunos a ingressarem no colégio: O apadrinhamento, as redes clientelistas e as possibilidades de trabalho que eram acessadas a partir desse espaço, além da proteção a ponto do diretor do colégio acionar o Ministro da Marinha ao seu benefício.

Dessa forma, a aparente neutralidade política do Liceu e o desinteresse da sua diretoria, que era reforçado pela própria instituição sobre si, não parece ser um dado da realidade. A escola estava envolta nas teias do clientelismo e apadrinhamento, estratégias fundamentais que a ajudaram a se manter e crescer, e que foram reproduzidas para dentro da escola, em seu funcionamento. Isso contribuiu para a manutenção da escola e para que o seu corpo social, dos diretores aos alunos, tivessem benefícios na Corte. Assim, as tramas clientelistas foram fundamentais para que aqueles artistas pobres, operários modestos e homens de letras conseguissem concretizar o seu projeto de um Liceu de Artes e Ofícios – o qual receberia, na década de 1880, um dos maiores contingentes de alunos quando comparada a outras instituições correlatas na época. Resta, então, entender quem eram esses alunos.

<https://mapa.an.gov.br/index.php/mapa/centrais-de-conteudo/producao/biografias/1693-francisco-joaquin-bithencourt-da-silva>. Acesso em: 14 nov. 2025.

¹⁶⁵ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. [*Correspondência*]. Destinatário: Sr. Almirante Eduardo Wandenkolk. [S.l.], 23 set. 1890. Cópia da Carta. 2 p.

1.4: O corpo discente em números, listas e narrativas

Se o clientelismo e as redes de apadrinhamento foram fundamentais para que o Liceu se mantivesse e crescesse, nem todas as trocas e relações foram amigáveis. É o que demonstra a reunião do Instituto Politécnico em 25 de junho de 1884, na qual o LAO-RJ aparece como um exemplo negativo da formação profissionalizante. Criado em 1862 por engenheiros e ocupando as salas do prédio da então Escola Central, no largo São Francisco (prédio ocupado hoje pelo Instituto de História e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ)¹⁶⁶, o Instituto Politécnico Brasileiro (IPB) estava, na década de 1880, preocupado com os rumos da construção civil nos centros urbanos brasileiros. É por isso que entra em debate a criação de um curso de arquitetura, que seria ofertado pelo IPB pois, segundo a ata publicada na revista¹⁶⁷, essa era

Uma lacuna do nosso ensino oficial, que o Estado deve preencher, pois as únicas fontes que o oficial pedreiro, carpinteiro e qualquer outro encontra para instruir-se, são de iniciativa particular e dependem por isso mais ou menos dos interesses e caprichos pessoais dos instituidores e diretores de tais instituições¹⁶⁸

O engenheiro que tinha a palavra na reunião não consta em ata, porém, a partir de seu relato é possível ter noção de se tratar de algum dos que ocupavam as direções da Politécnica da época. Esse continua sua exposição, abordando o Liceu como um exemplo dos problemas do ensino de ofícios nas escolas particulares noturnas:

Temos, por exemplo, o **Liceu de Artes e Ofícios**, uma instituição montada num pé tão grandioso que se deveria esperar resultados extraordinários; **entretanto os resultados obtidos até hoje deixam muito a desejar** [...]. Tenho visto carpinteiros que desenham bustos e figuras, porém incapazes de desenhar o corte de uma porta ou vidraça; outros que copiavam sofrivelmente estampas representando edifícios monumentais, ao passo que não sabiam delinear em tamanho natural os detalhes de qualquer obra que diariamente tiveram de executar.¹⁶⁹

¹⁶⁶ MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro; FONTANA, Laura Roberta. Engenharia Civil no Brasil Oitocentista: Discussões tecnológicas acerca da Guerra do Paraguai na Revista do Instituto Politécnico Brasileiro. *Navigator*, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 27–42, 2020. p. 31-32.

¹⁶⁷ INSTITUTO POLITÉCNICO BRASILEIRO. *Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 1884, edição 16, p. 133-154.

¹⁶⁸ *Ibid.* p. 124-125.

¹⁶⁹ *Ibid.* (grifos nossos).

Suas críticas pareciam abarcar o arquiteto Bethencourt, que era professor no mesmo Instituto Politécnico até o ano de 1884, quando foi jubilado¹⁷⁰. Porém, ainda que as críticas fossem dirigidas a ele e ao Liceu, o arquiteto não foi citado nominalmente. O engenheiro crítico parecia conhecer de perto a direção Liceana, chegando a replicar frases muito parecidas com o que lemos na documentação do LAO-RJ sobre sua função. E é nesse sentido que o engenheiro questiona o suposto desinteresse das diretorias da escola:

Pergunta-se: Qual é o fim deste ensino? Ouvimos em geral muitas respostas como esta: Difundir o gosto pelo belo! moralizar o povo, e muitas frases de mais ou menos efeito, tendo por objeto convencer o povo do desinteresse dos homens que dirigem tais instituições. Porém, para quem sabe ler entre as linhas, e para quem tem observado por detrás dos bastidores, a resposta é outra; o que se quer é simplesmente obter muito efeito no fim do ano, nas exposições, fazer falar de si.¹⁷¹

Ainda assim, a posição de Bethencourt enquanto arquiteto não era questionada, e sim a sua atuação em fornecer educação para um público que parecia bastante desafortado e não entender o seu lugar social nos termos dos seus empregadores. É isso que será demonstrado a partir de uma narrativa desse engenheiro, exemplificando, a partir de um caso, os problemas do ensino de ofícios oferecido no Liceu:

Há ano e meio que um aluno do Liceu de Artes e Ofícios me procurou para ser empregado nas obras da nova Praça do Comércio, como modelador; era um **caboclo** de algum talento natural, porém sem educação alguma. Os estudos que tinha feito eram sem método, pois em lugar de principiar pelo *a b c*, começou logo por trabalhos mais difíceis, e como muitas pessoas que nada entendiam de arte lhe haviam elogiado e comparado a Miguel Angelo [sic] o pobre rapaz perdeu naturalmente a cabeça e julgou-se um grande artista, chamado pela providência para reformar a arte no Brasil. Foi com estas disposições que o indivíduo a que me refiro se apresentou nas obras da Praça, pedindo serviço; apresentei-lhe o desenho de um balaústre, perguntando se sabia fazer o modelo em gesso, ao que ele respondeu que trabalhos destes não são para artistas; que ele só fazia estátuas, e que no Liceu já estava fazendo um Cristo, etc. etc.¹⁷²

¹⁷⁰ BIELINSKI, Alba Carneiro, 2006. *op. cit.* p. 57.

¹⁷¹ INSTITUTO POLITÉCNICO BRASILEIRO. *op. cit.* p. 124-125.

¹⁷² *Ibid.* p. 125-126 (grifos nossos).

Na narrativa do engenheiro, após este finalmente conseguir convencer o aluno do Liceu a trabalhar, gera-se outro conflito com o caboclo desaforado, que teria um suposto final trágico:

Afinal ele cedeu, mas quando eu lhe disse que em tal caso podia principiar a trabalhar mesmo na obra, em um dos quartos já cobertos e fechado, ele principiou a gritar, dizendo que seria isso um desaforo, uma exigência que não se faz a uma artista estatuário, “trabalhar como pedreiro ou carpinteiro no próprio lugar da obra, etc. etc.”. Nessa mesma noite (era aniversário da abertura das aulas do sexo feminino) o infeliz rapaz suicidou-se no próprio Liceu de Artes e Ofícios, deixando uma carta na qual declarou que não queria viver mais porque o engenheiro das obras da nova Praça lhe tinha ofendido nos seus brios de artista.¹⁷³

Para além de nos revelar embates e discordâncias nos projetos educacionais de ensino de ofícios, tais argumentos presentes na narrativa do engenheiro da IPB apresentam relevantes elementos a serem analisados por nós. A fim de desmerecer o ensino liceano, sua retórica estabelece uma relação entre o ensino artístico e a desvirtuação dos trabalhadores, que deixam de querer trabalhar manualmente. Outro elemento, mais sutil, é sua escolha de racializar esse estudante. Essa escolha parece intensificar, para o engenheiro, a ironia do ex-aluno do Liceu não querer trabalhar manualmente e sim querer ser artista. Afinal, para o engenheiro e talvez alguns dos ouvintes de seu discurso, parece haver um desacordo entre o perfil dos alunos do Liceu, e o ensino artístico fornecido pela Escola:

“Qual é o bem que produzem estas escolas? O bem que fazem é insignificante em relação ao imenso mal que podem causar, se não se limitarem a um ensino puramente prático e apropriado às classes que frequentam as aulas”.¹⁷⁴

A história do caboclo desaforado do IPB parece nos dar pistas tanto das críticas dirigidas ao LAO-RJ, como da forma que seu público de alunos era visto. Frequentado por alunos das camadas pobres, muitos não-brancos, o corpo discente não deveria, na visão do engenheiro do IPB, receber um ensino artístico como o proposto pelo LAO-RJ. Dessa forma, podemos investigar como os relatórios do Liceu descrevem seu corpo estudantil a partir das estatísticas e listagens, percebendo a presença negra que, se não evidenciada nos números e listas, era

¹⁷³ *Ibid.*

¹⁷⁴ *Ibid.*

visível para os contemporâneos da escola, e continua sendo perceptível para quem tenha um olhar atento ao pesquisar a instituição hoje.

Os relatórios anuais aos quais tivemos acesso estão divididos em 3 publicações, a saber: 1878-1881¹⁷⁵, 1882-1884¹⁷⁶ e 1885-1888¹⁷⁷. Infelizmente, pelo estado deteriorado e pela falta de páginas da primeira publicação, iremos nos ater às informações dos anos de 1882 a 1888. A responsabilidade de produzir esses relatórios ficava a cargo do diretor do Liceu, que nesse período era Bethencourt da Silva. Eles eram apresentados à Sociedade Propagadora das Belas Artes, bem como sua divulgação ocorria para outros beneméritos do LAO-RJ e seu leque de relações, como o próprio Instituto Politécnico¹⁷⁸. Esses relatórios reuniam informações quanto ao número de alunos matriculados, idade, estado civil, profissão, informações das matrículas nas disciplinas, quais professores ministravam as aulas, eventos importantes, demandas da escola e os alunos aprovados e premiados pela escola. Outros trabalhos já se atentaram para esses números de alunos dos relatórios, tratando de forma mais abrangente todos os estudantes do LAO-RJ, incluindo os cursos profissional, livre, comercial, feminino¹⁷⁹. Aqui, daremos um enfoque específico no curso profissional, o qual era o carro-chefe da instituição desde sua fundação.

Nos detendo nos anos sobre os quais temos mais informações (1882 a 1888), o menor número de inscritos nesses anos foi de 1428 e o maior de 1898 alunos, sendo a média de inscritos no curso profissional de 1634 e a soma de 11.444 alunos nesses 7 anos, números vultosos para a educação no contexto imperial – em uma realidade em que a maioria dos colégios era destinado ao ensino primário, com aulas nas casas dos professores. A nacionalidade desses alunos é, predominantemente, brasileira, com uma média de 82,2% ao longo dos anos. Os portugueses são o segundo grupo com mais matrículas no LAO-RJ, com 12% em média por ano. Destaque ainda para a presença da matrícula de 1 aluno como “Indígena” no campo da nacionalidade, o qual esteve matriculado entre

¹⁷⁵ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1878 a 1881*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1881.

¹⁷⁶ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1882 a 1884*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1884.

¹⁷⁷ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *op. cit.* 1895.

¹⁷⁸ INSTITUTO POLITÉCNICO BRASILEIRO. *Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 1879, edição 15, p. 64.

¹⁷⁹ CUNHA, Luiz Antônio, 2005a. *op. cit.*

1882 e 1885 (Anexo 4). Quanto ao estado civil e idade, 96% do corpo discente era de alunos solteiros (Anexo 5), e a faixa etária média dos alunos era bastante baixa. Ainda que houvesse alunos acima de 41 anos, a variação percentual era de 72% a 77% de alunos abaixo dos 20 anos, sendo sempre a sua maioria abaixo dos 15 anos – com a idade mínima para ingresso no Liceu de 12 anos (Anexo 6).

A categoria “artista” computou a maioria dos inscritos no curso profissional (cerca de 50,9%), com uma variação entre 46% a 54% dos matriculados nestes anos (Anexo 7). Ainda que não seja computado se eram artistas liberais ou manuais, é bastante plausível que em sua predominante maioria essa categoria se referisse aos artífices e artesãos, com envolvimento no trabalho manual. Como aponta Aldrin Castellucci, essa categoria de artistas e artesãos era composta pela parcela com maior escolaridade e maior autonomia em relação ao próprio trabalho, que estava mais próxima da conquista de seus direitos políticos eleitorais e com maior rendimento no grupo mais amplo do operariado¹⁸⁰. No caso do Liceu, por sua faixa etária bastante nova, é bem possível que esses artistas fossem compostos, em sua maioria, por aprendizes de artífices.

Outra categoria expressiva na ocupação é a computada apenas como “estudante”, em que estão presentes 26% dos alunos Liceanos (Anexo 7). Quanto a esses, uma hipótese é de que fossem sujeitos que já atuassem em trabalhos manuais e buscassem, no Liceu, letramento ou formação especializada. Afinal, as escolas noturnas eram uma das únicas portas para jovens trabalhadores acessarem o letramento ao não encontrarem possibilidades de dividir seu tempo entre o ofício e as escolas no turno diurno – fazendo com que essas escolas fossem frequentadas, prioritariamente, por jovens trabalhadores ou próximos deste perfil. É o que apontam Alessandra Schueler, Irma Rizzini e Jucinato Marques, ao estudar o ensino noturno na Escola de São Sebastião, também no Rio de Janeiro. Segundo os autores, “jovens trabalhadores, especialmente aqueles na faixa de 13 a 14 anos, recorriam às aulas noturnas para se instruírem nas primeiras letras”, esses eram ocupados em diferentes ofícios em diferentes segmentos, como construção civil, fábricas e serviços domésticos¹⁸¹. Apesar das duas serem escolas diferentes – o Liceu e a Escola de São Sebastião –, ambas atuaram no período e aproximavam

¹⁸⁰ CASTELLUCCI, Aldrin. *op. cit.* p. 94.

¹⁸¹ SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Sequeira. Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906). *História da Educação*, v. 19, 5, 2015. p. 160-161.

um público similar, sendo possível que ainda que esse grupo de “estudantes” não estivesse um ofício definido, já ocupassem um lugar produtivo como complemento da renda familiar.

Porém, outra hipótese bastante plausível para esse grupo computado como “estudantes” é que se tratasse de parte dos alunos mais jovens, que eram filhos ou familiares de outros alunos que frequentavam o Liceu. As turmas do ensino noturno eram muitas das vezes formadas por redes de contato entre pessoas próximas de vizinhança, familiares e trabalhadores no mesmo ofício, como também irá apontar Schueler e Rizzini¹⁸². Dessa forma, é bem provável que a categoria “estudantes” fosse composta por crianças e jovens levados para aprender as letras junto aos seus responsáveis, que eram adultos já trabalhadores. Algo similar ao que estava previsto no Regulamento e no Estatuto do LAO-RJ, ao existir prioridade dos sócios e seus filhos¹⁸³.

Há ainda outros grupos de profissionais que buscavam o Liceu, havendo uma grande variedade de trabalhadores ocupados que acessam o Liceu. O terceiro, quarto e quinto grupo que mais buscou o Liceu foram, respectivamente, empregados do comércio (13,4%), “criados”, ou seja, trabalhadores domésticos (4,5%) e empregados públicos (2,5%). Entre outros ofícios computados, temos ainda militares, empregados de farmácia, empregados dos “foros” judiciais, e até mesmo pessoas que descreveram seus ofícios como músicos, industriais e professores (Anexo 7).

Ainda que as salas do Liceu comportassem tantos perfis de trabalhadores diferentes, tais números evidenciam um tipo predominante que adentrava as suas salas de aula: jovens (cerca de 75% abaixo de 20 anos); nacionais (82%) e solteiros (95%); Sobre a profissão, eram principalmente envolvidos com ramos artífices (50%) ou apenas estudantes (26%). Perfil que parece ser corroborado por trechos do relatório, em que se aponta a procura do Liceu principalmente pelos “pobres de recursos pecuniários”:

Não vem aqui os privilegiados da fortuna, que para esses existem as Academias, as escolas superiores, onde formam os grandes mestres; mas os pobres de recursos pecuniários, o operário modesto e desconhecido, o artífice inteligente e

¹⁸² RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra Frota M. de. Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893). *Revista Brasileira de História da Educação*, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 89-115, jan. 2017. p. 108

¹⁸³ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.*

ignorado, o povo, enfim, os que não podendo ser médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, pintores ou escultores, desejam ser artesãos, maquinistas, mestres de oficinas, industriais, artistas hábeis, diretores de fábricas, desenhistas, etc. etc.¹⁸⁴

Assim, o discurso da diretoria do Liceu sobre esse trabalhador parece entender e, em partes, reforçar certa distinção social que essa educação noturna representava. Para o diretor, havia aqueles que encontravam ensino nas Academias e escolas superiores, e ocupavam a posição de médico, advogado, engenheiro, arquiteto – como era o caso do próprio diretor Bethencourt. Porém, para os desprivilegiados de fortuna, ao não poder encontrar ensino nesses espaços tradicionais, e não podendo ocupar as profissões destinadas às elites, restava o desejo de ocupar as posições de trabalho manual. O Liceu era o espaço para esse público, para “o povo” modesto, inteligente, desconhecido e ignorado. Mais que uma pretensão de educar a esse camada, os números indicam que essa perspectiva assumida pelo diretor encontrava respaldo no que era a realidade do acesso ao Liceu. Ao mesmo tempo, a abertura das portas de escolas como o Liceu representou, para essas camadas empobrecidas, uma escola que atendia às suas próprias demandas dentro de sua realidade.

Quanto ao perfil de cor dos estudantes do Liceu, esse era um critério não computado nas estatísticas de ingresso e nem nas listagens de alunos aprovados e premiados. Uma hipótese do motivo de não haver essas informações poderia ter sentido em um apagamento deliberado do caráter racial do alunado, a fim de, como no conflito com o Instituto Politécnico, evitar o aspecto pejorativo que a presença não-branca poderia trazer para a escola. Porém, essa hipótese nos parece pouco plausível, uma vez que há diversas vezes elementos nos estatutos, relatórios e folhetos de divulgação que apontam como positivo a escola atender a todas as classes e cores de sujeitos, com a valorização do ensino não ser vedado para nenhuma cor e incluir os libertos¹⁸⁵.

Assim, nossa hipótese é que a não identificação da cor dos alunos foi parte das negociações entre as estratégias dos alunos não-brancos e os princípios cientificistas adotados pela diretoria. Uma das estratégias de trabalhadores negros nesse período foi o silêncio quanto a sua cor. Isso funcionava como uma forma de

¹⁸⁴ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1895. *op. cit.* p. 07 (1886-1888).

¹⁸⁵ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.*

melhorar sua posição social e fortalecer sua liberdade em um contexto de vigência da escravidão¹⁸⁶, assim como para evitar as determinações intransponíveis das teorias raciais. Com grande apelo na virada do século, as teorias raciais tinham bases pseudo-científicas e acreditavam na inferioridade do não-branco. Alguns ramos das teorias raciais eram deterministas e acreditava em fronteiras insuperáveis para afrodescendentes, que só encontrariam como destino a incivilização e a barbárie. Outras interpretações das teorias raciais, como o evolucionismo social, trazia a perspectiva de uma possível “melhoria” dos sujeitos negros e pobres ao encará-los dentro de um mesmo caminho evolucionista do já “civilizado” – porém, no lugar mais abaixo e distante da civilização¹⁸⁷. Essa última teoria parece ter tido mais apelo para as direções do Liceu, na sua crença e discurso constante de melhorar, moralizar e civilizar os alunos que por ali passaram. Assim, em uma escola em que o cientificismo oitocentista tinha forte apelo, é bem provável que, para discentes negros, a questão de sua cor simbolizava forte desvalorização e entraves, sendo assim possível que as diretorias evitassem a computação desse dado na matrícula como forma de aproximar esses próprios alunos.

Ainda assim, é possível construir hipóteses sobre o perfil racial do corpo discente, no contraste com os dados do seu perfil social que ocupava as carteiras Liceanas no Oitocentos. A começar pelo entrelace entre trabalhadores negros e a ocupação de artífices e artesãos. Em muitas cidades brasileiras, esse ramo de trabalhadores se desenvolveu ao longo do século XVIII e XIX com uma forte presença negra de livres, libertos e escravizados em seu meio. É o que demonstra Aldrin Castellucci, por exemplo, ao tratar do caso de Salvador, em que no Centro Operário de Bahia estudado por este, há uma predominante maioria dos artífices com perfil racial não-branco no pós-abolição, mas que já ocupavam essa posição desde os períodos do Império¹⁸⁸. O Centro Operário da Bahia, inclusive, contava entre seus filiados com Manuel Querino, figura negra conhecida pelo engajamento nas lutas operárias e que foi, também, professor do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia¹⁸⁹. Já no Rio de Janeiro, a presença de escravizados nesse meio

¹⁸⁶ MAC CORD, Marcelo. *op. cit.*

¹⁸⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, São Paulo: Cia. das letras, 1993. p. 57-60.

¹⁸⁸ CASTELLUCCI, Aldrin. *op. cit.* p. 118-119.

¹⁸⁹ SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças, José do Patrocínio e Manuel Querino. In: FONSECA, Marcus

manufatureiro e artesanal, como já demonstrado, foi a maioria até os meados do século XIX, dividindo espaço com livres e libertos nas pequenas manufaturas e fábricas ao longo do Oitocentos¹⁹⁰. Nesse sentido, é difícil de imaginar que um colégio que atuou nas regiões centrais da cidade atendendo a essa parcela do operariado – dos artífices e artesãos –, não tenha tido uma importante penetração de trabalhadores negros e seus filhos em seu meio.

Além disso, é relevante perceber que a educação noturna, com o caráter civilizador e oficioso, foi um dos espaços prioritários da educação negra no contexto do final do século XIX. É o que demonstra autores como Marcelo Mac Cord e Eliane Peres. Mac Cord irá apontar que, na Recife oitocentista, um grupo de artífices negros da construção civil utilizou da educação para o trabalho, com um forte caráter moralizante, para valorizar sua profissão. Por meio da educação, esses operários da construção civil reforçaram sua capacidade técnica e preparo para o trabalho aos olhos dos empregadores e do Estado, com quem negociaram acessos a empreitadas e construção de obras públicas e privadas da cidade. Dessa maneira, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, formada por esse grupo de artífices, evitou a perda de espaço de trabalho e a proletarização, chegando, inclusive, a ganhar o direito a fundar e dirigir o Liceu de Artes e Ofícios de Recife. Além disso, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais também forneceu formas de melhoria social para outros trabalhadores manuais negros, como seus filhos, familiares e pessoas próximas, que aprendiam o ofício na escola noturna promovida por eles¹⁹¹.

Já na Pelotas do final do século XIX e início do século XX, Eliane Peres irá apontar que o silêncio das fontes raciais nas aulas da Biblioteca Popular Pelotense (BPP) não será ocasionado pela não existência dos negros na escola. Pelo contrário, Peres perceberá que mesmo diversos espaços da sociedade pelotense estando vedados para as classes trabalhadoras, especialmente para os setores negros, a educação noturna para o trabalho não apenas era um espaço aberto, mas prescindia da presença desses sujeitos. Para ela, na sociedade escravocrata e discriminatória oitocentista, diversos aspectos negativos eram

Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p. 197-216.

¹⁹⁰ SOARES, Luiz Carlos. *op. cit.*; NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos, 2006. *op. cit.*

¹⁹¹ MAC CORD, Marcelo. *op. cit.*

associados aos trabalhadores de cor, tais como vícios, imoralidade, barbarismo, violência, inferioridade, entre outros. Por isso, nas instituições educacionais noturnas, que se preocupavam exatamente em manter a ordem, disciplinar, incutir valores de moralidade e civilidade, os egressos da escravidão estavam entre seu público-alvo¹⁹².

Com esses elementos para a equação, é difícil pensar que o LAO-RJ não teve parcelas significativas de sujeitos negros nas suas carteiras escolares. O Rio de Janeiro contava, nesse período, com diversos trabalhadores afrodescendentes nos ramos de trabalho atendidos pelo Liceu. Além disso, há a forte presença de libertos e livres negros na cidade. Para completar, existe toda uma inclinação da escola para fomentar valores de civilidade, moralidade e de ajustamento ao trabalho para seus alunos, elementos que foram, no século XIX, destinados prioritariamente às camadas de trabalhadores de cor. Ainda que não seja possível quantificar os percentuais de não-brancos na sala de aula do educandário, mostra-se viável acompanhar algumas trajetórias destes alunos-operários negros, suas lógicas de atuação e ganhos materiais e simbólicos que encontraram a partir do ensino no Liceu. Porém, antes de avançar para esse caminho, nos próximos capítulos, é válido atentar para outro aspecto desses números nos relatórios, que diz respeito ao número de ingressantes e formados pela escola.

Como já apresentado, as redes clientelistas foram centrais para a manutenção do Liceu, e o número de alunos pode ter sido um elemento relevante dessa matemática. Aldrin Castellucci irá apontar que desde a Lei Saraiva de 1881, com a retirada de direitos políticos da população analfabeta, a parcela de operários artífices será bastante visada pelas redes clientelistas em momentos eleitorais, por ser uma camada com maior instrução e poder exercer seu direito ao voto¹⁹³. Dessa forma, é bastante possível que as relações entre o Liceu e as camadas das elites proprietárias e políticas da Corte também atravessassem essa relação, uma vez que a cada ano se formassem no Liceu artífices que eram potenciais eleitores, e os benfeitores do colégio podem ter visado esses votos. Nesse sentido, demonstrar a quantidade de alunos da escola era imprescindível, uma vez que esse número

¹⁹² PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 75-102, 16 fev. 2012. p. 86.

¹⁹³ CASTELLUCCI, Aldrin. *op. cit.* p. 115.

significava proporcionalmente a importância da escola e possíveis apoios financeiros que receberia dos candidatos àqueles votos.

Assim, os números de matriculados incluía todos que chegavam até a escola e, com poucas informações, declararam interesse em cursar uma das suas disciplinas¹⁹⁴. Ao mesmo tempo, informações como assiduidade dos alunos e abandono das aulas não eram priorizados pelos relatórios e, muito menos, divulgada nos folhetos para ampla divulgação da atuação do Liceu¹⁹⁵. Ainda, as informações como a aprovação nas disciplinas científicas e as premiações nas disciplinas artísticas eram apresentadas em formato diferente: enquanto a matrícula apresentava quantitativamente os inscritos (valorizando as grandes cifras), as informações sobre formados, aprovados e premiados eram demonstradas em listas com o nome desses alunos¹⁹⁶. Isso poderia se dar, por um lado, para que se valorizasse individualmente esses estudantes aprovados e premiados. Mas nos parece também que era um recurso que tornava menos visível a comparação entre o número de ingressantes e formados, afinal, esse número era bastante discrepante. A exemplo, no ano de 1885, com um número de 1580 matriculados, computamos apenas 51 alunos premiados e aprovados nas listagens disponíveis nos relatórios¹⁹⁷.

É possível identificar justificativas nos relatórios quanto a essas discrepâncias, escritas provavelmente por Bethencourt – que como diretor ficou responsável por formular esse documento. Para ele, a discrepância era justificada por não ter condições pecuniárias de premiar a todos pelo bom desempenho nas matérias artísticas e, principalmente, pelos alunos não verem benefícios em ser aprovados nas provas das disciplinas científicas, realizadas pelo colégio e pela Inspeção geral de Instrução pública para as escolas públicas e particulares da Corte:

Tantas, porém, são as razões que atuam para afastar desses atos finais grande parte dos alunos, que, a própria Diretoria do Liceu não causaria estranheza se por acaso não houvesse, o que seria, é verdade, um fato virgem, nenhum aluno que quisesse prestar exame no termo de um ano de ensino.¹⁹⁸

¹⁹⁴ Como relata o artigo 40 do Regimento, que para efetuar matrícula era necessário apenas nome, filiação, nação, idade, profissão e domicílio, sendo assim menos burocrático que em outros estabelecimentos de educação. LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.*

¹⁹⁵ FERREIRA, Felix, 1876. *op. cit.*; BELLEGARDE, Guilherme Candido. *op. cit.*

¹⁹⁶ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1881. *op. cit.*; *Idem*, 1884. *op. cit.*; *Idem*, 1895. *op. cit.*

¹⁹⁷ *Ibid.*

¹⁹⁸ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1895. *op. cit.* p. 22-24 (1886-1888).

Segundo alegava Bethencourt, nenhuma utilidade havia na comprovação de ter sido aprovado em tais matérias para o aluno, ao não melhorar sua situação de trabalho:

Demais, quando se observa que nenhuma utilidade prática advém para o aluno do Liceu da posse de um documento de aprovação nas diversas matérias de seu ensino; **que em nada influi para melhoramento de posição, na arte ou officio que professa**, o fato de haver obtido aprovação em matérias que o tornam mais hábil em os misteres do officio que abraçou; quando nas próprias oficinas do Estado não se exige que o operário adquira nenhum conhecimento teórico e que o comprove por meio de documentos de escolas de ensino profissional, a fim de lhe ser, só então, facultado o direito de melhorar vencimentos.¹⁹⁹

Assim, se antes a baixa taxa de formados poderia ser motivo de críticas, para Bethencourt a situação deveria ser invertida. Para se blindar de críticas, ele invertia a situação, afinal, segundo ele, era se admirar que o Liceu ainda conseguisse ter alunos sendo aprovados nessas circunstâncias:

É força confessar que admira como o Liceu consegue encher diariamente os seus vastos salões com centenas de alunos. [...] Eles aprendem só pelo desejo de saber e não pelo de conseguirem atestados que comprovem que estudaram: pouco lhes importa, portanto, dar provas públicas de seu aproveitamento.²⁰⁰

Mesmo levando em conta os elementos e argumentação do diretor do Liceu, há de se considerar que a discrepância dos números era bastante acentuada, sendo difícil de acreditar que ocorriam somente pelo baixo interesse dos estudantes na realização das provas finais. Assim, nos parece que essa distância entre matrículas e formados simbolizava, principalmente, o não cumprimento dos alunos do currículo proposto, ocasionando em um não aproveitamento das aulas noturnas como se esperava e com altas taxas de evasão escolar. Dessa maneira, não acreditamos que a proporção de 1580 matriculados para 51 aprovados e premiados em 1885 descreva a realidade: De um lado havia, com toda certeza, há muito mais do que 51 alunos no ano que aprenderam e tiveram contato com o conteúdo daquelas aulas. Os alunos participaram das disciplinas que tinham interesse, aprenderam conteúdos que faziam sentido para eles e frequentaram o Liceu da sua forma, ainda que não nos termos curriculares esperados pela direção.

¹⁹⁹ *Ibid.*

²⁰⁰ *Ibid.*

De outro lado, os exorbitantes números de 1580 matriculados não descrevem quantos de fato cursaram essas aulas, pois acaba por ignorar deliberadamente as dificuldades de permanência, assiduidade e complicações nas aulas noturnas por parte dos alunos trabalhadores, a fim de valorizar o Liceu por seu grande número de alunos.

A educação nesse período, ainda mais para as parcelas negras e das camadas trabalhadoras, tinha ainda espaço bastante limitado. O ensino noturno abarcou uma pequena proporção das camadas trabalhadores frente ao desafio enfrentado na cidade e no país em relação às desigualdades de acesso educacional. Esse ensino representou um funil que pouquíssimos tiveram acesso, e que menos ainda se formaram plenamente pelo plano pedagógico proposto. Porém, experiências como o Liceu representaram a possibilidade para que parcelas dos trabalhadores negros acessassem a educação formal, o letramento e a instrução para o trabalho, arte e ciência. Esse espaço educacional não se pretendia puramente prático para o trabalho, e os alunos encontraram ali um ambiente que se ajustava às suas demandas e pretensões de fortalecer o vínculo entre o pensar e o fazer do seu trabalho artístico manual. Deste modo, o Liceu fez parte das iniciativas de escola noturna, nas quais ainda que

Não constituíssem projetos consolidados e amplamente disseminados entre a população, há evidências de que trabalhadores residentes na cidade, em sua heterogeneidade em termos de ocupações e condições de trabalho, atenderam aos apelos daqueles que associavam o trabalho à instrução. A visão do trabalho como um dever ou um direito, com maior peso na primeira ou na segunda qualificação, motivou a instalação dos cursos e a busca por instrução entre os trabalhadores.²⁰¹

Porém, algumas peculiaridades do LAO-RJ parecem realçar e tornar ímpar sua experiência. O projeto político-pedagógico da escola conseguiu atingir ao público-alvo para o qual era proposto: a população trabalhadora artífice da cidade, em grande medida negra. Sua proposta pedagógica, associada às artes e ofícios, teve por princípio a valorização do trabalho manual por meio da instrução moralizada e técnica. Pelos números de ingressantes no colégio anualmente, vemos que essa proposta adquiriu forte apelo na população trabalhadora da Corte. Sua rede de relacionamentos clientelistas, central para a manutenção da escola, à colocou em uma posição de destaque nacional, engajando diversas iniciativas

²⁰¹ SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Sequeira. *op. cit.* p. 161.

particulares ou de parlamentos locais a instituírem Liceus de Artes e Ofícios, escolhendo, nas palavras de Marcelo Mac Cord, “os Liceus de Artes e Ofícios como espaço privilegiado para a ‘moralização’ e o ‘aperfeiçoamento’ do cada vez maior contingente populacional urbano livre e pobre”²⁰². Essa rede clientelista, que se enraizava dentro da escola, também parece ter sido central para a atração desse público, pois dialogava com estratégias já estabelecidas por grupos de trabalhadores negros escravizados, livres e libertos ao longo do período da escravidão. Assim, os números e listagens dos alunos demonstram que o Liceu, ainda que com muitas dificuldades ao longo dos anos, conseguiu chegar a década de 1880 como um projeto consolidado e bem-sucedido, fazendo parte das experiências e do universo do mundo dos trabalhadores artífices e negros do Império. Suas formulações de 1856, em que pese os diversos percalços ao longo do caminho, chegam em 1870 e principalmente em 1880 como um forte apelo popular, dialoga com o perfil de estudantes e representa um caminho de educação e instrução para uma parcela significativa da população.

Dirigida pelas camadas médias da sociedade, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro dialogava com as elites proprietárias e políticas da Corte, assim como com o ideário cientificista das ideias novas, que ganhava espaço entre os bacharéis das Academias e dos ensinos superiores. Não há como descartar questões como o forte apelo evolucionista social que guiava essa escola, assim como suas claras pretensões de ajustamento dos sujeitos para a ordem capitalista. Ainda assim, esses elementos não nos parecem ser suficientes para descrever o seu projeto político-pedagógico como elitista²⁰³. Muitas outras nuances precisam ser destacadas sobre essa escola técnica noturna, existente ao longo do século XIX na vigência da escravidão e do Império.

Um ponto central na retórica dos fundadores era a preparação dos trabalhadores livres para a modernidade, com fortes inclinações de um emancipacionismo gradual. Se essa proposta encontrou eco nos direcionamentos do Estado Imperial, também encontrou consonância com as aspirações de liberdade e cidadania das camadas egressas da escravidão e do mundo dos trabalhadores no geral. Para essa população, uma educação moralizante parece ter

²⁰² MAC CORD, Marcelo. *op. cit.* p. 334.

²⁰³ COSTA, Ana Luiza Jesus da, 2011. *op. cit.*

significado um meio de inserção nos espaços de trabalho, ao valorizar sua capacidade de ajuste ao ofício aos olhos dos empregadores. Assim, em um mundo de vigência da escravidão, com teorias raciais e sociais que imputavam noções de inferioridade para não-brancos e para as classes trabalhadoras, uma escola com pretensões emancipacionistas e integracionistas dos escravizados parece ter se tornado, para essa população, um caminho de acesso à cidadania.

Apesar de uma parte da bibliografia desvalorizar o papel profissionalizante e técnico do Liceu por acreditar não haver ensino para oficioso e somente artístico²⁰⁴ –, a proposição do educandário de ensinar as artes e ofícios – sob influências de correntes educacionais europeias afiliadas ao mundo artístico –, trouxe uma forte aproximação com os trabalhadores especializados do período. Interpretar os ofícios artífices enquanto um trabalho que demanda capacidade intelectual e inventiva parece ter sido significativo em uma sociedade em que os ofícios manuais eram, muitas vezes, desvalorizados e desprestigiados como algo puramente braçal. Assim, essa proposta pedagógica valorizava os artistas manuais como mais próximos das belas artes, além de destacar o caráter técnico e racional do trabalho manual. Dessa maneira, a educação do Liceu parece ter significado dignidade e cidadania para trabalhadores artífices, ainda mais para aqueles que queriam afastar-se dos estigmas associados aos escravizados e seus descendentes.

É bem verdade que, nessa proposta pedagógica, não estava previsto o letramento como parte do currículo, uma vez que o Liceu pretendia ocupar um lugar diferente das escolas de primeiras letras, sendo destinada a trabalhadores especializados. Ainda assim, as aulas de português atraíram grande parte dos estudantes que adentravam a escola. Isso demonstra, por um lado, que quem acessava a escola demandava por instrução básica nas letras, e por outro lado, que o letramento começa a ocupar lugar mais relevante com as mudanças do regime eleitoral, com os artífices visados pelas redes clientelistas como possíveis eleitores. Estabelecer relações com a alta social foi fundamental para manter a escola financeiramente, a qual esteve sempre bastante afinada com os andamentos do Estado Imperial e com setores mais progressistas das elites proprietárias. Essa trama de relações aparece valorizada na memória institucional até os dias de hoje, com os diversos presidentes e benfeitores do Liceu estampados nos quadros da escola e lembrados nos livros memorialísticos. Já a trama interna clientelista não

²⁰⁴ CUNHA, Luiz Antônio, 2005a. *op. cit.*; FONSECA, Celso Suckow da. *op. cit.*

parece estar prevista na proposta inicial da escola. Ainda assim, essa trama interna se tornou central ao longo dos anos de funcionamento, integrando o corpo social e gerando benefícios para alunos, professores, diretores e até funcionários da escola, que tinham em Bethencourt da Silva seu protetor.

Enquanto na memória institucional do Liceu a rede de relações com as elites é vista com bons olhos, para uma parte da bibliografia, essa rede com a elite – e a própria diretoria, que também é vista como parte dessa mesma elite – fez com que a escola e seus valores elitistas fossem transpassados para a população pobre. Porém, o LAO-RJ e seu projeto político-pedagógico não podem ser resumidos pelos desígnios da elite, e nem mesmo é possível explicá-los somente a partir dos desejos dos seus diretores – os quais, como vimos, fazem parte de uma classe média em formação na Corte. Para entender o Liceu, investigamos o funcionamento do colégio, sua proposta e seu currículo a partir da relevância disso para os interesses daqueles que eram a maior parte do seu corpo social: os alunos-operários. Nesse sentido, não há como ignorar que foi uma das escolas da Corte com maior apelo entre as camadas laboriosas e com uma forte presença negra de livres e libertos nas suas carteiras. Se seu projeto na década de 1850 foi formulado, principalmente, por bacharéis e letrados das classes médias, não há como descartar que os alunos das camadas operárias aderiram à proposição ao ingressarem às centenas nas disciplinas do Liceu. Tudo isso viria a contribuir para que o Liceu de Artes e Ofícios se tornasse uma referência na educação noturna a nível nacional e uma das principais experiências educacionais para trabalhadores do Brasil Oitocentista.

2. Periódicos, perspectivas e agência estudantil

A sorrir eu pretendo levar a vida,
pois chorando eu vi a mocidade
perdida.

“O sol nascerá” - Cartola

Em 20 de janeiro de 1882, a 14ª edição do jornal *O Aspirante: periódico literário e artístico dos alunos do Liceu de Artes e Ofícios* publicava, em sua seção humorística, a seguinte anedota:

Um calafate²⁰⁵ tem junto a si um aprendiz a quem explica o uso da ferramenta, porém, apenas o mestre se abstraía no trabalho. O rapazola saca do seio um *Aspirante* e devora-o com os olhos dando algumas risadinhas baixas ao ler a seção humorística; volta o mestre o rosto e o surpreende dizendo

– Como, então é assim garoto?

– O que, replicou o aprendiz, é o *Aspirante*, o senhor também o lê? ah não? então o senhor não é bom artista nem segue a escola adiantada, por tanto não me pode ensinar, vou me embora.²⁰⁶

Em tom humorístico, a anedota não assinada do periódico estudantil apresentava seu programa: ser lido entre trabalhadores artífices do Rio de Janeiro e fomentar sua formação técnica pelo caráter pedagógico de seu jornal. Sua ambição era compartilhada com os princípios da escola em que eram alunos, e destacavam na anedota que aqueles alheios ao conhecimento aprendidos na instituição de ensino eram incapazes de desempenhar e ensinar plenamente as artes manuais, afinal, estas demandavam um aperfeiçoamento artístico, científico e intelectual. Era assim que a pequena folha discente se apresentava enquanto uma seguidora dos valores do Liceu de Artes e Ofícios (LAO-RJ).

Esse e outros periódicos estudantis fizeram parte da vida da instituição educacional no início da década de 1880. Entre o ano de 1881 e 1882, três jornais coexistiram como representantes dos estudantes da escola. Tivemos acesso às suas edições, nas quais é possível identificar os assuntos de que tratavam, experiências discentes dentro e fora da escola que retratam e as suas motivações para criação dos periódicos. Nossos três jornais estudantis tinham valores módicos, um pouco

²⁰⁵ Calafate é um operário especializado da construção naval. O calafate trabalha nos estaleiros navais cabendo-lhe vedar com estopa de algodão alcatroada os espaços entre as tábuas com que são feitos os barcos de forma a impedir que a água se infiltre.

²⁰⁶ “Secção humorística”. *O Aspirante: Periodico litterario e artistico dos alumnos do Lyceo de Artes e Officios*. Rio de Janeiro, n. 14, 20 jan. 1882. p. 4.

acima da grande imprensa comercial, provavelmente pela dificuldade pecuniária de manter jornais de menor escala. *O Aspirante*, citado acima, e a *Aura: periódico literário e recreativo*, eram jornais vendidos por \$100 réis o número avulso, em comparação aos \$040 réis de folhas de maior circulação, como a *Gazeta da Tarde*²⁰⁷ e a *Gazeta de Notícias*²⁰⁸. No caso d’*A Ventarola: Periódico dos alunos do Liceu de Artes e Ofícios*, só havia a possibilidade de assinatura, custando \$500 réis mensais, em comparação aos \$400 que suas coirmãs propunham para a também assinatura mensal. As três foram fundadas entre setembro e outubro de 1881, com uma proposta de divulgação semanal, e sempre com pedidos bem-humorados para que os assinantes renovassem as assinaturas, a fim de manter as folhas existindo²⁰⁹.

Parte da bibliografia que analisa o Liceu, ao ter como fonte principalmente os discursos de fundação na revista *Brazil Artístico*, acabaram por olhar para o corpo estudantil somente a partir das falas e pensamentos dos diretores e beneméritos da escola. Nessa bibliografia, as experiências dos estudantes não são investigadas, e sim o que era proposto para eles como ensino profissionalizante. Dessa forma, as reflexões destes autores acerca dos alunos acabaram por se limitar àquilo que a direção da instituição pensava ser o futuro corpo discente da escola²¹⁰. Em outros trabalhos, as investigações em relação aos alunos se limitam a uma análise quantitativa, através da qual os discentes são entendidos somente pelas estatísticas referentes ao corpo estudantil – em geral voltados para a caracterização de seu perfil social. Porém, tal bibliografia não ultrapassa os dados disponibilizados pela diretoria, não identificado a presença de indivíduos afro-descendentes na carteira escolar, e menos ainda percebendo as experiências deles dentro de sala de aula²¹¹. Já na memória institucional do Liceu há citações às iniciativas estudantis, como os periódicos estudantis e os grêmios recreativos.

²⁰⁷ *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, n. 01, 01 jan. 1881.

²⁰⁸ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 01, 01 jan. 1881.

²⁰⁹ “Expediente”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 4, 29 out. 1881. p. 04.

²¹⁰ PRADO, Carlos Henrique Mattos do. *Laboriosa mocidade, emblema da Virtude, da Honestidade e do Progresso: o caso do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e do impresso O Brazil Artístico (1856 – 1861)*. 2021. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2021; MURASSE, Celina Midori. *A educação para a ordem e o progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)*. 2001. 184p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2001.

²¹¹ CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005a.

Porém, essas iniciativas são destacadas a partir do apreço que os alunos tinham pelo Liceu e seu diretor Bethencourt²¹². Se a realidade das salas de aula e dificuldades encaradas pelos alunos não são problemas que a memória institucional busca responder, trabalhos acadêmicos que dialogam com essa memória acabam por seguir o mesmo caminho de silêncio quanto a tais questões. A efetivação do Liceu, ao longo do século XIX, aparece assim pouco ou nada alterada pela agência estudantil nessa bibliografia próxima da abordagem memorialística²¹³.

Se nessas abordagens os alunos do LAO-RJ são identificados apenas como números ou pelo discurso dos fundadores, sendo suas experiências apenas tangenciadas ou ignoradas, Ana Luiza Jesus da Costa irá propor uma reflexão sobre o que significou o ensino profissionalizante para os discentes mobilizando um maior número de fontes. O faz, no entanto, a partir do ponto de vista das diretorias da escola e das elites do Império. Em seu trabalho há a crença de que a proposta político-pedagógica do LAO-RJ – assim como de outras escolas noturnas de mesmo mote –, era fechada para os anseios e perspectivas dos estudantes. Nessa proposição, a escola é vista como coesa com os valores da classe proprietária e burguesa, servindo para formatar os trabalhadores para o trabalho livre e inculcando nas chamadas “classes populares” os valores contrários aos seus interesses. Assim, nessa linha de raciocínio, o ensino do Liceu só seria positivo para esses trabalhadores quando eles resistiam aos desígnios elitistas da escola, ou seja, se os alunos promovessem “subversões de seu projeto político-pedagógico originalmente voltado para o controle e formatação do trabalhador aos interesses das elites que as promoviam”²¹⁴.

Em caminho diverso, a proposta deste capítulo é a de se debruçar sobre as estratégias e sentidos que a educação profissionalizante teve para seu corpo estudantil a partir dos escritos por eles deixados na imprensa discente. Para isso,

²¹² BARROS, Alvaro Paes de. *O Liceu de Artes e Ofícios e seu fundador*: depoimento histórico no primeiro centenário da grande instituição. Rio de Janeiro: [IBGE], 1956.

²¹³ BIELINSKI, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, dos pressupostos aos reflexos de sua criação*: de 1856 a 1900. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003a.

²¹⁴ COSTA, Ana Luiza Jesus da. *À Luz das Lamparinas*: as escolas noturnas para trabalhadores no município da corte. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 12-13

temos como principal fonte seus periódicos, que serviram para entender as aspirações e atuações dos alunos-operários dentro do colégio. Investigamos, primeiro, as motivações que levaram os alunos a criar esses periódicos, suas expectativas no ensino liceano e o papel pedagógico que acreditavam que seus jornais deveriam ter. Em segundo momento, nos atentamos para como os alunos envolvidos com os jornais encaravam a teia de relações clientelistas do Liceu, e como fizeram parte dessa ativamente. Trazemos, também, tanto as tensões e conflitos dentro da sala de aula quanto as trocas positivas possíveis entre alunos, professores e diretoria. Passaremos, por fim, pelas dificuldades encontradas por esses alunos-operários para se manter na escola e para sobreviver em um mundo com grandes desigualdades raciais e de classe. Pretende-se com isso mostrar como, mesmo com desiguais condições de ensino e possibilidades em relação a outros setores letrados, os alunos-operários mobilizaram os signos culturais que encontram na educação profissionalizante e formularam projetos de futuro e aspirações sobre como o mundo deveria ser a partir de seus próprios interesses.

2.1. Uma pequena imprensa estudantil e pedagógica

O último quarto do século XIX é marcado pela consolidação de uma imprensa comercial, que encontrou em uma lógica de mercado um novo sentido para a existência das folhas e jornais. Cada vez mais esses periódicos discorriam sobre os temas de interesse de seus leitores, e isso abriu as folhas para diversos assuntos dos mundos do trabalho e do universo de práticas negras, com a entrada dos sujeitos envolvidos nesse mundo enquanto assinantes e assíduos leitores dos jornais²¹⁵. Essa nova relação dos trabalhadores com a imprensa também fez eclodir pequenos periódicos próprios dos mundos do trabalho, desde jornais do movimento operário até mesmo pequenas folhas recreativas que tratavam de múltiplos aspectos do universo de experiências das classes laboriosas²¹⁶. No meio dessa relação dialógica entre redatores e leitores, a imprensa acreditava possuir

²¹⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Negociações Impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. *História (São Paulo)*, [S.l.], v. 35, 2016.

²¹⁶ MACIEL, Laura Antunes. *Imprensa, esfera pública e memória operária - Rio de Janeiro (1880-1920)*. *Revista de História*, São Paulo, n. 175, p. 415–448, 2016. p. 419-420.

um papel pedagógico, que orientaria seus concidadãos e moldaria a sociedade ao mesmo tempo que também era por ela moldada²¹⁷.

É dentro desse contexto da imprensa que seriam formados, no Liceu, três pequenos periódicos estudantis. A primeira dessas folhas a ser lançada foi *A Ventarola*. Temos acesso a 3 edições da pequena folha, que contaram cada uma com 4 páginas: a saber, as edições 1, 2 e 4, publicadas entre setembro e outubro de 1881²¹⁸. Neste periódico não há indicações dos estudantes envolvidos no corpo editorial – apenas uma breve citação em outro periódico estudantil sobre dois estudantes ligados *A Ventarola*, Julio e Eugênio²¹⁹. Porém, nenhuma das colunas é assinada por eles ou outros estudantes, não sendo possível saber seus sobrenomes ou mais informações quanto aos discentes por trás do periódico. Ainda assim, há indicativos sobre o perfil etário dos alunos envolvidos no jornal. O Liceu atendia, em sua maior parte, jovens de 12 a 20 anos – cerca de 72% a 77% nos anos da década de 1880 (ver ANEXO 5) –, e em correspondências com o periódico *Gazeta da Tarde*, *A Ventarola* é descrita como uma folha criada por “crianças”, na visão dos redatores do jornal da grande imprensa. Dessa maneira, pode-se concluir que o periódico era composto por essa faixa etária com maior acesso ao colégio, de crianças e jovens trabalhadores:

Gazeta da Tarde nos dirigiu estas lisonjeiras palavras que muito agradecemos: “[...] Temos prazer em apresentar ao nosso leitor a menina Ventarola. É uma criança alegre, adorável, ruidosa, que ri-se candidamente com a ingenuidade pura das alvoradas. Nasceu no Liceu de Artes e Ofícios, entre crianças como ela, risonha. Que olham para o futuro com uma vista indagadora e firme. Beije-a leitor e estime-a.”²²⁰

Ainda sobre esse periódico, em sua primeira edição é explicitado o programa que motivava sua existência: eles julgavam “necessário os alunos do Liceu de Artes e Ofícios possuírem um órgão pelo qual se manifestem nos assuntos de maior interesse”. Afinal, esse jornal aparecia na “arena deslumbrante do jornalismo brasileiro [...] simbolizando o pensamento de uma fração da nossa mocidade”, e queria, dessa maneira, “agregar-se a falange dos esforçados defensores das ideias avançadas do nosso tempo e do livre pensar da geração

²¹⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, 2016. *op. cit.* p. 01.

²¹⁸ *A Ventarola*: Periodico dos alumnos do Lyceu de Artes e Officios. Rio de Janeiro, n. 1, 15 set. 1881.

²¹⁹ “Fallou-se n’aula”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 4, 10 out. 1881. p. 04.

²²⁰ “Chronica”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 02, 24 set. 1881. p. 01-02.

atual” para “incutir pelos verdadeiros princípios da ciência a mais profunda veneração e o mais sincero culto!”²²¹. Dessa maneira, era um periódico que afirmava, em seu programa, estar bastante afinado com os princípios cientificistas do LAO-RJ e promover essa ciência a partir de suas páginas. Além disso, demonstrava acreditar que, pelo periódico, os alunos teriam um espaço para manifestarem seus interesses e desejos, fazendo da folha um meio de afirmação daquilo que se pretendia ser a voz e a ação discente.

Não muito distante foi a proposição da segunda folha, a *Aura*. Temos acesso a 4 das suas edições: os números 2, 3, 4 e 5, lançados no mesmo período que *A Ventarola*, entre setembro e outubro de 1881. Ainda que também não saibamos seu corpo editorial – apenas há a indicação de sobrenome dos proprietários do periódico, B. Fraga e A. Lima, mas sem indicação de seus nomes completos –, suas colunas são assinadas por alguns estudantes do Liceu que identificamos, contando também com correspondências com diretores e professores publicadas na folha²²². Infelizmente, por não termos acesso à sua primeira edição, não conseguimos identificar o programa do jornal afirmado pelos redatores com suas palavras. Porém, ao longo de suas outras edições é perceptível que sua proposição se assemelha em gênero e grau aos outros dois periódicos discentes. Ainda assim, esse jornal pertencia à um grupo de discentes em constantes conflitos e desacordos pessoais com os alunos à frente d’*A Ventarola*, o que justifica a existência de dois periódicos com proposição similar criadas ao mesmo tempo.

Quanto a’*O Aspirante*, fundada em outubro do mesmo ano, essa folha parece ter sido criada pelo mesmo grupo de discentes envolvido com a *Aura*, isso porquê ambas compartilham redatores que assinam suas colunas e tinham um discurso bastante alinhado nas estratégias discentes. N’*O Aspirante* é possível identificar o corpo editorial do jornal, publicado em sua quarta edição²²³. Dessa maneira, tratamos aqui do grupo de alunos por detrás da *Aura* e d’*O Aspirante* com continuidades de perfil e aspirações, inclusive nas motivações de fundação dos periódicos. Em relação ao perfil etário desse grupo, os alunos destas folhas referem-se a si constantemente por termos como “mocidade”, que indica um perfil

²²¹ “A Ventarolla - aparece hoje...”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 01.

²²² *Aura*: Periodico Litterario e Recreativo. Rio de Janeiro, n. 2, 25 set. 1881.

²²³ “Expediente”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 4, 29 out. 1881. p. 04.

majoritariamente jovial no seu corpo editorial, tal como n’*A Ventarola*. Porém, as correspondências publicadas neste periódico em nenhum momento os tratam por termos infantilizados, e há a presença de discentes mais velhos como Antônio da Silva Lázaro²²⁴, um dos associados d’*O Aspirante*, carpinteiro de 36 anos. Se a maior parte dos estudantes do LAO-RJ estavam abaixo dos 20 anos, essa escola também contou com discentes acima de 41 anos, e com dezenas de alunos de 31 a 40 anos (ver ANEXO 5), proporção que parece se refletir nesse terceiro jornal lançado. Dessa maneira, podemos constatar que os discentes envolvidos com esses dois periódicos eram em sua maioria jovens, contando também com adultos em seu meio.

Além disso, ainda em relação ao corpo editorial do terceiro jornal, ele é composto quase completamente pelos estudantes participantes da “Comissão permanente”, uma espécie de representação estudantil no Liceu para organização de eventos e festividades. Já se tratando do perfil racial, os dois editores-chefes d’*O Aspirante*, ao verificarmos suas trajetórias, estão envolvidos com as experiências culturais e políticas do universo negro e dos mundos do trabalho do período, como os bailes dançantes, a luta trabalhista e vínculos religiosos em irmandades negras²²⁵, o que nos sugere que mesmo não especificado na documentação, se tratasse de sujeitos afrodescendentes. Assim, há uma relevante participação negra na direção e redação deste jornal – e, por se tratar de uma continuidade do segundo periódico lançado, sugere uma similar participação afrodescendente na *Aura*.

Este terceiro periódico é mais estruturado que as outras duas folhas, com menos erros de impressão tipográfica, maior tamanho e melhor formatação. Essa estruturação aponta para um maior investimento inicial e maiores recursos para sua existência. Além disso, *O Aspirante* contou com um vínculo mais bem estabelecido com as diretorias do Liceu, ao receber a correspondência na própria portaria da escola, enquanto as outras recebiam correspondências nas tipografias

²²⁴ Antônio da Silva Lázaro aparece como estudante da também escola profissionalizante criada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), com 33 anos em 1878. “Relação dos alumnos matriculados...”. *O Auxiliador da Indústria Nacional: Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes*. Rio de Janeiro, n. 1, jan. 1878. p. 96-97.

²²⁵ Os redatores-chefes Augusto Quintella e Francisco Hostílio Cervantes aparecem nas seguintes colunas jornalísticas que apontam para seus envolvimento com o universo de práticas negras, como clubes negros dançantes e irmandades católicas de pretos e pardos: “Carnaval de 1888 (conclusão)”, *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 1022, 28 mar. 1888, p. 02; “José do Patrocínio”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 7423, 3 fev. 1905. p. 02.

que eram impressas. Temos acesso às 14 primeiras edições d'*O Aspirante*, que foram iniciadas em outubro de 1881, e mantiveram sua publicação semanal, quase sempre aos sábados, até janeiro de 1882²²⁶.

O programa deste periódico discente estava assinalado na anedota com que abrimos o capítulo e na abertura de sua primeira edição, assinada por sua redação. Esse programa era focado na instrução dos artífices da Corte: “O nosso fim é instruir: pela razão convenceremos, pela fé conquistaremos”²²⁷. Sua instrução se dirigia a mocidade envolvida com o ensino do Liceu – artífices e operários da Corte –, pois identificavam nesses jovens moços pensadores capazes de combater os antigos preconceitos: “No seio da nossa mocidade levantam-se fortes pensadores que abatem os antigos preconceitos e adotam como divisa – solidariedade humana.”²²⁸. Assim, esse grupo de discentes do Liceu criou um periódico, que era um meio deles se inserirem nas lutas de seu tempo, se colocando ombro a ombro com os homens mais ilustrados e batalhadores:

“A criação de um periódico nesta época, em que tudo se discute, e em que os homens mais ilustrados colaboram em jornais e revistas, parece uma audácia, ainda maior, quando temos vistos outros, animados pelos mais esforçados batalhadores, fraquejarem na luta; mas não podemos ficar parados quando todos se agitam.”²²⁹

Esses três pequenos periódicos estudantis trataram de temas mais amplos como a realidade do trabalho e o abolicionismo, aos temas mais específicos, porém muito significativos, como os conteúdos das disciplinas ensinadas e as festividades do Liceu. É possível acessar assim, a partir desta imprensa estudantil, a visão dos estudantes sobre diversos temas caros para a escola. Dessa forma, tais fontes contribuem para pensar algo que ficou em segundo plano ou, muitas vezes, foi completamente ignorado ao se estudar o LAO-RJ: a forma de participação dos alunos na escola e sua relação com o projeto político-pedagógico do Liceu.

Com um caráter recreativo, literário, artístico e informativo, esses periódicos se interligam principalmente pela sua autodeclarada função pedagógica que exerceriam dentre os colegas da escola e os artífices da Corte. Ao abordarem os conteúdos e relações que marcavam sua experiência na escola, tais folhas nos

²²⁶ *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 1, 11 out. 1881 - n. 14, 20 jan. 1882.

²²⁷ A REDAÇÃO. “O Aspirante - a criação de um periodico...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 1, 11 out. 1881. p. 01.

²²⁸ *Ibid.*

²²⁹ *Ibid.*

permitem entender os sentidos da educação liceana para os estudantes do estabelecimento – pois as três folhas do Liceu carregavam em si propostas bastante similares: divulgar, por suas folhas, os conteúdos aprendidos da escola que julgavam interessante – caracterizando sua função artística e pedagógica – e entreter e informar esses alunos, com assuntos que julgassem relevantes – sua função recreativa e informativa, que também assumia semelhante tom pedagógico. Porém tomaram meios diferentes para efetivar esse fim pedagógico, em que a *Aura* e *O Aspirante* valorizavam diferentes pontos do ensino profissionalizante quando comparada à folha *A Ventarola*. O caminho adotado pelos alunos desse primeiro grupo era um tom de maior alinhamento com a direção. Desde seu princípio há uma forte apreciação no jornal das figuras dos fundadores e diretores da escola, e uma aproximação com as concepções do projeto político-pedagógico liceano no seu caráter moralizante. Dessa maneira, a folha *Aura* irá destacar as ações do diretor Bethencourt da Silva na construção de uma escola para a classe operária:

Hoje mais de 2000 pessoas de ambos os sexos se acolhem à sombra deste templo de educação e de trabalho, aberto a todas as classes [pela] vocação [e] pelo poder de um só homem. Exemplo digno de ser imitado por quantos compreendam a missão civilizadora do século, não podemos deixar de consagrar um voto de louvor ao benemérito fundador do Liceu de Artes e Ofícios, nós que somos filhos do povo e alunos do estabelecimento que mais largamente satisfaz as necessidades do povo.²³⁰

Há uma aproximação, por parte do jornal, com perspectivas civilizadoras e moralizantes das diretorias do LAO-RJ. Como evidenciado no trecho acima, sua redação reforçava que esse “templo de educação e trabalho” teria uma missão civilizadora, perspectiva similar a dos fundadores que acreditavam que a escola tinha por função trazer os artífices da Corte às luzes da arte²³¹. Além disso, os discentes exaltam o número de ingressantes na escola, contando inclusive com as mais de 400 pré-matrículas das aulas para o ensino feminino, que ainda não haviam sido inauguradas. Não é incomum, nos periódicos, que os alunos se descrevessem pelo seu trabalho e lugar social, porém no trecho a escolha por “filhos do povo” destaca não só uma pertença a essas camadas laboriosas, mas

²³⁰ “O Lyceu de Artes e Offícios...”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 02, 25 set. 1881. p. 01.

²³¹ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS ARTES. *O Brazil Artístico*: Revista da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (Nova Phase). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1911 [1857]. 7 fasc. v. 1. p. 76.

também a posição de muitos dos jovens aprendizes da escola como filhos da classe trabalhadora, ainda que não estejam efetivamente trabalhando. Isso é condizente com os dados de ocupação e idade da escola, uma vez que, além de uma predominante parcela de jovens abaixo de 20 anos, a maioria dos discentes da escola eram artistas manuais, mas um quarto era composto de apenas “estudantes” (ver ANEXO 5 e 7). Como o Liceu se tratava de uma escola de ensino noturno, mesmo essa parcela não ocupada recebia uma educação profissionalizante, para uma futura ocupação nos ofícios da Corte. Nesse sentido, essa educação que os auxiliava à ocupar ofícios artífices – ofícios que contam com o maior prestígio e melhores possibilidades sociais dentre os operários – era vista como um motivo de gratidão. Assim, descrevem a escola de forma bastante positivada, como o estabelecimento que mais “satisfaz as necessidades do povo” e é “aberto a todas as classes”, valorizando ser um espaço aberto para as camadas menos privilegiadas da sociedade.

Os discentes estavam atentos para essa característica civilizatória do ensino profissionalizante. A moralização dos trabalhadores era uma das finalidades da escola até mesmo na visão de figuras como o Imperador – que em 1863 havia declarado que “o Liceu não é só educador, é também moralizador”²³². Se, como vimos, essa frase permanecerá na memória institucional do LAO-RJ, sendo recorrentemente lembrada, ela também apareceu exaltada nos periódicos estudantis, como em *O Aspirante*²³³. Essa parte moralizante do currículo, no caso do Liceu, não estava “oculta” para seus alunos como suposto por autores do campo de teoria do currículo ao tratar deste campo da educação²³⁴. Havia uma inclinação, na educação profissionalizante do período, para moldar as práticas sociais e adaptar os sujeitos para o trabalho, como pensado por essa bibliografia. Porém, esses sujeitos não estavam alheios ou alienados quanto a esse lado educacional do currículo, eles o percebiam como parte daquele ensino e até mesmo abriram espaço em seus jornais para que essa moralização fosse replicada.

É o que se evidencia na folha *Aura*, no conto chamado “A mulher do jogador”. Esse conto é escrito no formato de folhetim nas edições 2 e 3, e assinado por Julio Jamin. Apesar de não encontrarmos registros de Julio Jamin como

²³² BARROS, Álvaro Paes de Barros. *op. cit.* p. 50-51.

²³³ “Honrosas manifestações”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 4, 29 out. 1881. p. 02.

²³⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 79-80.

professor ou ligado diretamente ao colégio, ele fazia parte dos círculos letrados científicos da Corte, sendo um físico que viria a falecer em Paris em 1886²³⁵, alguns anos após os periódicos discentes serem publicados. Ele era próximo aos alunos do colégio, escrevendo o referido conto para *Aura* e lhes contando histórias sobre suas viagens à europa, que eram reproduzidas no jornal *O Aspirante*²³⁶. De qualquer forma, o mais relevante para nós é entender o conteúdo escrito que ganhou espaço nas páginas da *Aura*. Em “A mulher do jogador” o autor irá contar a história de Sophia, que se encontrava em dificuldades financeiras por conta das apostas de seu esposo, Victor. O esposo continua indo a casas de jogos mesmo após frequentes pedidos da protagonista para não o fazer, chegando a inclusive apostar um importante anel de Sophia nos jogos de azar após perder todo seu dinheiro. No clímax da história, a protagonista é descrita enlutada em casa e pede a Deus para que proteja seu marido, porém suas preces não são atendidas: Sophia se depara com o marido a fugir para casa após ser pego roubando dinheiro para manter seu vício. Em casa, cercada por homens querendo vingança pelo roubo de Victor, a mulher do jogador oferece ao marido um punhal: “Toma, morre, que [te] acompanharei”. Assim, tanto o jogador como a esposa são encontrados sem vida em casa, e a história termina por uma lição de moral escrita pelo autor, ao dizer que essa é a sorte que aguarda a mulher de um jogador²³⁷. Dessa maneira, a *Aura* trazia em sua folha um conto que tentava educar os seus concidadãos leitores a não replicar os erros cometidos por Victor e Sophia: o vício nos jogos de aposta, no caso dele, ou se envolver com esse tipo de homem, no caso dela.

Outro conto, dessa vez não assinado, ocupou as páginas da *Aura* e trará mais reflexões para seus leitores sobre moral e valores, a partir da visão dos alunos-operários que dirigiam a folha. Essa história em folhetim é “Lágrimas perdidas”, publicada nas edições 4 e 5 na seção de literatura. O conto trata de um ourives chamado apenas Raphael, sem nenhum sobrenome de família, o que fazia muitos o conhecerem pelo título de seu ofício: “Raphael o ourives”. Seu talento fazia de seu ofício verdadeira arte, mas quis a má sorte que seu coração “agrilhoasse no cativo” do amor por Laura, moça descrita de forma simples, que acaba por cativar o artesão. Raphael então precisa encarar o pai de Laura para

²³⁵ “Necrologia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 71, 13 mar. 1886. p. 02.

²³⁶ “Fleugma ingleza”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 11, 17 dez. 1881. p. 04.

²³⁷ JAMIN, Julio. “A mulher do jogador”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 2, 25 set. 1881 - n. 3, 3 out. 1881.

pedi-la em casamento, e esse sogro é descrito como “um burguês cheio de si”, que encarava o ourives como um “genro pobre”. Ao Raphael pedir ao burguês a mão da amada, ele o responde que a moça já havia sido pedida a mão por um comerciante, moço com algumas finanças guardadas e que possuía dinheiro de sua família. Nesse momento, o sogro lança ao protagonista uma pergunta indiscreta, sobre sua condição financeira: “O senhor... desculpe a sinceridade... eu sei que a menina quer-lhe mais que ao outro... mas, na minha posição de pai e homem que conhece a vida, bem vê que não posso deixar de perguntar-lhe... de quanto dispõe?”. O conto descreve que Raphael empalideceu de indignação, e mesmo com o desdém do burguês, se recusa a barganhar pelo coração de Laura, acusando-o de “pai leiloeiro” e indo embora sem a amada²³⁸.

Esse conto expressa alguns valores e princípios que para alguns dos alunos-operários parecem ser importantes, como a honra em não barganhar pela mão de uma mulher, mesmo que isso o leve a perdê-la. Ao mesmo tempo, a história o retrata como um artesão que, ainda que talentoso, não possuía muitos recursos e não possuía nome de família, o que – mesmo não dito pelo autor do conto – provavelmente o levaria a perder a disputa contra o comerciante em relação a renda. Essa história pode ter causado identificação a muitos dos operários que ocupavam as carteiras do Liceu, pela composição do corpo discente contar com trabalhadores negros livres e libertos, que encaravam os estigmas frutos da cor e as desigualdades sociais fruto da espoliação. Além disso, a simbólica falta do sobrenome de Raphael era algo comum para muitos escravizados da Corte no período. Esses valores de Raphael, assim, atendiam a certas expectativas dos alunos-operários, que não deveriam entrar em uma disputa nesses termos que poderia significar, ao fim, somente a humilhação pela sua posição social e racial. Dessa maneira, ao mesmo tempo que a *Aura* parecia se colocar como complemento às noções moralizantes, trazendo valores e princípios a serem seguidos por seus leitores, também encarava essa moralização a partir do ponto de vista dos próprios alunos, pela sua perspectiva, sendo muitos deles que compunham os jornais discentes e ocupavam as carteiras escolas sujeitos afrodescendentes com experiências atravessadas pela escravidão e pelo trabalho.

Seguindo a premissa da *Aura*, em *O Aspirante* também é possível encontrar histórias com lições moralizantes, inclusive escrita e assinada pelos

²³⁸ “Lágrimas perdidas”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 4, 10 out. 1881 - n. 5, 18 out. 1881.

próprios discentes. Nesse jornal estudantil há a crônica “O Homem e a natureza”, que ocupará 6 edições e é assinada pelo aluno associado ao jornal, José Duarte dos Santos. Esse aluno tinha forte prestígio entre os alunos dos jornais *Aura* e *O Aspirante*, chegando a assinar os folhetins que ocupavam as primeiras páginas em ambos os periódicos. Sobre Duarte dos Santos, há indícios de se tratar de um jovem de pouca idade, pois em correspondência com o periódico *O Pygmêo*, uma pequena folha recreativa, o aluno envia-lhes uma poesia, ao que é respondido elogiosamente que ele era um “moço que promete ser um grande homem se crescer mais um pouco”²³⁹. Entre os temas abordados na crônica “O Homem e a natureza”, José Duarte dos Santos irá falar sobre os prejuízos da soberba para os homens, principalmente dos homens ricos, e que os leitores deveriam prezar pela humildade e confraternização entre os trabalhadores²⁴⁰. É também nas páginas d’*O Aspirante* que surgirá a coluna de “Provérbios” e até mesmo na “Seção Humorística”, que trazem pequenas frases – às vezes, com certo humor – com ensinamentos aos leitores e às leitoras sobre convívio e relações, economia doméstica e práticas sociais²⁴¹. Em um desses provérbios é dito que “não é o ganho que nos faz ricos, mas sim o que poupamos”, incentivando a economia de recursos como prática para trabalhadores, e no provérbio na mesma edição é dito que “devemos conservar boas relações com a esposa, estômago e consciência”, prezando pelo bom relacionamento familiar, mas também para a atenção a alimentação e finanças, além de indicar aos leitores que sigam seus valores e princípios a fim de ter uma consciência tranquila²⁴². Se, isoladas, essas frases não podem ser tomadas como indícios do caráter pedagógico e moralizante da folha, dentro do contexto é possível percebê-las como parte complementar dessa proposta.

Não somente nas colunas literárias e de provérbios que esses valores são exaltados e ensinados. Noções de moralização, civilização e progresso também estavam em voga nas colunas informativas e opinativas d’*O Aspirante*. Os princípios expostos por provérbios e histórias em folhetins são corroborados na fala de Francisco Hostílio Cervantes, o redator-chefe do jornal e operário do

²³⁹ “Imprensa”. *O Pygmêo*: periódico recreativo e litterário. Rio de Janeiro, n. 8, 31 out. 1881. p. 01-02.

²⁴⁰ DOS SANTOS, José Duarte. “O homem e a natureza”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 2, 15 out. 1881 - n. 10, 14 dez. 1881.

²⁴¹ “Proverbios”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 03, 22 out. 1881. p. 04.

²⁴² *Ibid.*

Arsenal da Marinha, ao falar sobre a relevância do LAO-RJ no contexto de inauguração das aulas femininas da escola: “Aqueles que aplaudem com prazer as evoluções da família brasileira, verão nesta nova Atenas um emblema de progresso de civilização, porque moraliza – educando – e inspira sentimentos pios – moralizando.”²⁴³. Para Cervantes, então, além do Liceu acompanhar a evolução da família brasileira ao ensinar não só aos homens, mas também abarcar as mulheres, no educandário a moralização e a educação andavam juntas, inspirando sentimentos bons e contribuindo para o progresso da civilização. Sua perspectiva trazia, além de um diálogo com os discursos da diretoria da escola, uma clara demonstração de não encarar o papel moralizante do LAO-RJ de forma negativa. Assim, os jornais deste grupo de alunos não apenas concordaram com a proposição civilizatória, mas engajaram na proposta de moralizar a partir de seus periódicos. Como vimos na folha *Aura* e em *O Aspirante*, os sentimentos e valores que a moralização do ensino liceano poderiam promover parece que iam consoante aos desejos desses próprios alunos-operários. Essa moral era também ensinada em seus jornais, por acreditarem se tratar do melhor para a sua classe. Esse lado do currículo do LAO-RJ era, assim, positivado pelos próprios estudantes a ponto de se engajarem em repassar esses princípios para seus colegas.

Se a *Aura* e *O Aspirante* tinham essa afinidade com a direção e sua proposta pedagógica ligada à moralização, um pouco diferente era a folha *A Ventarola*. Para essa folha, o alinhamento da *Aura* com a direção era visto como uma bajulação desmedida. Assim, ao comentar da criação da sua coirmã, *A Ventarola* chega desdenhar do jornal: “Recebemos o 1º número da filha do Liceu, ora bolas, queríamos dizer da *Aura*. Que espiga!”²⁴⁴ – algo fora da etiqueta entre periódicos, que geralmente assumiam tom elogioso ou agradeciam ao receber as primeiras edições de outras folhas²⁴⁵. Nas páginas d’*A Ventarola* é possível encontrar, também, críticas direcionadas a alguns dos alunos ligados aos outros dois jornais, como aos escritos de José Duarte dos Santos, citado acima²⁴⁶. Ainda assim, os ventarolas não tinham uma inclinação contrária à escola e seus mantenedores. Eles reconheciam a importância do ensino disponibilizado ali e

²⁴³ CERVANTES. Francisco Hostílio. “Aquelles que aplaudem...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 8, 23 nov. 1881. p. 03.

²⁴⁴ “Recebmos [sic] o 1º...”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 2, 24 set. 1881. p. 02.

²⁴⁵ “Recebemos o 1º número da *Mascotte*, agradecemos, e desejamo-lhes longa existência.”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 2, 25 set. 1881. p. 01.

²⁴⁶ “Recebemos do Sr. J. D. Santos...”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 4, 11 out. 1881. p. 02.

chegavam, em momentos oportunos, a exaltar as ações do colégio, como na inauguração do ensino feminino em 11 de outubro, mesmo dia em que publicam sua 4ª edição:

Um grande fato dá-se hoje às 7 horas da noite, a abertura do Liceu para o sexo feminino. Por certo não há ninguém a quem tenha chegado tão faustosa notícia que deixara de ter grande transporte de alegria, e tanto mais quando se lembrarem que é no Brasil, neste país, que começa agora a aparecer na história brilhante dos povos, que existe uma casa de educação gratuita, e que é frequentada por 1600 e tantos indivíduos que sem distinção de classe e nacionalidade, **vão aí receber a instrução tendo somente em mira levar a palma sobre seus colegas no aproveitamento pelo Estado.**²⁴⁷

Assim, ao mesmo tempo que destaca o empreendimento do ensino feminino, tido tão positivamente, é também relevante como descreve o Liceu bem próximo da forma como a escola é descrita na *Aura*: enquanto uma casa de educação gratuita, que aceita muitos indivíduos sem distinção de classe e nacionalidade. O destaque a nacionalidade, que aparece também em outros trechos, pode nos sugerir a presença de jovens imigrantes na redação desta folha ou como seus leitores, os quais, no Liceu, eram pouco menos de 20% (ver ANEXO 4) – percentual abaixo do número de imigrantes na cidade, que nos censos de 1872 e de 1890 são respectivamente 30,6% e 23,7%²⁴⁸. Ainda assim, não é possível saber ao certo a composição da redação do jornal, visto a não assinatura das suas colunas.

De qualquer forma, o que fica evidenciado pelo trecho acima é o sentido que os ventarolas viam na educação profissionalizante liceana. O trecho “levar a palma sobre seus colegas no aproveitamento pelo Estado” nos sugere que os discentes do jornal encaravam essa educação como um meio para melhores oportunidades de emprego, levando superioridade à frente de outros artífices sem formação na disputa para serem empregados, seja nas oficinas e canteiros de obras particulares, seja no Estado, como no Arsenal da Marinha. Esse último foi um dos principais espaços que empregaram artífices da Corte, o que refletiu em um quantitativo de alunos-operários que se dividiam entre o trabalho no Arsenal da Marinha e o ensino no Liceu. Assim, além d’*A Ventarola* encarar o ensino

²⁴⁷ “A Ventarolla - aparece hoje...”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 4, 11 out. 1881. p. 01-02. grifos nossos.

²⁴⁸ FONSECA, Thiago Vinícius Mantuano da. A Região Portuária do Rio de Janeiro no Século XIX: aspectos demográficos e sociais. *Almanack*, [S.L.], n. 21, abr. 2019. p. 192.

profissionalizante masculino como um espaço que fomentava a disputa por emprego, entendia que a mesma competitividade iria aparecer no recém fundado ensino feminino, em outros termos. Para eles, o LAO-RJ iria incentivar nas alunas a concorrência em relação a prêmios dentro da escola, e isso era encarado como positivo, afinal, essa concorrência e disputa era um dos princípios da escola:

Somente um sentimento de superioridade será ali admitido. Este é: o de procurar suplantar nos fins dos anos a sua melhor amiga, sobressaindo como vitoriosa no combate que dá pela concorrência de um bom prêmio. São estes os princípios e bases sobre que foi fundado o Imperial Liceu de Artes e Ofícios e que hoje é entregue ao público como fonte inesgotável de instrução.²⁴⁹

Esse trecho nos chama atenção por entender a educação como espaço que reforça a competitividade. Para os alunos, ao mesmo tempo em que o Liceu inibia os sentimentos de distinção entre os sujeitos por questões como classe e nacionalidade, fomentava sentimentos de distinções e superioridade pelos méritos e esforços do corpo discente. No caso das mulheres, seria na concorrência pelas premiações escolares, no caso dos homens, na disputa por empregos. Porém, essa segunda forma era encarada por eles de forma positiva. Afinal, isso significa dizer que, na percepção discente, elementos como cor ou condição social não seriam levados em consideração para distinguir os discentes, e sim seu esforço e trabalho. Em uma sociedade fortemente marcada pela desigualdade em relação a tais elementos, a notabilização pelo mérito individual parece ter tido apelo entre um corpo discente com forte presença negra e das classes operárias. Ao mesmo tempo, ao encarar a educação profissionalizante como um diferencial na disputa por cargos, essa educação teria sentido para suas vidas profissionais.

Isso é condizente com apontamentos de Claudio Silveira Amaral, ao pensar os outros ramos artífices que eram beneficiados em seus ofícios pela educação liceana. Segundo Amaral, ideias arquitetônicas vindas da Inglaterra ganharam espaço no LAO-RJ a partir do seu diretor, Bethencourt da Silva, que incorporou tais proposições de arquitetura nas grandes construções que esteve à frente no período Imperial²⁵⁰. Foi o caso de algumas obras do Estado, como o

²⁴⁹ “A Ventarolla - um grande facto...”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 4, 11 out. 1881. p. 01-02. grifos nossos.

²⁵⁰ AMARAL, Claudio Silveira. Um projeto de industrialização para o Brasil a partir do ensino do desenho (o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro), Rui Barbosa e John Ruskin. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fauusp*, [S.l.], n. 19, p. 128, 1 jun. 2006.

prédio do Imperial Instituto para Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) e a sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro (prédio assumido pelo Banco do Brasil, e atualmente ocupado pelo Centro Cultural do Banco do Brasil)²⁵¹. O que Amaral irá demonstrar é que essas noções arquitetônicas, em menor escala, serão replicadas na construção de pequenos comércios e residências que pertencem ao atual centro histórico do Rio de Janeiro. Diferente das grandes obras, os principais responsáveis por tais construções eram os artífices da construção civil, setor que possui forte penetração na educação liceana – levando Amaral a entender que muito das ideias replicadas nessas fachadas históricas podem ter sido aprendidas dentro do Liceu²⁵².

A partir dessa interpretação de Amaral e da forma que os ventarolas encaram a escola, é possível pensar que esses alunos adentraram as salas de aula do Liceu e aproveitavam das disciplinas para um melhor posicionamento no trabalho e um aperfeiçoamento nas suas artes manuais – o que, conseqüentemente, permitiu que tivessem melhores condições de disputa no mercado de trabalho. Inovações em campos como construção civil e outros setores artífices eram desenvolvidos nos próprios canteiros de obras e oficinas, porém influências estrangeiras podem ter sido aprendidas nas escolas profissionalizantes como o Liceu, como aponta Amaral. É por esse motivo que Bethencourt e a Sociedade Propagadora das Belas Artes (SPBA) – organização que dirigia o Liceu –, ainda que não sejam sempre referidas nas páginas d'*A Ventarola*, ganham elogios da folha em alguns momentos, não sendo vistas como contrárias aos seus interesses: “A ilustrada SPBA saudamo-la e ao benemérito Francisco Bethencourt da Silva, muito particularmente cumprimentamo-lo dando um aperto de mão pelo grande interesse que tem tomado para a consumação de tão grandiosa empresa”²⁵³.

Ainda que a relação dos ventarolas com o ensino do Liceu pareça um pouco mais pragmática, pensando na utilização dessa educação para melhoria da sua condição social, as três folhas parecem se interligar com um elemento central da proposição do Liceu: a valorização do lado criativo, artístico e intelectual do trabalho artífice. Na *Aura*, a história supracitada do ourives Raphael valorizava o

²⁵¹ BALTAR, Francisca Maria Teresa dos Reis. *Programa de Escolas na segunda metade do século XIX: As escolas construídas pelo arquiteto Bethencourt da Silva*. 1999. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. p. 104-154.

²⁵² AMARAL, Claudio Silveira. *op. cit.*

²⁵³ “A Ventarolla - Um grande facto...”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 4, 11 out. 1881. p. 01-02.

trabalho deste, comparando suas obras lapidadas com as grandes peças das belas artes: “compunha braceletes que fechavam bem como sonetos de Petrarca”²⁵⁴. Igual comparação entre as artes manuais e as belas artes ocorria em *O Aspirante*, que entendia que o trabalho da indústria precisava da ciência aplicada, mas também da arte útil, para que se resultasse em artefatos em que se ligasse utilidade e beleza²⁵⁵.

Nesse sentido, os jornais traziam a ideia de ensinar, pelas suas folhas, as ciências e as artes a fim de facilitar e melhorar o trabalho dos artífices leitores. Os ventarolas criam a coluna “variedades”, na qual divulgam alguns conteúdos das matérias que acham importante, como na primeira edição, em que discorrem sobre a disciplina de desenho de figuras, ensinando as melhores formas de se aperfeiçoar nessa disciplina artística²⁵⁶. Essa perspectiva é também incorporada pelo *O Aspirante*, em que há colunas que divulgam informações relevantes para seus mundos e conteúdos para facilitar o trabalho artífice, extraído algumas vezes de livros didáticos: na edição 2 traziam fórmulas matemáticas para calcular o reservatório e tubulação d’água na construção civil²⁵⁷, enquanto na edição 10 disponibilizam fórmulas que atendam aos artífices da construção naval²⁵⁸. Dessa maneira, encaravam a aplicação das ciências e das artes e o conhecimento sobre o que estavam fazendo como fatores imprescindíveis para uma boa execução do seu trabalho.

Mas os jornais não se restringiram a divulgar informações e conteúdos que estavam diretamente atrelados ao melhoramento de seus trabalhos. Na coluna “Sessão científica”, em sua quarta edição, os ventarolas se preocupavam em trazer um estudo sobre as flores em “uma linguagem sã e acessível a todos”²⁵⁹. Já *O Aspirante*, por sua longevidade, é possível perceber os diversos temas que abordam e informam no jornal, mostrando as múltiplas curiosidades que permeavam a vida desses alunos-operários. Se preocupavam desde ensinar, por suas páginas, conceitos de física (abordando átomos e moléculas, propriedade dos

²⁵⁴ “Lágrimas perdidas”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 4, 10 out. 1881. p. 03.

²⁵⁵ “Elementos de Artes Industriaes: Definição e classificação”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 12, 24 dez. 1881. p. 02.

²⁵⁶ “Variedades: do desenho de figura”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 01, 15 set. 1881. p. 03-04.

²⁵⁷ FERREIRA, Pinto. “Diâmetro de tubo de descarga do reservatório d’água da condensação (hot well)” e “Arca do tubo de injeção”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 02, 15 out. 1881. p. 04.

²⁵⁸ “Formulas praticas usadas nos cálculos relativos a construcção naval”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 12, 24 dez. 1881. p. 02.

²⁵⁹ “Secção scientifica: a flor em geral”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 4, 11 out. 1881. p. 04.

corpos, etc.), biologia (reinos vegetais e animais, etc.) e química (componentes químicos, orgânicos e inorgânicos, etc.) – sempre preocupados com um linguajar acessível e mais basilar: “Física ao alcance de todos”; “Noções elementares de química”²⁶⁰. Se interessavam por outras culturas e países, trazendo informativos sobre a imprensa na Alemanha ou a cultura feminina no Japão²⁶¹. Explicavam sobre novas tecnologias do século, como os telégrafos elétricos²⁶². Abordavam assuntos como meteorologia e astronomia, em que descreviam cientificamente a chuva, neve, arco-íris, meteoros, etc²⁶³. Se preocupavam com questões sobre higiene e saúde, trazendo notícias sobre os avanços da microbiologia e causas das doenças²⁶⁴. E também informavam sobre acontecimentos históricos ou contemporâneos que julgavam relevantes, como a criação do papel ou as novas construções navais do Arsenal da Marinha²⁶⁵.

Um desses temas foi o vapor. A coluna abordando o fenômeno inicia na segunda edição, em 15 de outubro de 1881, e até sua última edição, em 20 de janeiro de 1882, ainda não havia sido concluída. O jornal se dedica a explorar as utilizações dele como tecnologia, desde as embarcações, passando pelos trens e pelas máquinas industriais. Falavam sobre a relevância do vapor para a revolução industrial, e informam no jornal sobre como a pressão era usada nas máquinas, sobre os avanços tecnológicos nessa maquinaria e seus inventores, assim como os riscos de explosão se não utilizadas corretamente²⁶⁶. É central perceber que transformações tecnológicas com a aplicação desse tipo de energia estava na vida e no dia a dia de muitos desses operários, alguns inclusive trabalhavam diretamente com máquinas que o utilizavam. Como era expresso no próprio periódico *O Aspirante*: “Já todos os nossos jovens leitores presenciaram os efeitos extraordinários do vapor”²⁶⁷. Dessa maneira, não se pode perder de vista que o Liceu representava também um espaço de aprendizado e novos conteúdos para

²⁶⁰ “Physica ao alcance de todos” e “Noções elementares de chimica”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 6, 12 nov. 1881. p. 02.

²⁶¹ “A mulher japoneza”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 2, 15 out. 1881. p. 02-03; “O jornalismo na Allemanha”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 1, 11 out. 1881. p. 04.

²⁶² “Os telegraphos elétricos...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 12, 24 dez. 1881. p. 03.

²⁶³ “Metéoros aquosos” e “Metéoros luminosos”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 10, 14 dez. 1881. p. 02-03.

²⁶⁴ “Malfeitores mycrosopicos”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 9, 3 dez. 1881. p. 03-04.

²⁶⁵ “Donde se produzio o papel”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 6, 12 nov. 1881. p. 04; “Conforme foi annuciado no dia 7...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 2, 15 out. 1881. p. 04.

²⁶⁶ “O vapor”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 2, 15 out. 1881 - n. 14, 20 jan. 1882.

²⁶⁷ “O vapor”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 2, 15 out. 1881. p. 02.

interpretar esse mundo em transformação que esses jovens viviam. Não estavam alheios aos avanços tecnológicos, o qual muitas das vezes eram utilizados por eles próprios em seus trabalhos. Esses jovens alunos trabalhadores estavam realmente interessados nas alterações que ocorriam em seu mundo, e seu interesse pelas ciências não estava amparado somente em uma aplicação prática para os ofícios e melhora dos seus postos, mas também por uma curiosidade epistemológica, e pela educação adquiriam novas ferramentas para interpretar o universo ao seu redor²⁶⁸.

Ainda que o ensino no Liceu trouxesse essa possibilidade de aprendizado, não eram muitas as escolas que disponibilizavam educação gratuita ao perfil de alunos-operários. Esse é um dos possíveis motivos que as escolas noturnas do Rio de Janeiro foram, muitas vezes, espaços em que famílias, colegas profissionais e vizinhos acessaram conjuntamente, atraídos por convite de outros estudantes²⁶⁹. Olhar para uma escola como o Liceu é pensar que muitos dos trabalhadores que ali estudavam foram convidados por pessoas próximas para também ter acesso àquele ensino, e tornavam aquela escola não um caminho de melhoria individual, mas um espaço em que outros iguais a eles podiam ter educação e instrução profissional. Uma frase que parece expressar isso é um lema formulado no contato entre os diretores e os alunos: “do povo e para o povo”. Esse lema irá surgir no jornal estudantil na fala de uma figura ligada à direção da escola, o membro da SPBA Guilherme Bellegarde, para se referir ao jornal discente e ao LAO-RJ²⁷⁰. Essa fala surge após as referências dos alunos da *Aura* a si e ao resto do corpo discente como “filhos do povo”²⁷¹. Assim, após o uso por Bellegarde, o lema será apropriado pelos discentes em seus periódicos²⁷² e irá estampar, ao longo da década de 1880, uma das salas do recém-criado ensino feminino, como é possível ver na foto abaixo²⁷³:

²⁶⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 64a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. p. 32-34.

²⁶⁹ RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra Frota M. de. Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893). *Revista Brasileira de História da Educação*, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 89-115, jan. 2017. p. 108

²⁷⁰ BELLEGARDE, Guilherme. “Esta pagina é destinada...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 01, 11 out. 1881. p. 03.

²⁷¹ “O Lyceu de Artes e Ofícios...”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 02, 25 set. 1881. p. 01.

²⁷² A REDAÇÃO. “O Aspirante - A festa sem par”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 02, 15 out. 1881. p. 01-02.

²⁷³ Essa imagem pertence ao acervo iconográfico guardado pelo Centro de Memória Sylvio Vianna Freire, do próprio Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, que traz fotografias do final do século XIX até a segunda metade da década de 1910. Identificamos a primeira publicação dessa



Figura 1: [Autor desconhecido]. Aula feminina de desenho de figuras. [Sem data]. 1 fot., p&b, 10 cm x 15cm.

A disciplina de desenho retratada na foto reunia diversas meninas e mulheres de idades variadas, de crianças a jovens adultas. Possibilitando as aulas noturnas, as lamparinas acesas iluminavam alunas de diversos perfis de cor, como é possível perceber pela presença de alunas negras nas laterais e mais ao fundo da imagem, em contraste com as alunas brancas, em maioria no centro da imagem. A organização das alunas para a foto nos sugere, inclusive, que a ordenação da sala foi pensada por elementos como idade e cor no momento da fotografia, com as mais jovens e brancas centralizadas. A estrutura em que essa aula ocorre nos remete a um espaço com pouca estruturação e decoração, demonstrando as dificuldades econômicas encontradas pela escola para sua existência e obras de reforma, algo recorrente nas reclamações da diretoria ao longo do período estudado. Destaca-se, ainda, o lema escrito ao fundo, que após aparecer nos periódicos estudantis, ganhará espaço propriamente nas salas de aula: “Do povo e para o povo”.

fotografia no artigo de Alba Carneiro Bielinski, na revista da Faculdade Bethencourt da Silva. BIELINSKI, Alba Carneiro. Bethencourt da Silva e a defesa do saber. *Revista da Fabes*, Rio de Janeiro, Edição especial, nov. 2006. p. 65.

Havia assim, nas três folhas estudantis, uma verdadeira crença naquela escola enquanto um espaço de ensino e cidadania, em que sua capacidade intelectual era valorizada e os permitia o acesso aos conhecimentos em voga no período e o melhoramento para o trabalho. Talvez, por isso, seja simbólico a fala do 1º secretário e futuro vice-diretor do Liceu Carlos Eustáquio da Costa, quando felicita os criadores d'*O Aspirante*:

Felicito, portanto, aos jovens autores de semelhante ideia [o jornal *O Aspirante*]. Deveis caminhar, luzeiros do progresso, porque a pátria ansiosa pede vossos serviços, e é de vós que ela tem o direito de exigir não o trabalho material, mas sim o intelectual, porque é com ele que devemos realizar a grande revolução social.²⁷⁴

Algo que nos chama a atenção nessa declaração é a valorização, por parte do 1º secretário, da possibilidade de trabalho intelectual desses alunos, até mesmo visto como mais relevante do que seu trabalho manual. Não podemos rebaixar as aspirações desses alunos-operários ao reconhecimento da sua capacidade por parte dos diretores. Seus projetos de futuro e de presente, que exploraremos à frente, são muito mais ricos do que ter como fim a congratulação pela diretoria do Liceu. Porém, tal reconhecimento não é descartável na análise: em uma sociedade que tanto desvaloriza o trabalho manual como algo pouco intelectual e sem técnica, a proposta pedagógica do Liceu de estudo para artífices em que era reconhecida a capacidade racional e criativa deles no trabalho, parece ter sido central não apenas ingressarem nesse ensino, mas para replicarem sua proposta pedagógica pelos seus jornais. Eles ativamente refletiram sobre os conteúdos que queriam passar à frente para outros alunos-operários a partir dos seus interesses e curiosidades. Na visão desses alunos-operários atuantes pelos jornais, o que era ensinado e repassado contribuía para a melhoria de sua própria classe:

Uma larga inspiração está consubstanciada em nosso ponto objetivo. Difundir luzes nas classes operárias, instruir e desenvolver dela a mocidade, eis o nosso fim, e o ponto para o qual nossas vistas convergem. Se não é todavia um pequeno serviço que prestamos em prol da classe, será mais uma pedra colocada no grande alicerce da comunhão social²⁷⁵.

²⁷⁴ DA COSTA. Carlos Eustáquio. “O dia 11 de outubro...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 1, 11 out. 188. p. 01.

²⁷⁵ “O Aspirante - Uma larga inspiração...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 9, 3 dez. 1881. p. 01-02.

Pelos jornais, esses alunos acreditavam que estavam a “difundir as luzes” e “alicerçar a comunhão” das classes operárias, a qual, muitas vezes, são criticadas por eles próprios como distantes “ainda” de tais luzes e tal comunhão²⁷⁶. Ainda assim, isso estava de acordo com os seus próprios interesses e suas crenças de que esse progresso era o caminho para uma melhor sociedade. Esses estudantes não encontraram totais acordos sobre o que se devia ensinar pelos periódicos, como vimos pelas diferentes propostas dos jornais, ainda assim os três encaravam esse ensino como relevante nas suas trajetórias.

Dessa maneira, os alunos-operários não parecem ter encarado o Liceu enquanto um projeto político-pedagógico distante ou contrário dos seus valores e interesses, em que apenas restaria a eles resistir aos desígnios elitistas desse ensino e sua pretensão de formatá-los para o capitalismo²⁷⁷. Em sentido contrário, mostravam ver no Liceu um dos poucos espaços que atendia aos seus iguais, que geraria oportunidade de melhores empregos e valorizava a capacidade criativa e intelectual do seu trabalho. Um educandário que abria novas margens para entender e interpretar as transformações no mundo em que viviam e tinha abertura para suas expectativas de cidadania. Por mais diversas que fossem as três folhas, todas sugerem que a educação profissionalizante noturna, mesmo quando promovida por setores de fora da classe laboral, não poderia ser entendida como um espaço alheio ao repertório de experiências da classe trabalhadora carioca do século XIX. Para os múltiplos trabalhadores que encontraram ensino nesse educandário, o LAO-RJ apareceu como possibilidade de ensino ligado às suas expectativas e realidades.

2.2. Por dentro da teia de relações

O segundo semestre de 1881 foi marcado por grandes agitações no Liceu. A escola já estava bastante consolidada com o ensino profissionalizante, com investimento do Estado Imperial e apoio pecuniário de diversos setores das elites proprietárias, além de ter se estabelecido em sua nova sede desde 1878. Mas a escola se preparava para uma nova expansão da sua atuação: a inauguração das suas aulas femininas, a qual viria a acontecer em outubro e faria do Liceu o

²⁷⁶ *Ibid.*

²⁷⁷ COSTA, Ana Luiza Jesus da. *op. cit.* p. 12-13.

primeiro colégio do Brasil com ensino feminino noturno, segundo sua diretoria²⁷⁸. Por conta desse evento muita das atenções estavam voltadas para o educandário, ampliando o apoio do colégio no mundo letrado, na imprensa, nas elites políticas e nas proprietárias com esse novo empreendimento²⁷⁹. O Liceu chega a inclusive ser reconhecido por setores da elite letrada fora do Brasil, sendo citado em um dicionário universal de educação e ensino português nos anos seguintes:

Um dos mais notáveis estabelecimentos de ensino livre é o Liceu d'artes e officios do Rio de Janeiro, benemérita instituição que tem por fim proporcionar gratuitamente uma instituição superior profissional, e no qual foram também agora iniciados com bom êxito cursos para o sexo feminino.²⁸⁰

Esse é um período também de turbulência dos estudantes pertencentes à “Comissão Permanente” – órgão representativo dos discentes na organização e participação de festividades da escola –, com expulsão de dois integrantes de seu meio²⁸¹. É nesse cenário conturbado que os jornais estudantis que estamos investigando foram criados, diferindo em alguns valores e motivações, como vimos anteriormente. Por isso, é a partir do envolvimento com esse contexto que iremos entender melhor as estratégias e engajamentos do alunato e de seus jornais nas teias políticas do Liceu. Como tratamos no primeiro capítulo, a trama clientelista foi fundamental para o investimento e permanência do LAO-RJ, ao mesmo tempo que também afetava suas dinâmicas e lógicas. Essa teia de relações era transplantada para dentro da escola, com filiação das diferentes partes do corpo social. Nossa ideia, então, é apresentar como alguns setores dos estudantes fizeram parte dessa dinâmica (e outros não), utilizando dessas tramas de relações para seus próprios fins. Ainda, discutimos aqui quais eram suas motivações e expectativas nessas teias clientelistas.

Vale reforçar que ao tratarmos aqui sobre os discursos em torno do ensino feminino que aparecem nos periódicos dos alunos, não pretendemos supor o que

²⁷⁸ BARROS, Álvaro Paes de. *op. cit.*

²⁷⁹ LELIS, Francismara de Oliveira. *Discursos e sentidos sobre a educação feminina na corte, século XIX: Uma reflexão histórica da “Polyantheia comemorativa de inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Lycêo de Artes e Offícios”*. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 55-58.

²⁸⁰ CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castello; BOTELHO, José Nicolau Raposo. *Diccionario universal de educação e ensino...!* Tradadado a portuguez e ampliado nos varios assumptos relativos a Portugal por Camillo Castello Branco. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron. Casa Editora Lugan & Genelioux, 1886. v. 1, 1016p. p. 288.

²⁸¹ “I L. de Artes e Offícios”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 2, 25 set. 1881. p. 02; “Domingo passado...”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 2, 24 set. 1881. p. 02.

de fato foi esse ensino para as mulheres. Tais periódicos, compostos exclusivamente por alunos homens, foram atravessados pela fundação das aulas femininas, e isso ganhará grande relevância em suas páginas. Porém, esses discursos não chegam perto de explicar as aspirações, experiências e sentidos dessa educação para as meninas e mulheres que adentraram o Liceu a partir de 1881. Nosso enfoque, então, é entender o que pensavam os alunos meninos e homens do colégio, e como esses eventos de inauguração se interligam com seus projetos e perspectivas pessoais e coletivas.

Diferente de seus coirmãos, *A Ventarola* não tinha uma proposta tão alinhada com a noção moralizante que a pedagogia do Liceu pretendia. Na sua coluna “Bernardices” – espaço reservado para anedotas – algumas histórias ganham até um tom que desvaloriza o trabalho, algo bastante contrário ao que a escola pregava e que os outros dois jornais tanto estimavam. É o caso de um conto sobre dois irmãos com “gênios diferentes”. A história retrata que um dos irmãos era ativo, trabalhador e sempre saía cedo de casa, enquanto o outro teimava em ficar na cama até altas horas, despreocupado com o trabalho. Um dia, no caminho para o trabalho logo cedo, o primeiro teria encontrado uma maleta cheia de dinheiro. Ele retorna contente para acordar o seu irmão e contar sobre o feito, além de lhe dar uma lição de moral. Porém, uma reviravolta ocorre com a resposta do segundo:

Todo satisfeito lá se foi ele a participar a seu irmão de sua descoberta:

– Veja-se, dizia, o que se ganha levantando-se cedo.

– Meu caro, respondeu o outro, se o dono dessa bolsa não tivesse levantado ainda mais cedo não a teria perdido. E virando-se para outro lado, continuou em seu sono interrompido.²⁸²

Essas anedotas não parecem ser contrárias a questões como a valorização do caráter técnico e intelectual do trabalho, que os ventarolas pregavam. Nem mesmo parece ir contra o aproveitamento do ensino profissionalizante para melhoria da posição no emprego, como também defendiam. Ainda assim, sua anedota trazia espaço para uma reflexão que ia contra a valorização do trabalho, tão pregada pelo colégio. Tais perspectivas eram fruto de uma polifonia dentro da folha, que ainda que não representassem todo o periódico surgiam nesse primeiro jornal criado pelos alunos. Ainda assim, é difícil pensar a aparição de semelhante

²⁸² “Bernardices”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 1, 15 set. 1881. p. 02-03.

anedota em *Aura* ou n’*O Aspirante*, que tinham consenso interno em sempre buscar uma perspectiva pedagógica nos valores do Liceu, até em suas colunas de entretenimento²⁸³. Dessa forma, é perceptível que não havia n’*A Ventarola* um consenso em relação ao esforço de reproduzir os valores do colégio.

Os ventarolas assumem também, em alguns momentos, um tom menos sério e formal quanto às iniciativas da direção. Não chegam a desdenhar dessas, mas suas páginas são preenchidas por brincadeiras direcionadas ao público discente. Ao invés de tentarem estabelecer vínculos e aproximação com a direção, parecem mais atentos a informar seus alunos e, muitas das vezes, se divertir. Isso evidencia-se em outra edição das suas “Bernardices”, em que aborda o ensino feminino menos do ponto de vista da sua grande importância para a nação – como aparece nas outras folhas estudantis –, e mais como um motivo de benefício próprio para um dos alunos homens:

– Amigo Carlos, tu andas agora muito satisfeito!
 – Pudera, consegui de minha sogra que tem os seus 50 e tantos janeiros se matriculasse no Liceu de mulheres. Imagina o meu prazer, quando chego em casa e não encontro a bicha. Oh! Bethencourt, a ti eu devo algumas horas de tranquilidade e como eu quantos! Deus te pague, que os homens jamais terão uma recompensa digna dos teus feitos.²⁸⁴

Nessa anedota, o personagem Carlos só via como benefício o ensino feminino porque tiraria sua sogra de casa, ao fazê-la estudar, de forma que o benefício do ensino feminino seria, principalmente, para os homens. Para além do já conhecido estilo de humor que envolve genro e sogra, que desde essa época já era repercutido, o que de fato nos chama atenção é que a anedota indica que os ventarolas não se conectavam tanto com a proposição de engrandecer os feitos do LAO-RJ a partir dos jornais estudantis e nem tiveram como pretensão a aproximação com a diretoria da escola – como percebido nas outras folhas. Até mesmo a grafia que utilizavam para se referir a escola, “Lyceu”, escrita mais próxima da oralidade, se diferencia da grafia mais erudita utilizada pelo próprio colégio sobre si: “Lycêo” – grafia essa que também foi utilizada n’*O Aspirante*.

As motivações para essa diferenciação podem estar nos fatores que envolvem a diferença do perfil de alunos. Como vimos anteriormente, os ventarolas eram retratados como crianças, o que nos insinua a presença de um

²⁸³ “Secção humorística”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 4, 29 out. 1881. p. 03.

²⁸⁴ “Bernadices”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 2, 24 set. 1881. p. 02-03.

corpo editorial mais jovem quando comparado aos auras e aos aspirantes. Além disso, ainda que não saibamos ao certo a composição étnico-racial dessa primeira folha lançada, há indícios de uma participação de imigrantes em seu meio, por sua linha editorial reforçar que no LAO-RJ não havia diferenciação entre nacionalidades, algo que não aparece nos outros periódicos. De qualquer forma, ainda que não saibamos ao certo essa composição de cor e nacionalidade dos alunos d'*A Ventarola*, tal composição é mais evidente na outra parte da imprensa estudantil do Liceu. Como vimos, o corpo editorial de *O Aspirante* conta com estudantes negros, e divide com sua coirmã *Aura* alguns dos seus redatores.

Não há como saber ao certo o percentual de discentes negros nem na escola e nem nos jornais. Ainda assim, esses parecem ter ocupado um significativo espaço nas carteiras do Liceu e na imprensa discente. Isso porque é perceptível o esforço dos periódicos em declarar sua luta contra as distinções sociais pelos estigmas em relação a aparência dos sujeitos, defendendo que sejam reconhecidos pelo seu esforço. É como aparece no discurso d'*O Aspirante*: “O século XIX distingue o homem pelo que vale e não pelo que parece, derrubou todas as barreiras que dividiam os homens e deu-lhes para a luta o caminho do porvir”²⁸⁵. Essas declarações eram fruto da relação dialógica entre os jornais e seu público leitor, em que os discentes do LAO-RJ, muitos deles afrodescendentes e que encaravam estigmas de cor, tinham nos jornais estudantis conteúdos que tratavam dos seus anseios e perspectivas.

Se algumas pautas dos periódicos eram fruto da relação dialógica com o público leitor e isso fez com que houvesse uma aproximação da linha editorial das três folhas, o que de fato as diferenciou foram as estratégias assumidas na atuação em relação a diretoria, com lógicas próprias do universo dos artífices negros sendo incorporadas nos periódicos *Aura* e *O Aspirante*. Como demonstra Aldrin Castellucci, uma das estratégias assumidas por esse corpo de operários foi a participação nas teias clientelistas, como forma de adquirirem vantagens para si e para sua rede de afinidade²⁸⁶. Essa atuação será replicada pelos discentes dentro do LAO-RJ, com os jornais como meios para efetivar sua entrada na teia de relações da diretoria. As duas folhas *Aura* e *O Aspirante* assumiram um papel de

²⁸⁵ “O Aspirante - da futura união...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 6, 12 nov. 1881. p. 01-02.

²⁸⁶ CASTELLUCCI, Aldrin. Classe e cor na Formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, [S. l.], n. 41, p. 85-131, 2010.

porta-voz dos valores da escola, abrindo seu pequeno jornal para a escrita dos diretores sobre os grandes feitos do colégio e eles, enquanto estudantes, legitimavam tais afirmativas. É por esse princípio que a redação d'*O Aspirante* irá defender que se a direção do Liceu era reconhecida pelos vários setores médios e das elites da Corte, os alunos e as camadas trabalhadoras também precisavam reconhecer o valor da sua iniciativa:

E se as demais classes sociais assim procederam, e mil louvores lhe são devidos, a nós, que somos “Do povo, e para o povo” – trabalhamos, corre o indeclinável dever de recomendar à gratidão dos contemporâneos e às bençãos da posteridade o nome de “Francisco Joaquim Bethencourt da Silva” o benemérito fundador da “SPBA”, do “LAO-RJ” e das “Aulas de instrução gratuita para o sexo feminino”. “Bendito és tu que nos ensinaste a ler”, dizemos, pois, saudando-o com toda a efusão do mais respeitoso e entranhado afeto.²⁸⁷

Esse afeto à diretoria, principalmente direcionado a figura de Bethencourt, não pode ser encarado fora da trama de relações que mantinha o LAO-RJ. Havia mais do que a gratidão pelo empenho desses bacharéis diretores do Liceu em suas motivadas palavras. Era por meio da rede de relacionamentos que a escola se mantinha, e os discentes entendiam que a estima de Bethencourt na Corte era uma maneira de garantir esses investimentos. Afinal, na visão dos alunos ao descreverem a história do Liceu, a existência e permanência da escola era fruto não só do esforço de seus diretores, mas, principalmente, das suas relações com diversos políticos da Corte que garantiam investimento público para a manutenção da escola²⁸⁸.

Dessa forma, as primeiras edições da *Aura* não economizaram elogios ao diretor, trocando inclusive correspondências com membros da diretoria da escola e políticos do leque de relações do educandário. Esses enviam cartas para o periódico tanto para elogiar a iniciativa dos alunos, como para reforçar as palavras dos discentes no destaque aos feitos de Bethencourt, em um ciclo que parece ter como objetivo fortalecer a importância do diretor no cenário nacional. Em uma das cartas trocadas com o jornal, enviada pelo conselheiro Luiz Paulino de Carvalho, ele chega a inclusive propor ações para os estudantes com esse fim:

Srs. Redatores da minha conceituada folha “*Aura*”, li com muita atenção o seu bem colaborado artigo, elogiando o respeitável

²⁸⁷ A REDAÇÃO. “O Aspirante - A festa sem par”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 02, 15 out. 1881. p. 01-02.

²⁸⁸ “O Aspirante - Hoje, que se trata...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 8, 23 nov. 1881. p. 01-02.

cidadão brasileiro Comendador Francisco Joaquim Bethencourt da Silva. Elogio este que torna-se assaz justiceiro. [...] A tantos anos que funciona este tão acreditado estabelecimento e seus alunos ainda não tiveram a ideia de incorporar-se e fazer uma petição ao competente, para que a rua onde funciona o Liceu de Artes e Ofícios, seja lhe dado o nome do fundador desta grande obra.²⁸⁹

A proposta de mudança do nome da rua parece ter se concretizado em algum momento, não com a Rua Larga, que ficava a entrada do Liceu na época, mas com a rua ao lado da escola nomeada até hoje como “Bittencourt da Silva”, que acabou por ter sua maior parte desaparecida pela ocupação do largo da carioca e entrada do metrô. Porém, mais relevante para nós é perceber essas relações que os alunos da *Aura* conseguiram estabelecer. Iniciado o jornal pelos próprios estudantes, não houve apoio direto da direção na criação da folha, que em grande medida mostra-se surpresa com a iniciativa. Ainda assim, a *Aura* logo se tornou uma ponte entre o grupo de estudantes, os professores e os diretores, e também com a rede de relações do colégio para fora do espaço educacional.

E se a *Aura* foi o início da introdução desses alunos na teia de relações, *O Aspirante* parece ser a consolidação dessa pretensão. Nessa segunda metade de 1881, em que se expandia a atuação do colégio para as aulas femininas, o investimento precisava ser aumentado. A criação das aulas femininas atraía muitos olhares positivos para o Liceu, mas também críticas de alguns setores que não viam sentido na novidade. Havia conflitos dos detratores com o que pensava a diretoria do LAO-RJ e letrados apoiadores sobre o ensino feminino – do lado da diretoria, havia a proposta uma educação com inclinações profissionalizantes²⁹⁰. Se as críticas enfraqueciam o LAO-RJ, a expansão do ensino feminino era, ao mesmo tempo, uma nova possibilidade de angariar maiores fundos do Estado e da teia de relações que o Liceu já havia estabelecido, podendo ampliar a escola e seu alcance. Nesse sentido, os diretores se engajaram em ações para valorizar sua iniciativa: criaram alguns livros a favor do ensino feminino²⁹¹ e até uma Poliantéia – em que vários letrados da Corte foram convidados a escrever e apoiar as aulas

²⁸⁹ DE CARVALHO, Luiz Paulino. “Noticiário - Srs. redactors...”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 3, 3 out. 1881. p. 02.

²⁹⁰ LELIS, Francismara de Oliveira. *op. cit.* p. 75-90; BARROS, Alvaro Paes de. *op. cit.* p. 221.

²⁹¹ FERREIRA, Felix. *A imprensa e o Lyceu de Artes e Offícios: aulas para o sexo feminino*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1881b.; *Idem. O Lyceo de Artes e Offícios e as aulas de desenho para o sexo feminino*. Rio de Janeiro: Typographia De J. P. Hildebrandt., 1881a. 48 p.

femininas do Liceu²⁹². Porém, se a diretoria se mexia para dar destaque à escola, os alunos não ficaram de fora. A criação d’*O Aspirante*, no dia da inauguração do ensino feminino, foi uma iniciativa dos alunos de fazer parte desses múltiplos trabalhos escritos em favor do Liceu para mulheres. Intenção que parece ter sido reconhecida pelo colégio, ao ter um professor da escola enumerando a poesias de um aluno associado ao jornal como parte das relevantes obras produzidas e lidas sobre a inauguração²⁹³.

Dentre os vários membros que se dividiam entre a redação desta terceira folha e nos cargos da Comissão Permanente, destaca-se o já citado Francisco Hostílio Cervantes, que era vice-presidente da Comissão e o redator-chefe no jornal. Já José Duarte dos Santos, também já citado, era orador na Comissão e aparece como associado n’*O Aspirante*, além de assinar colunas literárias e poesias tanto nessa folha, como na *Aura*²⁹⁴. A Comissão atuava organizando ações do alunato, como as saídas nas ruas para esmolar por diversas causas humanitárias, como por vítimas de acidentes ou para ajudar viúvas de colegas de escola – iniciativa muito comum no período, sendo recorrente também em outras escolas, como o Asilo de Crianças desvalidas²⁹⁵. No caso do Liceu, a Comissão Permanente então atuava em diferentes frentes: pelo seu jornal *O Aspirante* (e antes, pela *Aura*); pelos discursos nas festividades; e pelas atividades culturais de esmolar, como no caso da passeata pela viúva de um colega no ano anterior²⁹⁶ e para arrecadar verbas para o ensino feminino naquele ano de 1881²⁹⁷. Assim, há uma interseção não somente entre os dois jornais, mas também com a Comissão Permanente. Todas essas frentes parecem ter contribuído para que os discentes tivessem uma aproximação com a direção, como era seu objetivo.

Essa aproximação, como vimos, se estabeleceu principalmente com grandes elogios à Bethencourt da Silva, como é o caso do discurso do orador da Comissão Permanente, José Duarte dos Santos:

²⁹² BELLEGARDE, Guilherme; FERREIRA, Felix; SILVA JÚNIOR, José Maria da. (orgs.) *Polyantheia Comemorativa das aulas para o sexo feminino do Imperial Lyceu de Artes e Officios*. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. Lombaerts & c. 1881.

²⁹³ CARVALHO, Candido Elias de Mendonça. “O Aspirante - Há no fim de todas as festas...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 5, 7 nov. 1881. p. 01-02.

²⁹⁴ Para Comissão Permanente, Cf. “I L. de Artes e Officios”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 2, 25 set. 1881. p. 02; Para redação d’*O Aspirante*, Cf. “Expeditente”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 4, 29 out. 1881. p. 04.

²⁹⁵ “Terremotos em Hespanha”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, n. 46, 27 fev. 1885. p. 01.

²⁹⁶ “Os alumnos do Imperial Lyceu...”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, n. 15, 26 jul. 1880. p. 02.

²⁹⁷ “Os alumnos do Lyceu...”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, n. 189, 16 ago. 1881. p. 02.

Pai dos pobres que chama a seu seio o homem, a mulher, o menino, e a menina para dar-lhes a instrução, ensinando-lhes uma arte, um ofício, a fim de que este ente seja algum dia útil a si e à sua pátria. [...] Prezo a Deus que os meus irmãos e irmãs, obreiros das oficinas do Liceu de Artes e Ofícios, algum dia reconheçam o bem que vós fazeis, e não deixem repousar a gratidão no berço do esquecimento, fruto da ignorância.²⁹⁸

Se talvez nos pareça um pouco exagerada as alegações de José Duarte dos Santos, não estavam tão fora do tom do que professores e diretores também diziam sobre Bethencourt. A influência de Bethencourt foi central não só para angariar fundos para o LAO-RJ, como também para, dentro da rede de relações clientelistas com pessoas em espaço de poder, garantir espaços de emprego para professores e diretores. Essa teia, porém, não beneficiou somente docentes e diretoria, como também foi importante para empregar alunos e garantir proteção para eles. Podemos ver isso pela carta trocada com o ministro da Marinha, o Almirante Eduardo Wandenkolk, sobre o carapina do Arsenal da Marinha e ex-aluno, Francisco Alves Castilho, em 1890. Ainda que Francisco Alves Castilho não tenha feito parte dos grupos envolvidos com os periódicos estudantis estudados, o caso dele pode nos ilustrar das vantagens que estar próximo de Bethencourt poderia trazer. Na carta ao Almirante, Bethencourt faz o pedido de que o ex-aluno não seja prejudicado na promoção interna do Arsenal da Marinha. O construtor naval arriscava perder a promoção no Arsenal por ter se ausentado do seu trabalho de carapina, a fim de auxiliar Bethencourt nas obras do então Imperial Instituto para Meninos Cegos. Por esse motivo, Bethencourt intervém a seu favor:

Indubitavelmente se recordará V. Ex. de que quando tive a honra de solicitar o carapina do Arsenal da Marinha, Francisco Alves Castilho, ex-aluno do Liceu de Artes e Ofícios e que foi meu auxiliar nas obras do Instituto Nacional dos Cegos, pedi a V. Ex. o especial favor de não ser o Sr. Castilho prejudicado nos seus direitos adquiridos como operário do referido Arsenal e V. Ex. com extremada delicadeza dignou-se de dizer-me que tais direitos ficariam garantidos.

Constando-me agora que V. Ex. está tratando de preencher os quadros de operários, aproveito a oportunidade para renovar o meu pedido, solicitando a sua promoção da 2^a para a 1^a classe.

Sei que V. Ex. deve estar embaraçado com empenhos para casos semelhantes, porém confio que V. Ex. tomará em consideração meu pedido, com tanto maior razão quanto é de justiça e baseado nas aptidões do Sr. Castilho

²⁹⁸ DOS SANTOS, José Duarte. “Ao insigne Commendador Francisco Joaquim Bethencourt da Silva”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 1, 11 out. 1881. p. 02.

De V. Ex. Servo-Amigo (assinado) Bethencourt da Silva²⁹⁹

Trazemos a carta na íntegra para que seja possível, a partir de sua análise, perceber as dinâmicas das redes clientelistas. Francisco Alves Castilho não apenas encontrou possibilidade de ser empregado por Bethencourt, ele também achou no diretor do Liceu alguém que o defendesse contra seu afastamento do emprego no Arsenal da Marinha. Era pedido por Bethencourt que sua promoção para carapina de 1ª classe na instituição do Estado não fosse cancelada por ter se ausentado do trabalho no período. Se n' *A Ventarola*, como vimos anteriormente, era ventilada a possibilidade de melhorar as posições no emprego a partir do ensino, parece que a *Aura* e *O Aspirante* miravam em fazer parte da rede clientelista, e garantir por esse meio as melhorias no ofício e apadrinhamento do diretor da escola. Para isso, assegurar a posição de Bethencourt e aproximar-se dele era central. Se os professores e diretores se engajaram nessa estratégia, sempre com grandes bajulações ao arquiteto, os alunos não ficaram alheios, atuando pelas suas folhas para assegurar a todos que ele era uma figura que também tinha o respeito e admiração por parte dos alunos.

Tal estratégia clientelista não era algo de novo para uma grande parte desses alunos, os quais eram em grande medida artífices negros e alguns egressos da escravidão. Como demonstra trabalhos como de Aldrin Castellucci, os trabalhadores artífices negros tinham um histórico de luta utilizando-se das redes clientelistas, encontrando nesses meios de acesso à cidadania e de melhores condições de emprego em uma sociedade marcada por entraves raciais e sociais³⁰⁰. Já Marcelo Mac Cord irá destacar a relação dos artífices negros com a educação, e como por meio das aulas noturnas no Recife, um grupo de operários reafirmou o caráter técnico de seu trabalho para setores da elite, garantindo melhor posicionamento na disputa por empregos³⁰¹. Assim, as estratégias dos alunos-operários do LAO-RJ não eram isoladas, ligando-se às mesmas lógicas de luta que marcariam a atuação operários negros no nascente movimento sindical da virada do século.

²⁹⁹ Carta pertencente ao Arquivo do Centro de Memória Sylvio Vianna Freire, do Liceu de Artes e Ofícios. BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. [*Correspondência*]. Destinatário: Sr. Almirante Eduardo Wandenkolk. [S.l.], 23 set. 1890. Cópia da Carta. 2 p.

³⁰⁰ CASTELLUCCI, Aldrin. *op. cit.*

³⁰¹ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp. 2012.

Porém, não podemos resumir essa estratégia a uma atuação apenas para conseguir facilidades e benefícios individuais. Como vimos, havia diversos motivos e sentidos coletivos por parte dos alunos-operários para a defesa da continuidade dessa escola. E é por dentro da trama de relações que esses alunos aspirantes atuam para garantir a existência do colégio. Uma evidência de tal atuação é no evento beneficente da companhia de teatro Lírica Italiana. A companhia, dirigida por Angelo Ferrari, também fez apresentações para arrecadar verba para a inauguração das aulas femininas. Os alunos, então, além de elogiarem e prestigiarem o evento, usam de suas folhas para cobrar que o governo e demais leitores dessem contrapartidas e atenção a companhia teatral, como uma forma de enaltecer os esforços deles em apoiar o Liceu, afinal, apoiar a escola era ser útil “à causa do engrandecimento nacional”³⁰².

Se o apoio pecuniário não estava sendo suficiente, os alunos chegam a utilizar de sua folha para pedir que os “Ricos de dinheiro e de coração”³⁰³ socorram o Liceu e ajudem a escola no feito ímpar do ensino feminino: “Para que essa data memorável seja condignamente celebrada, urge, porém, que os favorecidos da fortuna acorram solícitos, em auxílio do utilíssimo instituto do povo e para o povo.”³⁰⁴. Assim, quando a diretoria recebia donativos, os estudantes usavam de suas folhas para agradecer e divulgar os nomes daqueles que apoiaram pecuniariamente a escola, os felicitando pelos donativos ao colégio³⁰⁵. Além disso, por serem o setor com maior acesso ao letramento do operariado, os artífices eram encarados pelas dinâmicas clientelistas das elites como potenciais eleitores³⁰⁶. Em uma escola, com grande número de jovens artífices recebendo letramento, ter seu nome circulando nos periódicos estudantis era, para os beneméritos, um forte incentivo para que contribuíssem para os apoios pecuniários à escola. Assim, os alunos-operários do colégio participavam ativamente na arrecadação de fundos, com contrapartidas aos setores médios e altos que vinham ao encontro de ajudar o Liceu.

É dessa maneira que os estudantes foram convidados para participar, junto da diretoria, de alguns eventos em que era solicitada a presença da instituição em

³⁰² “O Aspirante - mais beneméritos”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 4, 29 out. 1881. p. 01.

³⁰³ “O Aspirante - não basta”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n.3, 22 out. 1881. p. 01.

³⁰⁴ *Ibid.*

³⁰⁵ “Valioso donativo”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 2, 15 out. 1881. p. 04; “É digno de louvor”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 3, 22 out. 1881. p. 4.

³⁰⁶ CASTELLUCCI, Aldrin. *op. cit.* p. 115.

que estudavam³⁰⁷. Sua demonstração de afinidade com o projeto político-pedagógico do Liceu parece ter aberto espaço para que fossem, assim, representantes da escola dentro dessa trama de relacionamentos. Do lado da diretoria da escola, ter alunos moralizados, dotados dos conhecimentos científicos e prontos para o trabalho era o melhor produto que sua escola poderia mostrar para as elites letradas, políticas e proprietárias na vitrine dos feitos do Liceu. Do lado dos alunos, com grande parcela negra, se mostrar como moralizados e civilizados em uma sociedade marcada pela discriminação racial e social não era negativo, pelo contrário: contribuía para suas aspirações de cidadania e melhor posicionamento na sociedade. Além disso, encararam os conteúdos aprendidos no Liceu como valorização da sua capacidade intelectual e técnica no trabalho, que além de ajudá-los a aperfeiçoar seus ofícios, também os ajudava a acessar aos conhecimentos científicos que decodificaram as transformações daquele mundo em transição.

Assim, eram abertas aos alunos-operários oportunidades de trabalho e proteção dentro da teia clientelista e de apadrinhamento. Ao mesmo tempo, se integrar nessa teia contribuía para garantir a existência e crescimento do LAO-RJ, escola essa que atendia outros sujeitos do mesmo perfil dos envolvidos com a imprensa estudantil. Se nem todos os periódicos concordaram completamente e se engajaram nessa estratégia clientelista, isso é um sinal de uma multiplicidade de visões e estratégias dentro do colégio, mas não parece ter significado uma resistência ao ensino liceano por parte d'*A Ventarola*: para os três jornais, ali era um espaço em que se abria diferentes oportunidades, e fez parte da vida e repertório de experiências de diferentes operários nos anos finais do Império.

Dessa maneira, é curiosa a descrição da festividade de inauguração das aulas femininas n'*O Aspirante*. Essa festividade de 11 de outubro contou com a participação do Imperador, os benfeitores da instituição – políticos, letrados, proprietários –, de diversos nomes da SPBA e do corpo diretor do LAO-RJ. Ainda assim, os alunos a descrevem como espaço sem distinções: “Não foi uma festa teatral, onde só o cartão a troco da espórtula [gorjeta] dá ingresso; mas sim uma festa pública onde entraram o rico e o pobre sem distinção alguma”³⁰⁸. Isso não

³⁰⁷ “No dia 20 do passado...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 9, 3 dez. 1881. p. 04.

³⁰⁸ “A Inauguração das aulas para o sexo feminino”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 2, 15 out. 1881. p. 01-02.

quer dizer que os alunos não compreendessem as distinções sociais existentes e vigentes entre ricos e pobres, brancos e negros, proprietários e trabalhadores naquela sociedade oitocentista. Mas descrever assim a festividade do Liceu, mais do que qualquer coisa, é uma demonstração dos sentimentos que esse ensino fomentava naquele público: a possibilidade de ser um cidadão com contribuições para a pátria tal qual os outros ali presentes. Não uma cidadania pela assimilação, em que se tentaria replicar as práticas e valores da elite, mas uma cidadania pela dignidade de, enquanto trabalhadores das artes manuais, serem respeitados pelo valor de seu trabalho e sua utilidade para a nação. Assim, foi pela lógica aprendida ao longo de décadas de luta contra a escravidão, por dentro do paternalismo senhorial, que esses alunos-operários atuaram para aquisição da tão desejada cidadania.

2.3. As harmoniosas salas de aula do Liceu

De 1878 a 1888, a diretoria do LAO-RJ elaborou relatórios anuais para serem apresentados na SPBA e divulgados entre os apoiadores da escola. Esses relatórios tratavam de diversos assuntos da escola, desde os dados de ingresso dos estudantes às demandas para sua melhoria. Um dos tópicos abordados foi o comportamento dos alunos e a execução das aulas ao longo dos anos letivos, com as colunas “Alunos e Alunas” que se dedicam a esses assuntos. Ocupando, via de regra, menos de meia página, nessas colunas e adjacentes é sempre descrito que tais aulas funcionaram “sem nenhuma perturbação ao seu exercício”³⁰⁹ e que entre alunos e professores só haveria uma doce estima, ao mesmo tempo, em que “entre os alunos e entre as alunas do Liceu e em tão variadas disciplinas, reinou sempre a mais admirável harmonia”³¹⁰. Assim, segundo os relatórios, a escola convencia “até aos mais incrédulos” ser possível obter daquele perfil de alunos “desde o estudo severo e altamente proveitoso, até a disciplina exigente e moralizadora”³¹¹.

³⁰⁹ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1885 a 1888*. Rio de Janeiro: Typ. Papelaria Ribeiro, 1895. p. 14 (1885).

³¹⁰ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1882 a 1884*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1884. p. 80 (1882).

³¹¹ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1884. *op. cit.* p. 58 (1883).

Entender a dinâmica dentro dos corredores e sala de aula do Liceu é o objetivo desta parte. Trazemos os conflitos e relações positivas que foram possíveis dentro desse ensino, dado o perfil do seu corpo discente, além da forma com que esses conflitos irão aparecer na imprensa estudantil. Para isso, mobilizamos os dados de matrícula e as fotografias pertencentes ao Centro de Memória Sylvio Vianna Freire, no atual prédio do LAO-RJ. Trata-se de um acervo iconográfico capturado dentro das salas de aula do Liceu nas décadas de virada do século XIX para o século XX³¹². Por isso, utilizamos de tais imagens com certas precauções, com a finalidade de contrastar e dialogar com os dados em relação ao perfil do corpo discente. Além disso, também analisamos o regimento do Liceu, com as punições e restrições previstas para o corpo discente, a fim de refletir sobre como a escola se relaciona com esse perfil de alunos. Por fim, analisamos tensões entre os próprios alunos e entre eles e os professores que aparecem nos periódicos estudantis, tal como observamos as relações positivas entre o diversificado corpo social da escola, a fim de entender os conflitos e vínculos afetivos possíveis nesse tipo de ensino e os termos em que se deram essas relações que ganharam as páginas da imprensa liceana.

As salas de aula do LAO-RJ tinham alunos de 12 anos junto a estudantes acima de 41 anos. Isso significa dizer que, no ano de 1883 por exemplo, os alunos mais novos haviam nascido após a Lei do Ventre Livre (1871) e tinham como colegas de turma alunos que viveram anteriormente a abolição do tráfico negreiro (1850). Enquanto os mais novos cresceram vendo a implementação da grande indústria têxtil no Brasil, os mais velhos, possivelmente, tiveram experiências mais profundas com um amplo trabalho cativo urbano, que vinha em constante diminuição ao longo daquela década³¹³. As diferenças etárias – que significavam também diferentes experiências de vida – se evidenciam a partir das fotografias das salas de aula. A fotografia abaixo retrata uma aula na “Sala Victor Meirelles”, nome em homenagem ao relevante pintor da Academia Imperial de Belas Artes

³¹² Fotos de Marc Ferrez com Francisco J. Bethencourt da Silva e outras figuras da diretoria do LAO-RJ reforçam os laços do importante fotógrafo com o colégio, além de indicarem que esse tipo de profissional estava dentro do leque de relações da escola, possibilitando a construção do acervo iconográfico. O acervo abarca fotografias datadas do final do século XIX ao ano de 1916, com muitas outras fotografias sem data especificada.

³¹³ SOARES, Luís Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7Letras, 2007. p. 149.

que chegou a participar de exposições artísticas no Liceu³¹⁴ e foi um dos educadores na escola³¹⁵:



Figura 2: [Autor desconhecido]. Aula masculina de desenho. [Sem data]. 1 fot., p&b, 10 cm x 15cm.

O retrato é tirado durante uma das variadas disciplinas de desenho disponibilizadas no LAO-RJ, e nos revela um pouco da multiplicidade etária presente nas salas. No canto inferior direito podemos perceber alunos ainda crianças, de pele mais clara. Enquanto mais centralizado, ao longo da mesa circular, estão enfileirados alguns alunos executando seus trabalhos escolares: um aluno que apresenta traços afrodescendentes como o cabelo, que aparenta ter idade mais avançada (provavelmente, acima de 20 anos); logo após ele há um aluno de pele mais escura, aparentando ser mais jovem, provavelmente na faixa de 12-15 anos; seguindo, podemos identificar um possível adulto; enquanto o quarto nessa fileira aparenta novamente se tratar de uma criança de cor preta. Se seguirmos ao longo dessa mesa redonda, poderemos observar ao lado esquerdo da imagem alguns alunos de pele escura que variam em idade, desde jovens adultos a

³¹⁴ DA SILVA, Maria Antonia Couto. A repercussão da Exposição do Liceu de Artes e Ofícios, realizada em 1882. *Revista de História da Arte e da Cultura*, n. 21, 2016. p. 127.

³¹⁵ BIELINSKI, Alba Carneiro, 2003a. *op. cit.* p. 107.

crianças. Em pé, atrás dos primeiros alunos da mesa redonda, é possível perceber alguém de pele clara, que aparenta ser o professor da disciplina.

Algo a se destacar, também, são as vestimentas dos sujeitos na fotografia. De adultos a crianças, os alunos buscam vestimentas mais formais para estar presente nas salas de aula. Essa experiência não era isolada do espaço educativo. Era comum que, como forma de afirmação social, trabalhadores pauperizados, sobretudo negros, buscassem reforçar sua cidadania a partir das vestimentas, identificando que as roupas eram um símbolo de status social. Ainda assim, é possível perceber as diferenças sociais a partir desses trajes quando comparamos o professor e o primeiro aluno da mesa circular, centralizado na foto: enquanto o professor parece trajar roupas ajustadas ao seu corpo, possivelmente por sua melhor condição financeira para a aquisição da vestimenta, há um contraste com as roupas do aluno centralizado, em que podemos perceber o contrário.

Percebe-se assim que havia, além de uma grande variação etária nas disciplinas, diferenças raciais e sociais entre alunos e professores, e distinções de cor entre os próprios alunos. Nesse sentido, vale se atentar ao posicionamento da foto e dos estudantes: novamente aqui, esse posicionamento revela destaque aos alunos mais jovens e brancos, como vimos na primeira imagem do ensino feminino, e também à figuras de autoridade na aula, simbolizada pelo professor em destaque supervisionando a realização de tarefas.

Outro fator que tornava esse corpo heterogêneo eram as diferentes nacionalidades. Ainda que em menor percentual que na cidade – que tinha 23,7% de imigrantes em 1890³¹⁶ –, o Liceu contou com 18% de discentes de outra nacionalidade na década de 1880 (ver ANEXO 4). Além disso, no grupo dos nacionais que acessaram o Liceu, é possível pensar que havia desde negros livres e libertos, aos brancos pobres e trabalhadores, que eram compostos por uma primeira geração de filhos de imigrantes europeus assim como por brancos nacionais, nascidos na província ou migrantes. É o que se evidencia pela variedade de feições dos alunos na imagem a seguir, que retrata a disciplina de desenho de figuras na “Sala Del Bosco” – possível referência a um pintor renascentista europeu de mesmo nome:

³¹⁶ FONSECA, Thiago Vinícius Mantuano da. *op. cit.*



Figura 3: [Autor desconhecido]. Aula masculina de desenho de figuras. [Sem data]. 1 fot., p&b, 10 cm x 15cm.

Essa sala, tal como as outras, se encontrava um tanto desestruturada, com a pintura nas paredes por realizar. Todos na foto, novamente, estão bem trajados, indicando ser um padrão na escola que esse público de alunos-operários prezava. O enquadramento da fotografia destaca diversos alunos brancos nas fileiras do meio, realizando suas tarefas escolares. Ainda que não seja possível ter certeza da nacionalidade ou descendência deles, é possível reparar como essa parcela do corpo discente também era múltipla. Além dos discentes brancos, que ganham o enfoque do retrato, é possível reparar na disposição dos discentes negros: enquanto alguns estão nas carteiras fora do enquadramento da câmera, nas laterais do retrato, há também, mais ao fundo, um aluno de pele retinta que aparenta estar trabalhando na pintura de um quadro. A composição da foto, como vemos, dá maior atenção ao corpo discente branco, inclusive deixando fora de evidência o professor de pele retinta, que é posicionado ao fundo da imagem. Esse professor é um homem bem-vestido e de pele preta, que está em pé na parte direita da foto, ele também aparece em outras fotografias de premiações do Liceu ao longo da década de 1910, nos indicando que essa foto se trata desse mesmo período.

Essa foto, assim, destaca a diversidade do corpo docente, que contava desde bacharéis e artistas liberais, a artífices e artesãos ex-alunos do Liceu. Um caso emblemático sobre essa diversidade do corpo docente é Modestino Kanto, retratado ministrando a disciplina de escultura na foto abaixo, mais à direita na imagem:



Figura 4: [Autor desconhecido]. Aula de Modestino Kanto de escultura de ornatos. [Sem data]. 1 fot., p&b, 10 cm x 15cm.

Modestino Kanto iniciou a carreira de professor do Liceu na década de 1910, após formação na Academia Imperial de Belas Artes e estudos na Europa, onde foi aluno de Paul Landowski, futuro escultor do Cristo Redentor. Na atual sede do LAO-RJ foi produzida uma escultura em sua homenagem, realizada por um de seus antigos alunos e que ainda orna a entrada do colégio³¹⁷. Muito destacado na memória do Liceu, ele é encontrado nas fotografias do acervo em premiações e ministrando suas disciplinas, onde pudemos constatar se tratar de

³¹⁷ *MODESTINO Kanto*. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/18140-modestino-kanto>. Acesso em: 20 dez. 2025. Verbetes da Enciclopédia; *MODESTINO Kanto*. In: Monumentos do Rio. Rio de Janeiro: 2010-2013. Disponível em: <http://www.monumentosdorio.com.br/antigo/br/esculturas/013/rua/028.htm>. Acesso em: 20 dez. 2025.

um professor de cor. Casos como o de Kanto demonstram que, mesmo dentre os professores do LAO-RJ que eram artistas ligados às belas artes, haviam sujeitos negros, compondo assim um complexo corpo docente em relação a cor e ocupação.

Além disso, a disciplina de Modestino Kanto retratada na foto evidencia novamente a presença de alunos negros aprendendo a disciplina, como o aluno mais centralizado da imagem, em que é possível perceber na pele e cabelo traços afrodescendentes. Ainda, é possível reparar em infiltrações nas paredes e, por se tratar de uma aula artística, paletes de madeira e baldes, contendo os materiais para a disciplina. Essa disciplina era indicada, principalmente, para trabalhadores artífices ligados à construção civil, e é possível estabelecer relação entre os bustos criados na sala retratada com aqueles que ilustram os comércios e residências do centro histórico do Rio de Janeiro até os dias atuais, o que reforça as afirmativas de Claudio Silveira Amaral, trazidas anteriormente³¹⁸.

Se a partir dessas imagens e dados é possível constatar a diversidade etária, étnica, social e nacional das salas do Liceu, também havia distinções ocupacionais. Ainda que metade dos alunos do curso profissional do LAO-RJ sejam de artífices, 26% eram apenas alunos e os outros 24% era composto por múltiplas ocupações, como comerciantes, empregados públicos e empregados domésticos (ver ANEXO 7). Essas várias ocupações dos mundos do trabalho também encontraram na escola um espaço de acesso ao letramento e a disciplinas básicas que auxiliariam em seus ofícios, como disciplinas de matemática e ciências naturais. A procura do educandário por outros setores chega a motivar a criação de um curso específico para trabalhadores do comércio em 1882, que obteve o apoio da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Tal como o ensino profissionalizante para artífices, esse curso se pretendia contribuir nas demandas dos trabalhos dos caixeiros e setores do comércio³¹⁹. Assim, ainda que o carro-chefe do LAO-RJ continuasse a ser seu ensino artístico para operários das artes úteis, havia uma heterogeneidade do seu corpo social por esses diversos elementos.

³¹⁸ AMARAL, Claudio Silveira. *op. cit.*

³¹⁹ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. “Combater a ignorância é defender a liberdade”: as relações entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Liceu de Artes e Ofícios no Império. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 4, n. 67, p. 265-281, fev. 2018.

Como aponta Eliane Peres, por serem espaços de trocas entre uma grande pluralidade de sujeitos, as escolas noturnas para trabalhadores tiveram um histórico de choques dentro das suas salas, motivadas por diversos elementos, inclusive a diversidade étnica e etária entre alunos, professores e diretores³²⁰. Marcelo Mac Cord em seu livro irá explicitar que, até mesmo entre artífices, as diferentes ocupações e ofícios foram motivadoras de choques na escola noturna dos carpineiros recifenses³²¹. Já Cynthia Greive Veiga irá reforçar que a partir de 1881, com a legislação que torna o letramento obrigatório para o direito ao voto, o ingresso cada vez maior das camadas pobres e negras nas escolas também resultarão em um maior tensionamento racial e social nesses espaços³²². No caso do Liceu, como vimos, todos esses elementos estavam a postos para motivar ou catalisar certos embates.

Ainda assim, os conflitos que irão aparecer nos periódicos serão motivados, predominantemente, por questões políticas e disputas por espaços representativos. Isso não quer dizer que essa diversidade étnica, nacional, etária e ocupacional não tenham sido motivadora ou catalisadora de conflitos – em algumas das disputas que surgem no jornal, por exemplo, alguns desses fatores estarão presentes –, mas os termos das brigas discentes que ganharam espaço nos periódicos eram atravessados, predominantemente, por intrigas pessoais em torno da Comissão Permanente e sobre a proximidade com a diretoria, ganhando um caráter de embates que envolvia sua política estudantil.

É como podemos perceber nas investidas da *Aura* contra os alunos expulsos da Comissão. Afinada com o grupo da Comissão Permanente, a segunda edição da folha *Aura*, de final de setembro, noticiava que no dia 18 do corrente havia tido a prestação de contas da Comissão e demissão dos senhores Antônio dos Santos Carvalho e Manoel Soares Botelho, dos cargos de vice-diretor e procurador³²³. Os dois foram alvo de investidas críticas da folha ao longo das suas próximas edições, que tinha nas colunas “Falou-se n’aula” e “Ouviram-se dizer” seu

³²⁰ PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões Étnico-raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, [S.l.], v. 2, n. 2. 16 fev. 2012. p. 91

³²¹ MAC CORD, Marcelo. *op. cit.*

³²² VEIGA, Cynthia Greive. “Promiscuidade de cores e classes”: tensões decorrentes da presença de crianças negras na história da escola pública brasileira. In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p. 271-302.

³²³ “I. L. de Artes e Ofícios”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 2, 25 set. 1881. p. 02.

meio de atacar os dois. Essas colunas eram, em tese, a transcrição do que havia se escutado nos corredores e salas de aula, e foi o espaço encontrado para disseminar algumas injúrias e ataques contra outros discentes. Desde os óculos de Santos Carvalho em que ele havia perdido uma das lentes ao casaco cinza do Botelho, diversos motivos viraram piada para desmerecer aos expulsos. Em uma das folhas, em tom de indignação, é noticiado que Santos Carvalho havia mandado fazer uma escrivanhinha e entregar ao “digno diretor” Bethencourt, por “picardia” – provocação ou ação maliciosa – à Comissão Permanente³²⁴.

Se a motivação principal das críticas aparenta ser política, causada por disputa de espaços dentro da escola, outros fatores estavam envolvidos em tal conflito, como a questão da ocupação. Santos Carvalho era um comerciante, o que o fazia não ter o direito a discursar no evento da inauguração das aulas femininas – como dito na *Aura*³²⁵. Ao mesmo tempo, ter mandado fazer a escrivanhinha parece ter sido visto como uma afronta aos artífices, principalmente carpinteiros, como era a ocupação de alguns da Comissão Permanente e envolvidos nos periódicos discentes. Essa intriga ganha as páginas do jornal, inclusive, no mesmo momento em que aparece o segundo antagonista na história já explanada do ourives Raphael: um comerciante com rendas e família que ficou, ao final da história, com a mão da amada disputada³²⁶.

Ainda que difamados pelos periódicos, Santos Carvalho e Soares Botelho não parecem ter se afastado da política estudantil e nem esmorecido na ideia de se aproximar do diretor. Vão até as folhas da *Gazeta de Notícia* para justificar sua saída da Comissão. Contrariando a narrativa de serem expulsos, eles apontam que já não mais contribuam com a Comissão nos últimos meses por discordâncias dos rumos das atividades³²⁷. Além disso, no ano seguinte os dois criaram, junto a outros alunos, uma Sociedade Beneficente cujo nome era em homenagem ao diretor “Bethencourt da Silva”³²⁸. Os dois amigos eram muito próximos, se formando em diversas disciplinas juntas do LAO-RJ³²⁹, e o comerciante Santos

³²⁴ “Ouvio-se dizer”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 5, 18 out. 1881. p. 02-03.

³²⁵ *Ibid.*

³²⁶ “Lágrimas perdidas”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 5, 18 out. 1881. p. 03.

³²⁷ “A comissão dos permanentes do Lyceu de Artes e Offícios”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 252, 12 set. 1881. p. 02.

³²⁸ “Sociedade Beneficente Bethencourt da Silva”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 155, 5 jun. 1882. p. 02.

³²⁹ “Lycêo de Artes e Offícios”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 9, 09 jan. 1883. p. 01.

Carvalho se torna padrinho de casamento de Botelho em 1884³³⁰. Santos Carvalho, inclusive, se tornou na década de 1890 membro da Sociedade Propagadora das Belas Artes (SPBA), a associação mantenedora do LAO-RJ, fazendo parte do círculo de relações do diretor³³¹.

A reunião dos discentes que levou à expulsão de Santos Carvalho e Botelho contou com a presença também de outros alunos que serão pivôs da próxima intriga apresentada: os alunos d'*A Ventarola* e o discente Maximiano das Chagas Soares, frequentemente referido pelo apelido “Luvas Pretas”. Na primeira edição, anterior à reunião do dia 18 de setembro, os ventarolas alegam em sua coluna “De boca em boca” – similar a coluna “Falou-se n’aula” da *Aura*, e com a mesma finalidade – que dizia-se pela escola que havia crise na Comissão, e que seria feito um esforço entre os alunos para que a polêmica se mantivesse viva pela imprensa, sugerindo que a própria *A Ventarola* era parte desse esforço³³². É com esse clima que eles são acusados pelo “homem das luvas pretas” como oposicionistas, o que segundo os ventarolas era tomado por eles como elogio³³³.

Maximiano era o orador da comissão “15 de Agosto”, ligada à Comissão Permanente e criada para organizar as festividades de inauguração das aulas femininas. Tal inauguração, porém, acabou por atrasar para o mês de outubro, o que fez com que seu orador não pudesse pronunciar o discurso já planejado. Com o discurso em mente, Maximiano faz uma tentativa de recitá-lo na reunião de 18 de setembro, porém, ao não conseguir, virou alvo d'*A Ventarola*: o jornal dizia que o discurso de aluno havia ficado “na ponta da língua e três vezes o esqueceu”³³⁴. Maximiano então recorre à folha *Aura* e sua carta é publicada nesta. Para defender-se das acusações dos ventarolas, ele pergunta na carta qual era o suposto discurso que havia esquecido três vezes e alega que “quem não tem o que fazer assim faz falar o que não sabe [...] e para concluir a minha simples pergunta, sempre aconselharei ao amigo que cuide d’outro ofício”³³⁵. Sua pergunta então é logo respondida na próxima edição d'*A Ventarola*:

Vimos em um pequeno jornal um protesto do Sr. Maximiliano [sic] de tal vulgo Luvas Pretas cujo protesto tinha por fim o seguinte: “Deseja o Sr. Maximiliano [sic] que nós lhe

³³⁰ “Casa-se hoje...”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, n. 279, 29 nov. 1884. p. 01.

³³¹ “São estes os nomes...”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, n. 61, 2 mar. 1896. p. 01.

³³² “De bocca em bocca”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 1, 15 set. 1881. p. 02.

³³³ *Ibid.*

³³⁴ “De bocca em bocca”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 2, 24 set. 1881. p. 02.

³³⁵ “Ao Sr. Redactor da Ventarola”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 3, 3 out. 1881. p. 01.

dissessemos qual o discurso que o mesmo senhor tinha de pronunciar por ocasião da abertura das aulas para o sexo feminino, e que por três vezes se tinha esquecido”. Ora, agora, diga-nos o homem das Luvas Pretas como quer que lhe diga o discurso estando ele bem na ponta da sua língua e dentro da sua boca? Tenha paciência que em pouco o Sr. Maximiliano [sic] mesmo o dirá. E então, já sabe... o nosso homem dirá: “dessa vez saiu”³³⁶

A intriga continuou para fora das páginas dos jornais, como relatado pela *Aura*, que alega que “o homem das luvas pretas despejou toda retórica para *A Ventarola*”. Aparentemente, segundo *A Ventarola*, Maximiano tinham um tom mais enérgico nas reuniões, o que foi motivo até mesmo de votação entre os discentes, que indicaram a ele “lavar a cabeça antes de falar” porque, assim, as palavras saíam “com limpeza e as ideias seriam refrescadas”³³⁷. Se para o lado dos discentes do jornal o tom de Maximiano era exagerado, parece que o apelido também não era bem recebido pelo orador. Em tom de piada, é dito n’*A Ventarola* que Maximiano havia tentado comprar luvas de cor branca, para fugir do apelido que havia recebido³³⁸. Dessa maneira, as relações entre os discentes iniciadas por questões da Comissão parecem ter sido, muitas das vezes, conflituosas e chegaram a ser levadas para o lado mais pessoal.

A partir desses relatos é perceptível como o corpo discente do LAO-RJ era permeado por intrigas, e as que ganham os jornais são as motivadas pelos seus espaços políticos. Essas disputas também apareceram entre as duas folhas, por pertencerem a grupos com interesses opostos no trato com a diretoria do LAO-RJ. Ao efetivar o periódico *O Aspirante*, a *Aura* não perdeu a oportunidade de usar suas páginas para alfinetar o grupo dos ventarolas por sua realização: “Ouviram-se dizer [que] o redator d’*A Ventarola* fora escamado como uma barata por [causa] do aparecimento d’*O Aspirante*”³³⁹. Já os ventarolas, ao receberem uma poesia de José Duarte dos Santos – o redator dos dois periódicos e orador da Comissão Permanente – irão recusá-la. Os escritos de jovem Duarte dos Santos eram elogiados por professores e outros jornais, e ocupavam as primeiras páginas nas folhas para as quais escrevia. Mas nada disso o preveniu de ter uma poesia criticada n’*A Ventarola* pela suposta baixa qualidade: “Recebemos do Sr. J. D.

³³⁶ “Vimos em um pequeno jornal...”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 04, 11 out. 1881. p. 02-03.

³³⁷ “De bocca em bocca”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 4, 11 out. 1881. p. 03.

³³⁸ *Ibid.*

³³⁹ “Ouviram-se dizer”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 5, 18 out. 1881. p. 02-03.

Santos, uma poesia para ser publicada, porém, como essa poesia está em estado de assustar até ao Castro Urso [figura conhecida das ruas cariocas, zombado por sua feiúra³⁴⁰], julgamos conveniente não o fazer”³⁴¹. A desvalorização de sua capacidade de escrita parece ter sido em algum nível ofensiva, o que leva Duarte dos Santos a responder também pela imprensa discente. O aluno minimiza a crítica, ao afirmar que deveria deixar ao julgamento de homens sensatos sua poesia, enquanto aos críticos ventarolas deveria apenas atirar pasto³⁴². Como vimos, a relação entre Duarte dos Santos com a diretoria era muito próxima e elogiosa, e isso aparentemente foi um motivador para os também jovens redatores d’*A Ventarola* o atacarem, já que seu jornal se inclinava para uma relação mais distante do corpo diretor do colégio.

Tais tensões podem ter tido como catalisadores diversos elementos da diversidade do corpo discente, ainda que não identificados. De qualquer modo, esses embates são interessantes a fim de perceber como o espaço do Liceu não era tão pacífico como descrito pela direção em seus relatórios, e que as brigas que ganharam as páginas dos jornais eram motivadas, quase sempre, por questões da política estudantil. Além disso, a escolha dos jornais para ataques pessoais foi uma das ferramentas que esses discentes encontraram para escoar esses embates, e mesmo que a *Aura* alegasse nada querer com as polêmicas – “Fiquem a outros a glória das inventivas injusta e das polêmicas estéreis”³⁴³ – essa foi uma parte relevante dos dois breves periódicos criados em setembro de 1881.

Se nas polêmicas que ganham as páginas da imprensa discente a questão social e racial não é algo destacado, é perceptível como esses fatores influenciaram o regimento construído pela diretoria do Liceu, definindo o que era passível de punição na escola e as formas de se lidar com os alunos. O Regimento do LAO-RJ eram as regras que previam quais atitudes dos alunos deveriam ser punidas para garantir o melhor funcionamento do colégio. Se a lógica corretiva era comum no ensino oitocentista, o que parece diferir o Liceu de instituições

³⁴⁰ Castro Urso era um dos muitos homens em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Muito conhecido pelos cariocas, Castro Urso sofria com apelidos e zombarias dos cidadãos por suas características físicas e por suas atitudes, o que lhe rendeu a presença nos livros e crônicas dos contemporâneos sobre loucura. ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. (Coleção Loucura & Civilização). p. 26-29.

³⁴¹ “Recebemos do Sr. J. D. Santos...” *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 4, 11 out. 1881. p. 02.

³⁴² “Ouvou-se dizer”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 5, 18 out. 1881. p. 02-03.

³⁴³ “Os redactores d’este periódico declaram...” *Aura*. Rio de Janeiro, n. 4, 10 out. 1881. p. 02.

como o Pedro II³⁴⁴, que atendia a outros tipos de públicos, era o nível da pena em suas correções, e o que elas pretendiam precaver ou ensinar para os alunos.

Os castigos no LAO-RJ previam, por exemplo, garantir o silêncio e evitar a desordem na escola, algo similar a outras instituições de ensino³⁴⁵. Era previsto penas para o aluno que perturbasse o silêncio, fosse em sala de aula – com repreensão e suspensão de um até três dias para os reincidentes (art. 5) –, ou nos corredores e portaria, em que era indicado ao porteiro “Impedir, **por meios brandos**, que alguém perturbe o silêncio necessário ao estudo, vigiando os alunos em seu comportamento” (art. 34)³⁴⁶. Se dentro do colégio era pensada essa regulação, ficando a cargo dos professores e funcionários a vigilância, ela também se estendia como uma responsabilidade própria dos discentes. No capítulo XII do Regimento, sobre as responsabilidades dos alunos, era indicado ser expressamente proibido se manter nas imediações do Liceu após a abertura dos portões, com previsão de expulsão da escola em uma terceira reincidência (art. 44). Eles também poderiam ser expulsos no caso de “perturbarem os seus condiscípulos com **palavras, gestos e ações**, distraíndo-os da devida aplicação, ou [...] praticarem **ações indignas e incivis** ou desatender a qualquer dos Professores, ou ainda a qualquer dos empregados”³⁴⁷. Assim, a punição máxima de expulsão dos alunos era prevista em muitos casos de reincidência em erros, não apenas em casos extremos.

Esse último artigo citado, que tratava das palavras, gestos e ações indignas e incivis passíveis de punição, é pouco específico e muito abrangente sobre o que se tratava. Porém, parecia tentar prevenir exatamente os conflitos internos da escola, indicativo das hostilidades que podem ter surgido nessas relações. Chega a ser previsto, inclusive, que “o aluno que for injuriado pelos seus colegas, ou por qualquer empregado do estabelecimento, representará verbalmente, ou por escrito, ao Director, que providenciará, como de direito for.”³⁴⁸, demonstrando ser algo no mínimo recorrente na escola. Dessa maneira, além de se tentar evitar os conflitos,

³⁴⁴ CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo; OLIVEIRA, Claudia Maria Costa Alves de. Rastros de memórias das práticas disciplinares instituídas no Colégio Pedro II: um olhar para o livro de ocorrência. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, 2017.

³⁴⁵ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Estatutos da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro / Regulamento e regimento do Lycéo de Artes e Officios da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro*: Typ. Hildebrandt, 1882. 77 p.

³⁴⁶ *Ibid.* Grifos nossos.

³⁴⁷ *Ibid.* Grifos nossos.

³⁴⁸ *Ibid.* Artigo 55 do regimento.

essa regulamentação parecia buscar regular também as práticas dos alunos mesmo quando não estavam no ambiente escolar:

Os alunos que fizerem ou promoverem assuadas [tumultos] à porta do edifício do Liceu ou nas suas imediações; os que provocarem desordens na rua com os seus companheiros, ou com os transeuntes; os que andarem em correrias pelas ruas, tanto na saída como na entrada do Liceu, serão [...] despedidos do Liceu [na] terceira vez.³⁴⁹

Toda essa regulação parece ter como finalidade a não interrupção da ordem da escola pelos discentes e melhorar a forma com que o Liceu era visto pelos outros, mas principalmente uma pretensão moralizadora condizente com a lógica desse ensino. Nesse sentido, era indicado que os frequentadores das aulas do Liceu guardariam, tanto nas aulas como em qualquer outro estabelecimento, “a decência, a quietação, a urbanidade que são próprias das pessoas bem-educadas”³⁵⁰. Dessa maneira, essa regulação das práticas dos estudantes prevista no regimento estava em afinidade com a ideia de moralização a partir da educação.

Essa moralização não previa diretamente punições físicas, como indicado aos porteiros sobre o tratamento dos alunos que perturbassem o silêncio: “por meios brandos”³⁵¹. Não haver indicativo de palmatórias ou outros castigos corporais era comum na educação do período, que não incluíam em seus regimentos essas formas de coerção³⁵². Por outro lado, isso não quer dizer que essas punições físicas não tenham existido na escola. A necessidade de indicar aos porteiros o cuidado de tratarem “de forma branda” os discentes parece ser um indicativo exatamente do contrário existir: era tentado evitar, a partir do regimento, os castigos físicos pela possibilidade desses existirem caso não coibidos – e, possivelmente, até mesmo coibindo. De todo modo, em casos como desrespeito às penalidades – a exemplo um aluno que se recuse a se retirar de sala após expulsão pelo professor –, a diretoria poderia usar “dos meios que julgar mais convenientes” para fazer valer o regimento³⁵³. Esses meios prescritos parecem sugerir a utilização da força bruta, o que indica que em situações limítrofes a violência física esteve presente nessa escola.

³⁴⁹ *Ibid.* Artigo 56 do regimento.

³⁵⁰ *Ibid.* Artigo 45 do regimento.

³⁵¹ *Ibid.* Grifos nossos.

³⁵² CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo; OLIVEIRA, Claudia Maria Costa Alves de. *op. cit.* p. 41.

³⁵³ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.*

Como já apresentado, os discentes pareciam bastante afeitos com a previsão de moralização “positiva” desse ensino, que teria por fim, nas palavras do regimento, a promoção de “decência, quietação e urbanidade” dos estudantes a partir de gestos pacíficos e sem agressões. Porém, há de se destacar que a necessidade de violência para aplicação dessa moralização – ainda que não apareça como primeiro recurso previsto pela direção e muito menos esperado pelos alunos –, também estava afinado com os acordos sociais desiguais estabelecidos entre os componentes da escola. Em *O Aspirante* os estudantes, ao tratar da prisão de Fernando de Noronha, a descrevem por sua falta de ordem e por sua correção branda, em que a moralidade desapareceu pela falta de intimidação e de castigo³⁵⁴. A violência física e o lado punitivista não estavam fora do cálculo do que deveria ser a moralização para a sociedade oitocentista, e isso também diz respeito ao Liceu. Assim, para os docentes e diretores, ou mesmo para os discentes, essa educação moralizante também era cabível de punições e castigos físicos. Nas negociações de forças desiguais ocorridas em um mundo de vigência da escravidão e de precariedade da cidadania, a violência era um fator que rondou as experiências de trabalhadores nas carteiras do Liceu. Ainda assim, parece ter sido por dentro dessas negociações que conseguiram evitar as punições encaradas por eles como desmedidas, como no caso envolvendo o professor Dr. Manoel Garcia e os alunos na disciplina de uma das disciplinas de Português.

O Aspirante noticia, em janeiro de 1882, a intriga ocorrida na aula de gramática entre os alunos e o professor Garcia. Começam por descrever o professor como pouco assíduo, “o que redundava em prejuízo dos seus discípulos”³⁵⁵, e mesmo assim Dr. Garcia era rigoroso em seus exames, dificultando a aprovação dos alunos. Em uma dessas provas, o professor havia exigido conteúdos que não deveriam caber a disciplina de gramática, o que, segundo o jornal, “nada mais fizeram do que confundir e vexar os alunos”³⁵⁶. O periódico então relembra o caráter elementar do ensino do Liceu, reclamando da postura do professor e da baixa taxa de aprovados:

“O curso de português no Liceu é um curso elementar, o qual não pode ter tanto conhecimento teórico da língua. O Dr. Garcia quis mais uma vez provar ao brilhante auditório que é versado

³⁵⁴ “Estado actual do presidio de Fernando de Noronha”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 11, 17 dez. 1881. p. 01-02.

³⁵⁵ “As affrontas atiradas a esmo...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 13, 15 jan 1882. p. 01-02.

³⁵⁶ *Ibid.*

na língua, e nada mais fez, tanto que de vinte e tantos alunos da sua aula, só dois foram aprovados”³⁵⁷

Tais elementos alegados pelos alunos já nos permitem perceber alguns aspectos relevantes sobre o ensino do Liceu. O primeiro, que o conteúdo previsto para esses discentes era, via de regra, mais basilar. Da cadeira de gramática ocupada pelo Dr. Garcia era esperado um conteúdo elementar, condizente com o nível de aprendizagem dos alunos. Essa disciplina coexistiu com outras de português, como as cadeiras de “leitura elementar” e para “analfabetos”, além também de disciplinas mais avançadas de leitura e gramática. Porém, pelo relato no jornal, que trata do “curso de português no Liceu” como um todo, e que esse “não pode ter tanto conhecimento teórico da língua”, é bem provável que as disciplinas mais elementares fossem as mais procuradas pelos alunos, coerentemente com uma realidade em que o letramento para a classe trabalhadora era tão dificultado.

Outro ponto que se destaca nesse tensionamento entre o professor e os alunos é a postura do professor, descrito como alguém que apenas pretendeu mostrar-se “versado na língua”³⁵⁸. É bem provável que elementos como distinção social e racial afastasse a experiência de alguns professores e seus alunos no que tange ao letramento, criando espaços de aprendizagem por vezes difíceis, que terminavam com uma aprovação bastante baixa. É o que ocorre no episódio da disciplina do Dr. Garcia, que teve apenas 2 aprovados de 20 alunos que cursaram sua cadeira³⁵⁹. É bem provável que as aulas de português, quase sempre entre as mais procuradas no Liceu, tivessem uma média etária menor comparada às disciplinas artísticas. Porém, as turmas não eram divididas por esse fator, o que fazia com que nessas aulas diferentes idades e diferentes expectativas quanto ao letramento fossem encontradas. Isso pode ter dificultado o processo de ensino-aprendizagem tanto para os mais novos, como para os mais velhos. Tais questões da diversidade nas aulas de letramento se evidenciam em outra fotografia das salas do Liceu na virada do século:

³⁵⁷ *Ibid.*

³⁵⁸ *Ibid.*

³⁵⁹ *Ibid.*



Figura 5: [Autor desconhecido]. Aula de letramento no LAO-RJ. [Sem data]. 1 fot., p&b, 10 cm x 15cm.

A fotografia, ainda que não trate diretamente da turma envolvida no conflito relatado, pode nos trazer elementos que ajude a entender melhor esses embates. Diferente das outras fotografias, a conformação de sala de aula nessa foto está mais próxima dos padrões atuais de escola como conhecemos. Isso se deve ao fato de não se tratar de uma disciplina artística, como era no caso das outras fotos, mas sim de uma disciplina elementar – provavelmente, de letramento, pelo conteúdo do quadro. Ainda assim, tal como nas outras salas, a qualidade das paredes por pintar nos remete a um ambiente sem tantos recursos pecuniários. Nessa foto há uma maioria de crianças e jovens na disciplina, com a presença de alguns homens que aparentam maior idade em seu meio. A conformação da foto e da sala, inclusive, parece pensada para que seu leitor identifique essa presença maior dos jovens, que ocupam a última fileira da sala e o lado esquerdo das carteiras, mais visíveis no retrato. Ainda assim, mais próximo ao quadro, podemos perceber um grande número de jovens adultos e até homens de maior idade, como é o caso do segundo aluno na primeira fileira, da direita para a esquerda: um senhor de pele retinta, com cabelos que já aparentam um pouco grisalho. Para além da questão etária, novamente a presença negra é muito

marcante nessa sala: mais de um terço da turma é composta por alunos com traços marcadamente afrodescendentes, como cor de pele ou cabelo. Quanto ao professor, poucos são os detalhes que conseguimos extrair nessa foto sobre ele, além de sua pele clara e sua postura que, ao menos no momento da foto, parece bem rígida.

Assim, ao pensarmos casos como o relatado n' *O Aspirante*, essa imagem consegue nos ajudar a dimensionar a turma para o qual o Dr. Garcia dava aula. Tal como na imagem, em que um aluno vai até a mesa do professor para uma possível correção do trabalho, é em um momento similar que há o estopim da crise na disciplina do Dr. Garcia, e que leva o caso para as colunas jornalísticas estudantis. Os alunos aspirantes então, em seu pequeno periódico, relatam o autoritarismo do professor:

Achava-se na pedra a ser examinado um dos alunos mais antigos, que já tem algumas aprovações do curso de matemáticas, e lhe sendo feita uma pergunta das tais deixou de responder em tempo, o que fez com que o Dr. Garcia, descendo da sua posição, dirigisse-lhe uma proposição acre e nada decente a ambos: – Se eu pudesse (disse o Dr. Garcia), ao aluno que me envergonhasse dava um tiro. O não responder a uma pergunta feita pelo Sr. Dr. Garcia é um crime, cuja expiação é a pena capital.³⁶⁰

E continuam a história, apontando os desdobramentos da fala do Dr. Garcia, que virou piada na sala de aula:

Após esta sentença do grande mestre, seguiu-se um silêncio sepulcral, que foi substituído pelo chiado, o que só ia acontecer entre estudantes. E a vítima imolada estática parecia dizer no olhar contemplativo: – seja feita a tua vontade assim na terra como no céu. Um murro na mesa e um — Sente-se! Estou possesso! terminou esta triste comédia, onde o Sr. Dr. Garcia desempenhou o papel de déspota.³⁶¹

A história é contada como denúncia a partir da visão dos alunos, e traz um tom bastante sarcástico ao encarar as ações do Dr. Garcia. Se o regimento do Liceu garantia aos alunos que forem injuriados na escola poderem apresentar queixa formal à direção, a escolha de levar esse caso para o periódico estudantil talvez nos revele que nem sempre esse meio solucionava as tensões. Assim, os alunos encontraram outras formas de reivindicar, e o periódico estudantil foi a via de contestação às ações de Dr. Garcia. Ainda assim, a descrição do embate com o

³⁶⁰ *Ibid.*

³⁶¹ *Ibid.*

professor no periódico não aparenta ser apenas um protesto descolado das vias formais do colégio, mas sim uma ação que visava uma concreta ação da direção ao que eles identificavam como uma atitude arbitrária:

Formulamos aqui uma queixa que enviamos aos Srs. diretor, vice-diretor e ao Sr. Dr. José Manoel Garcia. Devolvemos intactas suas palavras: respeitamos a sua senhoria como mestre e homem probo, porém combateremos os arbítrios sempre que os haja.³⁶²

É bem provável que muitas dessas denúncias, ainda mais as dirigidas por alunos contra professores, não tivessem consequências reais. Porém, a escolha de expor n’*O Aspirante* demonstra o entendimento dos alunos sobre os seus limites e possibilidades abertos na escola. Assim, é por estarem por dentro da teia de relações e bem relacionados com a direção que encontram espaço para lutar e mudar o LAO-RJ pela escola que querem, em que ações encaradas por eles como arbitrárias não se perpetuassem.

O Liceu era uma escola que atendia a um perfil mais velho (a partir dos 12 anos, mas com muitos alunos adultos), com estudantes já trabalhadores e com muitos egressos da escravidão. Como a matrícula na escola era facultativa aos discentes, é provável que eles não ingressassem nas salas do Liceu em números tão substantivos se enxergassem como injustas as punições previstas. Assim, a previsão dos castigos físicos em casos limítrofes e a própria possibilidade de reclamações que a diretoria abria para os alunos deve ser encarada como fruto das negociações entre os discentes e a escola. E foi por meio dessas negociações que os estudantes conseguiram atingir seus objetivos em relação ao caso do Dr. Garcia. A denúncia dos aspirantes realizada em janeiro de 1882 parece ter tido efeitos, pois segundo o relatório de 1882, na seção que trata do “Corpo Docente”, a disciplina de Gramática foi regida por outro professor, “em substituição do Sr. Professor José Manoel Garcia, que esteve em exercício até o princípio de Julho, e deu 35 aulas e 3 faltas”³⁶³. Se a denúncia não teve efeito imediato, ou talvez outras questões ao longo de 1882 tenham contribuído para o afastamento do Dr. Garcia, nos parece que não há como descartar a relação entre a queixa do periódico estudantil *O Aspirante* e a saída do professor da escola.

³⁶² *Ibid.*

³⁶³ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1884. *op. cit.* p. 35 (1882).

Por fim, se vimos que não havia tanta serenidade assim nas salas da escola, é válido também reforçar as relações positivas que foram possíveis de serem cultivadas em meio às agitadas disciplinas. Os próprios jornais podem ser percebidos como um exemplo dessas experiências coletivas: em *O Aspirante*, mais de 10 alunos conviviam com as tarefas de redação, organização, finanças, entre outras, e parecem ter conseguido trazer ao seu público importantes notícias e informações, além de atingir seus objetivos de aproximação da diretoria. É bem provável que os outros periódicos se tratassem de um trabalho igualmente coletivo, com mais de um discente por trás de seu corpo editorial. Ainda no corpo discente, as comissões estudantis parecem ter sido uma experiência de maior fôlego dentro da escola, que foram mais duradouras e conglomeraram diversos alunos. Se a Comissão Permanente era ocupada por 10 alunos, outras pequenas comissões específicas também existiram e parecem ter reunido muitos alunos, a exemplo da “Comissão 15 de agosto” criada para as festividades de inauguração das aulas femininas. Além disso, mesmo os alunos não pertencentes aos cargos das comissões pareciam interessados em suas discussões, participando da organização das suas atividades, divulgadas na grande imprensa e nos periódicos estudantis³⁶⁴. E não só a Comissão foi um espaço de reunião dos discentes, pois é identificado no período outras experiências associativas que giraram em torno da escola, como a “Sociedade Beneficente Bethencourt da Silva”, criada por discentes³⁶⁵. Esse associativismo desses alunos-operários, seja pelos seus periódicos ou pelas suas comissões, tratava dos eventos relacionados à escola e de suas vidas naquele ambiente, fosse ajudando a manutenção do colégio, divulgando seus conteúdos, brigando contra arbitrariedades dos professores, participando das festividades da escola, entre outros assuntos que estava atrelado aos seus interesses naquele espaço educacional – participando, assim, ativamente da política estudantil liceana.

Se havia espaço para trocas fraternas entre os discentes, também se abriram espaços que expressam boas relações genuínas entre os alunos e seus professores e/ou diretores, como nos casos narrados pelos estudantes em seus jornais. Uma das práticas desse associativismo estudantil era a arrecadação de

³⁶⁴ “Domingo passado...”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 2, 24 set. 1881. p. 02; “Lyceu de Artes e Offícios”. *Gazeta de Notícias*. n. 221, 12 ago. 1881. p. 03.

³⁶⁵ “Sociedade Beneficente Bethencourt da Silva”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 155, 5 jun. 1882. p. 02.

fundos para motivos que julgavam relevantes, como ajuda financeira a familiares de colegas falecidos – prática similar ao mutualismo existente nas associações de classe e irmandades religiosas ligadas às comunidades negras e pobres³⁶⁶. No período da vigência dos jornais, uma arrecadação de fundos é realizada para ajudar a mãe do falecido professor Leôncio da Costa Vieira. O pintor de paisagem e retratista Leôncio da Costa Vieira era, além de professor do LAO-RJ e 2º secretário da mesma instituição³⁶⁷, recém-nomeado professor da AIBA na cadeira de “Paisagem, Flores e Animais”³⁶⁸. Com seu falecimento, os três periódicos estudantis se compadecem pelo “sincero professor e amigo”³⁶⁹ e pelo “estado de pobreza em que fica a mãe do ilustrado e falecido professor”³⁷⁰. Por esse motivo, os alunos se mobilizam para arrecadar uma quantia de dinheiro e cestas de mantimentos para ajudá-la³⁷¹. Perceber o mutualismo entre alunos e professores demonstra que alguns dos docentes estavam bem próximos da realidade social dos alunos. Isso ocorria até mesmo a professores que eram artistas liberais, vistos que nos casos como de Leôncio Vieira, por não ser um artista consagrado teria deixado sua mãe em uma situação econômica precária com seu falecimento. Assim, o Liceu foi um espaço em que floresceu relações de companheirismo e apoio mútuo entre seu corpo social.

Outro caso que parece relevante dessas trocas entre discentes e docentes foi relatada n’*O Aspirante* no final do ano letivo de 1881. Como era de praxe, muitos professores receberam presentes de seus alunos após o término da disciplina, como o professor João Luiz da Costa e do professor e 1º secretário Carlos Eustáquio da Costa. Mas um desses episódios narrados nos saltam os olhos: o encerramento de outra aula de Português, ministrada pelo professor Candido Elias de Mendonça Carvalho. O professor era um assíduo contribuinte dos periódicos discentes, escrevendo algumas das colunas e sempre prestigiando os periódicos, e no final de suas disciplinas recebeu agrados de suas duas turmas. Em uma delas é relatado que foi abraçado por seus alunos e despediu-se deles

³⁶⁶ CASTELLUCCI, Aldrin. *op. cit.* p. 108-109 e 125.

³⁶⁷ “O resultado da eleição para a directoria...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 86, 29 mar. 1881. p. 01.

³⁶⁸ “Foram nomeados”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 194, 21 jul. 1881. p. 01.

³⁶⁹ “Fallava-se nas aulas do Lyceu...”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 3, 3 out. 1881. p. 01.

³⁷⁰ “Os alumnos do Lyceu compungidos...”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 4, 11 out. 1881. p. 02.

³⁷¹ *Ibid.*; “O Sr. Frederico Desiderio de Barros entregou...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 1, 11 out. 1881. p. 03.

com “lágrimas que lhe umedeciam as faces”³⁷². Dessa maneira, ainda que muitas das vezes essas relações fossem conflituosas, também era possível encontrar verdadeiros espaços de afeto dentro do ensino liceano.

Se essas salas de aula não eram tão harmoniosas como a descrição dos relatórios da escola, eram com toda certeza muito vivas e pulsantes. Esses alunos fizeram de suas disciplinas espaços de embates e tensões motivados, algumas vezes, pelas diferenças entre si, outras vezes, por seus objetivos e desejos que não se encontravam. A diversidade do corpo social dessa escola pode ser comprovada pelos dados e fotografias de sala de aula, e como a bibliografia aponta, isso tendeu a criar atritos nas escolas de ensino noturno. Porém, no caso do LAO-RJ, os conflitos entre alunos que ganharam as páginas foram principalmente por motivações políticas, de disputas por espaço dentro da política estudantil. Essa diferença parece ter se dado exatamente pelo caráter da fonte abordada: os jornais, que estavam próximos desse espaço político da escola, também retrataram as disputas desse meio.

Além disso, é pela imprensa discente que atritos entre alunos e professores também vão ganhar atenção. Se os jornais foram usados como um meio de aproximação com a diretoria, o que vemos é que esse respeito adquirido pelos alunos também refletiu na forma como atuaram pelas mudanças na escola: utilizando dos seus periódicos para reivindicar contra professores e práticas consideradas arbitrárias. Em relação a forma com que esses embates entre alunos ocorriam, o que podemos ver é que as reuniões discentes e ataques pessoais nas folhas foram a forma privilegiada pelos estudantes envolvidos com a imprensa estudantil. Já com relação à forma dos conflitos com professores, a utilização de questões como falta de assiduidade e baixa aprovação das turmas demonstra que havia um domínio, por parte dos alunos, de trazer para a reclamação pontos que eram de interesse da direção, reforçando sua argumentação. Assim, é perceptível como esses discentes compreendiam nesses os meios para chegar aos seus objetivos nas suas disputas e embates.

Quanto à tentativa de moralização pelo regimento do LAO-RJ, esta fazia sentido para a direção enquanto um ajuste daqueles alunos para outros espaços de socialização, como o trabalho e a própria sociedade – o que é próprio da dinâmica do ensino noturno profissionalizante e do perfil de estudantes que ocupavam as

³⁷² “Manifestações”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 7, 19 nov. 1881. p. 03.

carteiras do Liceu. Para garantir a “urbanidade”³⁷³ dos discentes, a escola se valeu de múltiplas regras que tentavam adequar os seus comportamentos e práticas ao ambiente escolar e fora dele. Esses alunos, fossem jovens ou adultos, não demonstram – na documentação analisada – ter tido desacordos de tal moralização encarada como positiva, e também não parecem ter se colocado contrários às punições, inclusive quando essas previam a utilização da violência nos casos limítrofes. A aplicação dessas regras garantia um certo acordo – ainda que desigual – em que sabiam o que esperar. É por isso que, como vimos, casos que os alunos consideraram desmedidas foram combatidos por eles. Eles atuaram pelos meios disponibilizados pela escola e também por vias que eles próprios construíram, a fim de fazer valer aquilo que entendiam como seus direitos.

Ainda assim, em meio às agitadas salas de aula, os alunos criaram ambientes de amizade e apoio mútuo. Eles construíram ligações positivas e fraternais entre eles ao trazer estratégias mobilizadas pelas classes laboriosas para dentro da escola, como o associativismo impresso e o mutualismo. É por esse motivo que não há como entender esses alunos como passivos frente ao ensino que o imputaram: não havia uma relação de adaptação passiva frente ao ensino, mas sim um processo de inserção na educação liceana, em que assumiam a agência como partícipes do seu ensino-aprendizagem³⁷⁴. Ao se inserirem, afetaram os limites previstos para eles naquela escola, alterando, nem que seja um pouco, a disciplina – enquanto restrições e obediência –, e as disciplinas – enquanto cadeiras de aula. Assim, se a diretoria assumia um discurso de enaltecimento da harmonia dentro das salas de aula, e o projeto político-pedagógico era pensado para uma moralização completa dos discentes, a agitada e calorosa dinâmica da escola demonstra um corpo estudantil ativo nas atividades da política escolar e que negociou pelo ensino que queriam.

2.4. Aspirações e martírios da classe de alunos-operários

Ainda que um rico leque de experiências tenha ocorrido dentro das salas de aula, não há como pensar na vida desses alunos-operários apenas dentro do ambiente escolar. Dessa maneira, olhemos por fim para os desafios e projetos que

³⁷³ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.* Artigo 45 do regimento.

³⁷⁴ FREIRE, Paulo. *op. cit.* p. 53.

os discentes encontraram, se vincularam e propuseram fora dos muros do Liceu. Assim, finalizamos este capítulo trazendo as adversidades encontradas por eles em suas vidas atravessadas pelo trabalho e pela questão racial – e a influência disso na sua permanência nos estudos. Além disso, vamos entender como os alunos propuseram em seus periódicos propostas para suas dificuldades de vida, como a questão da saúde e moradia, a partir de códigos culturais e conhecimentos aprendidos dentro do LAO-RJ, porém partindo dos seus próprios interesses. E, por fim, identificar as atividades dos estudantes nas lutas políticas do seu tempo, como o abolicionismo, identificando seus vínculos e relações com diferentes espaços do universo letrado e associativo da Corte.

Uma evidência das dificuldades encontradas pelos alunos-operários foi uma das passeatas organizadas por eles no ano de 1881, pouco antes da criação dos periódicos. O 15 de agosto de 1881 foi um domingo bastante agitado para esses estudantes. Adiada a abertura das aulas femininas, eles mantiveram seus planos de fazer uma passeata *Aux flambeaux* (a luz de tochas) pelas ruas cariocas a fim de angariar fundos para esse ensino. Era divulgado nos grandes meios de comunicação que a Comissão Permanente estava planejando uma grande atividade para esmolar por essa causa “humanitária”, e convidava mais alunos a se somarem na organização da atividade³⁷⁵. Essas passeatas ocorriam geralmente no início da noite, e contavam com bandas animadas tocando seus instrumentos para chamar a atenção. Nessa passeata tudo parece ter ocorrido de forma relativamente comum e pacífica. É relatado que atrás da banda alguns transeuntes eram contagiados pela festa e os seguiam, descritos como “muito povo honesto, muito vadio e um não sei quê de alegre” e suas sacolas curtas deixavam por cair parte das esmolas no chão, o que fazia a alegria dos que passavam por ali³⁷⁶.

A atividade parece ter sido um sucesso para os alunos. Na *Aura* é proposto, inclusive, quais alunos que iriam coordenar a próxima passeata³⁷⁷. Porém um relato no *A Ventarola* chama a atenção. Dois meses após, na edição de 11 de outubro, é relatado que “os urbanos, depois da passeata do dia 15 de Agosto, parecem ter tomado ódio dos alunos do Liceu”, chegando a um aluno ser preso e espancado no sábado do dia 8 de outubro³⁷⁸. Tudo indica que a agressão foi a um

³⁷⁵ “Lyceu de Artes e Offícios”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 221, 12 ago. 1881. p. 03.

³⁷⁶ “Os alumnos do Lyceu...”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, n. 189, 16 ago. 1881. p. 02.

³⁷⁷ “Fallou-se na aula...”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 4, 10 out. 1881. p. 04.

³⁷⁸ “Chronica”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 4, 11 out. 1881. p. 02.

aluno de cor, pois o jornal aponta que esse tipo de ataque era mais recorrente aos alunos negros, que eram vistos pela sociedade como sem a devida força para fazer valer seus direitos:

“Parece mesmo que eles gostam mais das pessoas de cor e pensam que essas não têm a devida força para fazer prevalecer seus direitos. Porém, nós que representamos os alunos do Liceu estaremos sempre a seu lado para decidir a questão pelo lado do direito e da razão.”³⁷⁹

Desta maneira, percebemos que mesmo os estudantes do Liceu, um espaço tão bem quisto por diversos setores da elite pela moralização deles, não estavam livres da exposição da violência policial e da população. O aluno de cor violentado e preso foi acusado, segundo os ventarolas, de maneira injusta e motivada por problemas dos moradores com o público daquela escola³⁸⁰.

Esse embate entre os moradores e discentes não pode ser explicado sem levar em conta o perfil de discentes do LAO-RJ. As atividades descritas no 15 de agosto trazem elementos interessantes de se refletir a esse respeito: em uma escola com um grande número de trabalhadores negros, as dinâmicas e atividades promovidas por esse corpo discente envolviam suas experiências para fora daquele espaço. Esse é um período em que a cidade do Rio de Janeiro estava mergulhando em uma cultura de associativismo dançante, que ganhava corpo entre os trabalhadores afrodescendentes³⁸¹. Essa cultura aparecia nas próprias folhas da imprensa estudantil, em poesias românticas que tinham como cenário os bailes³⁸² e parece ter tido forte apelo no ensino liceano, afinal garantia centenas de inscritos anuais para as aulas de música (ver ANEXO 3). Assim, as passeatas promovidas pelos discentes parecem terem sido mais um polo dessa cultura dançante e festiva na cidade, em que se encontravam os ritmos tidos como eruditos e as modernas expressões musicais atlânticas aprendidas nas escolas para camadas laboriosas, com forte impacto negro. Isso pode ter motivado tensões com moradores do entorno, que na década de 1880 ainda associavam as expressões musicais de trabalhadores negros à incivilização e aos batuques africanos, vistos de forma pejorativa³⁸³.

³⁷⁹ *Ibid.*

³⁸⁰ *ibid.*

³⁸¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2020.

³⁸² “À um pé”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 1, 11 out. 1881. p. 04.

³⁸³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, 2020. *op. cit.* p. 30-61.

Se a violência policial e da população aparece como um risco, os acidentes de trabalho e falecimentos são um infeliz cotidiano na vida desses alunos-operários. Na edição 4 de *O Aspirante* é relatado o falecimento do carapina do Arsenal da Marinha Maximiano Laurentino das Chagas, descrito como um moço cheio de inspirações que, com o ensino do LAO-RJ e da AIBA, ilustrou sua carreira nas artes manuais e deixou obras dignas de nota³⁸⁴. O carapina falecido é bem provavelmente familiar do “Luvas Pretas” Maximiano das Chagas Soares, inclusive podendo se tratar de uma relação de pai e filho, pelo jornal declarar os pêsames “ao seu inconsolável pai”³⁸⁵ – algo comum na escola, em que pais e filhos frequentaram aulas conjuntamente. Ainda que não saibamos ao certo o grau do parentesco entre os Maximianos, há outros relatos de falecidos próximos aos discentes do Liceu. Já na próxima edição é relatado o falecimento do irmão de um aluno associado ao jornal, o discente Oliveira Fraga. Francisco José de Fraga é descrito como um “trabalhador incansável, contava grande número de amigos, respeitado sempre por sua probidade”. Por isso, o periódico envia suas condolências ao colega associado e a sua família, nomeando outros alunos para acompanhar a missa do sétimo dia do irmão de Oliveira Fraga³⁸⁶.

Algumas vezes, ainda que não terminasse no óbito dos operários, os acidentes os impossibilitavam de trabalhar e assistir às aulas. Como nos três episódios expostos na sexta edição d’*O Aspirante*, que tratam de colegas próximos e alunos do Liceu: um operário do Arsenal da Marinha, um trabalhador ligado à um jornal parceiro e um artífice dos canteiros de obras da cidade:

No dia 27 do [mês] passado no arsenal de marinha por um desastre, fraturou a perna esquerda o nosso amigo o Sr. Jacintho Ramos, depois de receber os primeiros socorros recolheu-se à sua residência, cujo estado presentemente é satisfatório.

“O Pigmeu” [um pequeno periódico] interrompeu sua publicação em consequência de ter enfermado o seu redator, o nosso estimável amigo o colega Albérico Lobo, a quem desejamos próximo restabelecimento.

No dia 9 às 6 horas da manhã foi vítima de uma síncope o Sr. Pedro José Barboza batendo com a face sobre um lajeado, feriu-se, seu estado inspira cuidado.³⁸⁷

Tais casos demonstram os riscos aos quais esses alunos estavam expostos nos mundos do trabalho oitocentista. Fosse nas oficinas, canteiros e fábricas, os

³⁸⁴ “Falleceu a 15 de outubro..”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 4, 29 out. 1881. p. 04.

³⁸⁵ *Ibid.*

³⁸⁶ “Falleceu no dia 29 de outubro...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 5, 7 nov. 1881. p. 04.

³⁸⁷ “No dia 27 do passado...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 6, 12 nov. 1881. p. 04.

acidentes e falecimentos era uma realidade que trazia dificuldades aos discentes de permanecer ao longo do ano na escola, sendo um forte empecilho direta ou indiretamente para a sua assiduidade. A perda de parentes ou afastamento do ofício por acidentes afetava também a renda familiar, o que levava alguns desses estudantes a situações de grave vulnerabilidade social.

É em meio a essas difíceis notícias que surge no jornal a coluna “Martirologia das Classes Operárias”. Essa coluna não era assinada por nenhum dos alunos ou professores, e ocupou as edições 6, 7 e 9 do periódico entre 12 de novembro e 3 de dezembro de 1881. A coluna propunha ser uma interpretação científica dos desafios encarados pelos operários, mas também um espaço de proposição e soluções embasadas no mesmo cientificismo. O próprio nome da coluna era um indicativo de como encararam os desafios no mundo do trabalho: para eles, essas dificuldades eram martírios da sua classe, a qual trilharia um caminho tortuoso que levaria ao progresso da nação. Para os operários, isso significava dizer que eles – por meio do trabalho – eram essenciais na construção do progresso e da modernidade que desfrutavam, e que faziam parte das “conquistas das liberdades populares”³⁸⁸ de seu tempo, adquiridas pelo seu suor e sofrimento. Assim, até o operário “mais rude” perceberia o seu papel nas glórias e resultados que engrandeciam a pátria:

Lance ao operário o mais rude em roda de si um olhar, e verá que tem parte nas glórias e resultados que provieram dos telégrafos, estradas de ferro, máquinas, e tudo o mais que se diz – progresso, – e verá ainda que tem trabalhado para a conquista das liberdades populares e engrandecimento da Pátria.³⁸⁹

Para os discentes, sua participação na construção da nação estava diretamente envolvida com seu trabalho. Isso elevaria sua posição na sociedade e reforçava o seu protagonismo na edificação do mundo que tanto estimavam – com os avanços tecnológicos e transformações que os encantavam. Como aponta Cláudio Batalha, essa transformação do trabalho em uma identidade central é historicamente determinada, e pode ser primeiro observada nas categorias de trabalhadores especializados – os artífices³⁹⁰. Dessa maneira, no caso dos alunos-operários do Liceu é perceptível como o trabalho era ponto constitutivo da

³⁸⁸ “O Aspirante - da futura união...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 6, 12 nov. 1881. p. 01-02.

³⁸⁹ *Ibid.*

³⁹⁰ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, set. 1991 - ago. 1992. p. 121.

sua identidade e da forma que se relacionavam com o mundo. Dentro dessa lógica, a educação do Liceu era vista como mais do que a melhoria da sua profissão, ela era um meio de afirmação da sua cidadania a partir do trabalho: “Que sorte aguarda o futuro de teus filhos? Pela educação de vossos filhos serão mais de que operários, serão cidadãos.”³⁹¹.

Se é por meio das lentes do progresso que reforçam seu valor, é pelas mesmas lentes que irão identificar os problemas que enfrentavam. Assim, a condição física e de saúde dos operários se torna um tópico a ser discutido. No seu jornal irão descrever como o trabalho quando exagerado e exercitado em más condições higiênicas pode ser prejudicial para o operariado³⁹². No caso de algumas profissões, como alfaiates, costureiras, tecelões e sapateiros, o sedentarismo é visto como um problema, privando os trabalhadores de exercícios que melhorariam sua saúde. Já em casos como as tipografias, é relatado que a execução monótona de mesmos movimentos causa, segundo eles, “palidez anêmica, certa languidez, e um estado de cansaço, que trabalho que exigisse mais esforços musculares mas também mais variado, certo não produziria.”³⁹³. A inalação de “vapores deletérios, de poeira nociva, de gérmen morféuticos” também é uma preocupação nesses espaços, as quais aumentavam o número de vítimas da indústria³⁹⁴.

Todas essas preocupações eram pautadas, na coluna, por uma narrativa científica, que pretendia ao máximo explicar essas questões a partir dos estudos mais avançados no período, inclusive citando autores e livros contemporâneos a eles que pesquisaram tais questões. E ao mesmo tempo que acionaram a ciência para identificar seus percalços, também acreditavam que era por meio dela que a condição do operariado teria melhoras. Para eles, “a mesma indústria que deu origem a esses perigos trata com louvável atividade de minorá-los”³⁹⁵. A crença em um futuro melhor estava ligada a ideia de que a melhoria das condições de trabalho viria pelo desenvolvimento das forças produtivas, ao diminuir as provações e dificuldades que o operário tinha no seu ambiente de trabalho.

³⁹¹ “O Aspirante - longe vão os tempos...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 7, 19 out. 1881. p. 01-02.

³⁹² “Martyrologia das classes operárias”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 6, 12 nov. 1881. p. 03.

³⁹³ “Martyrologia das classes operárias”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 7, 19 out. 1881. p. 02-03.

³⁹⁴ *Ibid.*

³⁹⁵ *Ibid.*

As condições de insalubridade de certas profissões tendem a desaparecer; e a máquina – esse meio de aumentar a utilidade e diminuir o trabalho – libertará o operário dos perigos de um cansaço muscular excessivo. Ela deve trazer ao operário mais saúde, e em nada comprometem a sua substância, como opinavam alguns³⁹⁶.

Esse trecho revela que havia discussões entre os operários artífices em relação a introdução da maquinaria em seu trabalho. Se alguns opinaram que as máquinas comprometeriam a “substância” do trabalho artífice, para outros – os que escreveram e os que acompanharam a linha de raciocínio – essa introdução seria benéfica para melhorar as condições de trabalho. Para esses alunos-operários, a máquina e o avanço tecnológico teriam um papel importante na melhoria da qualidade do espaço laboral. Ainda que muitos deles fossem de ramos manufatureiros, artesanais ou da construção civil, pouco relacionados ao uso de maquinaria, essas noções de uso da tecnologia como forma de minorar os desafios laborais parecem ter tido adeptos no corpo social da escola. Assim, nessa perspectiva, a modernidade e o progresso construídos pelo trabalho deles iriam, ao fim, corresponder aos seus anseios enquanto classe – o que explicaria, nesse sentido, a própria noção de mártir.

É doloroso a martirologia do trabalho físico, mas é força confessar que as classes operárias caminham a passos largos para um trabalho mais inofensivo, menos penoso, mais em relação com a dignidade humana. O progresso crescente a cerca de trinta anos dá testemunho seguro do que o futuro será radiante³⁹⁷

Essa forma de encarar a melhoria das condições de trabalho parece estar em afinidade com a posição mais conciliatória dos artífices com as classes proprietárias. Se, na percepção deles, o desenvolvimento das forças produtivas e aplicação científica poderia trazer ganhos para o operariado, faria sentido estabelecer relações clientelistas com os setores da elite e das classes médias – como o faziam dentro do LAO-RJ –, uma vez que o caminho do progresso era comumente percorrido por todas as classes.

Quando pensam nas dificuldades enfrentadas pela classe laboral carioca, identificam mais questões do que as condições de trabalho. Ao entrar em assuntos como moradia, muitas das vezes irão reforçar perspectivas que foram utilizadas no

³⁹⁶ *Ibid.*

³⁹⁷ “Martyrologia das classes operárias”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 6, 12 nov. 1881. p. 03.

período republicano contrário aos interesses de sua própria classe, e que serviram para precarizar ainda mais a condição de moradia das camadas pauperizadas³⁹⁸. Não isentando as ligações com o higienismo, que podem ter permanecido no imaginário dos ex-estudantes e ter tido em alguns deles apoiadores aos desmontes de cortiços, é necessário que avaliemos suas falas a partir do contexto que eram estabelecidas. Publicadas em 1881, suas opiniões trazem questões ainda pouco discutidas no Brasil e que tratam de experiências não vividas entre os trabalhadores brasileiros, como as vilas operárias ligadas às grandes fábricas. Dessa maneira, analisemos sua perspectiva sobre residência entendendo se tratar de um contexto anterior aos grandes desmontes urbanos dos cortiços:

A melhora higiênica dos domicílios das classes laboriosas estava na ordem do dia para esses alunos. Mas eles sempre associavam a precariedade higiênica à falta de recursos pecuniários, que trazia dificuldades para as camadas pobres. Segundo esses discentes, a baixa renda afetava os operários, privando-os de uma boa alimentação e outros recursos necessários. Todos esses fatores tinham impacto na saúde da sua classe:

Apontaremos agora outros perigos, que dependem da miséria e que muito contribuem para agravar a sorte da saúde das classes necessitadas: – a insuficiência, acumulação ou falta da limpeza de suas habitações, nas quais se encontram todos os perigos de uma lastimosa penúria do ar e luz; a falta de uma alimentação que compense o cansaço, que restaure a substância muscular gasta no trabalho: a miséria, o desasseio, a intemperança.³⁹⁹

O discurso assumido no periódico aproximava, em grande medida, das perspectivas das elites letradas e políticas do período. Em parte, a culpa da precariedade das condições de habitações recaí sobre os próprios trabalhadores, em que a acumulação ou falta de limpeza das suas moradias são atribuídos à situação de miséria em que se encontram. Dessa maneira, é sugerido que havia distinções entre essas camadas empobrecidas e os setores mais abastados em relação a conservação da própria moradia. Ainda assim, outros elementos que não culpam o morador dos cortiços e casas precarizadas são destacados, como a falta de alimentação que compense o cansaço do trabalho. Seguindo essa argumentação, *O Aspirante* alega que os recursos essenciais para melhorar a situação de suas vidas, como água, luz e a própria alimentação, eram itens de

³⁹⁸ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

³⁹⁹ “Martyrologia das classes operárias”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 7, 19 out. 1881. p. 02-03.

difícil acesso para os setores empobrecidos, principalmente pela carestia de vida frente aos preços exigidos⁴⁰⁰.

Para resolver essas dificuldades, se inspiram na forma com que outros países trataram a moradia das classes laboriosas, a partir da relação entre o Estado e as classes proprietárias. Segundo o periódico, a França havia decretado leis que obrigavam os proprietários dos imóveis alugados a melhorar as condições de moradia que disponibilizavam para trabalhadores e o Estado havia demolido as moradias de pior qualidade, a fim de garantir a circulação de ar e luz nos prédios insalubres. Tais atitudes serão tomadas pelo *O Aspirante* como exemplos a serem seguidos pelo Estado Imperial do Brasil⁴⁰¹. Dentre essas proposições encaradas como filantrópica por eles, também era visto com bons olhos a construção de vilas operárias como forma de premiação pelo trabalho, com aluguéis acessíveis:

A ideia hodierna mais filantrópica e mais digna de simpatia, é a construção de casas salubres e de módico aluguel para os operários. Há 70 anos que em França, Bélgica, Prússia e na Inglaterra fundaram-se empresas deste gênero, devido à iniciativa individual. Alugando essas casas, como prêmio, aos operários que se tornarem dignos de recomendação pelo procedimento, economia, amor ao trabalho, etc. reúne-se a vantagem moral e higiênica.⁴⁰²

Dessa maneira, é possível perceber como seu pensamento e estratégia para lidar com a questão da moradia estava baseado em uma noção reformista, em que fomentam o diálogo entre os interesses do Estado e da classe proprietária com os anseios da classe operária. Porém, esses interesses e anseios do operariado, classe burguesa e Estado Brasileiro, principalmente ao longo da efetivação da grande indústria fabril, muitas vezes se chocavam. O controle exercido pelos industriais sobre as vilas operárias, em muitos casos, minou a liberdade e direitos dos trabalhadores proletários, fazendo com que o setor mais qualificado dos operários – os artífices – recorressem a outras estratégias de moradia ao longo da República para garantia de sua autonomia⁴⁰³. Ainda assim, escrito em 1881 no início da instalação da grande indústria têxtil no Brasil, esse periódico estudantil trazia para seus colegas de profissão as experiências da Europa que julgavam positivas, e que compuseram seus ideais e proposições de melhoria de vida no período. Desta

⁴⁰⁰ “Martyrologia das classes operárias”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 9, 3 dez. 1881. p. 03.

⁴⁰¹ *Ibid.*

⁴⁰² *Ibid.*

⁴⁰³ CASTELLUCCI, Aldrin. *op. cit.* p. 113.

forma, as páginas d'*O Aspirante* ficam marcadas por essa peculiar proposição quanto à questão da moradia operária, que se aproximava às perspectivas científicas das elites letradas e políticas, mas que era formulada a partir de uma perspectiva dos próprios operários, por uma linguagem dos seus direitos.

A questão previdenciária também aparece nas preocupações e indicações do jornal discente. Inculcar nos operários as vantagens das associações de previdência era algo relevante, com fim de que assegurem proteção às suas famílias nos dias de penúria⁴⁰⁴. Em alguns casos de falecimento do corpo social da escola, como no caso do professor Leôncio da Costa Vieira citado acima, algumas práticas de apoio mútuo eram até mesmo replicadas, como forma de auxiliar pecuniariamente familiares em vulnerabilidade. Ainda assim, as associações previdenciárias ocupavam um significativo espaço na vida dos operários artífices no século XIX, que vieram a substituir a lacuna deixada pelo fim das corporações de ofícios, que também atuaram pela lógica de auxílio mútuo⁴⁰⁵. Assim, é perceptível um longo histórico do mundo artífice em interligar suas organizações às práticas previdenciárias. E não foi diferente no Liceu: as associações mutualistas chegaram a ser divulgadas na imprensa discente, como no caso da Sociedade do Amparo Operário. Essa Sociedade enviou a *O Aspirante* o seu relatório com as práticas de socorro mútuo que vinham fazendo, e foi recomendada para os leitores do jornal⁴⁰⁶. Em um Estado Imperial com pouquíssimas contrapartidas de auxílio aos trabalhadores e com os cotidianos acidentes de trabalho, as associações de classe fizeram parte dos projetos e vidas desses alunos-operários do Liceu. Assim, se na questão da moradia se percebe a influência dos círculos letrados e elite política no pensamento dos alunos, não há como descartar o contato que eles possuíam com as estratégias formuladas por sua própria classe.

Vale reforçar que a questão da família aparece como central para esses aprendizes, sendo motivadora para algumas das suas defesas, como do espírito previdenciário. O valor da família aparece recorrentemente nas folhas ainda que cerca de 95% dos ingressantes na escola fossem solteiros (ver ANEXO 6). Isso

⁴⁰⁴ “Martyrologia das classes operárias”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 9, 3 dez. 1881. p. 03.

⁴⁰⁵ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007. p. 156.

⁴⁰⁶ “Recebemos as seguintes offertas..” *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 10, 14 dez. 1881. p. 04.

pode ser explicado por um lugar de gênero auto entendido por esses jovens trabalhadores, que se viam como futuros provedores de suas famílias. Do outro lado dessa moeda, também encararam o ensino feminino do Liceu como um espaço que, preferencialmente, iria reforçar para as mulheres a posição de dona de casa e mães – presente em quase todas as falas dos discentes⁴⁰⁷. Essa perspectiva mais conservadora destoava de alguns membros da diretoria e da SPBA, como Bethencourt e Felix Ferreira, que acreditavam no ensino feminino como um espaço de ensinar às esposas dos artífices as profissões e técnicas do trabalho, a fim do artífice ter em suas cônjuges verdadeiras companheiras de trabalho, que complementem suas funções⁴⁰⁸. Ambas as perspectivas identificam na mulher um papel coadjuvante e subordinado, porém a distinção entre essas noções é latente: na visão dos diretores, o trabalho produtivo também podia ser função feminina. Já no pensamento dos alunos – com exceção do editor-chefe Augusto Quintella, que parece compartilhar da visão da diretoria⁴⁰⁹ –, o trabalho produtivo cabia somente aos homens, com a educação feminina a ensinar suas futuras esposas a função doméstica, não encarada como trabalho⁴¹⁰.

Essa perspectiva estava próxima de outros letrados do período que tinham relações com o Liceu, como do grupo dos positivistas que foram convidados para publicar no livro da diretoria chamado Poliantéia – uma reunião de textos para defesa do inauguração do ensino feminino no LAO-RJ –, e acreditavam que a função natural da mulher era ser dona de casa, assim não deveria receber um ensino para o trabalho fora do ambiente doméstico⁴¹¹. Um dos expoentes desse pensamento positivista, Teixeira Mendes, chegou a dar aulas complementares no Liceu ao longo de 1881, com o tema “Catecismo positivista de Augusto Comte”. Tais aulas foram realizadas aos domingos e eram especialmente destinadas “às senhoras e aos proletários”, e parecem ter tido relativo apelo, por sua duração ao longo de meses sendo divulgada na grande imprensa⁴¹². Dessa forma, a partir disso podemos apreender que esses alunos se interligavam com diferentes grupos de ideias do mundo letrado, não apenas replicando o pensamento da diretoria da

⁴⁰⁷ *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 1, 11 out. 1881.

⁴⁰⁸ BARROS, Alvaro Paes de. *op. cit.* p. 221; FERREIRA, Felix. “A inauguração das aulas para o sexo feminino...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 1, 11 out. 1881. p. 02.

⁴⁰⁹ QUINTELLA, Augusto. “Ao Lyceo”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 1, 11 out. 1881. p. 03.

⁴¹⁰ *O Aspirante*. n. 1, 11 out. 1881.

⁴¹¹ LELIS, Francismara de Oliveira. *op. cit.* p. 77-78.

⁴¹² “Curso Positivista”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, n. 107, 6 mai. 1881. p. 01.

escola e de Bethencourt, como poderia ser suposto pelo seu alinhamento com o Liceu.

Como já vimos, esses estudantes não se conectavam apenas com valores e pensamentos dos círculos letrados mais acadêmicos. Se na questão previdenciária tinham uma relação com as estratégias da sua classe, eles também se engajaram nas lutas do período, como o associativismo por condições de trabalho e o abolicionismo, que na década de 1880 ganhava forte apoio nas camadas trabalhadoras e médias⁴¹³. Assim, trocavam periódicos com outras folhas direcionadas a classe trabalhadora, como *O Caixeiro: órgão dedicado à classe caixeiral*⁴¹⁴, e tiveram trocas com alguns jornais da grande imprensa abolicionista, como a *Gazeta da Tarde*⁴¹⁵. Esse jornal foi um dos privilegiados pelos discentes para divulgação dos feitos da Comissão Permanente⁴¹⁶, e teve uma profunda relação com diversos setores do corpo estudantil liceano, com elogios a folha *A Ventarola* e publicações sobre outros alunos⁴¹⁷. Isso indica se tratar de um periódico que circulava e era lido pelos alunos do LAO-RJ. Seu dono era o abolicionista José do Patrocínio, e sua redação era composta por figuras como os também abolicionistas André Rebouças e Teixeira Mendes⁴¹⁸ – esse último, como dito, um positivista que chegou a dar aulas complementares no LAO-RJ. Essas relações com os mundos do trabalho e com o abolicionismo também moldaram os projetos dos alunos-operários, suas folhas se entendiam como parte das lutas da classe trabalhadora e das lutas por liberdade, como é possível ver na abertura da sua sexta edição: “A miséria e o desprezo em que viveram os nossos irmãos constituem o melhor incentivo para as lutas da liberdade. [e] Trabalhar para a confraternização da classe operária é o fim a que se propôs *O Aspirante*”⁴¹⁹.

⁴¹³ Para trabalhos que tratem desse cenário, Cf. SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *Disputas políticas pela abolição no Brasil: nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas*. Petrópolis: Vozes, 2023. 422 p; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*. *Cadernos AEL*, [S. l.], v. 6, n. 10/11, 2010.

⁴¹⁴ *O Caixeiro: Órgão dedicado à classe caixeiral*. Rio de Janeiro, n. 01, 15 nov. 1881; “Recebemos as seguintes ofertas”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 10, 14 dez. 1881. p. 04.

⁴¹⁵ SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças, José do Patrocínio e Manuel Querino. In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p. 202.

⁴¹⁶ “Os alumnos do Imperial Lyceu...”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, n. 15, 26 jul. 1880. p. 02.

⁴¹⁷ “Chronica”. *Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 02, 24 set. 1881. p. 01-02.

⁴¹⁸ ALONSO, Angela Maria. *Idéias em Movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 207.

⁴¹⁹ “O Aspirante - da futura união...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 6, 12 nov. 1881. p. 01-02.

Porém, no caso do abolicionismo, há diversos indicativos de que a atuação dos alunos-operários não se restringiu apenas aos discursos impressos. Podemos ver a seguir as inclinações de seus periódicos à causa abolicionista – e aproximação da sua perspectiva do viés humanitário adotado pelas diretorias do LAO-RJ –, assim como é possível perceber que os discentes fizeram parte dos círculos abolicionistas da década de 1880:

A causa da abolição surge n’*A Ventarola* na história “Novecentos Dólares por uma mulher”, publicada na sua primeira edição. A história ambientada nos Estados Unidos, no estado do Mississippi, inicia pelo romance entre um médico e uma jovem de cor, ao se encontrarem em uma hospedagem que ela trabalhava como criada: “Cuja criada, lindíssima moça de 20 anos pouco mais ou menos, lhe inspirou vivo amor. Bem que a côr da jovem não fosse puramente alva, o médico, livre dos preconceitos ordinários contra a raça de cor, ofereceu-lhe sua mão que foi aceita”. O médico e a jovem se casaram e moraram isolados no norte dos Estados Unidos. Até que um senhor com sotaque sulista disse ao médico que sua esposa era, na verdade, uma de suas escravas, e que queria receber 900 dólares por sua liberdade. Após o pagamento e a continuidade do casamento, a história encerra-se quando o médico descreve as feições do homem que pediu o dinheiro e pergunta a ela se esse era seu antigo senhor. No que a sua esposa recém-liberta responde: “São [as feições dele], disse ela abaixando os olhos. Ele é mais que meu senhor, é meu pai.”⁴²⁰.

A história em si traz elementos condizentes com perspectivas abolicionistas do período. Além de pregar pela diminuição da fronteira entre brancos e negros por sentimentos valorosos como o amor e altruísmo do médico, recorre também ao lado humanitário quando, em tom de denúncia, evidencia as relações paternas entre o senhor ganancioso e a filha cativa, fruto de relações dele com escravizadas. Assim, o discurso com tom moral aproximava-os de outros grupos letrados abolicionistas, que viam como antiético uma sociedade se apropriar do trabalho daqueles que não eram parte legítima dela⁴²¹.

Além disso, vale destacar a aproximação do seu discurso com o pensamento e perspectivas das diretorias do LAO-RJ, privilegiando o lado

⁴²⁰ “Folhetim - Novecentos Dollars por uma mulher”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 1, 15 set. 1881. p. 01.

⁴²¹ ALONSO, Angela Maria. *op. cit.* p. 211-212.

humanitário na militância abolicionista. Um dos pilares do projeto político-pedagógico do Liceu era o fim do trabalho cativo, com perspectiva emancipacionista desde a década de 1850. Ainda que os diretores e documentos oficiais não se assumissem contrários a escravidão abertamente, sua lógica de educação que atendia livres e libertos, e sua pretensão de melhoramento da mão de obra livre para supressão da mão de obra escravizada estava alinhado com a proposição emancipacionista mais moderada, em que a instrução moralizante e oficiosa para egressos da escravidão serviria como uma educação que os prepararia para a liberdade. Por conta disso, o Liceu parece ter sido um solo fértil para a repercussão de ideias abolicionistas, surgindo como uma bandeira levantada por discentes, docentes e diretores. É no contato entre esses grupos, que vemos a opinião da diretoria e do corpo docente ser expressa sobre a abolição:

Agita-se o universo... Das ideias
A trabalhar levantam-se os titans
Transforma-se o escravo em homem livre
A dignidade e a glória são irmãs
No povo a instrução é uma espada
É a verdade, a luz e a razão...
Os mestres são soldados do progresso
A escola a melhor revolução...⁴²²

Na poesia publicada n’*O Aspirante*, escrita por Bethencourt, é exaltada a educação como meio para a liberdade, algo já presente nos seus discursos fundacionais⁴²³ – mas agora, em uma realidade de forte atuação abolicionista, em que tais palavras assumiam outras conotações. Nesse discurso é relevante notar a associação entre dignidade, liberdade e trabalho, pois além de aparecer no pensamento do diretor, reflete na lógica da escola e dialoga com as perspectivas expressas nas folhas discentes. Os discentes abriam suas folhas para que diretores e professores escrevessem ideias abolicionista, demonstrando uma aproximação entre esses pensamentos sobre tal causa com o resto do corpo social da escola. É assim que também surge a história de folhetim “Urzes e Cruzes”, nas edições 3 a 5 d’*O Aspirante*. Essa crônica desemboca em uma crítica ao governo brasileiro pela extradição de um criminoso estrangeiro da prisão de Fernando de Noronha que, segundo o jornal, era “bem-quisto [...] neste império” e levava “uma vida de

⁴²² DA SILVA, Bethencourt. “Nova luz, Nova razão!”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 2, 15 out. 1881. p. 04.

⁴²³ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS ARTES. *O Brazil Artístico*: Revista da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (Nova Phase). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1911 [1857]. 7 fasc. 1 v. 314 p.

arrependimento; dava-nos testemunhos solenes de utilidade, de sua conduta, e do seu afan laborioso”. Por isso, sua deportação do estrangeiro era vista pelo jornal como “baixeza, é o requinte do servilismo!”⁴²⁴. Essa deportação era, ao fim, comparada aos casos de escravizados fugidos:

O negro esquelético, chagado, fugido ao tronco e ao bacalhau, em demanda da Fazenda vizinha. Ele chega e presta-se ante o fazendeiro. Estende-lhe súplicas mãos, retrata as dores de suas carnes, as agonias de sua alma! Pede-lhe proteção: que interceda por ele perante seu senhor, por que o seu martírio é atroz, e o açoite corta, e em cada golpe profundo que abre, imprime um tormento agudo, dolorosíssimo ardente como o ferro em brasa das lendas infernais! O fazendeiro, nem pestaneja! Alma obcecada como a do senhor do infeliz, afeito às mesmas cenas, representa papel idêntico ao que, as nações parceiras na extradição, representam perante a desgraça e a humildade, de uma pequena criatura! O infeliz, que não acha proteção nem misericórdia em parte alguma; que não pode fugir ao castigo cruento, expandir sua alma ao regozijo do perdão, de votar seus dias à reabilitação é entregue ao feitor do vizinho, amarrado e conduzido aos murros para o tronco e o bacalhau em dobro, donde não sai senão cadáver de forma! Que satisfação para o bárbaro, que viu-o à seus pés, e entregou-o com a alegria do réprobo!⁴²⁵

Três elementos se destacam nessa história, assinada pelo professor e 1º secretário Carlos Eustáquio da Costa: a primeira é a retratação da escravidão com foco na violência. Essa perspectiva era muito comum nos discursos abolicionistas do período, e se aproxima das noções humanitárias expressas pelos discentes. Outro elemento é perceber que no jornal estudantil até mesmo temas como extradição e política estrangeira apareceram. Se talvez esses temas não fossem tão próximo da realidade dos alunos, a associação com a escravidão parece ter servido tanto para o 1º secretário defender sua posição, como para se fazer entender pelos alunos. O terceiro elemento é que está expresso a ideia ética de responsabilidade de acolher os escravizados fugidos. Com as fugas cada vez mais recorrentes na década de 1880, diversos setores médios e trabalhadores contribuem no acolhimento de cativos fugitivos, como forma de contribuir na militância abolicionista⁴²⁶, algo que a fala de Eustáquio no jornal discente parece reforçar.

⁴²⁴ DA COSTA, Carlos Eustáquio. “Folhetim - Urzes e Cruzes”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 3, 22 out. 1881 - n. 5, 7 nov. 1881.

⁴²⁵ DA COSTA, Carlos Eustáquio. “Folhetim - Urzes e Cruzes”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 5, 7 nov. 1881. p.02

⁴²⁶ SOUZA, Felipe Azevedo e. Huguenotes, ingleses, abacaxis: associativismo abolicionista e escravizados nas rotas de fuga entre Pernambuco e Ceará na década de 1880. *Topoi (Rio de Janeiro)*, [S.L.], v. 23, n. 50. ago. 2022. p. 410.

Assim, é perceptível como a causa abolicionista circulava o Liceu. Ela ganhava apoio dos seus professores e diretores, do corpo estudantil e estava no projeto político-pedagógico do LAO-RJ. Além disso, há indícios da participação dos discentes na atuação na militância abolicionista. Diferente das outras histórias presentes nesses pequenos jornais, “Novecentos Dólares por uma mulher” se apresenta como uma suposta história verdadeira, contada entre missionários em grupos abolicionistas: “Eis aqui uma história que entre outras muitas do mesmo gênero contou ultimamente o missionário M. Thompson a M. Bradford, em uma reunião em que se tratava da escravidão”⁴²⁷. Independente de se tratar ou não da verdade, é relevante para nós que essa tenha sido uma história escutada pelos discentes em “uma reunião que se tratava da escravidão”, essas eram possivelmente *meetings* de associações abolicionistas, comuns na década de 1880 em que ocorria a efervescência do debate sobre o fim do trabalho cativo⁴²⁸. Outro indicativo é a referência a Manoel Soares Botelho – um dos alunos expulso da Comissão Permanente – pelo jornal abolicionista *Gazeta da Tarde*. Esse é descrito como “nosso amigo e distinto abolicionista” quando o jornal trata de seu casamento, em 1884⁴²⁹. Isso indica o envolvimento do corpo estudantil, de artífices negros e/ou brancos, com a pauta e militância abolicionista no oitocentos.

Para esses estudantes, a abolição não parece ter significado só o fim do cativo e uma causa humanitária, mas um progresso da realidade do trabalho: “A humanidade libertou-se do cativo pelo trabalho e libertar-se-á do trabalho pela ciência”⁴³⁰. Essa frase, que é frequentemente repetida no jornal *O Aspirante* aponta para a crença em um caminho progressivo de mudanças. Se o trabalho livre representava a liberdade do cativo, o futuro guardaria o fim do trabalho como conheciam. Ainda que o trabalho seja central na constituição de sua identidade, é força destacar que esses operários não o viam como um elemento atemporal e ahistórico. O trabalho livre representava a liberdade para eles e o progresso para a nação, mas o caminho para isso foi de muito sofrimento: doenças, más condições laborais, baixos salários e carestia, acidentes recorrentes e óbitos. Por isso, era esperado por eles que pelo trabalho viria a dignidade e a

⁴²⁷ “Folhetim - Novecentos Dollars por uma mulher”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 1, 15 set. 1881. p. 01.

⁴²⁸ SOUZA, Felipe Azevedo e. *op. cit.* p. 410.

⁴²⁹ “Casa-se hoje...”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, n. 279, 29 nov. 1884. p. 01.

⁴³⁰ “O Aspirante - A humanidade libertou-se...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 10, 14 dez. 1881. p. 01.

cidadania, mas pelos avanços da ciência e da tecnologia, viria um fim ao trabalho que tanto os martirizava.

Assim, não há como dividir a vida desses alunos externa e internamente no colégio. As dificuldades como acidentes de trabalho, falecimento e violência policial afetou esse corpo discente por sua posição de classe e racial na sociedade da Corte – o que consequentemente afetou sua aplicação na escola e assiduidade. Isso significa dizer que, ainda que o LAO-RJ fosse projetado para receber trabalhadores e seu ensino fizesse sentido para essa parcela, as dificuldades no processo de ensino-aprendizado eram intensificadas pelo próprio perfil desse corpo discente, estabelecendo um acesso desigual ao estudo entre a escola profissionalizante e o ensino para outras camadas da sociedade. Ainda assim, esses discentes do Liceu formularam projetos, pensamentos e sua própria identidade a partir dos signos culturais que encontraram em sua trajetória. No contato com o associativismo laboral, com as expressões culturais da comunidade negra, com as ideias dos círculos letrados e acadêmicos e com a militância abolicionista, os alunos-operários formularam sonhos e projetos de futuro singulares, que partiam dos seus próprios interesses e mobilizaram um amplo leque cultural fruto da intercessão entre esses mundos. Esses projetos também os levaram a lutar pelas causas que julgavam justas, como a causa abolicionista, em que compartilhavam com outros setores da escola pensamentos e perspectivas. Isso demonstra que não estavam alheios às questões de seu tempo, e que tiveram suporte no colégio para essa causa por compartilharem do pensamento presente no projeto político-pedagógico do LAO-RJ. Mesmo assim, nem em todos os assuntos estiveram em total afinidade com a diretoria, como no assunto do ensino feminino, o que demonstra não ser uma imposição dos valores e perspectivas da escola sobre os discentes. Por fim, vale ressaltar que é no contato entre esses vários mundos que participavam que os alunos-operários formularam sua identidade: eles eram os mártires que construíam o progresso da Pátria, e isso significou, para eles, que mereciam um espaço como cidadãos nessa mesma nação e modernidade que ajudaram a construir.

O projeto político-pedagógico do LAO-RJ foi considerado um sucesso nas últimas décadas do Império por diversas figuras do poder e pela diretoria, dado

seu grande número de ingressantes e influência nacional⁴³¹. Ainda assim, um elemento desconsiderado pela bibliografia é que esse relativo sucesso é fruto da relação entre a escola e os anseios do corpo artífice da Corte, público-alvo do educandário. Uma escola não obrigatória e dirigida por setores médios da sociedade, só conseguiu ter apelo entre o operariado especializado por dialogar com os interesses desses trabalhadores. Ainda que o colégio estivesse profundamente por dentro da ordem do trabalho – e principalmente por se tratar de um educandário dentro dessa ordem –, o Liceu foi um importante espaço em que os alunos-operários utilizaram para se formar enquanto classe, e reafirmaram sua cidadania vinculada aos seus ofícios e ocupações. Além disso, também foi na escola que esse operariado teve acesso a conhecimentos e códigos culturais que os auxiliaram em sua leitura e intervenção no mundo que vivenciaram.

Até mesmo o lado moralizante desse ensino foi manuseado positivamente por esses alunos, que encararam essa parte do currículo liceano como uma maneira de se precaver, enquanto classe, contra os desvios e erros que achavam negativos para suas vidas, além de se reafirmar dentro das noções de progresso e civilizações impostas. Isso não quer dizer que houve uma afinidade de todos os discentes com esses valores, como demonstra os alunos do periódico *A Ventarola*. Isso nos inclina a entender que, para alguns, ser mostrar “moralizados” foi mais uma estratégia negociada, em que ajustavam ao que era esperado deles como forma de conseguir melhores condições na sociedade e nas relações dentro do LAO-RJ. Já outros realmente se conectaram com esses valores, replicando os ensinamentos morais por acreditar nesses ideais. Dessa maneira, não há como entender esse corpo discente tão diverso como um bloco monolítico, afinal, tiveram diferentes formações, experiências e trajetórias, condicionadas pela multiplicidade de cor, nacionalidade, idade e ofícios, dentre outros fatores.

Ainda assim, é fato que esses discentes não foram passivos frente a esse ensino, inclusive o modificando e intervindo na sua dinâmica quando encararam como injustas as imposições dos professores e da escola. Fizeram parte das tramas clientelistas para garantir melhores condições individuais e coletivas, e intervieram na continuidade da escola, por acreditarem naquele projeto

⁴³¹ Como no discurso de Rui Barbosa sobre o Liceu, anexo no relatório de 1882, e os sucessivos elogios que os relatórios proferiram sobre a escola. LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1884. *op. cit.*; LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1895. *op. cit.*

político-pedagógico. Para atingir esses objetivos, eles se valeram das estratégias e lógicas que sua classe formulou ao longo do período de escravidão, com as dinâmicas paternalistas frente aos setores das elites – e no caso do Liceu, também com as diretorias do colégio. Tudo isso fez parte de uma experiência que identificamos como um associativismo estudantil no ensino profissionalizante oitocentista, fruto do contato entre as estratégias da classe laboriosa e o ambiente escolar de formação para o trabalho. Foi possível analisar e concluir sobre esse associativismo estudantil pelos registros deixados diretamente pelos próprios alunos em seu rico empreendimento da imprensa discente, e ao olhar a partir dos interesses desses operários para o ensino profissionalizante do período.

Por fim, vale ressaltar as dificuldades encontradas por esses discentes, tanto fora como dentro da escola. O LAO-RJ foi um espaço conflituoso e impositivo, mas também de ternura e aprendizado. Não há como descartar nenhum desses dois lados da experiência dessa educação ao considerar que o Liceu atendia uma ampla maioria de jovens laboriosos e até crianças trabalhadoras. Muito cedo apresentados aos mundos do trabalho, esse corpo estudantil encarava percalços ocasionados por sua classe e sua cor, dentro e fora do colégio. Ainda assim, em meio a tudo isso, construíram no LAO-RJ espaços fraternos e momentos de diversão, felicidade e companheirismo, em que levavam a vida sorrindo apesar das dificuldades dos tempos de mocidade, como cantaria um futuro aluno do colégio⁴³².

⁴³² CHERNICHARO, Edna de Assunção Melo. Cartola-grafia: “causa” do Centro Cultural Cartola. *Mnemosine (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 206-234, jan. 2011. p. 213.

3. A educação na trajetória de alunos operários e de cor

As ferramentas, os utensílios e os equipamentos dão forma à técnica, à habilidade humana, ao método, ao conhecimento, ao desejo, à necessidade, e denunciam diferentes saberes, mas também diferentes condições de trabalho e lugares sociais. Cada peça exposta mal separa a arte do trabalho. [...] O gesto hábil do trabalhador [...] fabrica coisas e lhes dá vida, fabrica sociedade e cultura. Ele é revelador das sociedades e dos indivíduos, cuja ação socialmente motivada transforma o mundo.

“O trabalho como expressão” -
Curadoria do Museu de Artes e Ofícios (Belo Horizonte/MG)

Em maio de 1911, o jornal *Gazeta da Tarde* publicava uma crônica de Afonso Henriques de Lima Barreto sobre o ato da abolição da escravatura. Esta se debruçava sobre as memórias do escritor, que, com sete anos na época, viu as festividades junto ao seu pai, e relembrou conversas sobre liberdade entre seus colegas – que eram crianças de idade similar à sua na escola em que estudava:

Quando fui para o colégio, um colégio público, à rua do Resende, a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria ambiente nos tinha tomado. A professora [...] creio que nos explicou a significação da coisa; mas com aquele feitio mental de criança, só uma coisa me ficou: livre! livre! Julgava que podíamos fazer tudo que quiséssemos; que dali em diante não havia mais limitação aos propósitos da nossa fantasia. Parece que essa convicção era geral na meninada, porquanto um colega meu, depois de um castigo, me disse: "Vou dizer a papai que não quero voltar mais ao colégio. Não somos todos livres?"⁴³³

Além de trazer indícios sobre como foi festejada a data dentro da comunidade negra da Corte, a crônica de Lima Barreto nos apresenta os efeitos da lei no imaginário daqueles que refletiam sobre a liberdade a partir dos seus dramas e questões juvenis. Autores como Sidney Chalhoub, Domingues Petrônio e Leonardo Pereira apontam que as camadas trabalhadoras do Rio de Janeiro

⁴³³ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. “Maio”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro: [S.n.], 4 mai. 1911.

tiveram um leque de experiências associativas e de luta política na década de 1880. A luta abolicionista congregou o mais amplo da população – passando, sobretudo, por sujeitos negros livres, libertos e escravizados –, ao mesmo tempo, esses trabalhadores se envolveram em associativismos mutualistas e dançantes⁴³⁴, fazendo com que a cidade vivesse uma verdadeira efervescência política e social no período, tal como aparece retratado na crônica.

O escrito de Afonso Henriques ainda é mais simbólico por trazer essa temática tanto da perspectiva das conversas com os colegas no meio educacional quanto por abordar a relação dele com o pai, figura central na vida do escritor. Assim como acontecia com ele na escola, seu pai esteve também próximo de tais questões em outro espaço educacional na década de 1880: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (LAO-RJ). Colégio destinado à educação profissionalizante, o Liceu teve no seu corpo discente diversos artífices negros como o tipógrafo João Henriques de Lima Barreto, o pai do que viria a ser o renomado escritor de mesmo sobrenome. O tipógrafo aparece na crônica ao lado do filho nas festividades da abolição, mas não se limitou aos festejos de 1888. Desde muito antes do 13 de maio, João Henriques esteve envolvido com o associativismo de trabalhadores tipógrafos do período, com forte apoio e militância pelo fim do trabalho cativo⁴³⁵.

Ainda que a década de 1880 seja marcada pela luta por cidadania de diversos estudantes artífices negros como João Henriques, autores como Cechin e Pilatti mantêm a crença de que o caráter moralizante desse tipo de ensino teve por finalidade alienar os discentes da atuação políticas e reivindicatórias, os formatando ao trabalho disciplinado e a uma cidadania de segunda classe, que separava o pensar e o fazer – fazendo-se supor, dessa maneira, que esse projeto teve relativo sucesso em incorporá-los de forma submissa em uma modernidade

⁴³⁴ Para as experiências de trabalhadores cariocas no final da abolição e início do pós-abolição, Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*, [S.L.], v. 34, n. 67, p. 251-281, jun. 2014; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2020. p. 49-50.

⁴³⁵ MORAES, Renata Figueiredo. *Contribuição Especial #23: João Henriques de Lima Barreto, tipógrafo negro do Império*. In: LEHMT - Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: <https://lehmt.org/contribuicao-especial-23-joao-henriques-de-lima-barreto-tipografo-negro-do-império/>. Acesso em: 02 maio 2025.

forjada por valores da elite⁴³⁶. Já autores como Colombo irão alegar que essa educação no Liceu os distanciava profundamente dos outros trabalhadores, ao formarem uma aristocracia artística distante dos valores e interesses da classe trabalhadora⁴³⁷. Dessa forma, investigamos aqui se realmente houve uma correlação entre a educação profissionalizante no LAO-RJ e o afastamento dos alunos-operários da escola das lógicas, interesses e lutas da sua classe e grupo étnico-racial no período. Para isso, mobilizamos neste capítulo uma análise da trajetória de oito discentes a partir de seus vínculos com diferentes grupos e associações das décadas do final do século XIX para o início do século XX. Nosso objetivo é entender se esses discentes experienciaram, nos seus espaços organizativos, os signos culturais, temas e práticas próximas com aquelas vividas dentro da escola.

Iremos analisar a trajetória de alunos que estudaram ou tiveram relações com as atividades do LAO-RJ na década de 1880 – tanto os que participaram da imprensa estudantil e o associativismo discente, como aqueles alunos que foram premiados e aprovados nas disciplinas, aparecendo assim nas listagens dos relatórios anuais da escola⁴³⁸. Entendemos que esse recorte estabelece limites sobre as experiências de alunos no Liceu: muitos dos discentes que tiveram acesso à educação do LAO-RJ não foram aprovados ou premiados, nem estiveram envolvidos com as atividades associativas estudantis. Apesar disso, acreditamos que investigar estes alunos destacados nos permite acompanhar com mais cuidado suas trajetórias, de modo a analisar em que medida suas vidas foram atravessadas pelos ensinamentos da escola.

Para essa investigação mobilizamos primordialmente o noticiário da imprensa comercial do Rio de Janeiro. Como já apresentado no segundo capítulo, a imprensa do final do século XIX abriu suas folhas para mais relatos do cotidiano

⁴³⁶ CECHIN, Marizete Righi; PILATTI, Luiz Alberto. Da formação de artífices à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Pro-Posições*, [S.L.], v. 34, p. 1-32, jan. 2023. p. 06-07.

⁴³⁷ COLOMBO, Irineu Mario. Escola de Aprendizizes Artífices ou Escola de Aprendizizes e Artífices?. *Educar em Revista*, [S. l.], v. 36, 2020. p. 17-19.

⁴³⁸ Ressalte-se que esses alunos – da imprensa discente ou premiados – são computados nos documentos pelos seus nomes completos, o que possibilitou a pesquisa nominalmente. LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1885 a 1888*. Rio de Janeiro: Typ. Papelaria Ribeiro, 1895; LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1882 a 1884*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1884.

negro e trabalhador carioca, a fim de atrair esse público como leitor. Dentro dessa relação dialógica, as atividades da classe trabalhadora e das comunidades negras serão retratadas em uma tensionada relação entre depreciação e valorização⁴³⁹. Ao definir a imprensa comercial como nossa principal fonte, fizemos uma busca nominal pelos discentes que pertenceram a grupos e associações, lançando luz a esse aspecto de suas experiências de vida para nossa análise. Foi também a partir do pertencimento a agrupamentos e associações negras que definimos os discentes a serem investigados. Dessa forma, entendemos aqui por alunos afrodescendentes aqueles envolvidos diretamente com irmandades religiosas da comunidade de cor e com o associativismo negro. Trazemos no capítulo casos como de Augusto Quintella, envolvido nos bailes negros da Cidade Nova⁴⁴⁰, e de Francisco Hostílio Cervantes, um fiel da irmandade do Rosário – importante espaço religioso que congregava a população de cor⁴⁴¹ –, como indicativos da pertença desses sujeitos à comunidade afrodescendente do Rio de Janeiro. Além desses e outros alunos negros, traremos casos de alguns discentes com trajetórias bastante similares aos nossos personagens, ainda que sem indicação de pertença à comunidade negra – o tipógrafo Egydio José da Graça Braga e o carpinteiro do Arsenal da Marinha Francisco Alves Castilho –, como forma de tratar dos limites e possibilidades encontrados pelo todo do corpo estudantil do LAO-RJ.

Dessa forma, apresentamos a trajetória de oito discentes que participaram nas mais variadas associações e agrupamentos que fazem parte do repertório de experiências dos trabalhadores negros do período. A princípio, discutimos os sentidos que João Henriques, Egydio Braga e Augusto Quintella encontraram na educação do Liceu. Em um segundo momento, trataremos novamente a trajetória de Quintella, assim como de Maximiano Soares, Maximiano Laurentino e de Antônio Lázaro para refletir sobre as relações entre o ensino do LAO-RJ e as formas de associativismo que os discentes se envolveram. Por fim, é a partir da trajetória dos dois Franciscos, ambos operários do Arsenal da Marinha, que refletiremos sobre os engajamentos nas reivindicações operárias, e o vínculo da

⁴³⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Negociações Impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. *História (São Paulo)*, [S.l.], v. 35, 2016.

⁴⁴⁰ “Carnaval de 1888 (conclusão)”, *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 1022, 28 mar. 1888, p. 02.

⁴⁴¹ “Veneravel Irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedicto”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 267, 25 set. 1881. p. 03; “José do Patrocínio”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 7423, 3 fev. 1905. p. 02.

escola e essas lutas. Dessa maneira, queremos entender os limites e possibilidades que esses alunos-operários encontraram em suas trajetórias de vida, e como mobilizaram a formação que tiveram dentro da escola com seus interesses de classe e de cor.

3.1. Os sentidos da instrução para os artistas manuais

Na década de 1880, mais de 11 mil alunos se matricularam no LAO-RJ, sendo mais da metade deles computados como artistas manuais (ver ANEXO 2 e 7). Para muitos deles a educação teve diferentes serventias e sentidos, desde melhoria em sua posição social e profissional, aprendizado de conhecimentos que valorizavam e até mesmo reforço de sua liberdade, em um mundo em que ainda estavam presentes as relações escravistas. Para entendermos esses sentidos na vida dos discentes nessa parte, acompanhamos a trajetória de três artífices: os tipógrafos João Henriques de Lima Barreto e Egydio José da Graça Braga, e o pintor Augusto C. Vaz Quintella. Iremos refletir sobre o impacto da educação e conhecimento técnico nas carreiras profissionais, pensando a relação deles com as matérias artísticas, complementares e suplementares do educandário noturno⁴⁴², assim como refletir sobre limites que encontraram, e possibilidades abertas por esse ensino.

João Henriques foi um tipógrafo negro nascido em 1853 e que viria a falecer em 1922. Sua trajetória é bastante documentada, dada a relevância assumida posteriormente por seu filho, o escritor Afonso Henriques, uma das figuras mais proeminentes das letras no Rio de Janeiro no início da República. Nesse sentido, trabalhamos sua trajetória a partir das notícias que aparecem sobre o artífice na imprensa até 1889, enquanto atuou como tipógrafo, e em diálogo com o trabalho de Magali Gouveia Engel⁴⁴³, o qual aponta caminhos de reflexão em relação à educação de João Henriques.

⁴⁴² Artigo 9 do Regulamento. LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Estatutos da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro / Regulamento e regimento do Lycêo de Artes e Offícios da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1882. p. 07-08.

⁴⁴³ ENGEL, Magali Gouveia. João Henriques de Lima Barreto: o engajamento político de um tipógrafo negro no contexto da abolição. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15, p. 1-22, 2023.

Filho de uma africana liberta com um português, João Henriques cresceu com o carinho e cuidados de sua mãe, Carlota Maria dos Anjos, que o encaminhou para aprender as primeiras letras em uma das escolas públicas abertas às crianças pauperizadas da Corte. Já na década de 1860 teve os primeiros contatos com seu futuro ofício, ao cursar a escola de aprendizes de tipógrafos no Imperial Instituto Artístico. Sua formação profissional é continuada nas oficinas do *Jornal do Commercio* e, a partir de 1870 passa a trabalhar no jornal *A Reforma: Órgão democrático*, folha ligada aos grupos liberais da Corte, se aproximando de políticos proeminentes da época e integrando redes clientelistas que o ajudariam na ascensão social no meio de seu ofício. Dentre essas pessoas com que se relacionada, o tipógrafo terá como padrinho o futuro visconde de Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo – destacado político monarquista da ala liberal do governo, que em 1878 indicaria João Henriques para assumir a posição de operário de 1ª classe das oficinas da Tipografia Nacional⁴⁴⁴.

Com sua carreira já consolidada na década de 1880, o tipógrafo de 1ª classe passou a ter contato com o Liceu de Artes e Ofícios, chegando a participar de associações e reuniões junto ao diretor do colégio que aconteciam no próprio espaço educacional⁴⁴⁵. Em 1882, ingressou como aluno do recém-inaugurado curso comercial do LAO-RJ, aparecendo como aprovado nas disciplinas de Francês e Português⁴⁴⁶. Apesar de ser um artífice e, por isso, ter um perfil mais próximo dos alunos atendidos no curso profissionalizante – uma vez que o curso comercial era destinado a caixeiros e trabalhadores do comércio⁴⁴⁷ –, não era incomum que nesses cursos disponibilizados pela escola fossem encontrados profissionais de diferentes ramos dividindo carteiras, ocorrendo também no curso profissional (ver ANEXO 7). Além disso, segundo Magali Engel, a escolha de João Henriques pelo curso comercial se dava enquanto uma continuação da sua formação naquela década, que já estava em andamento no Instituto Comercial⁴⁴⁸. Esse Instituto veio a fechar as portas em 1881, como aparece no relatório do LAO-RJ. Esse encerramento provavelmente ocasionou a migração de estudantes

⁴⁴⁴ *Ibid.* p. 02-06.

⁴⁴⁵ "Começou hontem no Imperial Lyceu de Artes e Officios...". *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 248, 6 set. 1880. p. 02.

⁴⁴⁶ "Lycêo de Artes e Officios". *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 5, 5 jan. 1883. p. 02; "Lyceu de Artes e Officios". *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 340, 8 dez. 1883. p. 01

⁴⁴⁷ BIELINSKI, Alba Carneiro. Educação profissional no século XIX - Curso Comercial do Liceu de Artes e Offícios: um estudo de caso. *Boletim Técnico do Senac*, [S. l.], v. 26, n. 3, 2000.

⁴⁴⁸ ENGEL, Magali Gouveia. *op. cit.* p. 07.

como João Henriques para outras instituições como o próprio Liceu, cujo relatório de 1882 não economizava nas críticas ao ensino do Instituto Comercial:

Se o Instituto Comercial mantido pelo governo teve de fechar as suas portas por falta de alunos, foi isso devido a sua má organização e aos embaraços que sempre se encontram para a matrícula oficial, embaraços que não existem no Liceu, onde basta para ser matriculado, que o aluno apresente, sem requerimentos nem certidões inúteis⁴⁴⁹

O Liceu alegava que o fechamento do Instituto era devido à falta de alunos, fruto da má organização. Sendo verdadeira ou falsa a alegação, o fato é que o próprio Liceu também apresentou as mesmas dificuldades em manter as matrículas no curso comercial, o que se tornava uma preocupação recorrente em seus relatórios a partir de 1883⁴⁵⁰. Ainda assim, no ano de inauguração, com apoio pecuniário da Associação Comercial do Rio de Janeiro e com toda a relevância que o LAO-RJ tinha na sociedade da Corte, esse curso atraiu inúmeros novos discentes, chegando a 261 matrículas⁴⁵¹ – estando João Henriques nessa lista.

O curso comercial exigia 4 anos para formatura completa, porém o tipógrafo só aparece com aprovações nos dois primeiros anos. Isso leva Magali Engel a acreditar que João Henriques não conseguiu levar a cabo a formação comercial, provavelmente por dificuldades de conciliar estudos e o compromisso como chefe de família – naquele momento, o aluno do LAO-RJ já tinha um filho pequeno, Afonso Henriques, e sua esposa estava grávida. Assim, a historiadora defende que o mais provável é que o tipógrafo tenha cursado esporadicamente as aulas do Liceu⁴⁵². Tal conclusão parece estar condizente com o perfil de público que acessava ao LAO-RJ. Apesar de uma maioria já ocupada em ofícios, os dados indicam para uma presença predominante de jovens solteiros na escola – bem provavelmente, discentes que ainda não tinham conformado uma família e tido filhos (ver ANEXO 5 e 6). Ainda assim, como abordamos ao longo dos outros capítulos, a baixa assiduidade dos alunos era algo recorrente na escola, visto as

⁴⁴⁹ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1882 a 1884*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1884. p. 21.

⁴⁵⁰ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1884. *op. cit.*; LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1885 a 1888*. Rio de Janeiro: Typ. Papelaria Ribeiro, 1895.

⁴⁵¹ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. “Combater a ignorância é defender a liberdade”: as relações entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Liceu de Artes e Ofícios no Império. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 4, n. 67, p. 265-281, fev. 2018.

⁴⁵² ENGEL, Magali Gouveia. *op. cit.* p. 02-03.

diferentes dificuldades que esses discentes trabalhadores encontravam – desde acidentes de trabalho e dificuldades pecuniárias –, para se manter estudando⁴⁵³. Além disso, nem sempre os discentes prestavam os exames ao final do período letivo, problema que é discutido nos relatórios da escola⁴⁵⁴. Assim, não há como descartar a possibilidade de que, mesmo não constando nas listas de aprovados, João Henriques tenha aproveitado por mais tempo as disciplinas da escola, inclusive aprofundando o conhecimento em Francês.

Foi com os conhecimentos da língua francesa que o artífice traduziu o *Manual do Aprendiz Compositor* de Jules Claye, em 1888, livro que trazia os conhecimentos técnicos da tipografia e que seria muito elogiado na imprensa como uma das primeiras obras desse gênero no Brasil a ensinar a arte da tipografia:

Inúmeros tipógrafos há que, tendo apenas conhecimentos superficiais da arte que abraçaram, colherão grandes resultados na simples leitura da obra, cuja necessidade era há muito reclamada. A rápida leitura que dela fizemos autoriza-nos a afirmar o [...] zelo com que o tradutor levou a cabo a sua tarefa gloriosa⁴⁵⁵.

Além de elogiar a tradução de João Henriques, o jornal também reforçava a relevância da obra para o auxílio dos compositores iniciantes da imprensa, com “conhecimento superficial da arte que abraçaram”. Perspectiva parecida com a que assumiu a *Revista Typographica*, folha dirigida pela importante liderança da classe, o tipógrafo negro Luiz da França e Silva⁴⁵⁶: segundo essa folha, o “habilíssimo e inteligente tipógrafo, um dos chefes da turma da Imprensa Nacional” teria traduzido a relevante obra que é “a primeira obra gráfica que vão possuir as livrarias do Brasil, tornando-se por isso encarecedora e digna de aplausos a feliz lembrança do digno artista, proporcionando-nos conhecimentos úteis e aproveitáveis.”⁴⁵⁷. Dessa maneira, seu conhecimento em Francês,

⁴⁵³ Como abordado no primeiro capítulo, os relatórios evitavam abordar informações comprometedoras sobre sua atuação, destacando dados como matrícula e omitindo números de faltas ou permanência dos alunos, a fim de evitar perda de investimento no colégio por parte do Estado e dos benfeitores.

⁴⁵⁴ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1895. *op. cit.* p. 22-24 (1886-1888).

⁴⁵⁵ "Um livro útil". *Cidade do Rio*. Rio de Janeiro, n. 179, 10 ago. 1888. p. 02

⁴⁵⁶ RODRIGUES, Igor Soares; BESSONE, Tânia Maria. “Preparemo-nos, pois, para sermos patrões de nós mesmos”: Centro Tipográfico Treze de Maio, para além de uma cooperativa (1888). In: III Encontro Internacional da Sociedade do Oitocentos, 2019, Niterói. *Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*. Niterói, 2019. p. 02.

⁴⁵⁷ “Manual do Aprendiz compositor”. *Revista Typographica*. Rio de Janeiro, n. 24, 18 ago. 1888. p. 02.

aprendido no Liceu, foi importante para que traduzisse um livro que contribuía para o aperfeiçoamento técnico de toda a classe de tipógrafos, algo visto de forma positiva pelos trabalhadores desse ramo artístico.

Se João Henriques já chegou no LAO-RJ em uma posição de destaque dentro de seu ofício, muito diferente era o caso de Egydio José da Graça Braga. Egydio viria a falecer em 1890, quando há notícias sobre a missa do sétimo dia realizada por sua família, e consagrada na igreja de São Joaquim – antiga sede do LAO-RJ –, após seu falecimento em 23 de setembro daquele ano⁴⁵⁸. A não existência de esposa e filhos dentre os que convocam a missa pode indicar que Egydio faleceu enquanto era solteiro e sem filhos, uma vez que a taxa de viúvos no Liceu nos anos que esteve na escola era percentualmente muito baixa, com menos de 10 alunos viúvos a cada ano (ver ANEXO 6).

O aluno aparece aprovado em 1885 na disciplina de “Desenho de figuras”, na qual também recebeu medalha de bronze por seu desempenho⁴⁵⁹. No ano seguinte, é aprovado em “Desenho de ornatos (cópia em gesso)”, recebendo medalha de bronze⁴⁶⁰. Já dois anos depois, em 1888, o aluno novamente é aprovado em “Desenho de ornatos (cópia em gesso)”, agora recebendo menção honrosa⁴⁶¹. Segundo o Regimento da escola, para receber as premiações, os alunos precisavam ser habilitados em uma disciplina de Português e ter seu mérito reconhecido pelo professor⁴⁶². No caso das premiações de Egydio, percebemos que, apesar de não aparecer nas listas de 1887, é bem provável que tenha cursado disciplinas no período. Isso porque, para receber a menção honrosa em 1888, Egydio precisaria já ter ganhado medalhas de bronze e de prata. Enquanto a primeira foi concedida a ele em 1886, possivelmente também recebeu a de prata, em 1887, mesmo não constando nas listagens. Dessa maneira, alguns alunos, apesar de terem sido aprovados, podem não ter aparecido nas listas, inclusive nas disciplinas como Português, que nem sempre são expostas na imprensa.

Ainda em relação às premiações, vale destacar que Egydio recebeu medalha de ouro em 1886 por seu empenho. Diferente das outras medalhas, essa

⁴⁵⁸ “Egydio Braga”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 272, 29 set. 1890. p. 05

⁴⁵⁹ “Lycêo de Artes e Offícios”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 12, 12 jan. 1886. p. 01.

⁴⁶⁰ “Premios”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 330, 28 nov. 1886. p. 05.

⁴⁶¹ “Lyceu de Artes e Offícios”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 330, 26 nov. 1888. p. 01.

⁴⁶² LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Estatutos da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro / Regulamento e regimento do Lycêo de Artes e Offícios da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1882. Artigo 61 ao 77 (Regimento).

premiação especial era destinada “aos alunos do Liceu que se distinguirem por seus talentos, aplicação, aproveitamento e moralidade”⁴⁶³. Essas medalhas foram instituídas pelo Imperador em 1872 – momento que o LAO-RJ recebe o título de “Imperial”⁴⁶⁴. Essa premiação especial ocorria como um símbolo de aplicação e comprometimento com os princípios escolares, além de destacar o talento dos premiados. Era uma das maiores premiações que um aluno-operário do LAO-RJ poderia receber, e Egydio então estava dentro desse seletivo grupo de alunos reconhecidos pela escola.

Apesar de existir outros lugares para formação desse ramo artífice, as disciplinas artísticas cursadas por Egydio estavam dentro das indicadas pelo Liceu para o ofício de compositor de tipografia (ver ANEXO 1), ofício que ele desempenhava nos seus últimos anos de vida. O aluno-operário aparece como um dos ingressantes no Centro Tipográfico Treze de Maio⁴⁶⁵, organização fundada após a abolição de 1888, que assumia tanto características mutualista, como de luta pela situação de trabalho daquele segmento profissional. A classe de tipógrafos esteve muito atrelada às lutas pelo fim do trabalho cativo e por condições de trabalho, e esse novo Centro dava continuidade a esse histórico, vinculando as conquistas abolicionistas às lutas trabalhistas, inclusive sendo espaço organizador de greves⁴⁶⁶. Egydio entrava em um período que a primeira diretoria do Centro havia acabado de ser empossada, a qual contava com eminentes trabalhadores do seu ramo, entre eles os tipógrafos negros França e Silva, já abordado acima, e o outro ex-aluno do LAO-RJ, João Henriques de Lima Barreto.

Se ligadas pelo mesmo espaço educativo e participando da mesma associação de classe, as trajetórias de João Henriques e Egydio parecem também dar igual importância para a formação técnica do seu ofício: enquanto Egydio se preocupou em cursar as disciplinas do Liceu que seriam melhor aproveitadas no desempenho técnico como compositor, João Henriques traduziu um livro que contribuía para os tipógrafos iniciantes. Essa preocupação, entretanto, não era destoante de sua classe: diversas associações de tipógrafos destacavam as técnicas

⁴⁶³ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.* p. 33-34.

⁴⁶⁴ *Ibid.*

⁴⁶⁵ “Centro Typographico Treze de Maio”. *Revista Typographica*. Rio de Janeiro, n. 35, 7 nov. 1888. p. 04.

⁴⁶⁶ RODRIGUES, Igor Soares; BESSONE, Tânia Maria. *op. cit.* p. 07-10.

artísticas e o letramento como relevantes para o desempenho da função, que garantiam a nobilitação para os trabalhadores daquela arte. É o caso da Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade, fundada em 1861, e que teve João Henriques como um dos componentes de sua mesa diretora na virada para a década de 1880⁴⁶⁷.

Como Magali Engel irá destacar, a associação “Trabalho, União e Moralidade” se valia de uma linguagem que valorizava o trabalho manual desempenhado pelos artistas, em uma perspectiva que nobilita sua posição⁴⁶⁸. Mateus Fernandes de Oliveira Almeida, em seu estudo sobre o associativismo dos trabalhadores na Corte, aponta que essa associação composta por João Henriques tinha em seus estatutos a ideia de “unir em uma só e grande família os filhos do trabalho” e tinha por finalidade, além do auxílio mútuo, a função de valorizar seus componentes por meio do enaltecimento técnico e intelectual⁴⁶⁹. Almeida descreve ainda as funções desempenhadas por essa e outras sociedades mutualistas no período, que iam nesse caminho de nobilitar o trabalhador artífice:

Sua missão consistia em algo de maior magnitude, servindo de instrumento de mobilização e dignificação do trabalho, de altruísmo e de nobilitação de suas habilidades. **Elas passavam, desta forma, a cumprir um papel pedagógico, professoral, de congregar e guiar os artistas da Corte rumo à insígnia moralizante do labor, como é possível notar também nos estatutos da sociedade Trabalho, União e Moralidade** e ao prescrever em seus fins: Art. 3º Moralizar e instruir pelo exemplo, pelos conselhos, e pela doutrina escrita aos artistas e operários para que tenham no país, a reputação e importância social de que gozão seus irmãos nos países ilustrados. Art. 4º Para complemento de tão justos fins, a associação se esforçará para conseguir que todos os artistas se alistem sob a bandeira social, Trabalho, União e Moralidade⁴⁷⁰.

Como mostra o historiador a partir do estatuto da Associação que João Henriques fazia parte, havia uma crença dessas sociedades no seu papel de guiar e dirigir a classe para os princípios de moralidade e dignificação do trabalho. Essa função pedagógica presente era profundamente compartilhada, como vimos, com

⁴⁶⁷ “A Associação Nacional dos Artistas Brasileiros...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 262, 23 set. 1880. p. 01; “A. N. dos Artistas Brasileiros Trabalho União e Moralidade”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 263, 21 set. 1882. p. 03; “Associação (Imperial) Nacional dos Artistas Brasileiros...”. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 40, 1883. p. 1168.

⁴⁶⁸ ENGEL, Magali Gouveia. *op. cit.* p. 13.

⁴⁶⁹ ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. Representações do Associativismo entre as mutuais de trabalhadores na Corte do Império. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 41, n. 1, 2015. p. 151.

⁴⁷⁰ *Ibid.* Grifos nossos.

instituições de ensino profissionalizante como o Liceu. O Centro Tipográfico que reunia Egydio e João Henriques também tinha a mesma inclinação: uma das funções do Centro Tipográfico Treze de Maio era “tratar dos melhoramentos da classe e artes anexas”⁴⁷¹, isso significou para muitas dessas associações uma maior atenção para a educação de seus associados, até mesmo com algumas instituições fornecendo espaços educativos para os órfãos dos artistas empobrecidos filiados⁴⁷².

Se a educação era considerada importante para desenvolvimento técnico coletivo, ela também era um fator que auxiliava os mais capacitados a ascensão profissional. Em meio aos conflitos políticos anteriores à proclamação da República, Magali Engel irá apontar que houve uma disputa na indicação para o cargo de mestre da oficina de composição da Imprensa Nacional entre João Henriques e outro relevante tipógrafo no período, José Alexandre de Azevedo. Ambos foram companheiros em organizações mútuas, mas encontravam-se então em lados opostos dado seus vínculos com diferentes figuras da política nacional, por meio das teias clientelistas. É em meio a esses conflitos que, a alegação que legitima a indicação de João Henriques era “sua comprovada qualificação e dedicação ao trabalho”, capacidade técnica que era reconhecida até mesmo entre companheiros de trabalho opostos à sua indicação⁴⁷³. O ocorrido demonstra como a articulação entre as teias clientelistas e a capacidade técnica se demonstraram fundamentais para que, na disputa por cargos, artífices levassem “a palma sobre seus colegas”, como descrito em um dos jornais discentes do LAO-RJ⁴⁷⁴.

A instrução não representava, no entanto, apenas uma questão de melhora da sua capacidade de trabalho e de disputa por melhores cargos. Ela foi também uma garantia apresentada pelos artífices nas suas exigências de melhores condições e direitos trabalhistas coletivos, como é possível refletir a partir das correspondências de fevereiro de 1889 entre o Centro Tipográfico Treze de Maio e João Henriques, quando esse ainda ocupava a posição de chefe técnico das oficinas tipográficas da *Tribuna Liberal*. Na *Revista Typographica* é publicada

⁴⁷¹ ENGEL, Magali Gouveia. *op. cit.* p. 16.

⁴⁷² ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. *op. cit.* p. 151.

⁴⁷³ Segundo Engel: “sob o ponto de vista de outros companheiros, a competência profissional de João Henriques, reconhecida, inclusive, por alguns que questionaram a legitimidade de sua promoção a mestre, justificava sua escolha para a referida função”. ENGEL, Magali Gouveia. *op. cit.* p. 20-21.

⁴⁷⁴ “A ventarolla - aparece hoje...”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 4, 11 out. 1881. p. 01-02.

uma cópia de um ofício endereçado ao Sr. João Henriques de Lima Barreto na qual “a bem da autonomia, moralidade e dignidade da classe tipográfica”, era pedido a demissão de dois indivíduos das oficinas dirigidas por João Henriques, devido a eles serem “traidores à mesma classe e eliminados pelo Centro Tipográfico do quadro de sócios”⁴⁷⁵. O ofício lembrava a João Henriques que, segundo os regulamentos do Centro Treze de Maio, “ao irmão eliminado do quadro deste Centro fica vedada a entrada nas oficinas em que a corporação ou chefes sejam a eles filiados”. Isso fazia com que os dois empregados sob comando de João Henriques precisassem ser demitidos, por terem sido expulsos do Centro. Assinada pelo 1º secretário, o ofício apontava que tal doutrina, apesar de parecer desumana, era um meio de garantir que tipógrafos não filiados, “indiferentes ou pouco criteriosos” aceitassem ser empregados nas oficinas sob contratos não acordados pela classe tipográfica, fora da órbita da lei particular desse segmento de trabalhadores:

À primeira vista parece esta doutrina absurda e desumana, mas atendendo aos fins a que se propõe este Centro, principiando por moralizar seus irmãos e atendendo-se ainda ao recurso que nossa lei faculta a qualquer dos julgados ou condenados a apelar por escrito para seus irmãos da arte, a doutrina estabelecida torna-se lógica e única capaz de obrigar aos nossos irmãos indiferentes e pouco criteriosos a praticar somente atos que estejam de acordo com as leis em geral e na órbita da nossa lei particular⁴⁷⁶

Essa atuação do Centro tinha por finalidade garantir que as conquistas coletivas da classe não fossem tensionadas pelos patrões a partir do emprego de não filiados, que aceitassem menores salários e fora das conquistas coletivas do segmento. Essa forma de atuação não ficava restrita aos tipógrafos, sendo mobilizada por uma ampla gama de trabalhadores especializados na virada do século. Nesse sentido, a própria formação técnica era um meio de controle do mercado de trabalho nestes segmentos especializados. Se essa estratégia era utilizada desde o período colonial, com as corporações de ofício⁴⁷⁷, ela era reinventada ao longo do século XIX pelos artífices, utilizando da educação como

⁴⁷⁵ “Expediente”. *Revista Typographica*. Rio de Janeiro, n. 48, 9 fev. 1889. p. 03.

⁴⁷⁶ CASTRO, Elpidio de. “Illm. Sr. Por deliberação do grande conselho...”. *Revista Typographica*. Rio de Janeiro, n. 48, 9 fev. 1889. p. 03.

⁴⁷⁷ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007. p. 142-143.

um meio de lutar contra a proletarização⁴⁷⁸. Destaca-se, ainda, como a noção de “moralizar” é observada a partir de outros ângulos aqui. Termo central na educação profissionalizante do LAO-RJ, o 1º secretário o utiliza no sentido de ação do Centro com seu corpo de filiados, a fim destes se comprometerem com as causas coletivas. Dessa maneira, percebe-se como ideias e signos – como moralização – eram partilhados entre a educação e os mundos do trabalho. Esses artífices encontraram esse e outros conceitos dentro e fora do colégio, mobilizados para diferentes fins. Ainda, é perceptível como a educação não era vista como um bem a ser apreendido somente por alguns, mas como um ideal para toda a classe, de forma coletiva.

Retomando a relação mais direta entre João Henriques com a educação, é possível que sua entrada no Liceu possa estar envolvida com uma tática de fortalecimento em meio às tramas clientelistas. Para a manutenção da escola e defesa de seus interesses, a diretoria do LAO-RJ – composta sobretudo, como vimos, por uma camada social média de bacharéis e artistas liberais – também esteve entrelaçada na trama de relações políticas da Corte, com forte relacionamento com a ala monarquista liberal. Em meio a memória institucional do Liceu, é possível encontrar como uma figura destacada Visconde de Ouro Preto⁴⁷⁹, político e proprietário que apadrinhava o tipógrafo negro desde a década de 1870. Assim, participar do LAO-RJ também pode ter sido uma forma de reforçar a presença nessas teias de relações clientelistas. Além disso, Magali Engel destaca que a trajetória educacional de João Henriques indica sua tentativa de ingressar em uma instituição de ensino superior. Esse projeto pessoal se devia ao fato de que, além de garantir ascensão social e econômica, o título de doutor poderia assegurar maior liberdade em relação às redes de proteção paternalista e clientelista que estava inserido, estreitando a distância entre ele e os políticos liberais que compunham suas redes de sociabilidade verticais⁴⁸⁰. Dessa forma, vemos que os sentidos da educação para esses discentes extrapolavam o âmbito produtivo.

⁴⁷⁸ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp. 2012.

⁴⁷⁹ BARROS, Alvaro Paes de. *O Liceu de Artes e Ofícios e seu fundador: depoimento histórico no primeiro centenário da grande instituição*. Rio de Janeiro: [IBGE], 1956. p. 41-49 e 60.

⁴⁸⁰ ENGEL, Magali Gouveia. *op. cit.* p. 08.

Ainda que o projeto de acessar ao ensino superior não tenha alcançado êxito para João Henriques, muitos outros artífices tiveram no Liceu um caminho intermediário de ingresso em instituições de maior prestígio no meio educacional. Foi o caso do próprio Egydio José da Graça Braga e do nosso terceiro artífice abordado, Augusto Cesar Vaz Quintella. Ambos dividiriam seus estudos entre o LAO-RJ e a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Ainda que não figurasse entre as faculdades que garantiam o maior prestígio da escala social – como as Faculdades de Direito e Medicina que formavam os doutores da sociedade imperial –, a AIBA foi uma instituição de relevante crédito no Império, e contou no seu corpo docente com grandes nomes das artes liberais. Essa instituição compartilhava com o Liceu muitos de seus professores, dentre eles o próprio diretor do LAO-RJ, Bethencourt da Silva⁴⁸¹. Tal confluência de corpo docente entre as instituições pode ter representado uma via de acesso a AIBA, dado que muitos artífices de destaque do LAO-RJ aparecem posteriormente como estudantes na Academia.

Como já abordado, o tipógrafo Egydio viria a falecer em 1890, não sendo possível acompanhar o seu aproveitamento das aulas na Academia, na qual ele chegou a ser premiado pela disciplina de “Desenho figurado”, em 1889⁴⁸². Já Augusto C. Vaz Quintella, por seu maior período na AIBA e caminho dividido entre as artes liberais e manuais, é um caso mais proveitoso para acompanharmos: não sabemos ao certo a idade de Augusto C. Vaz Quintella nem quando ingressou como aluno do LAO-RJ, porém sua presença na escola é marcante a partir de 1881, com o lançamento do jornal *O Aspirante*, do qual o aluno era um dos dois editores-chefes⁴⁸³. Ele dirigiu a folha que durou de outubro de 1881 a janeiro de 1882, indicando cursar as aulas ao longo desses anos letivos. N’*O Aspirante*, Quintella assina algumas colunas de opinião e poesias sobre a inauguração do ensino feminino no Liceu. Nessas linhas e versos, expressava a relevância que via no ensino das artes para todos e todas, que tinha por função trazer luz e contribuir nas suas profissões⁴⁸⁴. Quintella foi um dos poucos alunos d’*O Aspirante* a não fazer parte da Comissão Permanente – uma espécie de representação estudantil

⁴⁸¹ BIELINSKI, Alba Carneiro. Bethencourt da Silva e a defesa do saber. *Revista da Fabes*, Rio de Janeiro, Edição especial, nov. 2006. p. 54.

⁴⁸² “Distribuição de prêmios”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 362, 29 dez. 1889. p. 02.

⁴⁸³ *O Aspirante*: Periodico litterario e artistico dos alumnos do Lyceo de Artes e Officios. Rio de Janeiro, n. 2, 15 out. 1881. p. 01.

⁴⁸⁴ QUINTELLA, Augusto. “Ao Lycêo”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 2, 15 out. 1882. p. 01.

que organizava as festividades na escola –, porém esteve envolvido com o associativismo estudantil no LAO-RJ ao compor a Sociedade Beneficente Bethencourt da Silva (SBBS), associação fundada em 1882 pelos estudantes, com Quintella compondo a diretoria no ano seguinte⁴⁸⁵.

Augusto Quintella parece ter migrado seus estudos do LAO-RJ para a Academia Imperial de Belas Artes a partir de 1883, instituição na qual ele cursa aulas de desenho até 1890 – aparecendo no *Diário de Notícias* entre os inscritos “para frequentar os cursos públicos e gratuitos de pintura”⁴⁸⁶. Augusto Quintella recebe premiações nas aulas de “Desenho figurado” em 1883⁴⁸⁷ e 1885⁴⁸⁸, e será como aluno da AIBA que encontra abertura para ingressar nas exposições artísticas, com quadros e retratos pintados por ele. Em uma dessas exposições, em 1884, a crítica na imprensa aborda a obra do aluno, o descrevendo como estudante do “Liceu de Artes e Ofícios e na Academia Imperial de Belas Artes” que era “principiante ainda e tem talento”⁴⁸⁹. Em outra exposição de 1885, essa destinada a recolher fundos de caridade para as vítimas dos terremotos em Andaluzia, Quintella aparece expondo seu quadro ao lado de nomes como Victor Meirelles⁴⁹⁰, relevante artista nacional que lecionou tanto na AIBA como no LAO-RJ⁴⁹¹.

Ainda na AIBA, Quintella esteve envolvido na organização de uma exposição artística realizada na Academia pelos próprios alunos, em agosto de 1886. Esse era um período que os jornais criticavam a baixa organicidade da Academia, e essa iniciativa estudantil foi tida como um respiro para a instituição, que retornava a ter exposições após um período de organização irregular⁴⁹². É nessa exposição que uma de suas obras recebe uma crítica positiva do jornal *A Semana*: “promete ser um bom retratista, porque nessas produções há alguma

⁴⁸⁵ “Sociedade Beneficente Bethencourt da Silva”. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 40, 1883. p. 1208.

⁴⁸⁶ “Bellas-Artes”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 1842, 11 jul. 1890. p. 01.

⁴⁸⁷ “Effectuou-se hontem a distribuição...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 359, 25 dez. 1883. p. 02

⁴⁸⁸ “No salão do Imperial Conservatório...” *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 89, 30 mar. 1885. p. 01.

⁴⁸⁹ “O sñr Augusto Quintella...”. *Gazeta Litteraria*. Rio de Janeiro, n. 13, 20 maio 1884. p. 16

⁴⁹⁰ “Relação de quadros offerecidos pelos artistas...”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 81, 23 mar. 1885. p. 01; “Na conhecida casa do Sr. Laurent de Wilde...”. *A folha Nova*. Rio de Janeiro, n. 852, 28 mar. 1885. p. 03.

⁴⁹¹ BIELINSKI, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, dos pressupostos aos reflexos de sua criação: de 1856 a 1900*. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003a. p. 107.

⁴⁹² “Bellas-Artes”. *A Vida Moderna*. Rio de Janeiro, n. 07, 21 ago. 1886. p. 06.

observação da vida, desenho feliz e colorido agradável. Entre seus trabalhos expostos destaca-se um perfil, a lápis, muito bem concluído”⁴⁹³. Bastante envolvido nas artes liberais, é bem possível que Augusto Quintella tenha recebido pagamentos com a venda de alguns quadros e retratos, como o quadro pintado pelo “Artista Quintella” retratando a esposa falecida de um capitalista⁴⁹⁴. Essa função – de retratista – era comum entre artistas liberais da época, realizada por pintores contratados para retratar famílias ou figuras relevantes. Se as pesquisas já apontavam para essa ocupação artística entre os fundadores do LAO-RJ⁴⁹⁵, vemos agora que alunos também chegaram a cumprir tal função remunerada.

Ainda assim, a principal fonte de renda do aluno parece ter sido sua oficina de pintura de casas e decoração de residências, espaço de serviço que encontramos anunciado nos jornais a partir de 1887: “Oficina de Pintura Augusto C. Vaz Quintella”. Sua oficina trabalhava com “pintura de casas, letras e decorações”, e era especializada em “tabuletas com emblemas” – pequenas tábuas ou placas usadas como letreiros ou avisos, comumente utilizadas em comércios. A oficina ficava localizada na Rua S. Pedro, n. 139 – região da Cidade Nova –, e sempre carregava na descrição de seus anúncios que trabalhava com perfeição e era comoda nos preços⁴⁹⁶. No *Almanak Laemmert*, na listagem dos residentes da cidade, Augusto Quintella aparece em 1898 ocupando a função de pintor, com o endereço residencial no mesmo local que sua oficina⁴⁹⁷ – o que demonstra o provável sucesso financeiro do artífice no ramo da construção civil, que se manteve no ofício por mais de uma década.

O caso de Quintella indica como a fronteira entre as artes manuais e liberais, para muitos artífices, foi bastante fluída. Havia o interesse de muitos em mobilizar as artes como forma de expressão, e isso ia desde seu engajamento em poesias, crônicas, pinturas e retratos, mas também compreendia seus trabalhos manuais na construção civil, forma de expressão da vida e cultura social. Augusto Quintella nunca deixou de fazer arte, fosse em quadros ou paredes, com tintas à óleo ou à cal. Sua especialização ao longo dos anos no LAO-RJ e na AIBA

⁴⁹³ “Bellas-Artes”. *A Semana*. Rio de Janeiro, n. 86, 21 ago. 1886. p. 04.

⁴⁹⁴ “Acha-se exposto na galeria...”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 1107, 24 jun. 1888. p. 01.

⁴⁹⁵ BIELINSKI, Alba Carneiro. Liceu de Artes e Ofícios - Um pouco da sua história: 1856/1906. *Revista da Fabes*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 28-35, jul. 2003b. p. 28.

⁴⁹⁶ “Officina de pintura”. *Cidade do Rio*. Rio de Janeiro, n. 5, 2 out. 1887. p. 04.

⁴⁹⁷ “Augusto C. Vaz Quintella”. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro, n. 55, 1898. p. 1071.

aperfeiçoava e nobilitava seu ofício, o que pode ter contribuído para o sucesso e permanência de sua oficina, ao desempenhar melhor suas pinturas de casas e emblemas em tabuletas. Além disso, é a educação na AIBA que garantiu a ele acessos a espaços expositivos enquanto um pintor das belas artes, participando de exposições junto às relevantes figuras artísticas da Corte. Ainda assim, não se pode ignorar o trabalho remunerado de Quintella como também expressões artísticas: suas pinturas de tabuletas e casas eram, segundo seu anúncio, trabalhadas com perfeição. Isso ao mesmo tempo podia representar uma estratégia de venda de seus serviços, mas também dizer respeito à sua dedicação e formação estudantil aplicadas naquele trabalho.

Se a nobilitação e expressão pelo trabalho era uma busca comum para a maioria do operariado especializado, havia questões que atingiam, especificamente, os artífices negros, como é perceptível no caso da greve dos filiados ao Centro Tipográfico Treze de Maio, levantada no trabalho de Igor Soares Rodrigues e Tânia Maria Bessone⁴⁹⁸. Em outubro e novembro de 1888, momento que João Henriques compunha a diretoria do Centro e que Egydio estava ingressando em suas fileiras, a folha *Diário de Notícias* se vê diante de uma crise: uma greve é deflagrada após tentativa de reduzir salários e demitir compositores das oficinas de impressão do jornal. Essas oficinas eram dirigidas pelo presidente do Centro Tipográfico, Gaspar de Souza, e após a recusa do paginador em aceitar tais termos, se inicia a paralisação das atividades e boicote às oficinas do *Diário de Notícias*. O dono do jornal chegou a procurar por outros compositores que aceitassem os termos de contrato precarizados, e quando dois filiados ao Centro Treze de Maio aceitaram, esses foram expulsos da organização, acusados de traição⁴⁹⁹.

Como aponta Rodrigues e Bessone, um ponto chave desse conflito que aparecia nas folhas da *Revista Tipográfica* era a forma de tratamento do dono do *Diário de Notícias* destinado aos compositores da sua folha. Segundo a Revista dirigida pelo tipógrafo negro França e Silva, o dono do Diário havia dito que compraria o trabalho dos tipógrafos por “baixa ou alta moeda”⁵⁰⁰, em sentido de que poderia escolher a quem comprar, dependendo apenas de seu dinheiro. Para

⁴⁹⁸ RODRIGUES, Igor Soares; BESSONE, Tânia Maria. *op. cit.* p. 7-11.

⁴⁹⁹ *Ibid.*

⁵⁰⁰ “À Elóy, o Heroe”. *Revista Typographica*. Rio de Janeiro, n. 35, 7 nov. 1888. p. 03.

Rodrigues e Bessone, em um período de recente abolição da escravidão, tal fala parece ter sido levada de forma bastante pejorativa para os tipógrafos do Centro, pois rebaixava a liberdade de escolha sobre o trabalho dos tipógrafos, que remetia aos tempos da escravidão⁵⁰¹. Assim, o reforço da capacidade técnica para esses artífices negros, fossem eles escravizados, libertos e livres, era também o reforço da sua capacidade de controlar o próprio trabalho – onde e como seriam empregados eram margens alargadas pela capacitação técnica desses operários. Nesse sentido, a educação que contribuía para a capacidade técnica também teve por função a ampliação da liberdade dos trabalhadores negros, fosse no período de vigência da escravidão ou mesmo no pós-abolição.

Não há como desconsiderar que o caminho educacional de maior prestígio social continuou sendo àquele trilhado pelos artistas liberais e pelos doutores das camadas abastadas. Apesar de alguns casos que atingiram a AIBA, o acesso pleno ao ensino superior continuou a se mostrar bastante difícil para trabalhadores manuais e camadas pauperizadas. As dificuldades que João Henriques encontrou para chegar ao ensino superior, assim como a diminuição de notícias de quadros de Quintella nas exposições de arte após 1890, demonstram como esse era um caminho tortuoso de ser seguido por quem partia de lugares sociais menos privilegiados socialmente e ainda enfrentavam estigmas raciais.

Para muitos, a principal oportunidade de renda que se abria continuava sendo em seus ofícios relacionados às artes manuais. Mas isso não foi tratado como demérito ou uma posição de segunda classe por eles, afinal esses artífices utilizaram de seus trabalhos e sua capacidade técnica como formas de afirmar sua posição social e melhorar suas vidas. Dessa forma, a relação desses operários com a educação não aparenta ser de simples acessório ou parte pouco significativa em suas vidas: eles procuraram por diferentes espaços educacionais ao longo de suas vidas a fim de atingir esses objetivos, e encontraram em escolas como o Liceu espaços que contribuíram com suas aspirações.

3.2. Alunos livres e libertos no associativismo oitocentista

Em 8 de maio de 1882, uma nova sociedade de beneficência foi criada na Corte: a Sociedade Beneficente Bethencourt da Silva (SBBS). Fundada e dirigida

⁵⁰¹ RODRIGUES, Igor Soares; BESSONE, Tânia Maria. *op. cit.* p. 10-11.

pelos alunos do Liceu⁵⁰², a SBBS reunia muitos discentes e ex-discentes que tiveram alguma experiência com as atividades estudantis da escola, desde a imprensa do Liceu até as comissões estudantis de representação discente. Com o nome em homenagem ao diretor da escola, que ocupou o lugar de presidente honorário da associação, a SBBS tinha por função auxiliar pecuniariamente os associados – ex-alunos trabalhadores nas artes manuais e em outros ramos – em casos de invalidez pelo trabalho. Suas reuniões deliberativas eram realizadas no próprio Liceu⁵⁰³, e em tais reuniões decidiram que outras funções caberiam aos cofres da Sociedade, como instituir uma premiação em nome da associação para as alunas e alunos de destaque na escola⁵⁰⁴ e, até mesmo, contribuir financeiramente na reconstrução do LAO-RJ, após sofrer com incêndios em 1893⁵⁰⁵. Assim, essa sociedade, que teve longa vida, assumia tanto funções que cabiam ao rol de associações de apoio mútuo, comuns aos trabalhadores no período, como também responsabilidades que geralmente cabiam às elites econômicas e políticas da Corte na relação com o Liceu, como criação de premiações aos alunos do LAO-RJ e ajuda financeira ao colégio.

Se esta foi uma das experiências associativas que alguns dos discentes e ex-discentes do LAO-RJ estiveram inseridos, isso ajuda a demonstrar o quanto o associativismo foi bastante presente na vida de diversos alunos-operários. Por isso, trazemos aqui trajetórias de estudantes que foram atravessadas pela educação do Liceu e pela gama de experiências associativas, a fim de entender os vínculos e as relações que existiram entre a educação profissionalizante e o associativismo existente nos mundos do trabalho e no universo de práticas e experiências negras do final do Império. Para tal, retornamos às histórias de Egydio e Augusto Quintella, e iniciamos a investigar a de Maximiano das Chagas Soares, abordando suas relações com o associativismo dançante. Também trazemos a trajetória de dois alunos do LAO-RJ que vieram a falecer ainda na década de 1880, Maximiano Laurentino das Chagas e Antônio da Silva Lázaro, para refletir sobre a relevância

⁵⁰² “Sociedade Beneficente Bethencourt da Silva”. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 40, 1883. p. 1208.

⁵⁰³ “Sociedade Beneficente Bethencourt da Silva”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 152, 31 maio 1884. p. 03.

⁵⁰⁴ “S. Propagadora das Bellas Artes”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 22, 22 jan. 1885. p. 01.

⁵⁰⁵ “Lyceu de Artes e Offícios”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 2854, 10 maio 1893. p. 01.

que o associativismo mutualista e beneficente ocupou nas vidas desses operários no século XIX, inclusive para trabalhadores libertos.

Para Augusto Quintella, o meio da década de 1880 não se restringiu somente aos estudos e exposições artísticas. Em 1886, o artista e aluno do LAO-RJ e da AIBA apareceu nas listas do *Diário de Notícias* como um dos votantes no Carnaval daquele ano, voto computado para o desfile do clube dos Democráticos⁵⁰⁶. Parece que Quintella e Egydio não compartilharam só o caminho educacional como também o gosto para desfiles, afinal, o tipógrafo aparece, alguns dias depois, na mesma listagem de votantes do desfile dos Democráticos⁵⁰⁷. Egydio não viria a aparecer mais na imprensa relacionado ao Carnaval ou aos clubes dançantes; o pintor Quintella, por sua vez, seguiria um caminho distinto, pois, dois anos depois, em março de 1888, aparecia novamente nas folhas da imprensa, dessa vez, participando do desfile e sendo creditado como um dos componentes dos carros que desfilaram naquele ano em dois clubes: o Clube dos Fenianos, no carro intitulado “Gôndola – estandarte dos invisíveis”; e o dos Progressistas, chamado “Pandeiro”. Parece que as escolhas de carro de Quintella foram acertadas, afinal, os dois carros ganham o desfile com mais votos naquele ano⁵⁰⁸. Ambos os artífices apareceram, então, relacionados com importantes grupos carnavalescos do Rio de Janeiro.

Os clubes Democráticos e Fenianos se mostravam inacessíveis para a maior parte da população da cidade, dado o alto valor para ingresso como sócio, que refletia no perfil restrito aos membros das famílias de maior renda⁵⁰⁹. É possível que Egydio e Quintella, por suas posições econômicas mais estáveis como trabalhadores especializados – no caso de Quintella, por exemplo, com sua oficina e venda de quadros –, tenham encontrado meios financeiros para acessar esses clubes. Ainda assim, pelos altos valores da joia de entrada, parece incompatível que trabalhadores manuais tenham conseguido se manter como sócios nesses clubes. A título de comparação, em meados da década de 1870, momento da carreira de João Henriques que ele era operário de 1ª classe nas oficinas da Tipografia Nacional, o artífice recebia mensalmente o valor de 7 mil

⁵⁰⁶ “O Pleito do Carnaval de 1886”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 280, 14 mar. 1886. p. 04.

⁵⁰⁷ “O Pleito do Carnaval de 1886”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 228, 22 mar. 1886. p. 02.

⁵⁰⁸ “O Carnaval de 1888”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 1022, 28 mar. 1888. p. 02.

⁵⁰⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, 2020. *op. cit.* p. 49-50.

réis⁵¹⁰, porém, no mesmo período, só a joia de ingresso para um desses clubes da alta sociedade era mais que o dobro, 15 mil réis⁵¹¹. Dessa maneira, é mais provável que esses artífices, dado seu leque de relações construídas nos espaços educacionais e artísticos, tenham estabelecido uma aproximação das atividades desses clubes da alta sociedade como convidados, ou, até mesmo, sócios de estante, categoria comum em clubes dançantes da época, destinada aos sócios das camadas pobres não pagantes, que contribuíam na banda ou atividades do gênero⁵¹².

Ainda assim, o que mais nos chama a atenção é o terceiro clube ao qual Augusto Quintella aparece vinculado: os Progressistas da Cidade Nova⁵¹³. Segundo Leonardo Pereira, esse clube, fundado em 1881 por comerciantes e artistas do bairro da Cidade Nova, trazia em seu público as camadas trabalhadoras mais empobrecidas da região, que contava com uma forte presença de trabalhadores negros. Sob bases paternalistas, o clube tentava replicar os padrões dos grandes clubes, como os próprios Democráticos e Fenianos. Mesmo sofrendo com o inicial estranhamento de jornalistas, os Progressistas logo ganharam reconhecimento no bairro e na imprensa, com um perfil de sócios bastante díspar do comumente encontrado nos salões de baile da elite carioca. Assim, esse clube dançante afirmou um novo padrão no meio das camadas de trabalhadores, que trazia os elementos modernos das novas formas de diversão para seus bairros e dinâmicas. Os Progressistas da Cidade Nova se tornaram tão relevantes em meio a febre dançante da cidade que, se antes tomavam como modelo as sociedades carnavalescas mais estruturadas, “em pouco tempo, passariam a ditar os rumos da folia”, redefinindo os bailes dançantes da cidade⁵¹⁴.

Não há como não perceber as relações e sentidos que clubes dançantes como os Progressistas e escolas profissionalizantes como o Liceu de Artes e Ofícios tiveram na vida dos artífices. Para trabalhadores negros, a afirmação da “urbanidade” e “civildade”⁵¹⁵, presente tanto na escola como nos clubes, eram

⁵¹⁰ ENGEL, Magali Gouveia. *op. cit.* p. 06.

⁵¹¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, 2020. *op. cit.* p. 50.

⁵¹² *Ibid.* p. 41.

⁵¹³ “O Carnaval de 1888”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 1022, 28 mar. 1888. p. 02.

⁵¹⁴ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, 2020. *op. cit.* p. 50-61.

⁵¹⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, 2020. *op. cit.* p. 54; LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Estatutos da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro / Regulamento e regimento do Lycêo de Artes e Offícios da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro*: Typ. Hildebrandt, 1882. Artigo 45 do regimento.

formas de afirmação de sua modernidade a partir de seus preceitos e sua lógica, em diálogo com formas consideradas eruditas de festividade e no contato com conteúdos educacionais nem sempre destinados a eles. Esse processo não foi isento de conflitos e tensões, mas representou as conexões e trocas que esses trabalhadores encontraram como meio de afirmar seu lugar na sociedade brasileira. No caso de Quintella, apesar da experiência e vínculos com os clubes da alta sociedade, é bem possível que tenha encontrado no seu bairro um clube mais próximo dos seus anseios, preceitos e perfil social, já que os Progressistas da Cidade Nova, tinha sede na Praça Onze de Junho⁵¹⁶, mesma rua da oficina e residência de Quintella⁵¹⁷. Assim, tal como Quintella, é possível que outros artífices estudantes tenham vislumbrado os clubes da alta sociedade e trazido, para sua realidade, tais formas de festividades na sua convivência. Um desses estudantes esteve no LAO-RJ no mesmo período que Quintella, o aluno Maximiano das Chagas Soares.

Maximiano foi aluno no Liceu no início da década de 1880, aparecendo nos jornais pela aprovação na disciplina de leitura avançada, referente ao ano letivo de 1881⁵¹⁸, na qual foi orador ao fazer os agradecimentos ao professor Cândido Elias de Mendonça Carvalho⁵¹⁹. Fez parte de diversas iniciativas estudantis na escola, como a Comissão 15 de Maio, na qual também foi orador. Iniciada em 1881 pelos discentes, essa Comissão organizava a inserção dos alunos nas festividades de inauguração das aulas femininas no LAO-RJ⁵²⁰. Maximiano também viria a ser um dos fundadores da Sociedade Beneficente Bethencourt da Silva, em 1882⁵²¹, porém não fez parte do conselho desta nos anos posteriores. Ao longo de 1881, suas atividades estudantis foram envoltas de atritos, ao participar das reuniões estudantis e entrar em discussões com os alunos do jornal discente *A*

⁵¹⁶ Em 1888, o salão do clube dos Progressistas da Cidade Nova ficava localizado na Praça Onze de Junho, n. 17. “S. B. Memoria a Victor Hugo”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 208, 27 jul. 1888. p. 04.

⁵¹⁷ Quintella era residente da Cidade Nova, na rua S. Pedro da Cidade Nova, n. 139. Uma das ruas que delimitavam a Praça Onze de Junho. “Augusto C. Vaz Quintella”. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro, n. 55, 1898. p. 1071. Para mapas do século XIX, Cf. EL-DAHDAH, Farès; METCALF, Alida C. (desenv.). *ImagineRio*. Disponível em: <https://imagnerio.org/pt>. Acesso em: 22 jan. 2026.

⁵¹⁸ “Exames”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 26, 26 jan. 1882. p. 02.

⁵¹⁹ “Manifestações”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 7, 19 nov. 1881. p. 03.

⁵²⁰ “Ao Sr. Redactor da Ventarola”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 3, 3 out. 1881. p. 01.

⁵²¹ “Installou-se hontem...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 115, 5 jun. 1882. p. 01.

Ventarola, sendo citado pelo apelido de “Luvras Pretas”, do qual parecia não gostar⁵²².

Se Augusto Quintella se envolveu com o importante clube carnavalesco da Cidade Nova, Maximiano estava mais envolvido com os pequenos clubes negros dançantes da região portuária carioca. Durante seu período no Liceu, em 1881, Maximiano apareceu como 1º secretário do Grêmio Musical Triunfo das Liras⁵²³, continuando até 1882 no cargo⁵²⁴. Os grêmios musicais eram espaços que foram fundados a fim de que os sócios das camadas mais elevadas aprendessem a tocar instrumentos a partir da música moderna⁵²⁵, porém, os novos ritmos musicais circulantes no Atlântico também tiveram forte apelo entre as camadas negras e de trabalhadores, que adentraram nesses espaços e, muitas das vezes, compuseram as bandas e orquestras organizadas por esses grêmios. O caso do Grêmio Musical Triunfo das Liras parece, então, ser um dos casos das sociedades de base paternalistas do início da década de 1880, fundadas por comerciantes e outras pessoas de maior poder aquisitivo, que se abriram para a incorporação de trabalhadores de baixa renda, os fornecendo educação musical e bailes festivos em suas sedes⁵²⁶.

Se em janeiro de 1882 o ex-aluno do Liceu era encontrado nas notícias dos jornais como 1º secretário do Triunfo das Liras, já em dezembro do mesmo ano ele ocuparia posição agora em um novo clube: Maximiano se tornou secretário interino da Sociedade Dramática (ou “de Dança”) Familiar União dos Morenistas⁵²⁷. A S. D. F. União dos Morenistas aparece com diferentes nomes para referir-se ao mesmo clube, sendo “de dança” ou “dramática” a depender do periódico. Esta variação de nomes talvez se deva ao perfil das suas atividades, cuja prática era organizar agendas teatrais e dançantes em seus salões, às vezes no mesmo dia, como exposto na *Gazeta de Notícias* de agosto de 1882: é descrito os aplausos do público às performances dramáticas realizada por sócios amadores, que logo deram lugar as danças, as quais se prolongaram bem animadas até a

⁵²² “Vimos em um pequeno jornal...” e “De bocca em bocca”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 04, 11 out. 1881. p. 02-03.

⁵²³ “G. M. Triumpho das Lyras”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 293, 23 out. 1881. p. 04.

⁵²⁴ “G. M. Triumpho das Lyras”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 4, 04 jan. 1882. p. 04.

⁵²⁵ “Grêmio Musical”. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 31, 1874. p. 480.

⁵²⁶ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, 2020. *op. cit.* p. 38-41.

⁵²⁷ “S. D. F. União dos Morenistas”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 337, 4 dez. 1882. p. 03.

madrugada⁵²⁸. A União dos Morenistas é a sociedade que atrai o nosso aluno do LAO-RJ, que já em 1883 aparece eleito para a sua diretoria, novamente como 1º secretário⁵²⁹ e aparecendo no *Almanak Administrativo* até 1885 nessa posição⁵³⁰. É ao longo desse período que Maximiano também ingressou no diretório de outro clube, a Sociedade D. F. Recreio de S. Sebastião, outra sociedade dançante que em 1884 ocupa a posição de 4º secretário⁵³¹ e em 1886 aparece listado como 1º secretário⁵³².

Além de ter Maximiano na mesma função, o que todos esses clubes tiveram em comum foi a proximidade de suas sedes: o Grêmio Musical Triunfo das Liras mudava-se em março de 1881 da rua de São Francisco da Prainha, n. 164 (atual rua Sacadura Cabral) para a sede na rua da Imperatriz, n. 111⁵³³, a mesma onde ocorriam os bailes e reuniões familiares da Sociedade do Recreio de S. Sebastião, no número 74⁵³⁴. Já a União dos Morenistas ficava no Largo do Depósito (atual Praça dos Estivadores), localizado também na rua da Imperatriz⁵³⁵. A rua da Imperatriz, atualmente conhecida por rua Camerino e, até meados do século XIX, com nome de rua do Valongo, era o ponto que levava da região portuária do Largo de São Francisco da Prainha às regiões mais centrais do Rio de Janeiro⁵³⁶. Com forte presença negra e concentração de trabalhadores portuários, a região é um importante espaço cultural da cidade do Rio de Janeiro por sua confluência diacrônica entre resistência de escravizados e reafirmação cultural e artística de trabalhadores negros, além de ser considerado um reduto de músicos negros por toda sua influência na musicalidade afrodescendente ao longo do século XX⁵³⁷. No fim do Oitocentos, foi uma região de encontro e circulação dos

⁵²⁸ “Theatros e...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 227, 16 ago. 1882. p. 02.

⁵²⁹ “A diretoria da S. D. F. União dos Morenistas...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 15, 15 jan. 1883. p. 01.

⁵³⁰ “Sociedade Dramática Familiar União dos Morenistas”. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 42, 1885. p. 1200.

⁵³¹ “S. D. F. Recreio de S. Sebastião”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 105, 13 abr. 1884. p. 03.

⁵³² “S. D. F. Recreio de S. Sebastião”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 127, 7 maio 1886. p. 03.

⁵³³ “G. M. Triunfo das Lyras”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 82, 25 mar. 1881. p. 04.

⁵³⁴ “S. D. F. Recreio de S. Sebastião”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 250, 6 set. 1884. p. 02.

⁵³⁵ “Sociedade Dramática Familiar União dos Morenistas”. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 40, 1883. p. 1240.

⁵³⁶ Para trabalhar as localizações, nomes de ruas e transformações urbanas do século XIX. Cf. EL-DAHDAH, Farès; METCALF, Alida C. (desenv.). *ImagineRio*. Disponível em: <https://imaginerio.org/pt>. Acesso em: 22 jan. 2026.

⁵³⁷ ARANTES, Erika. Largo de São Francisco da Prainha e Pedra do Sal, Rio de Janeiro (RJ). In: Paulo Fontes (org.). *Lugares de memória dos trabalhadores*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2023.

trabalhadores do porto – categoria majoritariamente negra⁵³⁸ –, e integra hoje o circuito cultural pequena África, com localidades como a Pedra do Sal e a própria Praça dos Estivadores em seu itinerário. Foi essa a região que abrigou os clubes que Maximiano era secretário. Dessa maneira, é difícil pensar que tais clubes não eram compostos, em quase sua totalidade, de trabalhadores negros, em consonância com a efervescência dançante que crescia naquela década na cidade entre a classe laboriosa de cor.

Deste modo, tanto Augusto Quintella como Maximiano das Chagas Soares parecem ter sido atravessados pela experiência comum aos trabalhadores negros do Rio de Janeiro, o associativismo dançante. Por mais que não aparecesse nos documentos do LAO-RJ e nas folhas da imprensa, é bem provável que se tratasse de dois alunos de cor. Porém, o que é inegável é que os alunos residentes da Cidade Nova e da região portuária se envolveram com as experiências do universo de práticas culturais negras do final do Império e início da República, e viam, entre esses clubes e seu espaço escolar, ligações de signos culturais, formas de atuação e estratégias de cidadania. A tendência modernizante de ambos os espaços e o posicionamento dentro das práticas consideradas civilizadas era, por eles, muito valorizada. Tanto nos clubes como na escola, encontravam meios de afirmação de tais preceitos, fosse preocupados com suas vestimentas, fosse com a forma das festividades, fosse com o aprendizado escolar. Tudo contribuía para sua afirmação social frente a uma sociedade carregada de preconceitos de cor e de classe, em que a violência policial e social era destinada sobretudo para seus perfis sociais. Porém, vale destacar que não há como considerar que isso significou uma tentativa desses artífices de ajustamento a uma lógica branca da elite. Para eles, os bailes e a educação eram de fato importantes, fizeram parte de suas vidas e foram traduzidos para seus interesses, fruto das múltiplas conexões culturais das quais estavam inseridos no Rio de Janeiro do final do período escravista.

Enquanto Maximiano Soares estava envolvido nos clubes dançantes, outro Maximiano se envolveria com uma forma diferente de associativismo presente na vida dos trabalhadores: as sociedades de apoio mútuo. O operário Maximiano

⁵³⁸ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café e o conflito de 1908. *Revista USP*, São Paulo, v. 68, p. 188-209, 2006.

Laurentino das Chagas estudou no Liceu no mesmo período que Maximiano das Chagas Soares, e é possível que fossem parentes, devido à proximidade de nomes e sobrenomes⁵³⁹. Laurentino era carapina⁵⁴⁰ da construção naval no Arsenal da Marinha e, nesse espaço, esteve envolvido com uma importante associação mutualista e previdenciária, a Sociedade Beneficente dos Artistas do Arsenal da Marinha da Corte⁵⁴¹. Fundada em 1856, a Sociedade era uma das inúmeras associações dentro do Arsenal da Marinha, e teve Maximiano Laurentino como seu 2º secretário entre 1878 e 1881⁵⁴². Em um balanço de 1879, a Sociedade apresentou sua nova diretoria – com o carapina entre seus diretores – e suas economias para auxílio de seus filiados, que podiam contar com os 32 contos de réis do caixa da Sociedade para o socorro dos inválidos e de familiares de sócios falecidos⁵⁴³, valores sólidos que devem ter contribuído para essa sociedade seguir atuante até o século XX.

Segundo Mateus Almeida, a cultura associativa em meio aos trabalhadores tinha como base a necessidade de se sentir protegido. Dado as dificuldades que muitos operários encontravam, a finalidade básica dessas instituições era remediar as inseguranças materiais e físicas de seus associados, evitar calamidades e combater os riscos sociais a partir de redes de solidariedade promovidas em meio a classe⁵⁴⁴. Não era incomum que artífices buscassem esse tipo de associação como uma forma de garantia e prevenção dada a alta taxa de acidentes que provocavam invalidez ou até mortalidade em meio a suas classes. O próprio João Henriques de Lima Barreto esteve em diversas associações mutualistas ou que desempenhavam essa função, como a Associação de Auxílios Mútuos Previdência, fundada em 1878 que teria João Henriques como relator em sua

⁵³⁹ Não era incomum que em escolas noturnas parentes, vizinhos e amigos dividissem as carteiras e o aprendizado. RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra Frota M. de. Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893). *Revista Brasileira de História da Educação*, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 89-115, jan. 2017. p. 108

⁵⁴⁰ Carapina é um profissional da construção civil ou naval, próximo das funções de carpinteiro. Especializado em trabalhos com madeira, como montar formas para lajes, construir estruturas de telhados e andaimes, além de instalar portas e esquadrias, exigindo planejamento, precisão e conhecimento nos canteiros de obras.

⁵⁴¹ “Na Sociedade Beneficente dos Artistas...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 140, 23 mai. 1878. p. 02.

⁵⁴² “S. B. dos Artistas do Arsenal da Marinha da Côte”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 159, 9 jun. 1881. p. 01.

⁵⁴³ “Tomou posse ante-hontem...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 132, 14 maio 1879. p. 01.

⁵⁴⁴ ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. *op. cit.* p. 145.

primeira diretoria eleita⁵⁴⁵, ou as associações que já falamos acima, a Associação Nacional dos Artistas Brasileiros, Trabalho, União e Moralidade e o Centro Tipográfico Treze de Maio, ambas que desempenharam atuações mutualistas. Dessa forma, vemos como alguns operários que tiveram passagem pelo Liceu se engajaram não só como sócios em tais associações, mas também contribuindo em suas diretorias.

Tais discussões eram promovidas dentro do Liceu, com a indicação nas folhas da imprensa discente para ingressarem em tais associações⁵⁴⁶, dado os muitos casos relatados de acidentes de trabalho e falecimentos de alunos-operários que ocupavam as páginas da breve vida do jornal estudantil *O Aspirante*⁵⁴⁷. Um desses casos foi do próprio Maximiano Laurentino. O operário faleceu em 15 de outubro de 1881, ainda “moço” cheio de inspiração. Além de cursar aulas no Liceu, também era aluno da Academia Imperial de Belas Artes, deixando para trás uma memória ilustrada pela sua inclinação às artes⁵⁴⁸. Uma missa de trigésimo dia por sua alma era convocada pela Sociedade União Funerária 1º de Julho, da qual ele também era sócio⁵⁴⁹, para além da Sociedade Beneficente dos Artistas do Arsenal da Marinha, demonstrando a preocupação dos artífices com seus falecimentos.

Tais acontecimentos também afetavam os mundos do trabalho no Arsenal de Guerra do Exército, como no caso do carpinteiro liberto que trabalhava nesse espaço, Antônio da Silva Lázaro. Antônio foi aluno do LAO-RJ e de outra escola profissionalizante, a Escola Industrial da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Em 1878, quando cursava as disciplinas de Português, Escrita e Aritmética na escola da SAIN, tinha 33 anos, era solteiro, católico – como todos os outros de sua listagem – e morava na rua da Carioca, nº 23⁵⁵⁰. Essa escola, criada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, contava com sua co-irmã, a Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos, como os únicos dois projetos educacionais da agremiação mais bem-sucedidos. Ambas

⁵⁴⁵ “Associação de Auxílios Mútuos Previdencia”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 15, 15 jan. 1887. p. 01.

⁵⁴⁶ “Recebemos as seguintes ofertas...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 10, 14 dez. 1881. p. 04.

⁵⁴⁷ “No dia 27 do passado...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 6, 12 nov. 1881. p. 04.

⁵⁴⁸ “Falleceu a 15 de outubro...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 4, 29 out. 1881. p. 04.

⁵⁴⁹ “Sociedade União Funerária 1º de Julho”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 317, 14 nov. 1881. p. 03.

⁵⁵⁰ A relação de alunos matriculados na escola industrial no ano letivo de 1878. SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. *O Auxiliador da Industria Nacional: Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes*. Rio de Janeiro, n. 1, jan. 1878. p. 96-97.

funcionaram juntas, entre 1871 e 1902. Com projeto político-pedagógico muito parecido com o LAO-RJ, as duas escolas da SAIN acreditavam que o problema da indústria era fruto da baixa qualificação dos operários, e tentavam atrair esse público trabalhador para seu espaço educativo⁵⁵¹.

Já no Liceu, em 1881, o carpinteiro foi um dos alunos associados ao jornal *O Aspirante*, e apesar de ter assinado uma pequena coluna declarando o apoio ao ensino feminino do LAO-RJ como “Silva Lázaro”⁵⁵², teve seu nome trocado na publicação dos associados, erro que seria corrigido na edição seguinte⁵⁵³. O ex-aluno do LAO-RJ parece ter se mudado ao longo da década de 1880 para Niterói, mudança provavelmente resultante da sua condição de saúde, pois faleceria em 3 de setembro de 1888 por uma doença nomeada como febre tifoide, aos 43 anos na rua General Câmara, nº 297⁵⁵⁴. Muito lembrado na imprensa por familiares e colegas, uma missa do sétimo dia foi convocada pela sua alma por seus familiares na capela de Santo Antônio, na região de S. Lourenço, zona norte de Niterói⁵⁵⁵ e duas missas de trigésimo dia foram rezadas tanto na cidade do Rio de Janeiro pelos seus ex-companheiros do Arsenal de Guerra⁵⁵⁶, como em Niterói também pelos familiares do carpinteiro⁵⁵⁷. Nessas missas póstumas, Silva Lázaro é retratado como um ente muito querido, “sempre chorado” por seus irmãos, pais e amigos, o que parece ter refletido nas muitas lembranças que recebeu após sua morte, que mesmo após um ano ainda aparecia nas folhas jornalísticas por missas convocadas por seus pais⁵⁵⁸.

Após o falecimento de Silva Lázaro, sua família conseguiu os pagamentos previdenciários das associações beneficentes nas quais o carpinteiro fez parte. Há nos jornais agradecimentos e confirmação de seu pai, Joaquim Manoel da Silva, pelo recebimento das quantias destinadas aos familiares do ex-aluno do LAO-RJ

⁵⁵¹ PENTEADO, David Francisco de Moura. Os Projetos Educacionais da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: as trajetórias da escola noturna de instrução primária de adultos e da escola industrial (1871 - 1902). *Almanack*, Guarulhos, n. 33, p. 1-44, 2023.

⁵⁵² LÁZARO, Antônio da Silva. “Tocado d’uma inspiração...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 1, 11 out. 1881. p. 02.

⁵⁵³ “Expediente”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 4, 29 out. 1881. p. 04; “No número passado omitimos...”. *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 5, 7 nov. 1881. p. 04.

⁵⁵⁴ “Óbitos”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 251, 8 set. 1888. p. 01.

⁵⁵⁵ “Joaquim Manoel da Silva e sua esposa...”. *O Fluminense*. Niterói, n. 1603, 9 set. 1888. p. 01.

⁵⁵⁶ “Arsenal de Guerra”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 275, 2 out. 1888. p. 05.

⁵⁵⁷ “Missas”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 1185, 10 set. 1888. p. 01.

⁵⁵⁸ “Joaquim Manuel da Silva...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 245, 2 set. 1889. p. 03.

pela Sociedade de Beneficência dos Dez Mil, no valor de 347 mil réis⁵⁵⁹. Marconni Cordeiro Marotta encontrou registros sobre essa Sociedade entre 1887 e 1889, demonstrando que ela fazia parte das múltiplas associações mutualistas da segunda metade do século XIX⁵⁶⁰. Pela imprensa, as notícias acerca dessa Sociedade demonstram que ela teve uma atividade considerável, publicando a listagem de familiares de muitos associados que tiveram direito ao apoio previdenciário após falecimento⁵⁶¹.

Já outra sociedade beneficente convocaria, dois meses após a morte do carpinteiro, uma missa em sufrágio da alma dos falecidos sócios – dentre eles, Silva Lázaro. Era esta a Sociedade Beneficente D. Isabel, A Redentora⁵⁶² e detalhe relevante era sua composição: fundada logo após a abolição, em 13 de maio de 1888, era organizada, dirigida e composta por libertos⁵⁶³. Assim, a trajetória de Antônio da Silva Lázaro evidenciava que se trata de um carpinteiro liberto, com passagem por diferentes escolas profissionalizantes, que exercia sua profissão no Arsenal de Guerra e esteve envolvido com associações beneficentes e de auxílio mútuo, dentre elas uma destinada a ex-cativos.

Não sabemos ao certo o momento que Silva Lázaro conquistou sua alforria. Segundo o Regulamento do Liceu, a escola apenas recebia alunos “livres e libertos” e não cativos⁵⁶⁴, o que pode indicar que a alforria do carpinteiro tenha ocorrido anteriormente ao ingresso no LAO-RJ, em 1881. Além disso, a década de 1880 já contava com um número bastante reduzido de escravizados no meio urbano, ainda mais nos espaços industriais⁵⁶⁵. Dessa maneira, a idade de Silva Lázaro é um dado relevante: em comparação aos “moços” como Maximiano Laurentino, os quais eram maioria no Liceu (ver ANEXO 5), Silva Lázaro chegou à escola já adulto (36 anos), provavelmente em situação de liberdade após alforria, e já cumprindo seu ofício de carpinteiro. A partir de 1883, os alunos mais novos

⁵⁵⁹ “Agradecimento”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 254, 11 set. 1888. p. 03; “Recibo dos funeraes pagos em setembro de 1888”. *O Fluminense*. Niterói, n. 1616, 10 out. 1888. p. 03.

⁵⁶⁰ MAROTTA, Marconni Cordeiro. *As sociedades do Império: política, economia e associativismo beneficente no Rio de Janeiro do Segundo Reinado*. 2015. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói, 2015. p. 223.

⁵⁶¹ “Sociedade de Beneficencia dos Dez Mil”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 210, 30 jul. 1889. p. 03.

⁵⁶² “Associação B. D. Isabel, a Redemptora”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 321, 17 nov. 1888. p. 04.

⁵⁶³ DOMINGUES, Petrônio. *op. cit.* p. 258.

⁵⁶⁴ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.* Artigo 3º do Regulamento.

⁵⁶⁵ SOARES, Luís Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7Letras, 2007. p. 157-159.

do LAO-RJ (com 12 anos), mesmo filhos de escravizados, teriam nascido de ventres livres dada a vigência da Lei Rio Branco de 1871. Nesse sentido, é bem possível que na década de 1880 o número de alunos libertos nas carteiras do LAO-RJ fosse bastante reduzido em comparação aos livres, sendo sua maior incidência entre alunos mais velhos. Ainda assim, o caso de Antônio da Silva Lázaro indica que, mesmo poucos, era possível encontrar estudantes que passaram pela experiência da escravidão nas carteiras do educandário nos anos anteriores a abolição. Estes, apesar da condição, podem ter se envolvido no associativismo estudantil do colégio profissionalizante, como Silva Lázaro esteve na imprensa discente.

Pelo pouco tempo entre o falecimento de Antônio da Silva Lázaro e a fundação da Sociedade Beneficente D. Isabel, A Redentora, o carpinteiro esteve entre os primeiros sócios da associação, que logo após sua fundação, em 13 de maio, receberia um significativo contingente de filiados libertos⁵⁶⁶. Segundo Petrônio Domingues, para muitos ex-escravizados, escudar a Monarquia e a princesa significava, no limite, garantir a liberdade, dado as incertezas que o contexto político do pós-abolição apresentava para esse grupo. Assim, a criação dessa associação tinha por fim perpetuar a Lei 3.354 (a Lei Áurea), e para isso, atuava reforçando a memória da Princesa como libertadora, ao mesmo tempo, em que acorriam aos necessitados e promoviam outras atividades festivas. Uma dessas atividades foi em 29 de julho daquele ano, aniversário da princesa, em que a Sociedade organizou um espetáculo com encenação do drama abolicionista “Cabana do Pai Thomaz”, no teatro Recreio Dramático, em vista de arrecadar recursos para sua estruturação. A associação ficou alocada na Congregação dos Artistas Portugueses, à rua do Regente, nº 70, a atendia aos seus filiados com serviços como atendimento médico e farmacêutico, com apoio de doutores que ofereciam seus serviços a associação⁵⁶⁷.

A existência de sociedades beneficentes destinadas a libertos, mesmo pós-abolição, mostra que algumas dificuldades foram especificamente vividas por trabalhadores ex-cativos. Almeida aponta que em 1862, discussões em torno dos estatutos da Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade debatiam sobre o artigo que não permitia a admissão de trabalhos

⁵⁶⁶ DOMINGUES, Petrônio. *op. cit.* p. 258.

⁵⁶⁷ *Ibid.* 258-259.

imigrantes e libertos entre seus associados. Para o historiador, isso pode ter significado tanto o preconceito de cor dentro dessas associações de trabalhadores, como as disputas por mercado de trabalho, que colocava o trabalhador livre contrário aos trabalhadores em situação cativa, ou até mesmo contrários aos libertos⁵⁶⁸. Situações como essa podem ter agravado a dificuldade de acesso dos ex-cativos e homens de cor livres às associações beneficentes de classe, os levando a limitações na hora de se filiarem, e restringindo seu acesso a algumas associações mais específicas que os aceitassem, ou propriamente geridas por eles, como era a S. B. D. Isabel, a Redentora. Casos como o de João Henriques que, mesmo como homem de cor, conseguiu acessar a A. N. Artistas Brasileiros Trabalho União e Moralidade, chegando a sua diretoria – assim como de outros artífices negros que angariam sucesso em seus meios – não pode ser tomado como um exemplo de que não houvesse fortes preconceitos e dificuldades para os trabalhadores negros fossem livres ou libertos.

Assim, a existência da S. B. D. Isabel, a Redentora demonstra como marcas como a cor e a situação jurídico-social antes da abolição – de liberto ao invés de livre –, permaneceram dificultando o acesso à cidadania para trabalhadores negros, mesmo quando a situação de todos os cidadãos brasileiros já era de liberdade no pós-abolição. Esses trabalhadores continuaram a construir sua liberdade dia após dia. Era por isso que, todo ano, essa Sociedade de libertos comemorou o 13 de maio, com discursos, celebrações e, claro, bailes⁵⁶⁹. Pelo infeliz destino, Antônio da Silva Lázaro não chegou em vida ao primeiro grande baile da associação, que comemorava o primeiro ano do fim do trabalho cativo. Mas pode viver e festejar a abolição da escravidão junto a tantos outros trabalhadores negros da sociedade brasileira, no importante 13 de maio de 1888.

A trajetória desses múltiplos artífices pelo associativismo dançante e mutualista demonstra que não estiveram de fora das experiências vividas por sua classe e grupo étnico-racial. Esses estudantes foram a ponte entre o mundo associativo de fora e de dentro do LAO-RJ, que carregava vínculos, práticas e temas entre os espaços. A fundação da Sociedade Beneficente Bethencourt da Silva demonstra que, mesmo dentro do LAO-RJ, os discentes traziam suas formas de apoio mútuo para a escola, sem deixar de compor diversas associações de

⁵⁶⁸ ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. *op. cit.* p. 160.

⁵⁶⁹ DOMINGUES, Petrônio. *op. cit.* p. 260.

classe fora daquele espaço. Eles carregaram experiências organizativas entre os muros do educandário, tornando assim o Liceu um espaço que fez parte do repertório cultural e experiencial do mundo dos trabalhadores e do universo negro no final do Oitocentos.

É nesse sentido que, como abordamos nos outros capítulos, há indícios da febre dançante nas salas e corredores do Liceu, fosse pela grande procura por suas aulas de música (ver ANEXO 3) ou pela forma com que realizavam suas passeatas de esmola por causas humanitária, que sempre tinham a presença de bandas e danças que carregavam os transeuntes pelas ruas do Rio de Janeiro⁵⁷⁰. Assim, é bem provável que discentes como Augusto Quintella e Maximiano Soares fossem uma ligação importante entre os espaços externos e internos do colégio: traziam para as carteiras e corredores escolares lógicas comuns à sua classe e grupo racial, ao mesmo tempo que carregavam experiências e conhecimentos de seu associativismo escolar e estudos no Liceu para tais clubes. Maximiano, muito envolvido nas discussões do corpo estudantil do Liceu e frequentemente acusado pelos colegas de ter a “cabeça quente”⁵⁷¹, quem sabe talvez tenha se tornado um pouco mais compreensivo e melhorado seu trato com colegas e amigos. Isso com certeza o facilitou na hora de integrar a direção de diversos grêmios e clubes dançantes na região portuária do Rio de Janeiro, construindo, assim, espaços de convivência, festividade e afirmação social dos trabalhadores negros cariocas.

3.3. As lutas trabalhistas, abolicionistas e eleitorais dos alunos formados no Liceu

Localizado nas regiões portuárias da cidade, o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro foi fundado em 1763, e na segunda metade do século XIX seu crescimento exponencial o torna um dos principais complexos militares do sul atlântico. Esse crescimento se deu com a utilização de uma extensiva mão de obra de operários do Rio de Janeiro, que chegaram a ser mais de 2300 trabalhadores em 1875⁵⁷². Assim, esse foi um dos principais espaços de emprego para artífices da cidade no período, que contava com um considerável contingente de trabalhadores afrodescendentes livres, libertos e até mesmo escravizados, que trabalhavam junto

⁵⁷⁰ “Os alumnos do Lyceu...”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, n. 189, 16 ago. 1881. p. 02.

⁵⁷¹ “De bocca em bocca”. *A Ventarola*. Rio de Janeiro, n. 4, 11 out. 1881. p. 03.

⁵⁷² LACERDA, David. Arsenal da Marinha, Rio de Janeiro (RJ). In: Paulo Fontes (org.). *Lugares de memória dos trabalhadores*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2023.

a um leque diverso de trabalhadores nacionais brancos e estrangeiros de diferentes nacionalidades. As diversas oficinas do Arsenal abrigavam trabalhadores calafates e carpinteiros navais, assim como artífices dos ofícios especializados em fundição, tornearia, caldearia, forja de metais e manejo, tal como conservação de armamentos e máquinas a vapor. É dentro dessas oficinas que os operários construíram um longo histórico de organização, insurreições e lutas políticas, assim como uma tradição de associativismo mutualista e de resistência, muito em resposta a exploração do trabalho, formas de coerção e violências distintas que viveram nesse espaço, que trazia em si resquícios e permanências da ideologia senhorial e dos costumes militares⁵⁷³.

É também no Arsenal da Marinha que trabalharam dois ex-alunos do LAO-RJ que iremos acompanhar a trajetória nessa parte: Francisco Hostílio Cervantes e Francisco Alves Castilho. Ao acompanhar a trajetória dos dois Franciscos, nossa ideia é perceber aqui como suas vidas estiveram entrelaçadas não só pelo espaço de trabalho, mas pelo local de estudos, associativismo trabalhista, lógica de atuação e estratégias de luta por melhores condições de trabalho. Dessa maneira, investigaremos como o LAO-RJ – a partir principalmente de seus alunos, mas também por seu corpo diretivo e estrutura –, se envolveu nas causas da classe operária, elas sendo a luta por melhores condições laborais, a pauta abolicionista e as disputas eleitorais.

Para tal, é necessário que comecemos pelo debate em torno das transformações do associativismo mutualista no final do século XIX. Se até aqui trouxemos sua função mais direta, de apoio mútuo, não se pode deixar de lado que algumas associações desempenharam um papel de organização dos trabalhadores para conquistas sociais e formação de identidade de classe, como aponta Cláudio Batalha⁵⁷⁴. Segundo o historiador, o crescimento das associações mutualistas operárias a partir da década de 1870 fortaleceram uma identidade coletiva dos ofícios, e isso incentivou os operários a se engajarem nas lutas por melhores direitos sociais e trabalhistas, disputas travadas a partir dessas associações. Negando qualquer noção linear e etapista, Batalha aponta que esse é um processo que comporta essas diferentes dinâmicas, tanto o auxílio mútuo como as lutas por

⁵⁷³ *Ibid.*

⁵⁷⁴ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, [S. l.], v. 6, n. 10/11, 2010.

garantias trabalhistas serão travadas simultaneamente nesse período. Assim, mesmo antes da abolição, essas associações beneficentes já terão uma atuação que, ao longo do início do Novecentos, caberia às organizações de resistência. As diferentes dinâmicas concomitantes, nas décadas de 1870 e 1880, possibilitaram o surgimento de uma identidade de trabalhadores moldada pelo ofício, enquanto em outros espaços já se torna perceptível uma identidade de classe uniforme, e não mais por segmento⁵⁷⁵.

Uma das organizações em que isso aparece é no Corpo Coletivo da União Operária, organização que Francisco Hostílio Cervantes fez parte e aparece como representante em 1882⁵⁷⁶. Não sabemos a idade de Cervantes, porém esse aluno-operário ingressaria no Liceu no início da década de 1880 e viria a falecer somente 40 anos após, em 1919⁵⁷⁷. Esse intervalo de tempo nos leva a supor que o aluno-operário não tinha uma idade muito elevada quando ingressou no colégio, sendo provavelmente um jovem adulto ou até mais novo. No LAO-RJ, Cervantes aparece cursando as disciplinas entre 1880 e 1883, aprovado simplesmente em gramática, Aritmética e Geometria Plana⁵⁷⁸. É também no seu período como estudante que o artífice desempenha a função de editor-chefe do periódico estudantil *O Aspirante* e integra a Comissão Permanente, como vice-presidente⁵⁷⁹. Bastante ativo no colégio, opinava sobre variados temas no periódico e aparece na grande imprensa organizando atividades estudantis pela Comissão, a exemplo das festividades de recepção ao maestro e compositor de óperas Carlos Gomes, em maio de 1880⁵⁸⁰. Em relação ao seu trabalho, Cervantes aparece na década de 1890 na posição de 1º operário das oficinas de construção naval do Arsenal da Marinha⁵⁸¹. A sua posição elevada dentro do ofício – operário de 1ª categoria – indica que Cervantes já se encontrava há anos empregado no Arsenal, possivelmente desde seu período como estudante do Liceu. Isso é corroborado por

⁵⁷⁵ *Ibid.* p. 66.

⁵⁷⁶ “Cumprimentaram SS. MM. Imperiaes...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 250, 8 set. 1882. p. 01.

⁵⁷⁷ Rezam missas no dia 9 de abril de 1919 por diversos falecidos, dentre eles Francisco Hostílio Cervantes. “Missas”. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, n. 1280, 9 abr. 1919. p. 07.

⁵⁷⁸ “Relação dos alumnos aprovados em exames”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 78, 20 mar. 1881. p. 03; “Exames”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 26, 26 jan. 1882. p. 02; “Lyceu de Artes e Offícios”. *A Folha Nova*. Rio de Janeiro, n. 48, 9 jan. 1883. p. 03.

⁵⁷⁹ *O Aspirante*. Rio de Janeiro, n. 2, 15 out. 1881. p. 01; “I L. de Artes e Offícios”. *Aura*. Rio de Janeiro, n. 2, 25 set. 1881. p. 02.

⁵⁸⁰ “Reuniram-se hontem, no edificio do Imperial Lyceu...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 122, 3 maio 1880. p. 01

⁵⁸¹ “Guarda Nacional”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 198, 17 jul. 1897. p. 01

ter participado, no início da década de 1880, das discussões sobre o Arsenal que eram realizadas na União Operária⁵⁸². O aluno ainda dividia seu tempo com as atividades religiosas, aparecendo como irmão da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, relevante espaço católico que congregou a população preta e parda desde o período colonial⁵⁸³.

É em meio a tais atividades que o aluno-operário negro ingressou na União Operária, no mesmo ano que ingressaria como estudante do Liceu. Em 1880, primeira vez que é aprovado na escola, Cervantes já fazia parte da organização operária, computado como membro da comissão que apresentava para votação o novo estatuto da organização⁵⁸⁴. É ao investigar esses estatutos da União Operária que Cláudio Batalha irá apontar que essa entidade tinha por finalidade “tratar dos interesses gerais da classe operária e das artes no país” e pretendia lançar um jornal – o *Gazeta dos Operários* –, indicando que seu propósito explícito era de afirmar uma identidade de classe não fraccionada por ofícios, mas enquanto um coletivo que comportasse a todos os segmentos de trabalhadores em um conceito singular de classe⁵⁸⁵.

Muitas discussões foram previstas para a formulação do estatuto, tendo o apoio de um Corpo Consultor que contava com trabalhadores de prestígio e respeitabilidade em seu meio profissional, além de figuras proeminentes da Corte. Uma dessas reuniões, em setembro de 1880, contava o Corpo Consultor da União Operária com pessoas como Benjamin Constant e André Rebouças, assim como nomes mais vinculados ao Liceu, como o futuro aluno da instituição, João Henriques de Lima Barreto – participando na seção de artes e ofícios –, e o diretor do colégio, Francisco Joaquim Bethencourt da Silva – na seção de belas artes. Entre as propostas que apareceriam nesse estatuto, destaca-se a preocupação com a educação dos operários, sendo indicada a fundação de uma biblioteca para seus associados e a criação de um Centro de Instrução Pública Operária⁵⁸⁶. Ora, não era por menos que tais propostas relacionadas à instrução surgissem nessas

⁵⁸²“Reuniram-se hontem na S. União Funerária...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 295, 23 out. 1882. p. 01.

⁵⁸³ “Veneral Irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedicto”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 267, 25 set. 1881. p. 03. Sobre a Irmandade do Rosário e S. Benedicto, Cf. BARBOSA, Diego Santos. Entre a identidade e a devoção: Os conflitos entre o Cabido da Sé e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 2021. p. 105.

⁵⁸⁴ “Hontem, as 11 horas da manhã...”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, n. 56, 13 set. 1880. p. 02.

⁵⁸⁵ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes, 2010. *op. cit.* p. 44.

⁵⁸⁶ ENGEL, Magali Gouveia. *op. cit.* p. 14-15.

discussões. Além do longo histórico de preocupação com o ensino que havia em meio às classes artífices, e com membros da diretoria do Liceu em seu corpo consultor, muitas dessas reuniões ocorreram exatamente na escola que era inspiração de ensino profissionalizante, o próprio Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro⁵⁸⁷.

Essa não seria a última vez que reuniões sobre pautas operárias aconteceriam dentro do Liceu, envolvendo o diretor e os alunos-operários do colégio. Veremos isso também na trajetória do outro artífice do Arsenal da Marinha, o carpinteiro da construção civil e naval Francisco Alves Castilho. Castilho foi aluno do Liceu quando a escola ainda funcionava na igreja de São Joaquim – período anterior a 1878. É nesse prédio que o aluno foi aprovado em “Aritmética” no ano letivo de 1868 e em “Geometria” e “Álgebra” em 1870⁵⁸⁸. Ainda, ele reaparece nos jornais como um dos premiados pela disciplina de “Desenho de Arquitetura”, na qual ganha medalha de bronze em 1871⁵⁸⁹. Apesar de na década de 1880 Castilho não cursar mais aulas no Liceu, ele viria a fazer parte do conselho da Sociedade Beneficente Bethencourt da Silva, na qual ingressou em 1883⁵⁹⁰ e permaneceu até os anos finais de sua vida, em 1895⁵⁹¹, recebendo nessa caminhada o diploma de sócio “benemérito-distinto” da SBBS⁵⁹².

Suas ligações com o colégio e com a diretoria, principalmente na figura de Bethencourt, renderam para ele importantes conquistas na sua vida profissional e apadrinhamento na defesa de seus interesses. É nesse sentido que, apesar de operário da construção naval no Arsenal da Marinha, Castilho foi empregado por Bethencourt em relevantes construções civis que o arquiteto ficou responsável. Uma dessas é em 1890, quando Castilho assume a posição de chefe do gabinete técnica das obras de reforma do Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista.

⁵⁸⁷ “Começou hontem no Imperial Lyceu de Artes e Offícios...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 248, 6 set. 1880. p. 02.

⁵⁸⁸ “Sociedade Propagadora das Bellas-Artes”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 28, 28 jan. 1869. p. 01; “O Resultado final dos exames de mathematicas...”. *A Reforma: órgão democrático*. Rio de Janeiro, n. 284, 16 dez. 1870. p. 01.

⁵⁸⁹ “Conforme promettemos hontem...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 245, 5 set. 1878. p. 02

⁵⁹⁰ “Sociedade Bethencourt da Silva”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 182, 2 jul. 1883. p. 01.

⁵⁹¹ Francisco Alves Castilho aparece nos jornais como sócio da SBBS até o ano de 1891, poucos anos antes de seu falecimento, em 1895. “A nova administração da Sociedade...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 225, 13 ago. 1891. p. 02; “Francisco Alves Castilho”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 77, 18 mar. 1895. p. 04.

⁵⁹² “Sociedade Bethencourt da Silva”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 237, 25 ago. 1890. p. 02.

Essa obra dirigida pelo arquiteto Bethencourt era para a realização do Congresso Nacional constituinte, espaço que formularia a primeira constituição da República⁵⁹³. Como já debatido nos outros capítulos, é por consequência de ser empregado por Bethencourt em outra de suas obras que Castilho sofre represálias no Arsenal da Marinha: ele se retirou por algum tempo de seu trabalho naval, o que dificulta sua promoção para operário de 1ª classe. Por esse motivo, o diretor do LAO-RJ intervém a favor do operário, enviando uma carta ao Ministro da Marinha para pedir que o operário não fosse prejudicado⁵⁹⁴.

Isso demonstra como Castilho encontrou em Bethencourt um padrinho que o defendia dentro dessas relações clientelistas, e a possibilidade de acessar espaços relevantes de emprego, com remunerações consideráveis – a exemplo das obras para receber a delegação constituinte em 1890, que Castilho recebeu 3 contos de réis pelo seu trabalho⁵⁹⁵. Assim, é força apontar que o carpinteiro foi um dos alunos-operários que mais se beneficiou dentro da teia de relações paternalistas do LAO-RJ. Apesar de não haver indícios diretos da cor de Castilho em sua trajetória, o operário demonstra uma profunda relação com as estratégias clientelistas comuns ao associativismo negro do período, que integravam essas teias de relações fruto de seu histórico de luta por dentro do paternalismo senhorial. Perceber Castilho mobilizando tal estratégia reforça como essa forma de atuação era difundida na escola profissionalizante.

Essa teia se fortalecia, também, pelas associações de classe que o carpinteiro participava. Para além de membro da SBBS, Castilho fez parte de associações mutualistas tanto do Arsenal da Marinha, como mais gerais da classe operária. Em 1872, integrou o conselho da Sociedade de Beneficência dos Artistas de Construção Naval, na qual reaparece eleito para a diretoria de 1877-1878⁵⁹⁶. Sua relação com o mutualismo se estenderia mesmo para o período republicano, pois em 1890 apareceria em algumas reuniões deliberativas da entidade Federação Operária. Em uma delas, reuniram-se 84 chefes internos para instituir na capital

⁵⁹³ “Congresso Nacional”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 307, 3 nov. 1890. p. 01.

⁵⁹⁴ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. [*Correspondência*]. Destinatário: Sr. Almirante Eduardo Wandenkolk. [S.l.], 23 set. 1890. Cópia da Carta. 2 p.

⁵⁹⁵ “Hontem, ao terminar as obras provisórias...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 320, 16 nov. 1890. p. 01.

⁵⁹⁶ “Sociedade de Beneficencia dos Artistas de Construcção Naval”. *Correio do Brazil*: Propriedade da Companhia-Correio do Brazil. Rio de Janeiro, n. 152, 4 jun. 1872. p. 01; “Sociedade de beneficencia dos artistas de construcção naval”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 203, 22 jul. 1876. p. 04

uma “cooperativa de crédito da Federação Operária”, chamada “Mutualidade Operária”. Essas reuniões ocorriam no Liceu de Artes e Ofícios, e em uma delas Castilho é eleito para a diretoria provisória da Mutualidade Operária, cooperativa que funcionaria com sede também na escola. Além do espaço para as reuniões e ser sede da cooperativa, a Federação operária também encontrou no LAO-RJ a pessoa para ocupar a presidência de sua organização: Bethencourt da Silva⁵⁹⁷.

A partir das notícias é possível notar que essa Federação funcionou no Rio de Janeiro como uma das primeiras organizações da República que se pretendia reunir diferentes segmentos do operariado sob o signo de “classe operária” – no singular –, e tinha em Bethencourt um presidente que apadrinhou a entidade, visto seu crédito entre as elites políticas e com os artistas manuais da cidade⁵⁹⁸. Dado todo o histórico de relação entre Bethencourt e Castilho, é bem provável que o operário tenha sido uma das pontes para a participação do diretor como padrinho da federação.

Dessa maneira, mais do que um espaço que contribuiu na formação técnica de operários, o Liceu também foi palco de reuniões do associativismo operário, e esteve atrelado, pela figura de seu diretor, com um apoio político a esses grupos e causas. Além disso, o vínculo de Bethencourt e Castilho mesmo dentro da Federação Operária indica como as relações clientelistas e vínculos se fortaleceram em dinâmicas que extrapolavam a escola. A carta de Bethencourt para o superior de Castilho no Arsenal da Marinha era enviada somente três meses após as reuniões da Federação Operária que ocorriam no Liceu, o que pode indicar para uma proteção de Bethencourt ao operário não era só por Castilho ter sido empregado nas suas obras civis, mas também uma proteção em relação às atividades políticas e associativas do artífice.

Se os dois Franciscos estiveram relacionados à associações que reforçam a identidade de classe e foram, eles próprios, o vínculo entre o Liceu e as lutas trabalhistas, vale destacar também como todo esse processo era atravessado pela causa abolicionista. Retornando a Francisco Hostílio Cervantes e a União Operária, essa organização tinha no seu “Corpo Consultor”, como já apontado, grandes militantes abolicionistas. Muitas sociedades mutualistas e organizações de

⁵⁹⁷ “Na reunião deliberativa...” e “Os instituidores da Mutualidade Operária...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 178, 27 jun. 1890. p. 02; “Classe operária”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 569, 27 jun. 1890. p. 01.

⁵⁹⁸ “Mutualidade da Federação...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 195, 15 jul. 1890, p. 02.

resistência assumiram a luta contra a exploração do trabalho cativo, perspectiva majoritária nesse meio nos anos finais da escravidão. Para Batalha,

A discussão em torno da escravidão devia-se às vezes menos a razões de caráter humanista ou visando contrapor-se à injustiça, mas porque a escravidão era considerada como um obstáculo a qualquer esforço de valorização do trabalho, ou de “nobilitação”, como diziam na época, já que reforçava a desqualificação do trabalho manual na cultura dominante brasileira.⁵⁹⁹

Dessa maneira, o autor aponta que a questão abolicionista se vinculava com a luta por valorização dos trabalhadores, transformando em um caminho comum tanto a luta pela liberdade dos trabalhadores escravizados, como a nobilitação da classe operária. Assim, vemos como esse entrelace de lutas também significava um entrelace entre os alunos-operários com as figuras importantes do abolicionismo do período, como vemos a presença de Francisco Hostílio Cervantes no falecimento de José do Patrocínio. No final da vida de Patrocínio, Cervantes aparece como um dos irmãos da Irmandade do Rosário a carregar o túmulo do abolicionista de cor. É narrado no jornal que a multidão comovida acompanhava o túmulo do falecido, o qual era carregado da igreja do Rosário até o cemitério de São Francisco Xavier por fiéis escolhidos da irmandade, dentre eles Francisco Hostílio Cervantes⁶⁰⁰. Assim, fica perceptível como a relação com as figuras abolicionistas e a causa do fim do trabalho escravizado envolvia e mobilizava os discentes do LAO-RJ.

Por fim, a trajetória dos dois Franciscos demonstra a relação estabelecida entre artífices e a luta eleitoral no final do Oitocentos. Para Cynthia Greive Veiga, a reforma eleitoral de 1881, conhecida como Lei Saraiva, foi um importante marco na função social da escola, uma vez que agora havia a exigência de saber ler e escrever para poder exercer o direito ao voto e ser qualificado como elegível⁶⁰¹. É por isso que, como aponta Aldrin Castellucci, esse será um momento de virada no papel dos artífices no meio eleitoral, uma vez que eles eram a parcela mais instruída e com maiores condições de exercer o direito ao voto⁶⁰². Se os

⁵⁹⁹ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes, 2010. *op. cit.* p. 64-65.

⁶⁰⁰ “José do Patrocínio”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 7423, 3 fev. 1905. p. 01-02.

⁶⁰¹ VEIGA, Cynthia Greive. “Promiscuidade de cores e classes”: tensões decorrentes da presença de crianças negras na história da escola pública brasileira. In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p. 292-293.

⁶⁰² CASTELLUCCI, Aldrin. Classe e cor na Formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, [S. l.], n. 41, 2010. p. 115.

artífices eram agora visados nas redes clientelistas eleitorais das camadas altas, tais mudanças também representaram, para esses operários, a possibilidade de se engajar na luta eleitoral como uma via de reivindicação dos seus direitos⁶⁰³.

Em 1881, Francisco Alves Castilho aparece no jornal *O Liberal* como um dos possíveis alistadores eleitorais da freguesia de Santa Rita⁶⁰⁴. Esse jornal era uma folha política dirigida por liberais constitucionalistas, que defendiam o regime e a permanência dos dois partidos do período monarquista, assim como as ideias liberais de governo⁶⁰⁵. Assim, vemos a participação de Castilho junto a agrupamentos liberais constitucionalistas, atuando no alistamento eleitoral. Bem provavelmente, sua atividade era destinada sobretudo a tornar artífices e trabalhadores especializados em potenciais eleitores. No mesmo período, temos o outro aluno, Francisco Hostílio Cervantes envolto no engajamento eleitoral a partir da União Operária. Ainda em 1880, antes da Lei Saraiva, essa entidade já construía um programa de intervenção nas eleições, a partir das possibilidades abertas pela reforma eleitoral em trâmite. Esse programa apontava que,

Considerando que os operários e artistas constituem a maioria dos votantes; Considerando que a projetada reforma constituirá uma nova câmara com representantes das principais classes; Considerando que a União Operária tem por base o espírito de classe. O Diretório resolve: 1º Sustentar em três paróquias importantes, três candidatos representantes da classe operária e artística; 2º Sustentar em três paróquias os cidadãos mais dignos. [...] Quanto à segunda parte o diretório procederá a um minucioso estudo sobre os mais sérios caracteres de cada paróquia, e recomendará por circulares os mais dignos aos seus colegas de classe. É considerado digno de ser apoiado pela classe o cidadão que, não sendo indiferente a ela, tenha prestado serviços ao país, à paróquia, aos pobres como médico, à seu partido, à instrução e à imprensa.⁶⁰⁶

A perspectiva da União Operária era, assim, de destacar a relevância eleitoral dos artífices e operários, os quais eram “maioria dos votantes”, e por esse motivo deveriam também estar representados nos espaços político-institucionais. Nesse sentido, o diretório indicaria candidaturas de sujeitos que defendessem seus interesses, para o sufrágio dos eleitores operários. Assim, parece que o papel de

⁶⁰³ SOUZA, Felipe Azevedo e. A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, 2020.

⁶⁰⁴ “25º Quarteirão”. *O Liberal*: órgão democrático. Rio de Janeiro, n. 13, 29 jul. 1881. p. 03.

⁶⁰⁵ “O Liberal [programa]”. *O Liberal*: órgão democrático. Rio de Janeiro, n. 1, 14 jun. 1881. p. 01.

⁶⁰⁶ “A directoria do corpo colectivo União Operária...”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 119, 30 abr. 1880. p. 02.

alistadores eleitorais como Alves Castilho foram importantes para aproximar as camadas operárias desse viés de luta, ao mesmo tempo em que organizações trabalhistas, como a de Hostílio Cervantes, negociavam com as candidaturas para garantir a defesa da sua classe. Além disso, a atuação da União Operária é reveladora da consciência desses trabalhadores já na década de 1880 sobre sua importância no processo eleitoral, se colocando enquanto um grupo de interesses uniformes.

Porém, será no período republicano que essa via eleitoral na luta operária ganhará mais corpo em diferentes cidades do Brasil, inclusive na capital. Ao estudar os artífices da Liga Operária de Recife, Felipe Azevedo e Souza destaca que, até 1888, a pauta de regulamentação das relações de trabalho era resumida quase completamente à questão da abolição na arena da política institucional. As lideranças partidárias, mesmo as próximas dos trabalhadores, demonstravam que não havia muita disposição para que fosse encampada uma agenda programática em torno das pautas operárias enquanto a escravidão fosse vigente no país. Isso criou entraves nesse período, que dificultou as organizações da classe trabalhadora a direcionarem reivindicações ao ambiente institucional. Tal cenário viria a mudar com a abolição e proclamação da República, que além de extinguir o elemento servil, também traziam balizas normativas que garantiam melhores condições para a organização dos trabalhadores. Além disso, o novo regime Republicano trazia em seu *ethos* as noções de diminuição das hierarquias sociais e fim dos privilégios. Assim, é logo na virada para a década de 1890 que uma legislação em benefício da classe operária começa a surgir como vital no discurso de jornais e de lideranças políticas, impulsionando aos próprios operários a lutarem também por essa via⁶⁰⁷. Dessa forma,

A possibilidade de atuação enquanto protagonistas nas disputas eleitorais, com candidatos próprios e uma pauta afinada com as demandas do movimento operário internacional, sinalizava uma nova fase dessa tradição associativa que se reinventava de tempos em tempos, em uma marcha de ampliação dos limites das estratégias e formas de organização coletiva⁶⁰⁸.

Como aponta o historiador, esse novo momento representou uma ampliação das formas de luta dos artífices, que agora usavam a luta eleitoral como um meio direto de reivindicação dos seus direitos. Os dois ex-alunos do Liceu,

⁶⁰⁷ SOUZA, Felipe Azevedo e. *op. cit.* p. 04-05.

⁶⁰⁸ *Ibid.* p. 11.

mais uma vez, estiveram envolvidos com a luta eleitoral nesse novo momento:

Castilho continuou com sua atuação em relação às eleições, porém agora mais diretamente envolvido em organizações operárias. Nas vésperas da proclamação da República, em 8 de novembro de 1889, Castilho ocupava a tesouraria da 1ª administração do Congresso de Eleitores Artistas⁶⁰⁹, e em agosto do ano seguinte, o carpinteiro estava na Comissão Eleitoral Participativa de operários⁶¹⁰. Essa comissão era parte de um esforço de um agrupamento de trabalhadores em torno do nome de um candidato para o Congresso Eleitoral Constituinte, o “distinto operário Rodolpho Rollin Pinheiro”⁶¹¹.

Enquanto Castilho constituía tais agrupamentos, Francisco Hostílio Cervantes aparece como pré-candidato do Partido Operário, ao lado relevantes lideranças trabalhadoras como o já citado tipógrafo negro Luiz da França e Silva⁶¹². Em início de outubro de 1892, França e Silva anuncia seu nome e de outros quatro candidatos como representantes da causa operária para a intendência municipal, dentre eles Cervantes. O tipógrafo escreve que aqueles eram nomes indicados pela maioria do Partido Operário para o pleito que ocorreria dia 30 daquele mês, e explica a importância de existir candidatos trabalhadores na eleição para o legislativo da cidade:

As antigas câmaras municipais, hoje intendências, foram sempre entre nós dirigidas pelas classes chamadas superiores [...] Atualmente, porém, novas afirmações e novos horizontes abrindo-se às classes trabalhadoras, cumpre aos populares escolherem livremente os seus mandatários, alienando dos nossos costumes e preconceitos de que a arte de governar ou administrar é patrimônio exclusivo da ciência e não da prática adquirida nos exemplos oferecidos pela necessidade da vida. A classe operária, forte pelo número, unindo-se e disciplinando-se, tem elementos de sobra para levar ao governo do município um terço de seus representantes.⁶¹³

Assim, o discurso de França e Silva ia no sentido contrário à crença de que “a arte de governar” era exclusivo da ciência pertencente às “classes chamadas superiores”. Ele apontava que era pela experiência das necessidades da

⁶⁰⁹ “Tomou posse ante-hontem...”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 1858, 8 nov. 1889. p. 01.

⁶¹⁰ “Comissão Eleitoral Representativa”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 221, 09 ago. 1890. p. 03.

⁶¹¹ “Ao Eleitorado da capital, às classes operárias, ao povo”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 221, 09 ago. 1890. p. 03.

⁶¹² DA FRANÇA E SILVA, Luiz. “Columna Operária - ao digno eleitorado do distrito federal”. *O Tempo*. Rio de Janeiro, n. 503, 13 out. 1892. p. 03.

⁶¹³ *Ibid.*

vida que se forjaram aqueles cinco candidatos, e por isso esses mereciam o apoio dos cidadãos. Afinal, por “serem companheiros e cidadãos que, conhecendo de perto, pela própria experiência, os torneios da vida difícil, estão no caso de interpretar os sentimentos, compreender as necessidades do povo e corresponder à sua expectativa”⁶¹⁴. Apesar da retirada de Francisco Hostílio Cervantes e outros dois operários do pleito em meado de outubro – a fim de concentrar os votos nas duas candidaturas que permaneciam⁶¹⁵ –, esse processo demonstra como o operário de cor do Arsenal da Marinha e ex-aluno do LAO-RJ era uma das lideranças dentro deste movimento de trabalhadores do início da República, a ponto de ser escolhido como um possível candidato do Partido Operário. Como aponta Felipe Azevedo e Souza, o movimento operário que se organizava para tais disputas eleitorais na República não havia nascido naqueles anos. Ele vinha de um longo histórico organizativo, das organizações mutualistas e das lutas por assistência social, que forjaram uma sólida base da sua identidade a partir do associativismo e de irmandades negras, organizadas para atuação política, social e cultural⁶¹⁶. Apesar de Souza tratar de Recife, o caso de Cervantes parece demonstrar um caminho muito similar de um artífice negro nas ruas, escolas, associações e confrarias do Rio de Janeiro no mesmo período.

Dessa maneira, as trajetórias dos dois ex-alunos do LAO-RJ demonstram que houve uma relação direta do colégio com as lutas trabalhistas do período, principalmente a partir de seu corpo discente, engajado e atuante nessas reivindicações. Além disso, a existência de reuniões de entidades operárias nos salões da escola, as quais contavam com o auxílio direto do diretor Bethencourt, demonstra que a relação da escola com as lutas reivindicatórias dos discentes não se deu no sentido de contraposição – em que os discentes subverteram o que era ensinado ao engajarem nas reivindicações com ambições diferentes do projeto político-pedagógico. Diferente do que parte da bibliografia acredita, de que o caráter moralizante das escolas profissionais promoveram uma alienação dos trabalhadores que ali estudaram – sendo, em alguns casos, realmente a intenção de algumas escolas⁶¹⁷ –, o que a investigação indica é que, no caso dos alunos do

⁶¹⁴ *Ibid.*

⁶¹⁵ “Ao Eleitorado Operário e Proletário da Capital”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 3824, 21 out. 1892. p. 03.

⁶¹⁶ SOUZA, Felipe Azevedo e. *op. cit.* p. 07-09.

⁶¹⁷ Como aponta Manoel Soares, na formação da rede de ensino federal técnico-profissionalizante houve forte influência de políticos que abertamente queriam “adestrar” os trabalhadores. Apesar

Liceu, houve uma importante atuação política de seus discentes nas lutas travadas por sua classe, inclusive contando com o suporte e apadrinhamento das estruturas institucionais do educandário.

Dessa maneira, é bem possível que jovens alunos tenham tido o primeiro contato com organizações trabalhistas e ideias reivindicatórias dentro do próprio espaço educativo profissionalizante, contribuindo para os inserir nessas pautas e associações. Se como aponta Batalha, esse foi um período em que houve a formação de uma identidade singular de classe⁶¹⁸, para nós, é bastante plausível que escolas como o Liceu, que reuniam diferentes segmentos operários, tenham tido um papel na construção de um ideário, identidade e discurso unitário dos trabalhadores no período. Ao ter acesso, principalmente, à base desses trabalhadores – jovens ingressantes nos mundos do trabalho e filhos da classe laboriosa –, o Liceu foi um meio em que as novas gerações de operários eram expostas à valores e perspectivas circulantes nos mundos do trabalho, e tiveram ali um espaço formativo nos diversos sentidos da palavra.

Se a educação tinha uma função importante no acesso ao letramento para a luta eleitoral, o Liceu parece que trazia, para os artífices, muito mais do que às letras como recurso que possibilitava a sua luta eleitoral e trabalhista. A nobilitação trazida pelo caráter técnico de suas funções e reforçada pelo acesso à educação era signo fundamental na consciência coletiva de classe, que foi fundamental para que esses operários especializados enxergassem sua importância e construíssem um discurso sobre seu direito ao pertencimento. Isso não se deu só por meio da luta eleitoral, mas pelo leque de lutas mobilizadas, que reivindicavam melhores condições para a existência coletiva. As histórias de vida dos dois Franciscos são uma demonstração sobre esse engajamento que mobilizou educação, religiosidade, cultura, lutas eleitorais, abolicionistas e trabalhistas, a fim de conquistar melhores condições coletivas e de se representar. Suas trajetórias são tão representativas que, mesmo após falecimento, os valores e vida de

disso, os trabalhos de Soares e abordagens posteriores, como de Cechin e Pilatti, acabam por não investigar esses discentes, assumindo que houve sucesso nessa inclinação. SOARES, Manoel de Jesus A. As Escolas de Aprendizes Artífices - estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 58-92, jul/set. 1982. p. 66; CECHIN, Marizete Righi; PILATTI, Luiz Alberto. Da formação de artífices à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Pro-Posições*, [S.L.], v. 34, p. 1-32, jan. 2023.

⁶¹⁸ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, [S. l.], v. 6, n. 10/11, 2010. p. 66.

Francisco Alves Castilho seriam lembrados a fim de legitimar as lutas reivindicatórias no Arsenal da Marinha:

Quando Castilho faleceu, em 1895, companheiros de trabalho e luta enviam uma carta aos jornais que foi publicada no *Diário de Notícias* e no *Jornal do Brasil*, reclamando a não efetivação da lei que obrigava o Arsenal da Marinha a pagar pensão às viúvas e órfãos desses “laboriosos cidadãos” da construção naval. Eles alegam que o número desses familiares sem receber aumentou, “com o falecimento do distinto artista Francisco Alves Castilho, um dos antigos companheiros habilitados pelo Liceu de Artes e Ofícios em S. Joaquim, e digno chefe de família”⁶¹⁹. Assim, mesmo após a morte, a consciência de coletividade entre operários fazia com que as lutas travadas pelos Franciscos não se perdessem e que a família de Castilho não ficasse desamparada sem a justa reclamação dos colegas de trabalho dele. Para seus companheiros, a memória que ficava de Castilho era dele como um distinto artista, digno chefe de família e habilitado pelo Liceu de Artes e Ofícios. Tais lutas e formas de atuação não se iniciaram no Liceu ou com os artífices formados ali, tampouco podemos deixar de perceber como essa escola contribuiu na formação da classe naquele momento, sendo espaço transversal dos diferentes segmentos operários.

A trajetória dos oito discentes que destacamos aqui foram tomadas como demonstrações de possibilidades e limites que artífices formados no Liceu encontraram no final do século XIX. Seus caminhos de vida interligados não só pela escola, mas também pelas muitas associações e formas de intervenção no mundo que faziam parte das experiências do universo dos trabalhadores negros do Rio de Janeiro. Isso demonstra que, apesar da educação profissional e instrução técnica – e muitas das vezes, motivada por essa educação – esses discentes não se formaram em uma aristocracia distante dos valores de classe ou, ainda, foram alienados se distanciando dos interesses da sua comunidade. O que as trajetórias dos oito alunos-operários demonstram é que estavam afinados com as práticas e aspirações da maior parte de sua classe e seu grupo étnico-racial.

A educação profissionalizante compartilhava signos e práticas com ambientes externos à escola, e isso não apenas os motivou no ingresso ao colégio,

⁶¹⁹ “Marinha”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 83, 24 mar. 1895. p. 02.; “Damos com maior prazer publicidade...”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 3529, 29 mar. 1895. p. 01.

como também era formativo em relação à sua identidade social. No Liceu, tiveram no letramento e nos conhecimentos técnicos acesso a mais recursos para intervir no mundo, fosse em suas lutas e organizações, ou em suas pinturas de quadros, de impressos ou de paredes. Se esses operários se organizaram para eleger deputados e mudar a constituição, era por saber que foram suas mãos que construíram os prédios que abrigavam tal constituinte e sustentaria o novo regime baseado no trabalho livre. Seus ofícios eram, antes de tudo, intervenção no mundo, e quando reivindicam seu lugar como artistas era sua forma de reclamar a ligação entre o artista e a arte: eles e o mundo que construíam diariamente.

Os motivos de busca da educação profissionalizante, para esses alunos, estiveram muito atrelados à sua nobilitação e as técnicas artífices. Isso também se devia ao contexto de vigência da escravidão e ao perfil de discentes: muitos alunos de cor utilizaram da educação e moralização como formas de reforçar seu lugar social e liberdade. Assim, não é possível criar uma correlação entre o estudo no Liceu e uma suposta alienação dos trabalhadores que por ali passaram, pois até mesmo as noções moralizantes da escola eram signos compartilhados com as associações que estiveram na vida desses alunos-operários.

Dessa maneira, perceber que o projeto político-pedagógico do Liceu estava vinculado com a questão abolicionista, como apontado ao longo de todo o trabalho, é importante para entender os sentidos que os discentes se apropriaram e se aproximaram desse espaço instrutivo. Afinal, a atuação do LAO-RJ no período diz respeito ao momento histórico e lógica do operariado da década de 1880. Assim sendo, o Liceu foi uma das escolas mais importantes na educação de operariado da Corte no período, pois esteve vinculada aos anseios de sua parte social mais numerosa: o corpo discente. Nessa relação dialógica própria do ensino-aprendizagem e da instituição e corpo social, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro pode ser considerado como mais um dos espaços formativos da classe trabalhadora carioca.

4. Considerações finais

Publicado em 1895, o Relatório referente ao ano letivo de 1888 traz em seu corpo algumas perspectivas da diretoria do Liceu de Artes e Ofícios nesse período, sendo possível perceber ideias mantidas no pensamento da diretoria da escola, assim como fica clara que houve sensíveis mudanças no ideário desse educandário após 30 anos de seu início.

Instituído especialmente para as **classes proletárias** e laboriosas do país, **o Liceu é o meio prático de levantá-las até o prestígio das outras classes, até a altura da civilização e da dignidade pessoal, que não é privilégio de ninguém.** No cumprimento dos **deveres cívicos**, nos **preceitos da moral** que estabelece a **igualdade de direitos**, instruindo nos misteres de sua profissão, de modo a tornar-lhes menos amarga a sorte, menos penoso e árduo o labor cotidiano, e mais nobres as bagas de suor do rosto – pérolas da pobreza – que vertem no incessante afã da obscura existência, é que o povo se eleva a iminência das grandes conquistas da civilização⁶²⁰

Esse foi o último relatório publicado referente a década de 1880, e ainda trazia pontos como a educação moral e civilizatória no discurso da escola tal como nas suas formulações iniciais, em 1858. Ainda assim, atravessadas por profundas reformas sociais, é possível perceber as mudanças com novas nomenclaturas para se referir aos discentes e a forma como que a educação é encarada. Termos como “classes proletárias” revelam as transformações produtivas no período, assim como a noção de dignidade pessoal que não era mais “privilégio de ninguém”, tal como é reforçado sobre os deveres civis que seus discentes deveriam assumir. Todas essas mudanças reformam esse novo momento, em que o *ethos* da República se vinculava a uma igualdade e trazia, para dentro da educação, um sentido de direito resguardado a todos⁶²¹.

A educação profissionalizante do LAO-RJ já não mais se justificava apenas como forma de melhoramento dos trabalhadores da indústria manufatureira, mas também enquanto espaço que elevaria aos trabalhadores à uma “igualdade de direitos” e “prestígio” tal qual de outras classes. Ao mesmo tempo,

⁶²⁰ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1885 a 1888*. Rio de Janeiro: Typ. Papelaria Ribeiro, 1895. p. 07. Grifos nossos.

⁶²¹ COSTA, Ana Luiza Jesus da. *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 84-85.

esse prestígio para os que dependiam do “suor do rosto” continuava atrelado ao seu lugar na cadeia produtiva, a qual estava cada vez mais industrializada e fazia com que a grande indústria têxtil e os proletários já não fossem novidade, e sim parte do mundo industrial, que dividia seu espaço com artífices, pequenas oficinas e manufaturas.

Se a instauração da República é fundamental para a transformação do debate sobre a educação enquanto um direito⁶²², não menor para isso foi o peso de uma das lutas do projeto político-pedagógico do LAO-RJ: o final do trabalho cativo. Esse Relatório escrito entre o final do período letivo de 1888 e o ano de 1895 carrega em si, além de continuidades e transformações da visão da escola, um pouco de como o educandário encarou o fim do trabalho escravizado e as transformações em seu mundo. É assim que, já na conclusão do Relatório, a diretoria abre um debate sobre a abolição da escravidão, utilizando de comparação com o mesmo evento nos Estados Unidos da América. Apesar do Relatório trazer uma visão bastante otimista e distorcida do que significou esse processo no país do norte, é interessante perceber como essas são mobilizadas a fim de contrastar com o que havia de errado com a política do Estado brasileiro no pós-abolição:

Nos EUA fizeram escolas quando o “fundador da república dos EU do Norte concluiu a obra grandiosa de sua emancipação política”, para assim dizer que “as nossas escolas fizeram mais que as nossas leis”. [...] **Fenômeno oposto por fatal anomalia, sucede entre nós, em igualdade de condições étnicas.** [...] Decretaram-se leis para a repressão do mal, mas não se cogita antes de suprimi-lo pela virtude fecunda da instrução e do trabalho, que dignifica o cidadão e a pátria. Onde, pois, o mérito do Estado, do legislador, do representante do poder público se não previnem o erro que castiga, opondo à corrente dos vícios e das paixões a caudal da virtude? O Liceu de Artes e Ofícios é a prova mais incontestável de que pelo estudo se pode reconstruir o edifício social.⁶²³

Se ambos os países carregavam “igualdade de condições étnicas”, o discurso da direção do Liceu caminhava para um descrédito do que estava sendo, naquele momento, a política do Estado Brasileiro para com os egressos da escravidão. Enquanto o ideal a ser alcançado seria a criação de escolas a fim de concluir a emancipação política, e, principalmente, como meio de reconstrução do “edifício social”, no Brasil o que se via era uma tentativa pelas leis de reprimir e

⁶²² *Ibid.*

⁶²³ LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1895. *op. cit.* p. 130-131. Grifos nossos.

punir os trabalhadores. Essa política prezava mais por castigar o erro do que prevenir – entre esses erros, a não permanência no trabalho. Esse era uma visão bastante peculiar da época para se encarar as políticas de repressão a vadiagem e a forma com que o Estado atuava na manutenção do trabalho dos egressos da escravidão. Se ao mesmo tempo ainda encarava a educação como um condicionante de preparação para a liberdade dos egressos – posição condizente com o Estado⁶²⁴ –, essa percepção, ao mesmo tempo, reforçava na visão da diretoria em olhar para o ensino enquanto um caminho para a efetivação da cidadania, o qual não deveria ser garantido para todos.

Essa interessante visão não poderia ser formulada sem toda a trajetória que essa escola e seu corpo social teve nos anos finais da abolição. Diferentes ingredientes incidiram nesta forma de se pensar: os motivos de fundação do LAO-RJ e sua atuação; o perfil de seu corpo discente; a atuação interna desses alunos a partir de suas aspirações; além das lutas por direitos trabalhistas e reconhecimento da cidadania construída por ex-alunos, as quais algumas vezes ganharam os salões do Liceu como palco e cenário. Esses elementos são componentes de como essa escola viria a funcionar e atuar em um novo momento histórico, forjando uma visão crítica às políticas anti-vadiagem, como vemos no discurso do Relatório acima.

Porém, vale reforçar que as sementes lançadas por escolas como o LAO-RJ – e outras dezenas de instituições profissionalizantes noturnas, de caráter privado e público – viriam a florescer e influenciar a política educacional para além de seus muros. Em 1902, o 1º Congresso Operário do Brasil enviava uma carta à Câmara dos Deputados em que reivindicava, dentre outros objetivos, uma legislação que garantisse oito horas diárias. Um dos muitos motivos para justificar tal lei era que, operários e seus familiares, obrigados a longas horas de trabalho, não tinham direito ao “cultivo intelectual” e, não lhes era facilitado “a frequência em escolas de letras, artes e ofícios”⁶²⁵. O abaixo-assinado carregava mais de 30 folhas de assinaturas e tinha, entre seus assinantes um aluno-operário negro do

⁶²⁴ FONSECA, Marcus Vinicius. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. especial, p. 95-122, set. 2000. p. 118-119.

⁶²⁵ “Mensagem - Do Congresso Central União dos Operários no Brasil”. *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro, n. 10, 29 dez. 1902. p. 883-916.

Liceu que configurava entre as lideranças trabalhadoras do Rio de Janeiro, Francisco Hostílio Cervantes⁶²⁶.

Se esse abaixo-assinado já trazia, na visão do operariado, a educação enquanto um direito, era ainda mais significativa outra carta enviada junto à essa para a Câmara. Enviada pela Associação dos Operários do Brasil, a associação reivindicava o retorno das oficinas para aprendizes operários dos Arsenais da Marinha. Para além da luta que tem retorno – com a aprovação da lei de retorno dessas oficinas⁶²⁷ – é interessante para nós perceber como, após mais de 40 anos de fundação do LAO-RJ, o discurso desses operários para legitimar sua pedida é muito próximo daquele que artistas e artífices, dos setores médios, se valeram em novembro de 1858:

Na verdade, nunca foi mais necessário instruir, educar o operariado, levar a sua inteligência à ideia e ao seu coração a virtude. [...] A Associação dos Operários no Brasil tem estudado todas as questões que entendem com o desenvolvimento da indústrias, das artes e com o aperfeiçoamento do trabalho, e chegou à desoladora conclusão de que todo o atraso que se nota nestes ramos da atividade humano é devido à falta de instrução no operário.⁶²⁸

Mesmo em um momento histórico diferente, a instrução profissionalizante que traria virtude e melhorias para o desenvolvimento da indústria e das artes ainda aparece como legitimador da existência dessa educação frente às elites políticas e proprietárias da agora capital federal – afinal, para esses setores, parece que associar o atraso das forças produtivas à falta de instrução do operariado era um forte motivador para que essa educação existisse. Ainda assim, é revelador como esses trabalhadores mobilizaram esses signos para, ao fim, atingir seus objetivos de instituir a educação enquanto um direito que já era fornecido às “classes favorecidas de fortuna”:

É certo que os altos poderes da República a têm enriquecido de escolas de todo o gênero, mas atendendo unicamente às classes favorecidas de fortuna. Quanto aos operários e aos filhos destes, nada se tem feito em tal sentido. É isto que a Associação dos Operários no Brasil almeja – escolas em todas as oficinas custeadas pela União, onde os aprendizes operários possam instruir-se convenientemente.⁶²⁹

⁶²⁶ *Ibid.*

⁶²⁷ “O Congresso Nacional decreta”. *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro, n. 10, 29 dez. 1902. p. 882.

⁶²⁸ “Documento a que se refere o Sr. Sampaio Ferraz”. *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro, n. 10, 29 dez. 1902. p. 882-883.

⁶²⁹ *Ibid.*

Não mais apenas promovida por benfeitores, a educação agora era uma reivindicação destinada ao Estado. Era necessário, para esses operários, que essas escolas fossem destinadas às classes operárias e aos filhos desses, os quais o poder público não atendia com sua rede educacional. Assim, em meio às negociações pela educação de trabalhadores, é certo que o prestígio adquirido por escolas como o Liceu e a fala dessa escola em meio às elites foi uma aliada fundamental nesse novo cenário de briga por direitos. Briga essa travada por operários a partir de nomenclaturas, discursos e perspectivas formuladas por dentro dessas escolas profissionalizantes noturnas do oitocentos.

Isso não quer dizer que o Liceu e outras escolas do gênero formaram, por motivações filantrópicas, alunos-operários que reivindicassem a educação como um direito. Tais escolas profissionalizantes oitocentistas proporcionaram ensino para as camadas laboriosas, o que resultou nelas se tornarem um laboratório em que se chocavam e confluíam diferentes significados de educação, para diferentes classes sociais. Nesse laboratório de experiências, operários forjaram seus interesses, e isso lançou raízes sobre a forma que encararam a educação em um mundo que, agora, não contava mais com o trabalho cativo e com um regime assentado em hierarquias indissolúveis – ainda que, nesse novo cenário, outros mais desafios incidiram sobre o acesso à educação para trabalhadores negros⁶³⁰, mas esse é um assunto para outras linhas e versos.

Assim, não há como pensar os mundos do trabalho dos anos anteriores à abolição, ainda mais em um centro urbano como o Rio de Janeiro, sem refletir sobre a educação profissionalizante e os espaços educativos destinados aos trabalhadores. Ao mesmo tempo, não há como abordar o ensino para as camadas pobres trabalhadoras – sobretudo negras – sem pensar o currículo que era pensado para essas mesmas parcelas da sociedade: as artes e ofícios, que tinha forte relevância em todo o cenário educacional oficioso, assim como a moralização e o letramento. Dessa forma, espaços educativos como o Liceu de Artes e Ofícios foram escolas formativas de classe que, se não atingiram a maior parte da

⁶³⁰ A penetração do ideário do racismo científico no Estado Republicano e no pensamento educacional viriam a configurar fortes impeditivos ao acesso de sujeitos negros à educação nas primeiras décadas da República. Cf. DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 400p.

população trabalhadora, configuraram uma significativa experiência para parcelas da classe laboriosa e negra carioca.

5. Fontes de investigação

5.1. Manuscritos

A) Cartas (Centro de Memória Sylvio Vianna Freire)

BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. [*Correspondência*].
Destinatário: Sr. Almirante Eduardo Wandenkolk. [S.l.], 23 set. 1890. Cópia da Carta. 2 p.

_____. [*Correspondência*]. Destinatário: Sr. Conde de Figueredo. [S.l.], 22 out. 1891. Cópia da Carta. 1 p.

_____. [*Correspondência*]. Destinatário: Sr. Dr. Corrêa Dutra. [S.l.], 14 ago. 1893. Cópia da Carta. 1 p.

_____. [*Correspondência*]. Destinatário: Sr. Dr. Damaso. [S.l.] 2 mar. 1891. Cópia da Carta. 1 p.

_____. [*Correspondência*]. Destinatário: Sr. Francisco Ramos Paz. [S.l.], 22 set. 1890. Cópia da Carta. 1 p.

B) Cartas (Biblioteca Nacional)

BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. [*Correspondência*].
Destinatário: Sr. Francisco Ramos Paz. [S.l.], 1885. 1 p.

_____. [*Correspondência*]. Destinatário: Sr. Francisco Ramos Paz. [S.l.], 1892. 2 p.

_____. [*Correspondência*]. Destinatário: Sr. Francisco Ramos Paz. [S.l.], 1894. 2 p.

5.2. Impressos

A) Periódicos

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1874-1885.

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. 1898.

Annaes da Camara dos Deputados. 1902.

O Aspirante: Periodico litterario e artistico dos alumnos do Lyceo de Artes e Officios. 1881-1882.

Aura: Periodico litterario e recreativo. 1881.

O Auxiliador da Industria Nacional: ou collecção de memorias e noticias interessantes. 1878.

O Brazil Artístico: Revista da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (Nova Phase). 1911 [1857].

O Caixeiro: órgão dedicado à classe caixeiral. 1881.

Cidade do Rio. 1887-1888.

Correio do Brazil: propriedade da Companhia-Correio do Brazil. 1872.

Diário de Notícias. 1886-1895.

O Fluminense. 1888.

A Folha Nova. 1883-1885.

Gazeta da Tarde. 1880-1885.

Gazeta de Notícias. 1878-1895.

Gazeta Litterária. 1884.

O Imparcial. 1919.

Jornal do Brasil. 1895-1897.

Jornal do Commercio. 1869-1890.

O Liberal: órgão democrático. 1881.

O Paiz. 1885-1905

O Pygmêo: periódico recreativo e litterário. 1881.

A Reforma: órgão democrático. 1870.

Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro. 1884.

Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1959.

Revista Typographica. 1888.

A Semana. 1886.

O Tempo. 1892.

A Ventarola: Periodico dos alumnos do Lyceu de Artes e Officios. 1881.

A Vida Moderna. 1886.

B) Livros históricos e memorialísticos

BARROS, Alvaro Paes de. *O Liceu de Artes e Ofícios e seu fundador: depoimento histórico no primeiro centenário da grande instituição*. Rio de Janeiro: [IBGE], 1956.

BELLEGARDE, Guilherme; FERREIRA, Felix; SILVA JÚNIOR, José Maria da. (orgs.) *Polyantheia Comemorativa das aulas para o sexo feminino do Imperial Lycêo de Artes e Offícios*. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. Lombaerts & c. 1881.

BELLEGARDE, Guilherme. *A Sociedade Propagadora das Bellas-Artes e o Lycêo de Artes e Offícios do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Hildebrandt., 1883.

FERREIRA, Felix. *Do Ensino Profissional: Lycêo de artes e offícios*. Rio de Janeiro: Industrial, 1879. 237 p.

_____. *A imprensa e o Lyceu de Artes e Offícios: aulas para o sexo feminino*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1881b.

_____. *O Lyceo de Artes e Offícios e as aulas de desenho para o sexo feminino*. Rio de Janeiro: Typographia De J. P. Hildebrandt., 1881a. 48 p.

FREIRE, Sylvio Vianna. *A Sociedade Propagadora das Belas Artes e o Liceu de Artes e Offícios: 135 anos a serviço da educação e da cultura*. Rio de Janeiro, 1991.

SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS ARTES. *Polyanthea commemorativa do 33o. aniversário da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes*. Rio de Janeiro: Typografia Hildebrandt., 1889.

C) Relatórios, Regimentos e Estatutos

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Estatutos da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro / Regulamento e regimento do Lycêo de Artes e Offícios da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1882. 77 p.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1885 a 1888*. Rio de Janeiro: Typ. Papelaria Ribeiro, 1895.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lycêo de Artes e Offícios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1878 a 1881*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1881.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Relatório do Lyceu de Artes e Officios apresentado à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas diretorias de 1882 a 1884*. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1884.

D) Dicionários

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 7v., v. 2 (Letras C-Fr), 520 p. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

_____. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 7v., v. 3 (Letras Fr-Jo), 520 p. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p. 194-195.

CAMPAGNE, Émile-Mathieu; BRANCO, Camilo Castello; BOTELHO, José Nicolau Raposo. *Diccionario universal de educação e ensino.../ Traslado a portuguez e ampliado nos varios assumptos relativos a Portugal por Camillo Castello Branco*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron. Casa Editora Lugan & Genelioux, 1886. v. 1, 1016p.

E) Literatura

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. “Maio”. *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro: [S.n.], 4 mai. 1911.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Conto de escola. In: _____. *Várias Histórias*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1896.

5.3. Leis

BRASIL. *Decreto nº 1.331-A*, de 17 de fevereiro de 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>.

BRASIL. *Constituição (1824)*. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.

5.4. Mapas

EL-DAHDAH, Farès; METCALF, Alida C. (desenv.). *ImagineRio*. Disponível em: <https://imaginerio.org/pt>. Acesso em: 22 jan. 2026.

6. Bibliografia

ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. Representações do Associativismo entre as mutuais de trabalhadores na Corte do Império. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 143–163, 2015.

ALONSO, Angela Maria. *Idéias em Movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Claudio Silveira. Um projeto de industrialização para o Brasil a partir do ensino do desenho (o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro), Rui Barbosa e John Ruskin. Pós. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fauusp*, [S.l.], n. 19, p. 128, 1 jun. 2006.

ARANTES, Erika. Largo de São Francisco da Prainha e Pedra do Sal, Rio de Janeiro (RJ). In: Paulo Fontes (org.). *Lugares de memória dos trabalhadores*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2023.

BALTAR, Francisca Maria Teresa dos Reis. *Programa de Escolas na segunda metade do século XIX: As escolas construídas pelo arquiteto Bethencourt da Silva*. 1999. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BARBOSA, Diego Santos. Entre a identidade e a devoção: Os conflitos entre o Cabido da Sé e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 92–108, 2021.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 79–92, 2005.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 111–124, set. 1991 – ago. 1992.

_____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, [S. l.], v. 6, n. 10/11, 2010.

BIELINSKI, Alba Carneiro. Bethencourt da Silva e a defesa do saber. *Revista da Fabes*, Rio de Janeiro, Edição especial, nov. 2006.

_____. Educação profissional no século XIX - Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. *Boletim Técnico do Senac*, [S. l.], v. 26, n. 3, 2000. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/824>. Acesso em: 24 abr. 2025.

_____. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, dos pressupostos aos reflexos de sua criação: de 1856 a 1900*. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado). - Curso de Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003a.

_____. *Liceu de Artes e Ofícios - Um pouco da sua história: 1856/1906*. *Revista da Fabes*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 28-35, jul. 2003b.

CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo; OLIVEIRA, Claudia Maria Costa Alves de. Rastros de memórias das práticas disciplinares instituídas no Colégio Pedro II: um olhar para o livro de ocorrência. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, 2017.

CASTELLUCCI, Aldrin. Classe e cor na Formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, [S. l.], n. 41, p. 85-131, 2010.

CATARINO, Nelson Mendes. Indústria. In: SLEMIAN, Andréa; AIDAR, Bruno; LOPES, José Reinaldo de Lima (org.). *Dicionário Histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Vol. 1. São Paulo: Alameda, p. 495-531, 2020.

CECHIN, Marizete Righi; PILATTI, Luiz Alberto. Da formação de artífices à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Pro-Posições*, [S.L.], v. 34, p. 1-32, jan. 2023.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, [S. l.], v. 14, n. 26, 2010.

CHERNICHARO, Edna de Assunção Melo. Cartola-grafia: “causa” do Centro Cultural Cartola. *Mnemosine (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 206-234, jan. 2011.

COLOMBO, Irineu Mario. Escola de Aprendizizes Artífices ou Escola de Aprendizizes e Artífices?. *Educar em Revista*, [S. l.], v. 36, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/71886>. Acesso em: 29 set. 2025.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. *À Luz das Lamparinas: as escolas noturnas para trabalhadores no município da corte*. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. As escolas noturnas do município da Corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). *Educação & Sociedade*, v. 32, p. 53–68, 2011.

_____. *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café e o conflito de 1908. *Revista USP*, São Paulo, v. 68, p. 188–209, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005a.

_____. *O ensino de ofícios nos primórdios da Industrialização*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005b.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 400p.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: Sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Listening to the Languages of the People: Lazare Sainéan on Romanian, Yiddish, and French*. New York: Central European University Press, 2022.

_____. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*, [S.L.], v. 34, n. 67, p. 251–281, jun. 2014.

ENGEL, Magali Gouveia. João Henriques de Lima Barreto: o engajamento político de um tipógrafo negro no contexto da abolição. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15, p. 1–22, 2023.

_____. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 352 p. (Coleção Loucura & Civilização).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, [S.L.], v. 30, n. 1, p. 139–159, abr. 2004.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Senai/DN/DPEA, 1986.

FONSECA, Marcus Vinicius. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. especial, p. 95–122, set. 2000.

_____. A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação do Brasil”. In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

FONSECA, Thiago Vinicius Mantuano da. A Região Portuária do Rio de Janeiro no Século XIX: aspectos demográficos e sociais. *Almanack*, [S.l.], n. 21, p. 166–204, abr. 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 64ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GONZALEZ, Flávio; SOFIATO, Cassia Geciauskas. Educação laboral para pessoas cegas e surdas no Brasil oitocentista. *History of Education in Latin America - HistELA*, [S. l.], v. 7, n. 1, 2024.

HOFFBAUER, Daniela (comp.). *Francisco Joaquim Bittencourt da Silva*. Site do Arquivo Nacional. 2025. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/mapa/centrais-de-conteudo/producao/biografias/1693-francisco-joaquim-bittencourt-da-silva>. Acesso em: 14 nov. 2025.

LACERDA, David. Arsenal da Marinha, Rio de Janeiro (RJ). In: Paulo Fontes (org.). *Lugares de memória dos trabalhadores*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2023.

LARA, Sílvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 17–39, 2008.

_____. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 16, 2012 [1998].

LELIS, Francismara de Oliveira. *Discursos e sentidos sobre a educação feminina na corte, século XIX: Uma reflexão histórica da “Polyantheia comemorativa de inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Lycêo de Artes e Offícios”*. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

LIMA, Jeansley. "Fatos da Escravidão": trabalhadores escravizados, libertos e livres na estrutura ocupacional do Rio de Janeiro (1850-1888). 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DE LUCA, Tania Regina. Brasil Ilustrado (1877 - 1878) e Félix Ferreira. *Revista de História*, [S.l.], n. 179, p. 01-62, 11 fev. 2020.

DA LUZ, Itacir Marques. Sobre Arranjos coletivos e práticas educativas negras no século XIX: o caso da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya A. Pombo de (orgs.) *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, p. 117–140, 2016.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp. 2012.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, esfera pública e memória operária - Rio de Janeiro (1880-1920). *Revista de História*, São Paulo, n. 175, p. 415–448, 2016.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro; FONTANA, Laura Roberta. Engenharia Civil no Brasil Oitocentista: Discussões tecnológicas acerca da Guerra do Paraguai na Revista do Instituto Politécnico Brasileiro. *Navigator*, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 27–42, 2020.

MAROTTA, Marconni Cordeiro. *As sociedades do Império: política, economia e associativismo beneficente no Rio de Janeiro do Segundo Reinado*. 2015. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói, 2015.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. “Combater a ignorância é defender a liberdade”: as relações entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Liceu de Artes e Ofícios no Império. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 4, n. 67, p. 265–281, fev. 2018.

_____. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000. 150p.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. O sorriso da intrusa: a ideia de República como cultura democrática e científica. In: _____. *A República consentida*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

MODESTINO Kanto. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/18140-modestino-kanto>. Acesso em: 20 dez. 2025. Verbete da Enciclopédia.

MODESTINO Kanto. In: Monumentos do Rio. Rio de Janeiro: 2010-2013. Disponível em: <http://www.monumentosdorio.com.br/antigo/br/esculturas/013/rua/028.htm>. Acesso em: 20 dez. 2025.

MORAES, Renata Figueiredo. *Contribuição Especial #23: João Henriques de Lima Barreto, tipógrafo negro do Império*. In: LEHMT - Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: <https://lehmt.org/contribuicao-especial-23-joao-henriques-de-lima-barreto-tipografo-negro-do-imperio/>. Acesso em: 02 maio 2025.

MURASSE, Celina Midori. *A educação para a ordem e o progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)*. 2001. 184p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2001.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, v. 18, p. 217–240, 2006.

_____. As greves antes da “greve”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, p. 56–59, 2013.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no rio de janeiro (1881-1933)*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2020.

_____. Negociações Impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no rio de janeiro da primeira república. *História (São Paulo)*, [S.l.], v. 35, 2016.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 75–102, 16 fev. 2012.

PENTEADO, David Francisco de Moura. Os Projetos Educacionais da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: as trajetórias da escola noturna de instrução primária de adultos e da escola industrial (1871 - 1902). *Almanack*, Guarulhos, n. 33, p. 1–44, jan. 2023.

PIMENTA, Tânia Salgado; DANTAS, Rodrigo Aragão. Barbeiros-sangradores no Rio de Janeiro Oitocentista: Transformações de um ofício. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 6, n. 14, p. 06–24, 2014.

PINTO, Regina Pahim. A educação do negro: uma revisão da bibliografia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 62, p. 3–34, 1987.

PRADO, Carlos Henrique Mattos do. *Laboriosa mocidade, emblema da Virtude, da Honestidade e do Progresso: o caso do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e do impresso O Brasil Artístico (1856 – 1861)*. 2021. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2021.

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na

escola municipal de são sebastião, rio de janeiro (1872-1893). *Revista Brasileira de História da Educação*, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 89–115, jan. 2017.

RODRIGUES, Igor Soares; BESSONE, Tânia Maria. “Preparemo-nos, pois, para sermos patrões de nós mesmos”: Centro Tipográfico Treze de Maio, para além de uma cooperativa (1888). In: III Encontro Internacional da Sociedade do Oitocentos, 2019, Niterói. *Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*. Niterói, 2019.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *Disputas políticas pela abolição no Brasil: nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas*. Petrópolis: Vozes, 2023. 422 p.

DA SILVA, Geraldo; ARAUJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 65–78, 2005.

DA SILVA, Maria Antonia Couto. A repercussão da Exposição do Liceu de Artes e Ofícios, realizada em 1882. *Revista de História da Arte e da Cultura*, n. 21, p. 125–145, 2016.

DA SILVA, Noemi Santos. *Direito de aprender: a educação nas lutas negras por emancipação (Paraná, 1853-1910)*. 2023. 334 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2023.

SILVA, Rosângela de Jesus. O espaço representativo de uma instituição: a exposição de 1882 no Liceu de Artes e Ofícios. *Encontro de História da Arte*, n. 7, p. 463-472, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Sequeira. Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906). *História da Educação*, v. 19, p. 145–165, 2015.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças, José do Patrocínio e Manuel Querino. In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, p. 197–216, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, São Paulo: Cia. das letras, 1993.

SOARES, Luís Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7Letras, 2007.

SOARES, Manoel de Jesus A. As Escolas de Aprendizes Artífices - estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 58–92, jul/set. 1982.

SOUZA, Felipe Azevedo. A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1–18, 2020.

_____. Huguenotes, ingleses, abacaxis: associativismo abolicionista e escravizados nas rotas de fuga entre Pernambuco e Ceará na década de 1880. *Topoi (Rio de Janeiro)*, [S.L.], v. 23, n. 50, p. 408–431, ago. 2022.

TAGLIARI, Ana; GALLO, Haroldo. O movimento inglês Arts and Crafts e a arquitetura norte-americana. In: III Encontro de História da Arte - IFCH - Unicamp, 2007, Campinas. *III Encontro de História da Arte*, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. Educação e experiência. In _____. *Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. ¿Lucha de clases sin clases?. In: _____. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1989.

VEIGA, Cynthia Greive. “Promiscuidade de cores e classes”: tensões decorrentes da presença de crianças negras na história da escola pública brasileira. In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, p. 271–302, 2016.

ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DAS DISCIPLINAS INDICADAS PARA CADA
PROFISSÃO⁶³¹

ARTES E OFFÍCIOS		Materias Scientificas							Materias artisticas.							DURAÇÃO DO CURSO
		Arithmetica e Algebra.	Geometria e Trigonometria	Stereotomia e descriptiva.	Physica applicada.	Chimica applicada.	Mechanica applicada.	Desenho de figura.	Desenho geometrico.	Desenho de ornatos.	Desenho de machinas.	Architectura civil.	Architectura naval.	Esculptura de ornatos.	Pintura—estudos a tempera	
1	Armeiro.....	a	b				b		b	a	b					3 annos.
2	Armador.....	a	b					a	b	a		b				3 "
3	Architecto civil.....	a	a	a	a	a	a	a	b	a	a					6 "
4	Abridor.....	a	a	a	b	b		a	b	a		b				3 "
5	Alfaiate.....	a	b						b	b						2 "
6	Bordador.....	b						b		a						2 "
7	Carpinteiro.....	a	a	b	b	b	b	b	a			b				4 "
8	Canteiro.....	a	a	b	b		b	b	a	a			b			5 "
9	Cronheiro.....	b						b	b	a				a		2 "
10	Curtidor.....	a			b	b										2 "
11	Chapeleiro.....	a			b	b		b								2 "
12	Compositor (typog.).....	b	b					b	b	a						2 "
13	Constructor naval.....	a	a	b	b	a		a	b	a			a			4 "
14	Caldeireiro.....	b			b	b										2 "
15	Cuteleiro.....	a	b					b	b							2 "
16	Dourador (a tempera).....	a			b	b		b		b				b		3 "
17	Dourador de metaes.....	a	b			b	b	b	b	b				b		3 "
18	Decorador.....	a	b		b	b		a	a	a		b		a		4 "
19	Estucador.....	a	b		b	b		a	b	a			a			4 "
20	Estuador.....	b	b					b		b						2 "
21	Entalhador.....	a	b					a	b	a		b		a		5 "
22	Encadernador.....	a	b		b	b		b	b	a				b		3 "
23	Fogueteiro.....	a	b		b	a	b	b	b	a						4 "
24	Ferreiro.....	a	b		b	a	b	b	b	a			b			4 "
25	Fundidor.....	a	b		b	b	b									4 "
26	Fundidor de typos.....	a		b	b	b		a		b						2 "
27	Florista.....	a			b	b		a		a			b			4 "
28	Funileiro.....	a	b		b			b	b	b						2 "
29	Gravador.....	a	b		b	b		a	b	b			b			2 "
30	Jardineiro.....	a	b					b	b	b						2 "
31	Latoeiro.....	a	b		b	b		b	b	b						3 "
32	Lavrante.....	a	b		b	b		a	b	a				a		4 "
33	Lampadeiro.....	b	b					b	b	b			b			3 "
34	Lithographo.....	a	b		b	b		a	b	a	b	b		b		3 "
35	Marceneiro.....	a	b	a	b	b		b			b					4 "
36	Machinista.....	a	a	b	a	b	a		a		b					5 "
37	Ourives.....	a	b		b	b		a	b	a						3 "
38	Oleiro (arte ceramica).....	a	b		b	b		b	b	a		b		b		3 "
39	Pedreiro.....	a	b	a	b	b	b	b	a	b		b		a		5 "
40	Photographo.....	a			b	a		b	b				b	b		3 "
41	Relojeiro.....	a	a		b		a			b						3 "
42	Sapateiro.....	a	b					b	b							3 "
43	Sirgueiro.....	b						b		b						2 "
44	Selleiro, correiro.....	b						b	b	b						2 "
45	Serralheiro.....	b	b	b	b		b		b							3 "
46	Segeiro.....	a	a				b		b		b					2 "
47	Torneiro.....	a	a					b	b							2 "
48	Tecelão.....	b			b	b		b		b						3 "
49	Tintureiro.....	a	b		b	b		b								2 "
50	Vidreiro.....	a	b		b	b				b				b		3 "

Outros officios serão mais tarde designados, entretanto poucos mais faltão.

Algumas industrias são complexas, ou reclamão o concurso de artifices de diferentes especies, como a de organeiro por exemplo. Outras que nada ou pouco tem com as artes, facilmente encontrarão a instrução conveniente em uma ou outra aula, como são as do fabrico do vinagre, dos phosphoros, das velas, do sabão, etc., etc. O fabricante de papel, por exemplo, utilisar-se-ha das aulas de mechanica e de chimica. Estas industrias lucrarão muito, quando algumas das aulas a de chimica e outras poderem ser servidas por mais de um professor, applicando-se mais theoreticamente o ensino a cada grupo de profissões analogas.

631 LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1882. *op. cit.*

ANEXO 2 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS (1882-1888)

Ano	Número de Matrículas
1882	1898
1883	1789
1884	1519
1885	1580
1886	1428
1887	1554
1888	1676
Total	11444

ANEXO 3 - NÚMERO DE INSCRIÇÕES NAS DISCIPLINAS
(1882-1888)⁶³²

Ano/Disciplina	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888
Desenho Elementar e de figuras (1)	1143	1195	985	1110	1019	1193	1363
Desenho e Escultura de ornatos (2)	138	116	89	92	94	66	83
Desenho geométrico	257	194	157	154	121	93	89
Desenho de máquinas	39	35	29	20	21	14	16
Desenho de arquitetura civil	27	27	24	22	22	18	14
Desenho de arquitetura naval	9	2	17	7	7	5	4
Estatuária (3)	23	19	27	15	8	10	14
Música	341	282	165	109	99	131	115
Aritmética	131	111	80	75	107	117	133
Álgebra	3	9	7	8	3	1	2
Geometria	20	12	14	17	12	5	19
Português (4)	1701	1497	1244	1246	1113	1204	1288
Caligraphia	41	44	25	12	10	13	32
Inglês	8	16	6	6	16	21	14
Francês	16	24	22	24	39	38	56
Alemão					1		7
Geografia			3	1	2	3	2
Escrituração Mercantil (5)					2	6	10
Mineralogia					2	1	
Desenho de Figuras	*	*	112	79	83	37	50
Outros					2**	4***	

⁶³² *(1) Disciplina separada em duas cadeiras, nessa linha apenas “Desenho elementar” a partir de 1884;

(2) A partir de 1883, somente Desenho de Ornatos;

(3) modificado em 1883: escultura de ornatos e estatuária; Modificado novamente em 1884: Escultura de ornatos e de figuras;

(4) Disciplina de Português incorporava as cadeiras para Analfabetos, assim como as aulas de leitura gramática, etimologia, sintaxe e redação;

(5) Disciplina do Curso Commercial, integrada no Curso Profissional em 1886;

** Economia Política e Latim;

*** Anatomia Humana Aplicada.

ANEXO 4 - NACIONALIDADE DOS ALUNOS MATRICULADOS
(1882-1888)⁶³³

Ano/Nacionalidade	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888
Brasileiros	1567	1449	1151	1328	1212	1284	1379
Portugueses	239	255	200	184	140	167	198
Italianos	19	29	22	24	34	44	35
Franceses	16	8	14	12	10	7	22
Espanhóis	16	18	15	20	10	15	15
Austriacos	9	5	94	1	1	2	4
Alemães	8	3	7	4	5	7	7
Paraguaios	8	8	4	3	3	1	1
Orientais	5	3	1		1	1	5
Argentinos	3	4		2	4	2	5
Americanos	3	2	1		3	2	2
Belgas	2	1	1			1	1
Ingleses	1	2	4	1	3	5	1
Índigenas	1	1	1	1			
Africanos	1						
Dinamarqueses		2			1		
Suiços			1		1	1	2
Outros					3*	1**	

⁶³³ *Egípcio, Russo e Marroquino;

** Polaco.

ANEXO 5 - IDADE DOS ALUNOS MATRICULADOS (1882-1888)

Ano/idade	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888
De 12 a 15 anos	778	713	682	705	602	622	707
De 16 a 20 anos	607	593	480	503	509	542	566
De 21 a 25 anos	289	297	233	227	190	237	235
De 26 a 30 anos	147	113	80	99	84	102	107
De 31 a 35 anos	42	46	29	29	29	28	35
De 36 a 40 anos	26	21	14	10	10	18	19
Maiores de 41	9	6	1	7	4	5	7

ANEXO 6 - ESTADO CIVIL DOS ALUNOS MATRICULADOS (1882-1888)

Ano/Estado	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888
Solteiro	1809	1722	1471	1519	1382	1493	1611
Casado	86	61	46	59	41	54	61
Viúvo	3	1	2	2	5	7	4

ANEXO 7: OCUPAÇÃO/PROFISSÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS
(1882-1888)⁶³⁴

Ano/Profissão	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888
Artistas	1027	824	752	781	726	811	910
Estudantes	512	502	466	464	393	369	379
Empregados do comércio	240	305	183	224	180	197	212
Criados	60	74	51	56	77	116	89
Empregados públicos	41	51	42	36	38	31	48
Militares	10	22	9	2	5	7	9
Empregados de Igreja	3	2		1		3	
Músicos	2						
Farmacêuticos (1)	1						2
Empregados da Farmácia		3	8	5	2	5	6
Empregados de Foro	1	5	6	4	3	4	5
Professores				1	2	4	1
Engenheiros			2	3			
Acadêmicos				2			
Industriais				1		4	2
Repórteres					1	1	
Desenhistas					1		2
Dentistas							6
Outros	1*	1**				2***	5****

⁶³⁴ (1) ou Oficiais de Farmácia;

* Empregado do Cartório;

** Empregado Municipal;

*** Empregado de Gás e Agrimensor;

**** Empregado de Consulado, Oficial da Fazenda, Sacristão, Enfermeiro e Marítimo.